

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NEILA MATIAS DE SOUZA

**O LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO: UMA
CARACTERIZAÇÃO NARRATIVA DA NOBREZA IBÉRICA (PORTUGAL -
SÉCULO XIV)**

Niterói

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NEILA MATIAS DE SOUZA

**O LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO: UMA
CARACTERIZAÇÃO NARRATIVA DA NOBREZA IBÉRICA (PORTUGAL -
SÉCULO XIV)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em História. Área de Concentração: História Social.

Orientador

MÁRIO JORGE DA MOTTA BASTOS

Niterói

2018

Ficha Catalográfica automática – SDC/BCG

S7191 Souza, Neila Matias de.

O LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO: UMA CARACTERIZAÇÃO NARRATIVA DA NOBREZA IBÉRICA (PORTUGAL - SÉCULO XIV) / Neila Matias de Souza; Mário Jorge da Motta Bastos, orientador. Niterói, 2018.

201 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

1. Historia Medieval. 2. Nobreza. 3. Linhagens. 4. Rei. 5. Produção intelectual. I. Título II. Bastos, Mário Jorge da Motta, orientador. III. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História.

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318

NEILA MATIAS DE SOUZA

**O LIVRO DE LINHAGENS DO CONDE D. PEDRO: UMA
CARACTERIZAÇÃO NARRATIVA DA NOBREZA IBÉRICA (PORTUGAL -
SÉCULO XIV)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em História. Área de Concentração: História Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mário Jorge da Motta Bastos – UFF
(Orientador)

Prof. Dr^a. Carolina Coelho Fortes – UFF
(Arguidor)

Prof. Dr^a. Vânia Leite Fróes – UFF
(Arguidor)

Prof. Dr^a. Adriana Maria de Souza Zierer – UEMA
(Arguidor)

Prof. Dr^o. Almir Marques de Souza Júnior – UCB
(Arguidor)

Prof. Dr^o. João Cerineu Leite de Carvalho – UES
(Suplente)

Prof. Dr^o. Edmar Checon de Freitas – UFF
(Suplente)

Niterói
2018

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

“Natureza da gente não cabe em nenhuma certeza”.

Eu preciso agradecer. Para isso eu quero contar uma historia.

Nunca tinha sentido frio. Como podia fazer frio no Rio de Janeiro?! Lugar em relação ao qual, aliás, devo dizer, meus pais, Fernando e Teresa, cultivavam e ainda cultivam um medo genuíno, não sem razão devo admitir. Mas, toda esta espécie de pavor esconde o que é muito natural dos pais, um instinto de proteção, mesmo conhecendo tão bem a sua cria, que se tornou a mulher que é hoje acima de qualquer título da academia, por causa deles. Haverá agradecimento suficiente a quem nos gerou, nos ensinou a andar, a ler e apreender o mundo?

Nunca havia pisado na cidade antes, mas a conhecia muito bem das novelas da maior emissora de TV do país, do carnaval das escolas de samba, dos comerciais de verão. Era algum dia de novembro de 2008 quando descobri que os cariocas não sentem apenas calor. À época, quando também andei pela primeira vez de avião e saí pela primeira vez do nordeste, tentava a sorte para ingressar no Programa de Pós-Graduação da UFF (confesso que guardo até hoje numa caixinha de lembranças o bilhete do avião, já apagado, o formulário de inscrição da seleção, o comprovante de envio dos documentos para a universidade...). Sim, sorte. Creio piamente que uma pitadinha dela em nossas vidas sempre faz bem. A audácia de sair do interior do Maranhão para “tentar a vida” numa cidade grande do sudeste do país foi incentivada pela minha orientadora da graduação, Adriana Zierer, também responsável pela indicação do meu orientador, e a escolha foi tão acertada que continuamos trabalhando no doutorado. Foi Adriana quem acendeu meu interesse em estudar Idade Média quando assisti a uma palestra sua no primeiro dia de aula na UEMA. Sou imensamente grata, Adri, por todo o apoio, conselhos, encorajamento, risadas e angústias que dividimos juntas. Mas, estou especialmente agradecida por você estar aqui hoje encerrando comigo um ciclo que ajudou a construir, do qual faz parte, e que me deixa profundamente honrada por ter tido você ao meu lado.

A vida no Rio de Janeiro foi muito solitária e difícil nos primeiros meses. Com a chegada da minha grande amiga Roberta, também mestranda da UFF, com quem estive

junta desde a graduação, a casa virou um lar e todo problema era motivo para gargalhadas. Até que nos desentendemos, não assistimos a defesa uma da outra, ficamos um ano sem qualquer contato. Bebeta, existe nome mais doce? Amiga mais generosa? Como é doce ter você como amiga! Como é doce poder dizer que eu vivi os piores momentos, que só foram suportáveis por sua presença, e os melhores anos da minha vida com você junto a mim. Minha querida, nós duas sabemos o quanto esse momento é só nosso! Sentirei sua presença e alegria hoje.

No último ano do mestrado chegou a Milena, então doutoranda da UFF. Foi quase sempre festa, muita dose de conselho e, principalmente, muitas garrafas de vinho. Duas sagitarianas nascidas quase no mesmo dia. Dificilmente não nos daríamos bem. Pelas festas de fim de ano, pelos botecos da vida, pelas viagens já vividas e as que virão, Milena você é muita luz no meu caminho. Obrigada por fazê-lo mais terno.

Quando retornei a minha terra tive que reaprender a amá-la. Foi muito difícil. Especialmente por relações familiares destroçadas. Não consegui aprovação na seleção do doutorado. Foi quase uma morte. No ano seguinte, novamente. Novamente quase morri. Neste tempo, comecei minha vida profissional num projeto instituído pelo governo do MA que leva a universidade ao interior do Estado. Meus primeiros alunos foram da cidade de Balsas, jamais vou esquecê-los. Tudo que aprendi, meu crescimento pessoal, se deve em grande medida a esta experiência.

Logo depois, atuei como professora substituta de História Medieval no Curso de História da UEMA. A emoção era incomparável de poder voltar as minhas origens acadêmicas e compartilhar um pouco do que aprendi. Nesta época, a seleção do doutorado já tinha ganhado outro peso e finalmente fui aprovada. Conheci a dona Marluce, que me sugeriu morar com sua filha no Rio de Janeiro. Nós sequer tínhamos nos visto! Quando nos encontramos, parecia que nos conhecíamos há muito tempo. Rafinha, minha vida no Rio só foi possível por sua causa! Você fez de mim uma pessoa muito melhor e eu realmente não tenho como agradecer toda a generosidade e carinho com que você me recebeu e se tornou parte de minha família.

No doutorado, diferentemente do mestrado, consegui fazer alguns amigos. Dudu era e ainda é aquele rapaz aplicado e disponível para ajudar quem precisa. Os dias de aula na UFF certamente foram doces porque você estava lá. Obrigada a você e sua companheira Ingrid por todo o apoio com os relatórios de pesquisa e, principalmente, nesta reta final da tese. Ser amiga do Dudu e não ser amiga do Thiago é praticamente uma heresia. Thi, agradeço imensamente pelos conselhos ao longo do doutorado, pelo

apoio e incentivo em tentar “fazer o sanduíche”, de que acabei desistindo, e por todas as nossas melhores conversas na mesa do bar.

Em algum dia de abril de dois mil e quinze, cansada de tudo, voltando para o Rio depois das dezoito horas, conheci em plena embarcação, a qual sempre evitei pelo meu medo e respeito inexplicáveis pelo mar, no meio da Baía de Guanabara, o homem que me faria amar. Hoje já não nos falamos. Mas ele é a pessoa de quem eu me lembrarei sempre. Deixou para mim o melhor presente: sua família linda, por quem cultivo um carinho, respeito, afeto e bem querer inestimáveis. Aquele velho poeta do mar sempre teve razão: “Tudo, tudo na Bahia faz a gente querer bem...”.

Voltei para casa. Não houve dor desta vez. Também já não havia mais identidade com o que eu pesquisava e nem prazer com o doutorado. Confesso que os últimos dois anos foram muito difíceis. Reencontrar, ou pelo menos reconstruir a relação com o trabalho foi um movimento árduo, penoso, mas que ao final se efetivou. A isso devo o incentivo e apoio quase diários do meu orientador Mário Bastos. Nestes últimos dois meses trabalhamos intensamente, e sua ajuda foi imprescindível para que a pesquisa se concretizasse. Mais uma vez obrigada pelas conversas sérias, pelos conselhos, pelas conversas bobas e por não me deixar desistir. Obrigada por ser orientador.

Preciso agradecer também a pessoas fantásticas que conheci: Silvinha, Fernanda e toda a família. Vocês me proporcionaram um réveillon maravilhoso e me deram força, ainda que não tenham a dimensão, para continuar.

Algumas pessoas merecem meu agradecimento especial: minha prima Mara, com quem dividi minhas angústias e saboreei as delícias que só os banquetes podem oferecer. Minha vizinha Aninha e família, sempre tão carinhosos. A querida Tatiana Reis com sua gargalhada e beleza contagiantes. Meu primo Rubens, com quem passei a infância e hoje morando tão longe ainda guardamos o mesmo afeto. Meu tio João, mesmo distante, sempre confessou admiração pela minha trajetória. Minhas primas, Samara, Patrícia, Liliane, sou eu que as admiro! Minhas tias Maria do Rosário e Maria de Fátima, todas Marias, todas mulheres, todas guerreiras! Minha família, meus pais, com quem sei que realmente posso contar quando perder a esperança e sentir medo de fracassar. Obrigada por tudo.

O melhor presente que o doutorado me deu foi uma pessoa. Um amigo que se tornou imediatamente o melhor amigo, porque a identificação foi tão grande que seria impossível negar a nossa afinidade. Meu querido e amado Wendell, você não é só o

homem que admiro e de que tenho orgulho de ser amiga, você é a pessoa que conhece toda a minha vida e sentimentos e que chorou comigo quando eu tive que chorar. Obrigada por termos nos conhecido e obrigada por eu saber que você é um amigo de verdade.

À professora Isabel Cardigos, que me atendeu prontamente em conversas por e-mail sobre as narrativas de cunho mítico disponibilizando, inclusive, um material inédito que virá a ser publicado sobre lendas portuguesas.

Agradeço aos professores Carolina Coelho Fortes, Vânia Leite Fróes, Adriana Zierer e Almir Marques por terem aceitado compor a banca de doutoramento e analisar o meu trabalho.

À Capes pela Bolsa de Doutorado, sem a qual seria praticamente impossível executar a pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social por serem sempre solícitos, especialmente nas pessoas da Silvana e Thaís. Obrigada.

Ao Real Gabinete Português de Leitura, onde durante dois anos fiz pesquisa diária para a tese. Embora haja problemas com o acervo, a biblioteca do Real ainda é o lugar mais completo de obras de referência no assunto. Agradeço especialmente ao Sr. Francisco, que me recebia todas as manhãs com a típica simpatia nordestina, ele é cearense. Obrigada Sr. Francisco por todo o seu carinho. À Bibliotecária e à secretária por toda ajuda com o acervo. Aos rapazes responsáveis pela coleta dos livros, obrigada por sempre me tratarem tão bem.

Por fim, o texto aqui apresentado é fruto de uma pesquisa de quatro anos amparada em mais de dez anos dedicados à vida acadêmica. Durante todo este tempo de estudo, somos colocados quase à margem da vida social ou, ao menos, somos considerados muito estranhos ou exóticos por aqueles que não compartilham nossos mesmos anseios de profissão. O tempo do isolamento, porque não há dúvida que a escrita é um processo solitário, é um tempo de provação e escolhas desumanas. A primeira prova sem dúvida é a intelectual; mas, ainda mais do que isso, a maior prova à qual somos submetidos é a prova emocional, um desafio cruel à capacidade de resistir e de persistir. Um treino cruel e insuspeito de renúncias. Ao fim de tudo, é difícil não dizer que o preço foi demasiado alto. Numa balança em que se tenta equilibrar um amontoado de folhas escritas de um lado e um punhado considerável de perdas do outro, o peso é impossível de ser medido. Ao menos uma certeza me acomete: só foi possível porque não estive sozinha.

EPÍGRAFE

E por que nem ~ua amizade nom pode ser tam pura segundo natura come daqueles que descendem de ~uu sangue, porque estes movem-se mais de ligeiro aas cousas per que a amizade se mantem, houve de declarar este livro per titolos e per alegações que cada ~uu fidalgo de ligeiro esto podesse saber, e esta amizade fosse descuberta e nom se perdesse antre aqueles que a deviam haver.

(Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro)

RESUMO

Através do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro pretendemos caracterizar a nobreza e sua relação com o rei. A obra aparece, assim, como um projeto de justificação do papel social da aristocracia, fundamentado pela linhagem como elemento distintivo e pela guerra como elemento central. A escrita do Conde reflete e realiza este projeto num longínquo curso temporal, que não se limita a um autor como indivíduo isolado. A autoria apresenta-se como a de um grupo, a nobreza, que intenciona reafirmar sua posição também pela palavra escrita. Longe de ser um arauto em favor da nobreza e um carrasco do rei, o projeto historiográfico desenvolvido pelo Conde D. Pedro constrói uma relação de equilíbrio entre a nobreza e a realeza visando a união dos dois para que ambos pudessem manter sua posição de poder. Assim, nobres e reis estão unidos desde a sua origem e devem permanecer nesse estado, pois somente quando se encontram em ajuda mútua são capazes de realizar suas funções. A associação boa nobreza/bom rei reflete esta condição ao estabelecer que um rei de fato só consegue ser justo e distribuir mercês quando tem ao seu lado nobres homens aconselhando-o. Esta relação é mais perceptível e estruturante quando estes homens entram em guerra. Nas principais batalhas narradas no *LL*, o rei só consegue vencer porque algum nobre vem em seu auxílio. É na atividade guerreira que a identidade da aristocracia medieval se faz mais presente e a solidariedade de classe encontra seu momento ideal. A ideologia da amizade propalada pelo Conde justificaria o papel e a função de reis e nobres na sociedade.

Palavras-chave: Nobreza; Rei; Linhagem; Parentesco; Genealogia; Poder; Guerra.

ABSTRACT

Through the Book of Lineages of Count Pedro we intend to characterize the nobility and its relation with the king. This book thus appears as a project of justification of the social role of the aristocracy, founded by the lineage as a distinctive element and by war as a central element. The Count's writing reflects and realizes this project in a distant temporal course, which is not limited to an author as an isolated individual. The authorship is presented as that of a group, the nobility, which intends to reaffirm its position also by the written word. Far from being a herald in favor of the nobility and an executioner of the king, the historiographic project developed by the count D. Pedro builds a relation of balance between the nobility and the royalty aiming the union of the two, so both of them can maintain their position of power. Thus nobles and kings are united from their origin and must remain in this state, because only when they are in mutual aid they are able to perform their functions. The good nobility / good king association reflects this condition by establishing that a king can in fact only be fair and distribute favors when he has noble men at his side advising him. This relationship is more noticeable and structuring when these men went to war. In the main battles narrated in the BL the king can only win because some noble man comes to his help. It is in war activity that the identity of the medieval aristocracy becomes more present and class solidarity finds its ideal moment. The ideology of friendship undertaken by the count would justify the role and function of kings and nobles in society.

Key-words: Nobility; King; Lineage; Kinship; Genealogy; Power; War.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	14
<u>Cap. 1. Um estudo crítico do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (“Por Gaanhar o seu Amor e por Meter Amor e Amizade entre os Nobres Fidalgos de Espanha”)</u>	25
1. “Origens”.....	25
2. <i>O Livro de Linhagens</i> do Conde D. Pedro – edição crítica por José Mattoso.....	30
3. <i>O Livro de Linhagens</i> do Conde D. Pedro de Barcelos: autor e obra.....	36
4. Surgimento da Genealogia na Península Ibérica	44
5. Genealogia, História e Literatura.....	46
<u>Cap.2. A Linhagem e o Amor Fraternal (“[...] ca mais nobre cousa he e mais samta amar o homem a seu parente)”</u>	59
1. Linhagem, Parentesco e Família.....	62
2. As Mulheres na Linhagem.....	72
3. Uma sociedade de “jovens”.....	78
4. A nomeação dos descendentes	84
5. Dom Gonçalo Mendes da Maia: o Lidador.....	89
<u>Cap. 3. Nobreza e Realeza formam uma só Entidade. “E o Soeiro Meendez lhe disse: ‘Non fizestes siso que aa batalha fostes sem mim’</u>	99
1. Semear a Amizade.....	99
2. Educando a Nobreza.....	102
3. Realeza, Nobreza e o Controle do Poder	109
4. Um Bom Conselheiro, um Nobre Guerreiro, um rei.....	120

5. Quando a Aristocracia é mais Nobre: a Guerra e os Discursos do Rei.....	154
Cap. 4. <u>Relações com o Sagrado: Mitos e Linhagens (“[...] e el fe-a bautizar, que lhe nom caia tanto nome nem ~uu como Marinha, porque saira do mar)”</u>.....	145
1. Narrativas mitológicas nos <i>Livro de Linhagens</i> : A Dama do Pé de Cabra e a Linhagem dos Haros.....	152
2. A Origem Mítica de uma Linhagem.....	166
3. Os Marinhos e sua origem fantástica.....	174
4. Finalmente Nobres Linhagens	184
<u>CONCLUSÃO</u>.....	187
<u>BIBLIOGRAFIA</u>.....	191

INTRODUÇÃO

Toda pesquisa tem uma história, não seria diferente com esta. Como acontece em muitas pesquisas, ao longo do seu processo de desenvolvimento novos caminhos se apresentam mais viáveis de serem seguidos e o percurso que então havia sido traçado toma nova forma, talvez mais longo, talvez com mais obstáculos, mas sem dúvida foi o caminho possível de percorrer porque foi construído a cada passo, pelo erro, acerto e pelo continuar seguindo. A história dessa pesquisa, deste caminho construído, não é uma história linear.

Em meu trabalho anterior, a dissertação de mestrado defendida nesta mesma instituição e sob a orientação do mesmo professor, dei continuidade à pesquisa originada da iniciação científica. O trabalho desenvolvido procurou analisar a cavalaria do Ocidente medieval a partir de uma fonte literária do século XIII, de ampla circulação no reino português. *A Demanda do Santo Graal* é uma novela de cavalaria que gira em torno do tema do Graal e dos cavaleiros da Távola Redonda, comandados pelo rei Artur. No estudo que fiz, observei a construção de modelos de cavaleiros a serem seguidos ou evitados, além de outro mais “factível”, mas próximo do que seria o estilo de vida médio daqueles atores sociais. Minhas pesquisas anteriores giravam, pois, em torno do cruzamento da literatura medieval com a cultura da nobreza e o imaginário social dos séculos XIII e XIV. O que mudou exatamente? Estes três pilares permanecem, mas o enfoque é completamente outro.

Esta pesquisa iniciou-se, inclusive, com um projeto que teria por fonte principal de pesquisa ainda a *Demanda*. No entanto, um projeto de investigação sofre mudanças no decorrer de sua execução, e foi isso o que ocorreu. O tema da cavalaria “em si” já não satisfazia meus interesses, ainda mais se continuasse a tratá-lo através do mesmo documento. Com a decisão de que a temática cavaleiresca não seria mais o enfoque principal, concentrei meus esforços em entender a classe da qual os nobres guerreiros faziam parte. Assim, a nobreza como grupo social passou a ser meu principal objeto de pesquisa. Compreender os mecanismos de composição, organização, reprodução, conquista de poder da nobreza são os pontos-chave para caracterizá-la na pesquisa que aqui se apresenta. O documento mais importante nesta investigação, seja por seu caráter explícito de tratar da nobreza “de dentro”, seja pelas suas peculiaridades tão valiosas enquanto fonte documental singular a qualquer outro do mesmo gênero, haja vista ser uma literatura genealógica e ao mesmo tempo uma crônica da época pelos

seus vários relatos narrativos com ricos detalhes daquela sociedade, é o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*.

Com a redefinição da pesquisa, nos propomos a abordar a nobreza a partir de uma documento elaborada por seus próprios quadros, com claras referências ao seu estatuto e à sua condição social. Distanciando-se de uma visão clerical da cavalaria e nos aproximando de uma autorreferenciação sua, pretendemos estabelecer um panorama dos variados elementos que caracterizam a nobreza, especialmente a sua relação com o rei. Para esta pesquisa, consideramos o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro de Barcelos uma fonte privilegiada por ser um documento produzido por um membro da nobreza. O *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, embora tenha sido bastante estudado em Portugal, ainda suscita questões que estão longe de prefigurarem respostas definitivas. Pretendemos responder algumas delas neste trabalho.

Os estudos dedicados à nobreza, em Portugal, tratam majoritariamente da sua relação direta com a corte. Ou seja, é sempre a nobreza em função da realeza, e muitas vezes como se fossem segmentos incompatíveis ou opostos. E a realidade não era assim tão dicotômica. É preciso ter em vista sempre que nobreza e realeza fazem parte do mesmo grupo social, portanto defendem interesses comuns, em que pese as contradições e conflitos em que estavam enredados.

Em Portugal houve um interessante movimento de dinamização da classe nobre, pois as antigas famílias condais perderiam, a partir do século XI, cada vez mais espaço para os infanções, famílias da pequena nobreza. Este processo foi alongado no tempo e diverso. Ao mesmo tempo em que os magnates perdem poder, os pequenos nobres conseguem, com o apoio de monarcas vizinhos e conquista de novas terras, adquirir posições e conquistar riquezas. As antigas famílias, portanto, não conseguem se manter no poder absolutamente inatingíveis ao longo dos séculos.

Os nobres portugueses desempenharam um papel fundamental na estruturação do reino e na sua reconfiguração social, visto que a classe se mostrou dinâmica, com novos grupos ascendendo socialmente para exercer suas prerrogativas senhoriais. Este processo de afirmação da nobreza e de tomada de consciência de classe caminha lado a lado com a constituição mais efetiva da realeza. Ora, tanto o rei quanto os nobres precisavam garantir e reafirmar suas posições para terem seus privilégios sempre avalizados. Assim, parece que o período de meados do século XI até a crise de 1383 é um momento decisivo na história da nobreza. De antigas famílias detentoras do poder experimentou-se a ascensão de famílias até então menos importantes, que conquistam

seu lugar entre os poderosos e conseguem estruturar-se em torno de seus interesses de grupo, garantindo assim sua manutenção e reprodução social.

Passados quase vinte anos de sua primeira incursão e abertura temática, José Mattoso revisita o tema da nobreza com um balanço sobre o que tem sido feito a respeito em número dedicado especialmente a isso pela *Revista de História das Ideias*¹. Para o autor, a maior urgência é de mais publicações impressas de fontes que contemplem de alguma maneira a nobreza, como as *Inquirições*, essenciais para o conhecimento da aristocracia, os necrológios, as listas de patronos de mosteiros e tantas outros.

De qualquer forma, o balanço é de que houve avanços, em especial com os estudos de Leontina Ventura, Luis Krus e José Augusto Pizarro. A primeira mostrou as vicissitudes do jogo de poderes entre o rei e os senhores ao longo dos séculos XIII e XIV, o que precisa ser feito em relação a outros monarcas. Ventura concentrou-se especialmente em D. Afonso III, e tem realizado estudos sobre a nobreza de diversas regiões, o que poderá resultar em um conjunto de análises interessantes, tendo-se em conta as especificidades locais. Já Luis Krus estudou a família dos Sousas, a herança adquirida e como ocorreu a implantação da propriedade nobre e o poder advindo de seus direitos. Observou atentamente a mudança referencial de poder quanto ao espaço. Assim, processos similares tinham significados diferentes quer no campo quer na cidade, em lugares sagrados e lugares profanos, nas cortes régias e em cortes senhoriais, na fronteira em estreita relação com os mouros e longe dela. No entanto, é preciso ainda especificar com mais precisão a base material e a riqueza da alta e da baixa nobreza. Pizarro também trabalhou com as *Inquirições* e propôs que a divisão em “Ricos-homens, Infanções e Cavaleiros” não mais comportava a nobreza a partir do século XIII. Assim, o autor propõe a divisão daquele grupo social entre Nobreza de Corte e Nobreza Regional². A primeira dividindo-se ainda em Alta e Média e exercendo altos cargos junto ao rei, concentrando poder político, militar e senhorial. Da Nobreza Regional faziam parte linhagens que haviam saído da segmentação das mais antigas,

¹ MATTOSO, José. “Perspectivas Atuais sobre a Nobreza Medieval Portuguesa”. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 19 (1997), pp. 7-37.

² Essa é a ideia desenvolvida por Pizarro em sua tese de doutoramento: SOTTOMAYOR-PIZARRO, Jose Augusto de. *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-132)*. Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heraldica e Historia da Familia – Universidade Moderna (Porto): 1999.

O autor também já havia trabalhado com a temática da nobreza e as listas de patronos de mosteiros, o que resultou em sua dissertação de mestrado: SOTTOMAYOR-PIZARRO, Jose Augusto de. *Os Patronos do Mosteiro de Grijó: evolução e estrutura da família nobre – séculos XI a XIV*. Porto: 1987.

também exerciam funções próximas ao monarca e detinham patrimônios com dimensões razoáveis.

Por mais surpresa que isto possa causar, ainda é pouco estudada a relação entre a nobreza e o clero. Quais são de fato as relações familiares entre clero e nobreza? A clerezia era atributo de poucas famílias? Mais ainda: quando se começa a lançar os filhos segundos para a carreira monástica ou clerical e a evitar, assim, a erosão do patrimônio pelas sucessivas partilhas hereditárias? É claro que essa relação é crescentemente valorizada, especialmente entre os principais mosteiros, seja pelas doações, a fim de garantir um bom *post mortem*, seja por abrigarem as mulheres, então excluídas da herança, ou viúvas.

Merece também mais atenção a ligação entre nobreza e burguesia. Parece ser também um vínculo marcado pela espacialidade, visto a relação entre campo e cidade, e pelas divisões dentro da própria nobreza, uma vez que as famílias mais antigas guardam uma consciência de superioridade bastante expressa em relação às gentes do comércio. Neste caso, é preciso contextualizar a crescente importância assumida pelas cidades, assim como o crescimento do uso do dinheiro. Manifesta-se um duplo movimento: o poder material capaz de alavancar os interesses políticos da burguesia, e um novo poder material apropriado para garantir bases econômicas para antigas famílias em decadência.

Algumas temáticas preponderantes têm envolvido o estudo da nobreza. São pesquisas que levam em conta principalmente aspectos culturais da aristocracia, enfocando o poder nobre em seu aspecto simbólico. Neste tipo de abordagem, a documentação mais utilizada são as canções trovadorescas e a heráldica. As temáticas giram em torno dos signos que representam a nobreza, como os paços, os nomes de família, a arte tumular. A análise das torres, ou casas-torres³, como símbolo do processo de afirmação local de uma nobreza secundária, e a tumulária foi feita por Mário Barroca, que também desenvolveu um vigoroso estudo sobre epigrafia⁴.

Os estudos em torno da documentação das canções trovadorescas envolvem especialmente a mulher, suas representações e possibilidades de poder evidenciadas nestes poemas. Antonio Resende de Oliveira trabalhou com as *Cantigas de amigo*,

³ BARROCA, Mário Jorge. “Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 19 (1997), pp.39-103.

⁴ BARROCA, Mário Jorge. *Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422 (4 v.)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian : Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.

escárnio e mal-dizer, mas para ele estas fontes dizem respeito a um mundo à margem das preocupações familiares e políticas anteriores (!). Estas abordagens evocam a manifestação da escrita então propagada pela nobreza como uma forma de afirmação social. Daí as crônicas, gestas e demais produções literárias serem um meio privilegiado para os estudos neste campo. Para o autor, outros temas ainda merecem atenção dos historiadores para o conhecimento da história cultural da nobreza, como aspectos gestuais e cerimoniais da vida nobiliárquica, a evolução do vestuário como marca de diferenciação e distinção social, ou as atitudes e comportamento religioso⁵. Este tipo de enfoque, em termos estritamente culturais, no entanto, não é o nosso propósito aqui.

Mesmo com os trabalhos dedicados ao estudo da nobreza e sua configuração política, muito ainda há a ser feito. As questões em torno da configuração familiar e seu enraizamento local aparecem como fundamentais para explicar o processo de afirmação da nobreza, especialmente aquela que não estava ligada à corte, mas que mantinha, mesmo assim, um forte poder senhorial expresso nas exações e violências cometidas em diversas regiões. Cabe aqui ressaltar que a ascendência ligada à primogenitura custou a se impor em Portugal. Assim, alguns filhos segundos destacavam-se em detrimento dos primeiros e acabavam por formar linhagens importantes. Mattoso já havia afirmado, na década de oitenta do século passado, que nobreza significava capacidade para o exercício efetivo de poderes senhoriais, ou seja, o poder de julgar, cobrar impostos e comandar por armas. Para o autor, o sangue, as armas e o poder (?) são os pilares fundamentais para a condição de ser nobre. É preciso considerar que o poder de julgar, cobrar impostos e usar armas só se efetiva com uma base material sólida. Caso não fosse assim, antigas famílias senhoriais que continuam esbanjando o nome da linhagem a que pertencem, mas já sem riquezas, não teriam perdido o poder e lugar dentro daquela sociedade. Cabem, ainda, também, abordagens da autorreferenciação da nobreza, campo no qual se insere este estudo.

O nosso intuito é, portanto, contribuir para o conhecimento da perspectiva de sua caracterização pela própria nobreza por meio do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Não se trata de um tema inteiramente novo e a desbravar visto os trabalhos desenvolvidos na esteira do pioneirismo de José Mattoso. No entanto, esta pesquisa se mantém atual não só pela amplitude do tema, mas pelo enfoque que proponho: o autor

⁵ OLIVEIRA, Antonio Resende. “A Cultura da Nobreza (sécs. XII-XIV): balanço sem perspectivas”. In: Revista *Medievalista*. Ano 3, número 3, 2007.

desenvolve uma ideologia baseada na amizade entre a nobreza e dela com a própria realeza, visando à solidificação de relações que garantiam as posições de mando daquele grupo social.

Metodologicamente, realizamos um trabalho comparativo do Prólogo do *Nobiliário do Conde D. Pedro* com o Prólogo dos outros livros de genealogia, *Livro Velho* e *Livro do Deão*. Para o restante da obra, utilizamos e problematizamos várias análises de autores que se dedicaram ao tema. Sobre as narrativas de cunho especificamente literário, consideramos pertinente a utilização da metodologia da análise de textos a partir das referências de Ciro Cardoso, Tzvetan Todorov e Lucien Goldmann⁶. Vejamos suas perspectivas básicas.

O texto escrito, sua apropriação e difusão, transmite seu conteúdo por meio de um relato, de uma narrativa, sendo as duas noções sinônimas:

Relato deriva do verbo latino *referre* (levar consigo, referir, transcrever), do qual *relatu* é o particípio passado. Significa o ato ou efeito de relatar (no caso, narrar, expor, descrever). Quanto a *narrativa*, é a substantivação do feminino do adjetivo *narrativo*; pode ser substituída por *narração*. *Narrativo*, termo que, portanto, origina *narrativa*, vem do latim *narratu*, particípio passado de *narrare* (narrar). No que nos interessa, *narrativa* é, pois, sinônimo de *relato*⁷.

Relato e narrativa também significam uma forma de comportamento humano a serviço da comunicação. Daí podemos inferir que os textos produzidos e sua leitura em voz alta são, e não só, expressão de uma dada sociedade numa época determinada, mas também divulgam seus valores, suas intenções, algum propósito, uma mensagem destinada a um fim. “Um relato, na aproximação mais geral de que posteriormente se podem derivar as estruturas narrativas, caracteriza-se pela passagem de um estado ou de uma situação a outro, por meio de uma transformação”⁸, que pode ser exemplificada segundo o esquema abaixo:

ESTADO 1 —————> TRANSFORMAÇÃO —————> ESTADO 2

⁶Ciro F. Cardoso em *Narrativa, Sentido e História* propõe uma metodologia conjugada com a *Poética* de Todorov e o “Método Estruturalista Genético” de Lucien Goldmann em *A Sociologia do Romance*. Também utilizaremos de Todorov *As Estruturas Narrativas e Literatura e Significação*.

⁷ Ciro F. Cardoso. Op. Cit. p. 10

⁸ Idem. Ibidem. p. 14.

Assim, numa narrativa, para que haja alguma mudança no percurso do que é contado ocorrem diferenças entre uma situação anterior, inicial, e uma situação posterior, final. No curso da passagem destes estados aparecem oposições que podem ser: 1) oposição categorial, quando não admite meio-termo (por exemplo verdadeiro/falso, legal/ilegal); 2) oposição gradual, quando apresenta pontos intermediários entre os extremos: a oposição quente/frio pode variar em fervente/quente/morno/frio/gelado; 3) oposição privativa, “é a que confronta duas unidades, das quais uma se caracteriza por apresentar uma propriedade de que a outra carece (por exemplo vida/morte, dinâmico/estático, animado/inanimado)”⁹.

O método estruturalista genético de Goldmann parte da hipótese de que “*todo o comportamento humano é uma tentativa para dar uma resposta significativa a uma situação particular e tende, por isso mesmo, a criar um equilíbrio entre o sujeito da ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, o mundo ambiente*”¹⁰. No entanto, segundo Goldmann, todo equilíbrio é provisório, visto que as relações entre o homem e o mundo sempre tendem a se modificar; assim há uma transformação pela qual o antigo equilíbrio já não serve mais e é gerado, então, um novo equilíbrio, que por sua vez acarretará em outro.

A tese é composta por quatro capítulos. No primeiro, intitulado **Um estudo crítico do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (“Por Gaanhar o seu Amor e por Meter Amor e Amizade entre os Nobres Fidalgos de Espanha”)**, fizemos, como o título o indica, a apresentação da obra do Conde D. Pedro a partir de um estudo crítico organizado com base nas pesquisas de José Mattoso, quanto ao estabelecimento do texto, e de Maria do Rosário Ferreira, a respeito das inúmeras discussões sobre a autoria da obra. Essa última faz uma revisão pautada em todos os textos atribuídos ao Conde e tece críticas contundentes à falta de um olhar mais atencioso sobre esta questão. Este capítulo introdutório é um capítulo mais técnico. Desse modo, informamos ao leitor que o *LL* faz parte de uma antiga tradição de obras genealógicas inauguradas em Portugal com o *Livro Velho (LV)*, seguido pelo *Livro do Deão (LD)* e finalmente o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. Do primeiro ficaram apenas fragmentos do prólogo enquanto do segundo conservou-se o prólogo e alguma parte em que as famílias mencionadas nele aparecem. Á propósito, o *LD* é considerado uma primeira versão do

⁹ Idem. Ibidem. p. 14-15.

¹⁰ Goldmann. Op. Cit. p. 204.

LL. O que importa esclarecer é que o Conde D. Pedro utilizou essas duas obras como fontes para o seu livro, bem como o *Liber Regum*. O trabalho do filho do rei D. Dinis é fruto, portanto, de uma vasta pesquisa bibliográfica que seu autor faz questão de reafirmar frequentemente ao longo do texto. O Conde D. Pedro era filho bastardo do rei D. Dinis e recebeu dele o condado de Barcelos. Seguiu os passos do seu bisavô Afonso X, o Sábio, ao empreender um projeto de escrita e dedicar-se à cultura das letras, escrevendo até mesmo um livro de cantigas. Estabelecido o conjunto ao qual pertence o *LL* e a origem do seu autor, realizamos uma ampla discussão sobre o conceito de Genealogia e sua relação com a História, figurando o *LL* como uma obra genealógica híbrida devido às riquíssimas narrativas de cunho diverso que nele aparecem.

No capítulo dois, intitulado **A Linhagem e o Amor Fraternal (“[...] ca mais noble cousa he e mais samta amar o homem a seu parente)”**, apresentamos a hipótese que desenvolvemos para abordar a caracterização da nobreza no *LL*. Iniciamos pela identificação da estrutura da escrita do Conde, cuja forma espiralada lhe permitiu projetar sempre o primogênito na narrativa. Assumindo que a redação é um projeto de longo prazo, compreendemos que sua obra pretende legitimar a identidade nobre através da solidariedade de classe fundamentada numa ideologia da amizade. Esta consciência de classe seria gerada pela consciência da linhagem. Discutimos, então, o conceito de linhagem e sua utilização pela história na análise genealógica, o surgimento do conceito de linhagem na Península Ibérica e como ele está intimamente relacionado ao longo processo de modificação das estruturas de parentesco que levou ao favorecimento do primogênito. Processo longo, especialmente em Portugal, que o *LL* reflete ao apresentar linhagens em que o filho segundo tem papel relevante. Seguindo esta linha, explicamos o conceito de *juvenis* e o seu papel na formação da linhagem, inclusive com a representação de um filho segundo heroicizado. Consideramos a situação da mulher na linhagem e como ela é representada pelo Conde, destacando as poucas informações que ele fornece. Analisamos a perpetuação da linhagem a partir da construção de sua nomenclatura, o intrincado método de atribuir nomes aos descendentes. Tomamos como exemplo de representante das famílias nobres, D. Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador, e através da narrativa sobre os seus feitos explicamos como a memória linhagística se constrói até mesmo a partir de um filho segundo. O exemplo do Lidador e de tantos nobres guerreiros apresentados no *LL* é o ponto ao qual o Conde conduz sua obra no sentido de promover ou retomar a união entre nobreza e realeza a fim de que sua função seja plenamente justificada.

No terceiro capítulo, intitulado **Nobreza e Realeza formam uma só Entidade**. **“E o Soeiro Meendez lhe disse: ‘Non fezestes siso que aa batalha fostes sem mim’**”, tratamos de uma relação fundamental no seio da aristocracia envolvendo seus estratos mais altos: o rei e a nobreza guerreira. Nesta relação, perpassada por conflitos e associações mútuas, o equilíbrio é o fator central engendrado no discurso do Conde para manter a aristocracia unida e detentora dos privilégios. A união e equilíbrio da nobreza são construídos discursivamente a partir da consciência que ela própria toma de si, e o Nobiliário do Conde é uma obra que permite entrever esta formação da mentalidade nobre. Explicamos que a narrativa do *LL* elabora uma ideologia da amizade como argumento básico para a defesa da Nobreza, daí a necessidade do equilíbrio entre seus estratos mais elevados. Identificamos a elaboração do tema do “mau conselheiro”, já presente em outras obras escritas anteriormente pelo Conde. Trabalhamos assim como a relação existente, no *LL*, em que um “mau conselheiro” gera um “mau rei”, bem como o “bom conselheiro” produzirá o “bom rei”. Para tanto, é necessário que estes homens não sejam apenas bons, mas originários das famílias mais importantes. Seu papel fundamental de conselheiro será primordial no assunto mais importante: a guerra.

O papel do rei, justificado por uma teoria descendente do poder, é complementado pela ação da nobreza. Assim, analisamos a concepção do poder real discutindo a elaboração do modelo de “Rei Guerreiro”, caro à historiografia portuguesa, e que o *LL* corrobora inclusive para fundamentar a associação que ambos, rei e nobres, mantêm. Toda a discussão nos leva ao momento mais esperado da narrativa do Conde, preparado por ele desde o prólogo, a Batalha do Salado. Recheada de informações preciosas sobre estratégias de guerra, armas utilizadas no combate, pausas e retomadas na luta, a batalha principal retratada no *LL* assume a posição do acontecimento no qual a “amizade” entre rei e nobreza revela-se o fundamento para a justificação social de suas funções. É na guerra que a nobreza tem a chance de mostrar ao rei suas qualidades e propiciar, por meio dos seus recursos militares, a vitória cristã. É também na guerra que o rei poderá exercer com largueza os seus favores régios, prestigiando os descendentes da antiga nobreza que garantiu ao reino a manutenção de suas fronteiras e a supremacia sobre os mouros. É assim que o Conde constrói uma relação entre nobreza e realeza marcada pela disputa, mas unida pela sua posição e pelo dever de honrar a linhagem.

No último capítulo, **Relações com o Sagrado: Mitos e Linhagens (“[...] e el fe-a bautizar, que lhe nom caia tanto nome nem ~uu como Marinha, porque saira do mar”)**, chegamos ao nível mais “visível” do imaginário social da nobreza, as suas

narrativas míticas. Um dos principais instrumentos de justificação da nobreza, autorrequerida por certas linhagens aristocráticas, é a afirmação de uma longa trajetória de existência destacada em poder e prestígio que remontam a um passado grandioso. Neste último capítulo abordamos como a formação de linhagens poderosas e respeitadas, na falta de íntima relação com a corte, recorre a um discurso de origem baseado num tempo longínquo e inacessível, no qual o mito “fundador” explica a sua posição social e confirma seu papel naquela sociedade. Dentre as diversas narrativas presentes no *LL*, chama bastante atenção a que envolve a *Lenda da Dama do Pé de Cabra*. Herdeira das narrativas de fundo melusiniano, a Dama do Pé de Cabra fornece à família dos Haros os elementos necessários para justificar sua origem superior. É importante observar que essas mulheres participam na fundação das linhagens e, embora no caso da Dama ela não possua um nome nem muito menos forneça um sobrenome, é a ela que se deve o poder daquela família, que amplia seus territórios, garante fertilidade aos herdeiros e, principalmente, dá origem ao primogênito que continuará a linhagem, transformando-se mesmo num guerreiro de feitos incontáveis.

Outra família também mobiliza, como relato fundacional de sua origem, a ligação com uma mulher sobrenatural. Neste caso, ela recebe um nome ao ser batizada e também carrega muitas semelhanças com a Dama, porém seu relato não pode ser caracterizado como integrante do grupo daqueles ligados à Melusina. Dona Marinha dá origem aos Marinho e, neste caso, presenciamos uma mulher nomeando uma linhagem. Buscando compreender a estrutura interna das narrativas míticas utilizamos o método do estruturalismo genético e a sociologia do romance. Esta metodologia utilizada foi fundamental para a compreensão de como o texto é capaz de traduzir a intenção de quem o produz. As narrativas míticas do *LL* proporcionam, muito embora não sejam as únicas, um olhar para a nobreza que se entende como membro de uma família cujos ancestrais justificam o poder de determinadas linhagens sobre um espaço geopolítico.

Por fim, é preciso fazer alguns esclarecimentos ao leitor que lhe permita compreender a minha intenção ao analisar a nobreza no *LL*. Numa tomada mesmo de posição escolhi deliberadamente, ainda que limitada pelas escassas informações, analisar minimamente o modo como a mulher é representada pelo Conde antes mesmo de analisar a sua personagem principal: o nobre guerreiro. Esta opção decorreu do fato de a mulher, mesmo nobre, ser tratada como se não integrasse de fato a sua camada social. Geralmente, quando se faz referência a um estudo da nobreza, subentende-se, parte-se do pressuposto de que a nobreza se manifestava apenas nos homens que a

integravam. Por isso é preciso, em alguma medida, mesmo com as poucas informações disponíveis, ao menos no caso do *LL*, tentar reverter este quadro. Claro que não estou ignorando os amplos estudos já realizados a respeito da mulher em diferentes abordagens e temáticas pautadas em fontes diversas. Estou apenas situando a necessidade também de integrá-la quando se propõe uma abordagem das linhagens guerreiras, afinal elas tinham um papel na configuração familiar e nas relações de parentesco e formação das linhagens.

O segundo esclarecimento é sobre a estrutura dos capítulos. Optei por não fazer um capítulo contextual por entender que a análise da obra do Conde permitia inserir as referências do contexto ao longo de todo o trabalho. Pode ter sido uma escolha arriscada, mas a meu ver não prejudica a compreensão da pesquisa aqui apresentada. Embora tenha sido feito um capítulo “técnico”, responsável por apresentar uma resumida biografia do Conde e dar conta da estrutura de sua obra, datações, refundições, suas influências e toda a sua produção literária, bem como a necessária discussão em torno da questão da autoria, da relação entre História e Literatura e do conceito de Genealogia, Linhagem, todos estes elementos reaparecem ao longo dos demais capítulos porque sentimos a necessidade de explorar um aspecto ou outro capaz de elucidar melhor a explicação que então nos dispomos a desenvolver. Talvez, em alguma medida, tenha acabado por ser contagiada pela própria estrutura da obra do Conde. Não considero isso um defeito, nem cabe aqui arrependimento, já sabemos há algum tempo que a subjetividade importa. Ei-la aqui professada.

Espero que o objetivo proposto tenha sido alcançado e que, em alguma medida, este trabalho possa contribuir para a explicação e caracterização da nobreza ibérica e da obra do Conde D. Pedro de Barcelos.

Capítulo 1

Um estudo crítico do Livro de Linhagens do Conde D. Pedro:

“Por Gaanhar o seu Amor e por Meter Amor e Amizade entre os Nobres Fidalgos de Espanha”.

1. “Origens”

O *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro é a terceira, última e mais completa compilação das origens da nobreza da *Espanha*. Segundo José Mattoso, o “*Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro é talvez a mais célebre fonte histórica medieval portuguesa. Fr. Francisco Brandão considerava-a ‘a escrita de maior utilidade que temos em Espanha’”¹¹. A obra apresenta significativas peculiaridades, pois, ao contrário dos dois livros anteriores dedicados ao assunto, o texto do Conde é recheado de narrativas de teor variado que abordam questões mitológicas, fundacionais, heroicas, anedóticas, religiosas e tantas outras.

Os primeiros livros sobre a aristocracia da Península Ibérica são de origem anônima ou pouco conhecidas, intitulados *Livro Velho* e *Livro do Deão*. Ao *LV* atribuiu-se a datação de meados de 1270, embora José Mattoso mantenha discordâncias reivindicando uma datação mais tardia, por volta de 1282, “atendendo à época em que viveram a maioria dos nobres mais recentes que nele figuram”¹². Desta primeira genealogia restou apenas um fragmento bastante curto com nove páginas reunidas na *Portugaliae Monumenta Historica*¹³. O que foi conservado guarda, contudo, o essencial acerca da questão: o Prólogo, com as informações respeitantes ao âmbito da obra e às intenções do autor. A autoria do *LV* gira em torno de figuras religiosas sob o comando de uma das grandes famílias da época. A família da Maia, através de seu representante por linha feminina, Gil Martins de Riba de Vizela, teria encomendado o serviço de redação da obra a um clérigo ou monge do mosteiro de Santo Tirso. Já o *Livro do Deão*

¹¹ MATTOSO, José. “Introdução”. In: **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**. *Portugaliae Monumenta Historica*. Edição Crítica por José Mattoso, v. II/1. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa: 1980. (p. 7).

¹² MATTOSO, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980. (p. 47).

¹³ A *Portugaliae Monumenta Historica* pode ser acessada on-line através do sítio da Biblioteca Nacional de Portugal no seguinte link: <http://purl.pt/12270>

se resume também a um fragmento, porém em melhor estado de conservação, já que mantém em suas páginas aproximadamente dois terços das linhagens enumeradas em seu prólogo. Deve ter sido redigido antes de 1343, mas não muito anteriormente a esta data, uma vez que os indivíduos que nele aparecem viveram durante o fim do reinado de D. Dinis ou princípio do de Afonso IV. Sua datação pode ser restringida aos limites cronológicos dos anos de 1337 a 1343, já que nele é citado o desbarato de Barcarrota, um episódio das guerras com Castela que ocorreu em 1337. “Dado que não se menciona o casamento de D. Pedro I com D. Constança Manuel, talvez seja possível aproximar as datas de 1337-1340, pois o casamento deu-se por procuração, em 1336, e pessoalmente, em 1340”¹⁴. Para alguns autores, o *LD* teria sido uma primeira versão da obra composta pelo Conde D. Pedro, que viria a ser o *Livro de Linhagens*.

O *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro, cuja autoria foi confirmada pelo estudo de dois importantes filólogos, Lindley Cintra e Diego Catalán Menéndez Pidal, constitui a terceira manifestação do interesse “historiográfico” de Portugal pelas origens de sua nobreza. Reconhecida a sua autoria, embora suas refundições, como veremos, sejam objeto de grandes debates acerca de quem as escreveu, é possível fixar o período entre 1325 a 1340 como o da reunião de todo o material necessário para a primeira redação, completada, então, entre 1340 e 1344. Diego Catalán e Lindley Cintra, com suas rigorosas análises, estabeleceram essa datação para a produção da obra. O texto com que atualmente temos contato é uma versão refundida duplamente, primeiramente em 1360-1365 e, posteriormente, em 1380-1383.

Os dois manuscritos que deram origem ao texto veiculado atualmente é o fragmento da Ajuda, constante no *Scriptores* sob o título de *Livro III das Linhagens*, cuja narrativa principal é dedicada à batalha do Salado. O manuscrito completo alojado na Torre do Tombo deu a base para a edição dos *Scriptores*. Esses dois manuscritos, na verdade, pertencem a um mesmo texto, dividido em dois e separando algumas narrativas.

[...] recordemos ainda que deve ter havido pelo menos outra coleção de genealogias com um caráter semelhante ao das duas primeiras e cuja existência foi deduzida por Herculano das referências a um livro de linhagens diferente do Conde, citado por Damião de Gois, ainda inédito, e que certamente terá conservado vestígios de obras medievais. O mesmo acontecerá, talvez, com o anônimo livro de

¹⁴ MATTOSO, José. *Op. Cit.* (p. 48).

linhagens do século XVI, publicado por Antonio Machado de Faria em 1956 ou com outras obras semelhantes do mesmo século¹⁵.

Estes três livros de linhagens remanescentes foram publicados por Alexandre Herculano nos *Portugaliae Monumenta Historica*, volume *Scriptores*, constituindo sua seção mais ampla, o que engloba cerca de dois terços do grandioso volume. Ao compararmos toda a extensão dos *Livros de Linhagens* com o restante da produção “historiográfica” portuguesa anterior ao final do século XIV, ou seja, aos textos dos *Scriptores* e à *Crônica Geral de 1344*, observamos que os livros de linhagens configuram quase a metade do material. Toda esta extensão e volume de informações acerca das linhagens da Península Ibérica contrasta bastante com as genealogias medievais europeias, caracterizadas por uma comum narrativa “seca”, curta e estereotipada, restringindo-se à enumeração dos membros das famílias e seus respectivos parentescos. Outro aspecto importante relativo àquelas genealogias, que Mattoso destaca, é que, por serem “bastante concentradas no tempo, pois estes textos abrangem menos de um século, no máximo de 1270 a 1350, tal produção revela, portanto, um súbito e amplo interesse pela genealogia na classe nobre portuguesa”¹⁶.

Os livros de linhagens portugueses, especialmente aquele do Conde D. Pedro, não são simplesmente genealogias com enumeração encadeada e crua de antepassados e descendentes por linha direta e indireta, com suas linhas verticais e horizontais de parentesco. Sua especificidade decorre do fato de também abordarem questões envolvendo as relações da nobreza com a realeza, e suas problemáticas internas. Assim, o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro não deve ser classificado meramente como uma genealogia. O *LV* e o *LD* já apresentavam traços cronísticos, mas relativos a pessoas bem determinadas, especialmente informações voltadas a melhor caracterização de algum personagem, ou em alguns casos de relatos relativamente extensos com cunho lendário, como a ilustre lenda do Rei Ramiro, monarca que teria dado origem aos bons fidalgos de Portugal e Castela. A narrativa sobre o rei cristão que se enamorou de uma moura já estava presente, portanto, no mais antigo livro de linhagens. Mas, em linhas gerais, os dois primeiros livros mantêm-se estritamente no campo genealógico, figurando claramente como os primeiros exemplares dedicados a informar sobre as origens da nobreza. É somente no *Nobiliário* do Conde D. Pedro que as notícias, relatos

¹⁵ *Idem. Ibidem.* (p. 49).

¹⁶ *Idem. Ibidem.* (p. 47).

e narrativas diversas ganham volume substancial, transformando este livro num exemplar híbrido de crônica e genealogia recheado de informações capazes de esclarecer a estruturação da sociedade a que se refere, em especial no que diz respeito aos seus membros situados no topo da escala social. É, pois, um exemplo único de material variado e consistente, um rico manancial para o conhecimento da nobreza.

Uma das especificidades dos livros de linhagens portugueses, e que os fazem tão diferentes e singulares em relação aos seus congêneres europeus, é a farta presença de personagens que figuram em suas páginas. A genealogia apresentada não se restringe ao ramo principal e nem tão somente à continuação da linhagem pelo primogênito. Em sua reconstituição linhagística são citadas esposas, mulheres, barregãs, filhas, filhos, filhos segundos, legítimos e bastardos, a nobreza diretamente vinculada à realeza, ou seja, a nobreza de corte, mas também a nobreza senhorial, ricos-homens, infanções, cavaleiros, escudeiros, trovadores, jograis, leigos, clérigos, monges, santos, aspirantes à mártir, mouros, pecadores (muitos), homens bons, heróis de vários tipos, traidores vassalos e reis traidores, e até mesmo gente desconhecida.

O caráter literário destas narrativas também é um fator diferencial de destaque. É notável o seu vigor quando, nessa mesma época, o gênero já entrava em declínio no restante do Velho Continente. E tanto mais importante é o fato de constituírem o único exemplo de que temos notícia em que todas as famílias nobres de um reino são enumeradas e, no caso do *Nobiliário*, aparecem listas das famílias de vários reinos, o que é bastante intrigante. A esse respeito, observamos uma mudança em relação aos dois livros anteriores, que não incluem informações sobre a família real. Já no seu *Nobiliário*, o Conde faz um escrutínio sobre as genealogias reais, separando-as das genealogias nobres ao estabelecer uma ligação direta entre os monarcas portugueses e antigos reis poderosos do passado e do presente. Vejamos. O *LV* apresenta a linhagem dos nobres como os que “andaram a la guerra a filhar o reyno de Portugal”, conferindo mesmo exclusividade à nobreza no processo de independência do reino, diminuindo significativamente o papel do rei nesta empreitada. No *LD* a ressalva é outra; não se nega o papel do rei, mas a sua negligência para com seus pares, procurando alcançar “muita prol e arredar muito danno: cá muitos uem de bom linhagem e nom o sabem eles, nem o sabem os reis, nem o sabem os grandes homens”¹⁷. Já o conde D. Pedro, por seu turno, pretende, desde o Prólogo de sua obra, tão minuciosamente didático e

¹⁷ *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*. v. I. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, (p. 143).

persuasivo, garantir que haja solidariedade e amizade entre os fidalgos de Espanha, afirmando “por os rreys auerem de conhecer aos uiuos com merçees por os merecimentos e trabalhos e grandes lazeiras que rreceberom os seus auóos em se ganhar esta terra de Espanha per eles”¹⁸. Assim, D. Pedro apresenta-se muito mais como o promotor de um projeto harmonizador que reúna monarcas e nobres.

Os prólogos dos três livros de linhagens até aqui referidos, aliás, possuem algo em comum. Assim, no *LV* temos a enumeração das cinco principais famílias nobres, a saber, os Sousaões, Braganções, da Maia, de Baião e da Gasconha, “do reyno de Portugal dos que devem a armar e criar e que andaram a la guerra a filhar o reyno de Portugal”¹⁹. O *LD* segue a mesma linha, com o objetivo de informar “os homens fidalgos de Portugal de qual linhagem uem e escreuer este liuro uerdadeiramente dos linhagens daqueles que som naturaes e moradores no reino de Portugal extremadamente”²⁰. E o Conde D. Pedro é muito claro em suas intenções e objetivos desde os primeiros parágrafos de sua obra, ao afirmar que “compuge est liuro por gaanhar o seu amor (de Deus) e por meter amor e amizade antre os nobres fidallgos da Espanha”²¹. Após informar as divisões de sua obra e do que ela vai tratar, citando as linhagens reais que irá apresentar, ressalta: “dês y domde deçemderom os nobres fidalgos de Castella e de Portugall e Galliza”²². E finaliza seu preâmbulo introdutório com uma clara consciência da escrita e seus desdobramentos: “E rrogo aaquelles que despôs mym veerem e uomtade ouuerem de saber os linhagens, que acreçtem em estes titollos deste liuro aquelles que adiamte deçemderem dos nobres fidalgos da Espanha, e os ponham e espream nos lugares hu conuem”²³. Trata-se, sem dúvida, de uma obra com propósitos bem mais abrangentes que uma mera descrição de famílias e seus ancestrais e descendentes.

¹⁸ *LL*. v. I. (p. 243).

¹⁹ *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*. v. I. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1860. (p. 175).

²⁰ *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*. v. I. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1860. (p.152).

²¹ *LL*. v. I. (p. 55).

²² *LL*. v. I. (p. 58).

²³ *LL*. v. I. (p. 58).

1.1 O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro – edição crítica por José Mattoso

Convém destacar o papel importantíssimo e pioneiro de José Mattoso no estudo da nobreza portuguesa, e especialmente no estabelecimento de uma edição crítica do *LL*. Todo o seu esforço, iniciado na década de oitenta, culminou com diversas pesquisas sobre a aristocracia portuguesa desenvolvidas por especialistas que se formaram e vêm se formando ao longo desses anos. Não há dúvida sobre o valor de sua iniciativa. E, no afã de oferecer um amplo espectro do que foi a nobreza ibérica, o autor se dedicou exaustivamente ao conhecimento da obra do Conde D. Pedro.

Ao contrário de Alexandre Herculano, o primeiro a estabelecer os textos dos livros de linhagens portugueses, reconhecendo apenas o valor dos seus manuscritos depositados na Torre do Tombo e do fragmento da Ajuda, Mattoso prosseguiu num minucioso trabalho de sondagem dos numerosos manuscritos ainda existentes a fim de encontrar um texto em melhores condições. O resultado foi, então, considerável e, a partir de um catálogo de textos impressos e ficheiros de bibliotecas de Lisboa, chegou a encontrar sessenta manuscritos. Destes, concentrou suas investigações em quatro manuscritos que lhe pareceram mais fiáveis: o *Nobiliário da Ajuda* ou do *Colégio dos Nobres* (A_1); o *Nobiliário da Torre do Tombo* (T_1); o manuscrito do *Palácio da Ajuda* (A_2) e o manuscrito da *Academia das Ciências* (C).

O chamado *Nobiliário da Ajuda* ou do *Colégio dos Nobres* (A_1), é um manuscrito que, por se encontrar em caligrafia livresca, torna-se de difícil datação paleográfica. Foi considerado por Alexandre Herculano, na introdução de sua edição dos livros de linhagens, como do fim do século XIV ou principio do século XV. Para Mattoso, não há razão para considerar A_1 a cópia de um texto diferente de T_1 , A_2 e C . Na verdade, todos compartilham a mesma datação, pois são cópias de um texto redigido, sem dúvida, posteriormente à morte do prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Pereira, muito provavelmente nos últimos meses de 1379 ou nos primeiros de 1380. O que pode ser provado pela referência, no texto, à morte e sepultura de D. Álvaro.

Por apresentar características peculiares no material em que está inserido, como espaços em branco, interrupções, rasuras não preenchidas ou emendadas com letra semelhante à da primeira mão ou mesmo por outras mãos, José Mattoso considera A_1

como um exemplar de trabalho que teria sido utilizado pelo próprio refundidor, entre 1380-1383.

Com efeito, estes caracteres textuais não são obra de copista mas de redator; não afetam apenas pormenores acidentais, mas questões de forma e de conteúdo. Isto não quer dizer que A₁ esteja totalmente isento de erros ou corrupções. A sua comparação com os outros códices mostra que a outra família oferece por vezes, embora raramente, um texto melhor, apesar de A₁ ser quase sempre mais correto. Pode admitir-se ou que o refundidor tenha abandonado este códice e passado a limpo o texto que depois serviu de base às outras versões, ou que, depois de uma primeira redação preparasse outra refundição mais vasta, incompleta, representada por A₁²⁴.

O *Nobiliário da Torre do Tombo* (T₁), possui características que se assemelham aos códices da “Leitura Nova” de D. Manuel, que foram executados a partir de 1504. Apresenta grande cuidado na transcrição, regularidade na caligrafia, decoração e pergaminho. Além disso, seus caracteres paleográficos fazem crer que sua cópia tenha sido feita no fim do século XV ou durante os primeiros anos do século XVI.

Este códice tem uma história interessante, pois, no princípio do século XVII, foi perdido um de seus cadernos, que continha a parte final do título XXXVI. Em 1638, foi transcrita a parte correspondente com base em outro códice, que pertencia à biblioteca do Duque de Bragança, em Vila Viçosa, e foi depois encadernado junto a T₁. O Guardamora D. Antonio Álvares da Cunha, alguns anos mais tarde, por volta de 1683, provavelmente, ordenou que fosse feita a transcrição em pergaminho imitando a caligrafia antiga. Então, foi escrita uma introdução com uma história do Nobiliário, um índice de títulos e um frontispício ricamente iluminado. O códice foi encadernado e ganhou, deste modo, a forma que apresenta hoje.

Sobre o processo de transcrição de T₁, verifica-se, de modo geral, o cuidado em transcrever exatamente o que estava posto, inclusive a ortografia de então. No entanto, em alguns momentos, tudo indica uma intervenção por parte do calígrafo ao modernizar consciente ou inconscientemente algumas palavras do texto. A este exemplo temos a “Lenda de Gaia”, em cujo texto o vocábulo feminino *senhor* é transformado várias vezes em *senhora*. “Não há dúvida, portanto, que embora T₁ seja, sem dúvida alguma, o ms. mais correto e mais completo, não pode ser tomado como único. As suas lições têm

²⁴ MATTOSO, José. “Introdução”. In: **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**. *Portugaliae Monumenta Historica*. Edição Crítica por José Mattoso, v. II/1. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa: 1980. (p. 35).

de ser corrigidas por comparação com outros mss., cujas variantes são frequentemente melhores”²⁵.

Já sobre o manuscrito do *Palácio da Ajuda* (A₂), sabemos exatamente quem foi o escriba que o copiou, em 1593, Pontinus. Os indícios de seu trabalho levam a crer que tenha sido um erudito que buscava, de modo geral, reproduzir corretamente o seu modelo. Ainda assim, efetuou correções quando notava suas deficiências. Algumas de suas interferências foram notadamente infelizes, outras bastante exatas. Segundo Mattoso, algumas delas podem indicar terem sido descobertas pelo próprio escriba, enquanto outras certamente foram executadas por outra mão. De qualquer forma, este códice é marcado por uma intervenção mais profunda do escriba através da redução de nomes repetidos, encurtamento de rubricas, utilização de formas abreviadas, modernização de vocábulos ou mesmo inversão da ordem das palavras, que lhe soava melhor.

Mas, talvez a característica mais interessante de A₂ seja sua dedicação especial à família dos Castros. O que ocorre é uma série de acréscimos mais ou menos breves a respeito desta família. A maior parte destas intervenções se encontra, como se pode prever, no título que é inteiramente dedicado à família dos Castros, mas também podem ser observadas ao longo do Nobiliário nos momentos em que são referidos os membros desta linhagem. Por não constituírem um conjunto apoiado pela tradição textual dos outros manuscritos referidos anteriormente, este fato leva a crer que se trate de interpolações, muito provavelmente introduzidas no século XV ou princípios do século XVI.

O manuscrito da *Academia de Ciências* (C), assim como os outros, utiliza formas vocabulares que indicam um modelo de fins do século XV ou início do século XVI. Diferentemente dos outros escribas, o copista de C revela, em muitos momentos, uma completa incapacidade de compreensão do que lê, mas ainda assim o reproduz, mesmo sem perceber.

Este manuscrito apresenta, de todo modo, como característica notável a interpolação de um título sobre os Saldanhas, logo a seguir ao dos Castros. A partir desta informação, somos levados a crer que o modelo de C foi redigido para um membro da família de Saldanha. Numa de suas primeiras páginas, é possível ver as armas dos Saldanhas e Bobadilhas. Provavelmente, o códice terá pertencido a João de

²⁵ *Idem. Ibidem.* (p. 36).

Saldanha da Gama, senhor do morgado de Barcarena, um genealogista que morreu na Batalha do Montijo, em 1644, e foi descendente do primeiro Saldanha conhecido em Portugal, Diogo Lopes de Saldanha. É possível admitir, em virtude da época a que deve remontar o manuscrito usado como modelo por C, que sua escrita foi feita para o próprio Diogo Lopes de Saldanha, logo, durante o último quartel do século XV.

Todos os quatro manuscritos aqui apresentados e utilizados por José Mattoso como base para sua edição crítica apresentam importantes lacunas em alguns títulos (XXXVIII e XLII), além da ausência de numeração dos parágrafos e uma inversão dos títulos XLI e XLII. Tudo isto indica a probabilidade de toda a tradição manuscrita depender de um único modelo, cujas características seriam aquelas.

Chegamos, então, ao problema das refundições do *Livro de Linhagens*. Para Mattoso, não há dúvida de que o texto hoje sobrevivente não é de modo algum pertencente ao conde D. Pedro de Barcelos. Elementos evidenciam um autor muito mais tardio que o Conde.

Existiu, portanto, uma importante refundição de *LL*, posterior a 1380 e anterior à revolução de 1383. Com efeito, é totalmente inaceitável que o refundidor, tão interessado pela figura de Fr. Álvaro, tivesse omitido uma referência ao filho, Nuno Álvares, se escrevesse depois daquela data. A revolução e as perturbações que se seguiram podem explicar que o seu trabalho tenha ficado interrompido, como os vários indícios tirados da crítica interna mostraram suficientemente²⁶.

O principal argumento utilizado por José Mattoso é a biografia do prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Pereira, que integra o *LL*. Sua morte e sepultamento constam de suas páginas. Mas, este fato deve ter ocorrido provavelmente nos primeiros meses de 1380. António José Saraiva demonstrou ter sido a Batalha do Salado escrita pelo refundidor para exaltar a memória do prior, que ganhou um papel preponderante no embate. Seriam, também, do mesmo autor os principais textos narrativos do título XXI. Além do propósito evidente de exaltar a sua memória e de sua família através de narrativas expandidas de cunho heroico de seus antepassados, associam-se, também, textos laudatórios dirigidos a amigos próximos, em particular a família dos Telos. Ao que tudo indica, o refundidor não manifestava nenhum interesse por questões genealógicas, pelo contrário: seu patente desinteresse em atualizar as informações linhagísticas, até mesmo de pessoas bastante conhecidas, como Leonor Teles, evidencia

²⁶ *Id. Ibid.* (p. 42).

que sua única intenção consistia em exaltar uma pessoa ou uma família, sem qualquer propósito de completar o *LL*, atualizando-o até a sua época. Suas pretensões literárias levaram-no ao máximo propósito de refundir algumas narrativas de caráter acentuadamente romanesco.

Por outro lado, o “autor” de 1380 revela um agudo interesse nos costumes e termos muçulmanos. Descreve detalhadamente a organização e a tática militar dos Hospitalários. No entanto, não é possível afirmar que tenha presenciado em *situ* àquele embate militar. Uma descrição com cores tão vivas, e que evidencia originar-se de um testemunho direto, é possível de ter sido fruto de uma recolha pessoal feita pelo refundidor através do depoimento oral do próprio prior D. Álvaro.

Penso, portanto, que pode ter sido já o próprio Fr. Álvaro que mandou fazer a primeira refundição do Nobiliário. Tanto mais que se encontra um nexó claro entre o Conde D. Pedro e os Pereiras. Este nexó é estabelecido por um tio de Fr. Álvaro, Rui Gonçalves Pereira, quatro vezes citado no *LL* e que em 1350 era vassalo do conde D. Pedro, e por este nomeado no mesmo ano seu testamenteiro. Os seus descendentes foram os condes da Feira, que no princípio do século XVI mostravam particular interesse pela genealogia mandando iluminar a sua árvore genealógica a António de Holanda²⁷.

A outra refundição, datada entre 1360-1365 – cujo autor foi um jurista ou um canonista, podendo ter sido um clérigo ao serviço de Fr. Álvaro Gonçalves Pereira – apresenta um copista realmente interessado em atualizar o *Livro de Linhagens* em seu conjunto, ainda que de fato só tenha conseguido fazê-lo em relação a determinadas famílias, e muito possivelmente não interferiu nos trechos narrativos. Em particular, merece atenção a parte dedicada ao reinado de D. Dinis, no qual aparecem informações a respeito do conde D. Pedro, que ainda preserva a marca da escrita do conde de Barcelos ou do redator que trabalhou sob as suas orientações.

Considero estas indicações ainda insuficientes. Deviam ser completadas com um estudo sistemático dos pontos onde chegam todas as gerações do *LL*. Só assim se poderiam determinar de modo mais exato as diversas camadas redacionais do *LL*. Ora este trabalho é impossível sem um estudo prévio, também sistemático, da nobreza portuguesa no século XIV. No estado atual da questão devemos portanto limitar-nos a admitir duas refundições, que se poderiam situar em 1360-1365 e em 1380-1383, esta última incompleta²⁸.

²⁷ *Id. Ibid.* (p. 50).

²⁸ *Id. Ibid.* (p. 43).

Com base nas informações aqui colocadas, pautados em considerações deste tipo, eruditos do século XVII entraram numa empreitada para descobrir o “verdadeiro” livro do Conde. A hipótese mais coerente identificava-o com o códice que incluía o *LV* e o *LD*. Para isso converge o fato de o *LD* apresentar um texto contemporâneo ao Conde D. Pedro, e que foi redigido um pouco antes de 1343, data em que sua cópia foi executada por um deão desconhecido. O autor deste texto teve, sem dúvida, acesso a material genealógico castelhano e galego, o que seria difícil a um genealogista português em 1328-1336, mas bastante plausível ao conde quando de sua estadia em Castela e na Galiza. De todo aquele material, destaca-se a genealogia dos Laras, a mais visivelmente utilizada no *LD*, e que certamente foi trazida para Portugal pelo Conde de Barcelos, dada à sua relação de amizade mantida com D. João Nunes de Lara.

A tudo isso é preciso acrescentar o fato de que o *Livro de Linhagens* aproveita praticamente todo o material contido no *LD*, dando-lhe na maior parte das vezes uma estrutura semelhante em que coincidem inúmeros textos. A comparação genealógica entre os dois textos resulta, portanto, nos mesmos processos redatoriais. O que isso significa? 1) que o Conde tenha feito um uso profundo do *LD*; 2) ou esses elementos podem indicar que o *LD*, na verdade, teve uma primeira escrita por parte do Conde.

Existem, portanto, alguns argumentos para atribuir ao próprio conde a redação do *LD*. Não quer isto dizer que exclua a autenticidade de *LL*, como faziam Lavanha e o anônimo, mas que me parece de considerar uma dupla redação. *LD* podia perfeitamente ser um primeiro esboço de *LL*, ou melhor uma cópia (de certo parcial ou resumida) desse primeiro esboço. Esta primeira redação situar-se-ia entre 1328 e 1337, quer dizer justamente durante o período em que D. Pedro se retira da corte, depois da morte de D. Dinis, e antes de sua participação na guerra com castelã, na fronteira galega. A segunda redação devia estar praticamente completa entre 1340 e 1344, uma vez que deve ser posterior à Batalha do Salado e anterior à Crônica de 1344, conforme mostrou Lindley Cintra. Com efeito, os argumentos em favor da autenticidade de *LL* parecem-me irrefutáveis.²⁹

O que se percebe é que toda a tradição textual dos primeiros livros de linhagens, *LV + LD*, depende de um único manuscrito, ao qual ambos os textos já estavam ligados, e que D. Pedro com certeza os conheceu. Portanto, não há dúvida de que haja uma relação de origem entre o *LD + LV* e a redação do *Livro de Linhagens*.

A *Crônica de 1344*, tão minuciosamente estudada por Lindley Cintra, que lhe dedicou uma edição crítica, também corrobora a argumentação que atribui ao Conde D.

²⁹ *Id. Ibid.* (p. 47).

Pedro a autoria do *Livro de Linhagens*. A ligação entre estas duas obras e sua íntima relação com o Conde favorecem ainda mais o argumento. Ora, o início da *Crônica* é sem dúvida marcado por um caráter genealógico; as duas obras utilizaram certas fontes; e, por fim, é bastante significativa a importância do papel atribuído à Batalha do Salado em ambas as fontes.

Mattoso conclui, em definitivo, que o Conde D. Pedro de Barcelos é realmente o autor do *Livro de Linhagens*, com a ressalva de que esta obra foi refundida em dois momentos, a saber, 1360-1365 e 1380-1385. Foi essa última a que ganhou maior notoriedade em função da narrativa sobre a Batalha do Salado.

2. O Livro de Linhagens do Conde D. Pedro de Barcelos: autor e obra

O Conde D. Pedro de Barcelos, filho primogênito e mais célebre bastardo do rei D. Dinis de Portugal, é o autor do livro de linhagens de maior relevo para a história de Portugal e da Península Ibérica. Terceiro a receber o condado de Barcelos, Pedro Afonso figurou como um personagem importante nas disputas políticas entre seu pai e seu irmão e herdeiro do trono, D. Afonso IV, que cingiu a coroa de Portugal em 1325. Pedro de Barcelos nasceu de Grácia Aires, por volta de 1285, e faleceu em 1354.

[...] de mulheres prohibidas por alheyas, honradas, & illustres teve elRey D. Dinis até o anno de mil duzentos, & noventa, trez filhos: O primeyro foy D. Affonso Sanchez, (...). O seg~udo D. Pedro, despóis Conde de Barcellos; & Autor do livro que intitulou Nobilitario; porque nelle tratou da origem, & descendencia das familias, & appellidos illustres de Portugal: E digo foy seu Autor, ou porque lhe descobrio a materia, ou porque lhe deu a fôrma: H~ua & outra cousa dizem nossos Antiquarios³⁰.

Todos os filhos bastardos de D. Dinis foram acolhidos em sua corte. A política de casamentos dos bastardos reais com famílias importantes foi uma das mais eficazes na ampliação da rede de poder da aristocracia. A ocorrência de tal atitude diante da bastardia revela-se como uma prática propícia em um “ambiente político no qual não só Dinis, mas também a Rainha Isabel, procuravam constituir uma rede de influência

³⁰ BRANDÃO, Francisco. [1683]. *Monarquia Lusitana*: Parte Sétima. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. (p. 13-14).

política a partir da negociação dos casamentos de alguns desses bastardos”³¹. Os Bastardos representavam não apenas a prova de um ato pecaminoso como também a possibilidade de garantir, manter e reforçar novas e antigas alianças senhoriais.

Como muitos outros nobres, Pedro Afonso foi casado mais de uma vez. Seu primeiro casamento foi com Dona Branca Pires, filha de D. Pedro Annes de Portel e de Dona Constança Mendes de Sousa. Desta união tiveram um filho que morreu ainda criança. Seu segundo matrimônio se deu com Maria Ximenes Coronel, aragonesa, filha de Pedro Coronel e de Orraca Artal, e irmã de Pedro Coronel, senhor de Alfajarim, uma família de grande prestígio em Aragão. De acordo com Frei Francisco Brandão, há indícios de que o Conde D. Pedro, após a morte de Dona Maria Ximenes, tenha contraído um terceiro casamento com Dona Teresa Annes de Toledo, dama da rainha. Dona Brites, mulher do rei D. Afonso IV.

Além do condado de Barcelos, mercê mais importante que recebeu de seu pai, Pedro Afonso recebeu vários outros domínios em Lisboa, Estremoz, Evoramonte, Sintra, Tavira e outros. Em 1306, tornou-se senhor de Gestaçô, e pouco tempo depois o rei confirmou as heranças que João Soares, frei da Ordem do Templo, lhe havia dado. Também foi mordomo da Infanta Beatriz, em 1307. Foi no ano de 1314, quando o rei D. Dinis enfrentava a revolta de seu filho, D. Afonso IV, apoiado por alguns setores da nobreza, que Pedro Afonso recebeu de forma vitalícia o Condado de Barcelos, único existente no reino português, tornando-se seu terceiro conde. E, em 1317, assumiu o título e função de Alferes-Mor.

O Conde permaneceu um período exilado em Castela, de 1317 a 1322, após vários desentendimentos com os outros irmãos, João Afonso e Afonso Sanches, principais oponentes ao projeto do Infante Afonso de assumir a coroa. O rei D. Dinis considerou-o em desserviço para com ele e o mandou em desterro para Castela. Nesta fase, o Conde esteve bastante próximo de seu irmão, o Infante Afonso: “O infante, quando soube que seu padre jazia sobre Coimbra, alçou-se de Guimarães e chegou a Sam Paulos com o conde dom Pedro, seu irmão, que entom era exerdado do reino”³². No entanto, na fase inicial da Guerra Civil, que causou grandes estragos no reino português e durou de 1319 a 1324, Pedro Afonso esteve ao lado de seu pai.

³¹ GIMENEZ, José Carlos. *O Papel Político da Rainha Isabel de Portugal na Península Ibérica: 1280-1336*. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2005. (p. 73).

³² LL. (p. 131).

Com o fim do exílio, e a fim de recobrar seus bens, o Conde de Barcelos tenta uma reaproximação com o rei D. Dinis visando reconquistar seu título de Alferes-Mor, e atua como mediador conciliatório entre o rei e o Infante Afonso. Segundo o Frei Francisco Brandão, o Conde desempenhou um papel importante na corte de Portugal, na corte de Castela, onde permaneceu em exílio, e ainda no reino de Aragão, onde esteve acompanhando seu pai, e ficou conhecido como um homem de “grande opinião, discreto, & valeroso, & gèralmente foi auido pelo homem de mais galharda disposição, que intão auia em Espanha”³³.

Com o reinado de D. Afonso IV, que ascendeu ao trono em 1325, após a morte do rei D. Dinis, o Conde D. Pedro fixa residência no Paço de Lalim, próximo a Lamego. Foi, então, que se imiscuiu em vários conflitos entre as coroas de Portugal e Castela, lutando ao lado de seu irmão, capturando, matando e devastando com “braço tão forte, & golpe tam rijo, que se afogava a resistencia em seu mesmo sangue”³⁴. Nas negociações de paz entre os dois reinos, o Conde de Barcelos foi nomeado pelo rei Afonso IV para comandar os diálogos, embora não pudesse cumprir essa função em virtude de seu estado de saúde.

O Conde não foi autor de apenas uma obra. Embora seu livro de linhagens tenha sido a mais importante delas, figuram entre as obras do português a *Crônica Geral de Espanha de 1344* e o *Livro das Cantigas*. Este último, foi deixado em testamento para Sancho IV de Castela e, embora tenha se perdido, serviu de base para as transcrições renascentistas de Angelo Colocci, o *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* e o *Cancioneiro da Vaticana*. Inclusive, D. Pedro é autor de algumas composições derradeiras que aí se apresentam. Entretanto, até sua autoria tornar-se crível aos estudiosos, levou algum tempo.

Foi-lhe há muito reconhecida a paternidade de duas extensas e relevantes compilações: um nobiliário, sobre o qual assentou toda a produção genealógica peninsular dos séculos seguintes, e um cancionero trovadoresco, que permitiu a preservação do acervo poético da manifestação lírica cortês galego-portuguesa, então já em declínio. Obras nascidas de uma actividade de recolha a que os eruditos e estudiosos não parecem ter dado importância suficiente para se interrogarem sobre o sentido que fazia, ou poderia fazer, um tal afã

³³ BRANDÃO, Francisco. Op. Cit. (p. 180).

³⁴ BRANDÃO, Francisco. Op. Cit., p. 403.

compilatório em âmbito aristocrático peninsular ao avizinham-se os meados do século XIV³⁵.

Somente com os estudos de Luís Filipe Lindley Cintra, em 1951, houve uma mudança de postura a respeito do perfil autoral do Conde D. Pedro. O estudioso defendeu ser a *Crônica de 1344* uma obra cuja autoria, em definitivo, só podia ser atribuída ao filho de D. Dinis em sua redação primitiva. Como assinalado anteriormente, o texto original desta obra se perdeu e o que restou dele foi apenas uma tradução castelhana incompleta em um manuscrito do século XV. Foi Cintra quem trouxe a público, em sua edição crítica intitulada *Crônica Geral de Espanha de 1334*, o texto do português. No entanto, sem a versão original, perdida, o autor partiu de uma refundição anônima redigida por volta de 1400, que não corresponde, na realidade, à crônica do Conde. Toda a parte inicial do texto de D. Pedro, assentada numa estrutura de matriz genealógica, foi reformulada “por uma versão muito distinta, compatibilizada com a tradição da *Estória de Espanha*; e reescreve sem grandes modificações narrativas (o que não é equivalente a sem alterações de sentido) o remanescente da obra, que na redacção original se filiava já na escola alfonsina”³⁶.

Embora em 1970 os estudiosos Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés tenham fornecido um texto crítico da tradução castelhana a partir da versão original da *Crônica de 1344*, exatamente no ponto em que ela havia sido mais desfigurada, o equívoco já havia se imposto e seria difícil de ser consertado. Com efeito, a personalidade literária do Conde de Barcelos já estava fortemente ligada ao texto editado por Cintra, e foi esta imagem do autor e obra que prevaleceu diante da opinião especializada. De todo modo, ainda permanece inédita, em sua quase totalidade, a porção castelhana do texto original no qual a refundição não operou alterações consideráveis e, talvez o mais importante em consequência disso, permanece ainda praticamente intocada por estudos específicos. Diante de tal cenário, ainda não podemos dispor de uma redação considerada representativa da *Crônica* do Conde D. Pedro.

No que concerne ao *Livro de Linhagens*, as problemáticas que o cercam são diferentes, mas não menos complexas no que diz respeito ao estabelecimento de sua autoria. Que o Conde produziu tal obra, datável do período entre 1340 e 1344, não

³⁵ FERREIRA, M^a. do Rosário. “D. Pedro de Barcelos e a Representação do Passado Ibérico”. In: FERREIRA, M^a. do Rosário.(coord.). *O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos séculos XIII e XIV: em memória de Diego Catalán*. Cadernos de Literatura Medieval-CLP. Coimbra, 2010. (p. 81).

³⁶ *Idem. Ibidem.* (p. 82).

para qualquer dúvida. No entanto, no que se refere ao processo pelo qual este texto chegou até nós, ele foi objeto de sucessivas refundições ao longo do século XIV. Não se tratou de simples acréscimos, mas de reformulações que, para alguns autores, como António José Saraiva, colocam em dúvida sua autoria em determinados pontos, especialmente na parte dedicada à linhagem da Maia/Pereira (título XXI da obra). “Contudo, os limites textuais e ideológicos desta intervenção mantêm-se difusos e daí advém que muitos dos episódios narrativos mais extensos do nobiliário se encontrem sob suspeita de refundição”³⁷. Teríamos, então, posto em dúvida e com a credibilidade abalada, o papel do Conde D. Pedro na elaboração de muitos dos mais interessantes relatos romanescos, cujo teor literário riquíssimo é indiscutível. É como se o Conde de Barcelos tivesse se transformado num “pai putativo de um conjunto de obras que parecem de facto ter surgido por sua iniciativa mas que, no decorrer do tempo, se terão afastado da redação inicial, convertendo-se numa amálgama textual refractária a tentativas de interpretação enquanto escrita coerente e culturalmente significativa”³⁸. O que nos parece aqui colocado é um problema de concepção de autoria, e de como vem sendo abordada pelos especialistas que se debruçam sobre a história da nobreza a partir dos textos do Conde e de outras produções que ele tenha elaborado³⁹.

Para Joaquim Veríssimo Serrão, o Conde D. Pedro pode ser considerado “um dos primeiros escritores de língua portuguesa, não propriamente pelo valor da sua prosa, mas pela atividade que o situa nas raízes do movimento historiográfico nacional”⁴⁰. D. Pedro era bisneto de Afonso X, o rei castelhano que construiu sua corte também voltada para uma expressão cultural sem precedentes na península. A escrita do Conde sofre, portanto, forte influência do que era produzido em terras de Castela sob a batuta do Rei Sábio.

O *Livro de Linhagens* foi escrito com objetivos bastante claros que o próprio Conde fez questão de explicitar: “E veendo as escripturas com grande estudo e em como falavam d’outros grandes feitos compuge este livro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha”⁴¹. Já neste pequeno trecho é impossível não perceber a veia autoral e consciência de escrita do Conde D. Pedro, aliás, ao longo de todo o *LL* ele ressalta a pesquisa empreendida para compor sua obra.

³⁷ *Idem. Ibidem.* (p. 83).

³⁸ *Id. Ibid.* (p. 83).

³⁹ Voltaremos a discutir as questões implicadas em torno da autoria mais adiante.

⁴⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Editorial Verbo, 1979. (p. 374).

⁴¹ *LL*. (p. 55).

Tais “fontes” podem ser identificadas como os livros de linhagens mais antigos, além de outras obras já referidas, que ele com certeza conheceu e pesquisou. “[...] Porém eu, conde dom Pedro, filho do mui nobre rei dom Denis, houve de catar por gram gram trabalho, por muitas terras, escripturas que falavam dos linhagens”⁴². A pesquisa realizada pelo conde é referendada pelos vários nomes de intelectuais por ele citados, desde Aristóteles, passando por Santo Isidoro. O autor recorre, inúmeras vezes, a fórmulas como “segundo conta a crônica”; “assim como conta a crônica”; “como a estória devisa”. O conde também apresenta uma consciência da estrutura do texto ao informar o capítulo sobre determinada família, ou mesmo fazer referência a capítulos passados. Ou seja, houve uma concepção estrutural da obra e uma revisão do texto que evidenciam todo o caráter plenamente consciente na escrita do conde.

O *Livro de Linhagens* foi escrito, segundo o Conde, com o objetivo de manter a amizade entre os nobres:

E por que nem ~ua amizade nom pode ser tam pura segundo natura come daqueles que descendem de ~uu sangue, porque estes movem-se mais de ligeiro aas cousas per que a amizade se mantem, houve de declarar este livro per titolos e per alegações que cada ~uu fidalgo de ligeiro esto podesse saber, e esta amizade fosse descuberta e nom se perdesse ante aqueles que a deviam haver⁴³.

A necessidade de tomar conhecimento de suas origens e, a partir dele, estreitar seus laços sociais aparece como uma questão fundamental para a nobreza aqui representada na obra do conde. A consciência de pertencer a uma linhagem configura-se também como um elemento de distinção social. Este é o segundo motivo elencado para a redação do *LL*, “é por saberem estes fidalgos de quaes descenderam de padre a filho e das linhas travessas”⁴⁴. A vinculação a determinados indivíduos, muitos deles configurados como heroicos fundadores de famílias prestigiadas garantia mais um degrau no processo de legitimação da aristocracia. O conhecimento da parentela também permitiria “saberem como podem casar sem pecado segundo os sacra//mentos da Santa Egreja”⁴⁵, além de “saberem de quaes moesteiros som naturaes e bem-feitores”⁴⁶.

⁴² *LL*. (p. 55).

⁴³ *LL*. (p. 56).

⁴⁴ *LL*. (p. 56).

⁴⁵ *LL*. (p. 57).

⁴⁶ *LL*. (p. 57).

O conde segue moldando uma espécie de “culto” dos ancestrais: “A quarta, por saberem os nomes daqueles donde veem e alg~uas bondades que em eles houve”⁴⁷. Ora, não basta descender de nobres homens, certamente grandes guerreiros, é preciso também conhecer suas bondades, especialmente aquelas ligadas a vitórias militares e conquistas territoriais. Tal conhecimento é imprescindível, ademais, “por os reis haverem de conhecer aos vivos com mercees por os merecimentos e trabalhos e grandes lazeiras que receberam os seus avoos em se guanhar esta terra da Espanha per eles”⁴⁸. A “política” estabelecida pelo conde intenta conciliar nobreza e monarquia ao relembrar a essa última que o território conquistado foi resultado das batalhas travadas por homens nobres, a quem os reis deveriam reconhecer mercê por intermédio de seus parentes. O reino português teria se constituído, então, não por um direito de herança, mas pela conquista duramente empreendida pela nobreza guerreira. A amizade deveria ser fundamento e garante da ordem aristocrática: “que se hom~ees houvessem antre si amizade verdadeira, nom haveriam mester reis nem justiças, ca amizade os faria viver seguramente em no serviço de Deus”⁴⁹.

Entre todas as razões elencadas pelo Conde D. Pedro para justificar a redação do seu livro de linhagens está a necessidade de colaboração entre parentes:

A terceyra (razão de escrever o livro) por seerem de huum coração de auerem de seguir os seus emmiigos que som em estroimento da fé de Jesu Christo, ca pois eles veem de huum linhagem e seiam no quarto ou no quimto graao ou dali açima nom deuem poer defferença amtre ssy. E mais que os que som chegados come primos e terceiros, ca mais nobre cousa he e mais samta amar o homem a seu parente alomgado per diuido se bom he que amar ao mais chegado se falleçudo he. E os homeens que nom som de boo conhecer nom fazem comta do linhagem que ajam senam dirmaãos e primos comirmaãos e segundos e terceiros. E dos quartos acima nom fazem comta. Estes taaes erram a Deus e a ssy, ca o que tem parente no quimto ou sexto graao ou dalli açima se he de gram poder deueo servir por que vem do seu sangue. E se he seu iguall deueo dajudar. E se he mais pequeno que ssy deuelhe fazer bem e todos deuem sser de huum coração⁵⁰.

Esta passagem é bastante interessante para observarmos a justificação da ordem social em que os menores devem obedecer e servir aos maiores. Assim, os vários grupos constitutivos da parentela, especialmente os de menor expressão social e econômica,

⁴⁷ LL. (p. 57).

⁴⁸ LL. (p. 57).

⁴⁹ LL. (p. 55-56).

⁵⁰ LL. (p. 56).

deveriam ajudar-se mutuamente, mas segundo uma hierarquia de tipo feudal, com a prestação de homenagem e constituição de vassalagem no interior do coletivo. Há, portanto, um ordenamento social na concepção do *LL*. A nobreza possui uma função muito clara, assim como os demais grupos, e seu bom funcionamento depende de que todos os outros setores da sociedade também exerçam sem questionamento aquilo que lhe cabe na ordem social. Este discurso evidencia, contraditoriamente, todos os conflitos existentes interiormente e entre as diversas facções da aristocracia, daí a insistência do conde em repetir constantemente a necessidade da amizade e do amor entre os nobres. E, como membro desta aristocracia, D. Pedro de Barcelos não deixa de apresentar-se como expressão de suas contradições, ora afirmando a autonomia e superioridade da nobreza, ora destacando a necessidade de seu papel apoiador da monarquia.

3. Surgimento da Genealogia na Península Ibérica

As primeiras genealogias de que se tem notícia na sociedade medieval apareceram em regiões de cultura céltica ou germânica: na Irlanda, nas cortes de reis anglo-saxões, lombardos, merovíngios e, posteriormente, carolíngios. No entanto, em países de tradição romana elas foram raras ou inexistentes, embora o texto bíblico tenha oferecido exemplos em toda a Europa. Os fragmentos destes exemplos conservam-se em diversas obras narrativas ou jurídicas. São genealogias que se limitam às famílias reais ou, em alguns casos, aos membros da família de um clã. As listas de reis são, a propósito, bastante antigas, remontando ao Egito Faraônico. O mais importante sobre os primórdios destas informações genealógicas, e que constitui um traço marcante até o período medieval e mesmo moderno, é a acentuação do caráter sagrado das famílias reais e/ou sua origem mítica, estabelecendo-se uma ligação antiga e direta com o sangue dos antigos deuses germânicos, imperadores greco-romanos e, finalmente, com os patriarcas do Antigo Testamento. “Parecem derivar de um gênero oral. Na sua origem seriam, portanto, cantadas ou recitadas de cor, pois se sabe que os interessados conseguiam, eventualmente, recordar-se dos nomes dos ascendentes até a sétima geração”⁵¹.

⁵¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. Cit.* (p. 39).

As genealogias régias constituíram o modelo por excelência em que o restante da nobreza se baseou para também construir sua memória nobiliárquica. Assim, só depois de meados do século XI é que aparecem genealogias das casas principescas. Esta convergência ou imitação pretende demonstrar uma ligação hereditária com a realeza, seja por filhos segundos, bastardos ou por elementos femininos. Com o decorrer do tempo, as sucessivas divergências internas no grupo teriam causado um progressivo desligamento das linhagens reais. Mas, nem por isso o elemento de prestígio é abandonado, podendo então recair sobre uma figura mítica ou um herói de grandes feitos guerreiros.

A partir do século XIII e XIV, condes e outras casas senhoriais com autonomia política suficiente passam a publicar as suas genealogias. A proliferação desta escrita chega mesmo a famílias menos importantes, e observa-se o desenvolvimento de uma ampla produção relativa às origens familiares da aristocracia. As informações vão se alargando consideravelmente, pois as referências abarcam esposas, filhas e filhos segundos e mesmo os ramos colaterais. Assim, há uma multiplicação de personagens identificados e referidos na árvore genealógica familiar. Ao passo que novos membros vão sendo inseridos, as informações sobre os mesmos também aumentam consideravelmente. Ocorre, então, uma acentuada contaminação de outros gêneros históricos narrativos. Inicialmente, verifica-se a presença de informações curtas, como as que constam nos anais, o que já era comum em antigas listas de reis. Durante os séculos XII e XIII, sobretudo na região de Flandres e Baviera, nota-se o surgimento de digressões com teor cronístico. A partir de então, fica evidente uma mútua influência da cronística sobre a genealogia, e vice-versa. Deste modo, as crônicas buscam o fio condutor de sua narrativa em torno da sucessão hereditária e colocam em relevo as relações de parentesco, ao passo que as genealogias recheiam suas páginas desenvolvendo relatos sobre os seus personagens de maior destaque.

A genealogia foi, segundo Leopold Genicot, na Idade Média um *gênero menor*. De acordo com o estudioso, as obras não foram muito numerosas e não parecem suscitar grande interesse devido a sua estruturação sem pormenores, curtas e um tanto quanto estereotipadas. O que os próprios autores medievais chamavam de *genealogias* eram obras destinadas a dar a conhecer aos membros de uma família toda a sua ascendência, apoiando-os na afirmação de seu prestígio social. Havia também um outro tipo de registro que agrupava os indivíduos por família; no entanto, não especificavam o tipo de parentesco e serviam a um propósito bastante específico, a citação de nomes no cânon

da missa ou nas orações públicas de comunidades religiosas. Eram os chamados *libri memoriales* e os *libri vitae*. Estes registros, dedicados a recordar e suscitar o encaminhamento da alma, eram bem diferentes das *listas de reis*, que tinham por propósito gravar a transmissão do poder. As *genealogias*, por sua vez, tratam cuidadosamente do parentesco a ser esclarecido, não poupando para isso a nomeação de esposas, filhas, filhos segundos, bastardos e mesmo suas ramificações horizontais. Ainda assim, as genealogias são muito diferentes das crônicas, pois seu objetivo primeiro não é descrever acontecimentos, embora o façam de maneira breve, especialmente para caracterizar melhor determinados personagens ou explicar a origem e significado de sua alcunha. Com efeito, o *LL* é a esse respeito bastante peculiar ao apresentar narrativas longas, complexas, entremeadas de digressões e simbolismos, com conotações morais, teor religioso, mítico e, principalmente, narrativas em que o cenário é predominantemente o da guerra, cujo exemplo maior e mais significativo vincula-se à Batalha do Salado.

A Península Ibérica viu o despontar da literatura genealógica em Navarra, que é onde aparece um dos mais antigos textos europeus, composto em duas épocas diferentes durante o século X, no notável códice de Roda. É no território de Navarra que surge, no ano de 1200, redigido por um monge beneditino de Fitero, o *Liber Regum* ou *Chronicon Villarense*. Este é um caso bastante interessante de um texto que se configura como um intermediário entre a crônica universal e a genealogia régia. Sua estrutura é elaborada a partir do surgimento do primeiro homem, Adão, passando sucessivamente pelos patriarcas bíblicos e pelos reis de Israel, Babilônia, reis historicamente conhecidos como Nabucodonosor, Alexandre, Júlio César, Constantino, Reis de França, Castela e Navarra. O *Liber Regum* exerceu forte influência na Península Ibérica e certamente foi conhecido pelo Conde D. Pedro antes da confecção de seu livro de linhagens. Mas a história desse texto é bastante complicada; pouco sabemos das suas variadas versões e de como foram difundidas. O importante é que ela atingiu um amplo espectro de abrangência e chegou até o Conde de Barcelos, que trouxe para Portugal uma versão muito próxima do texto navarro do *Libro de las generaciones*. Ou, segundo Mattoso, “dos materiais que serviam para a sua composição e ordenados com a mesma sequência

(o *Liber Regum*, completado com dados da *Crônica de Castilla* e o *Sumário de historia de los reys de Bretaña*) e copiou-o no *Nobiliário*⁵².

As obras genealógicas tratam da realeza e da mais alta nobreza; as categorias inferiores do grupo não estão nelas representadas, ou só aparecem minimamente. Somente no século XV teremos a produção de genealogias sobre a nobreza média e inferior. “Nesta época, porém, os textos castelhanos e galegos, que então aparecem, podem ter sido influenciados pelo *Nobiliário* do Conde D. Pedro que se difundiu por toda a Península”⁵³.

Notemos que o interesse pela estrutura do parentesco surge em relação à categoria social diametralmente oposta à da aristocracia, ou seja, os primeiros exemplos de que se tem notícia são “listas de servos”. Estas anotações especificavam a quais famílias determinados servos pertenciam, indicando sua ascendência para provar quem era o seu proprietário. “Apesar de se tratarem, portanto, de documentos jurídicos e não de genealogias propriamente ditas, não podemos deixar de os mencionar, uma vez que a sua existência e a sua forma podem revelar um ambiente fortemente interessado pela estrutura de parentesco”⁵⁴. Partindo da noção de pertencimento a que estes homens estavam sujeitos é possível observar o desenvolvimento e os primórdios desta literatura.

3.1 Genealogia, História e Literatura

Até alcançar o patamar de ciência ou, ao menos, de uma disciplina cientificamente orientada, a História enfrentou um árduo caminho cheio de curvas e desníveis. Procurando afirmar-se como uma forma de conhecimento objetivo e capaz de trazer à tona a verdade, a História ignorou muitas vezes as armadilhas em que poderia cair. A genealogia foi uma delas.

A busca incessante e ingênua por uma reconstituição objetiva do passado declarava como incompatível qualquer investigação sujeita a uma influência mínima de subjetividade. Os preconceitos positivistas, e mesmo sua cegueira a uma criticidade para além das fontes, dificultava a análise e consideração de outros campos e objetos de

⁵² MATTOSO, José. “Introdução”. In: **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro**. *Portugaliae Monumenta Historica*. Edição Crítica por José Mattoso, v. II/1. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa: 1980. (p. 42-43).

⁵³ *Id. Ibid.* (p. 43).

⁵⁴ *Id. Ibid.* (p. 44).

estudo. O caráter oficial do documento era seu passaporte para a verdade histórica. Ora, a genealogia foi um campo cultivado com ardor pela aristocracia, que não media esforços em acrescentar, deturpar, ocultar e recriar fatos para enaltecer ou depreciar determinadas famílias de acordo com seus interesses. Deste modo, a escrita dedicada à reconstituição dos membros de uma linhagem estava fadada ao ostracismo imposto pela abordagem histórica da escola metódica.

Com as mudanças operadas no campo da História desde as primeiras décadas do século passado, do seu reconhecimento como um campo de conhecimento com singularidades próprias, fez com que os historiadores se preocupassem muito mais com a compreensão do passado, ou melhor, com sua explicação do que com uma fria reconstituição de dados coletados que restabelecesse o passado tal como havia sido. Assim, a genealogia voltou ao centro dos interesses. Claro é que sua técnica é bastante específica do tipo de objeto que se pretende trabalhar, já que seria praticamente impossível, por exemplo, fazer um estudo genealógico do campesinato no século XIII. Nunca é tarde para lembrar, em tempos tão difíceis para o nosso país que, infelizmente, a História é escrita pelos vencedores. A nós, atualmente, cabe o alento das diversas formas dos vencidos serem ouvidos. Na Idade Média, no entanto, esses canais de diálogos alternativos eram praticamente inexistentes. É assim, pois, que a genealogia aparece como um campo privilegiado primordialmente para o estudo da nobreza.

Mas esta “ciência” genealógica não esteve imune às críticas; muito pelo contrário, seu uso indiscriminado e isento de qualquer postura verdadeiramente crítica fez com que seu caráter documental perdesse grande parte de sua credibilidade. Mas, no que consiste o “documento genealógico”? Para José Augusto Sottomayor-Pizarro, a Genealogia é, para além de uma ciência auxiliar de numerosas ciências humanas, uma ciência própria, “[...] a da História das origens e desenvolvimento dos indivíduos agrupados em famílias. A biologia e a genética, a medicina, a demografia, a história geral e a história social e das famílias em particular, socorrem-se portanto da genealogia para as suas investigações”⁵⁵. Por sua vez, Armando Barreiros Malheiro da Silva é crítico ao uso da Genealogia como uma reconstituição objetiva dos fatos, pois, para ele,

a palavra ciência tem servido para distinguir uma técnica (...), que consiste em recolher, sobretudo no fundo paroquial, dados nominais e em organizar árvores de costados (...) e títulos genealógicos (...).

⁵⁵ PIZARRO, José Auysto P. Sottomaior. *Dois Ciências Auxiliares. A Genealogia e a Heráldica*. “Humanidades”, Porto: 1982, p. 80.

Repugna à mais elementar Epistemologia converter um mero método quantitativo de busca de nomes e de exposição das informações obtidas em ciência!⁵⁶

Para Luiz de Bivar Guerra, contrário à concepção da Genealogia como uma ciência auxiliar da História, esta classificação, e as limitações impostas ao uso dos livros de linhagens como documentos “são geralmente [defendidas por] aqueles que pouco trato têm tido com a verdadeira genealogia; limitam-se ao conhecimento dos *Livros Velho e Livro Antigo de Linhagens*, do *Nobiliário do Conde D. Pedro*, da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, [...], e pouco ou nada mais”⁵⁷. Mas foi Pedro da Câmara Leme o principal crítico da Genealogia em sua condição de ciência, insistindo na necessidade de que sua aplicação sirva a uma abordagem global de enfoque: “É necessário que analisem sob vários aspectos, como o histórico, o económico, o social, psicológico e o patológico, as famílias que lhes sirvam de tema. Só assim poderão contribuir para o estudo da vida portuguesa através dos tempos”⁵⁸.

Malheiro da Silva traça um panorama acerca da Genealogia em Portugal, sua evolução até 1988. Ao deparar-se com o período medieval, dialogando com outros estudiosos da questão, como o próprio Mattoso, Malheiros aponta o destaque que a literatura dá a ao tema, traduzindo uma ideologia de classe empenhada em manter o seu poder e seus privilégios. “Se dirigirmos a nossa atenção para o período medieval e, em termos geográficos, para o espaço europeu deparamos com uma literatura genealógica, que exprime a ideologia de uma classe – a nobreza – empenhadíssima no reforço e defesa do seu poder”.⁵⁹ Deste modo, os anseios, interesses e necessidades políticas de um grupo social pautaram a sua legitimação, cuja força e influência não eram suficientes por si só sem um aparato simbólico. Os heróis antigos transformaram-se no símbolo destas genealogias e garantiam o prestígio necessário. Os patriarcas do Antigo Testamento também exerceram este papel e serviram para justificar uma origem sagrada.

O *Livro de Linhagens* do Conde Dom Pedro é bastante elucidativo a este respeito, uma vez que o seu autor, numa obra destinada a dar a conhecer a origem da

⁵⁶ MALHEIRO DA SILVA, Armando Barreiros. *A Genealogia em Portugal e o Desafio do Presente*. Separata de ARMAS E TROFEUS, V série, Tomo V, 1984. Lisboa, 1986. (p. 15).

⁵⁷ GUERRA, Luís de Bivar. *Cem Anos de Genealogia (1877-1977)*. In “Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950”. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1978. (pp. 157-179).

⁵⁸ LEME, Pedro da Câmara. “Prefácio”. In: SOUZA, José de Campos e. *O Processo Genealógico de Camilo Castelo Branco*. Lisboa: Edições Gama, 1946. (p. X).

⁵⁹ MALHEIRO DA SILVA, Armando Barreiros. *Op. Cit.* (p. 9-10).

aristocracia, remonta ao surgimento do homem com a criação de Adão e Eva. A linha evolutiva da nobreza passa então por todas as gerações bíblicas de destaque, com ênfase nos patriarcas, e por todos os grandes imperadores da Antiguidade Greco-Romana. A origem de prestígio ficava, assim, amparada por diversas frentes representantes de valores para a aristocracia, e sua legitimidade não abria margem para dúvidas.

Os livros de linhagens em Portugal, ao contrário do que acontece no restante da Europa, que assistia à decadência da matéria genealógica, estavam em pleno apogeu na segunda metade do século XIII e primeira metade do século XIV. Ao lado da poesia trovadoresca, que também se desenvolve na mesma época, expressam toda a vivacidade e vigor da classe nobre⁶⁰. Para Malheiros, esse tipo de literatura, que foi enriquecido especialmente em Portugal, mas também em toda a Península Ibérica, deixou duas marcas permanentes na Genealogia, a saber: a “predominante sujeição ao princípio nobiliárquico e recurso ao gênero cronístico (ensombrado por uma desmedida fantasia) a fim de enaltecer o valor e patriotismo das famílias nobres”⁶¹. Cabe, então, a distinção necessária entre genealogia e narrativa com traços literários que, segundo Mattoso, são breves ampliações informativas acerca de dado personagem, permitindo identificá-lo como membro de uma certa linhagem e ao mesmo tempo distingui-lo dos seus homônimos, tão abundantes numa mesma família.

Para Malheiro, a Genealogia se caracteriza como uma espécie de jogo em que magicamente se compõe um quebra-cabeça por meio de peças de origens mais diversas, como livros de Registro Paroquial e Civil, Prazos, Sentenças, Documentos de Arquivo de Família ou de Cartório Monástico-Paroquial, Nobiliários, Listas de Registros, Testamentos... Configura-se como um trabalho grandioso e paciente tal como a montagem de um “puzzle”, mas que não demanda nada além de ordenamento de dados.

O objetivo essencial deste curioso jogo consiste em obter exaustivos quadros de ascendência e/ou descendência, baseados na sucessão agnática e cognática, cobrindo inclusive, e dentro do possível, os ramos colaterais da “Árvore da Vida”. Ele implica um apaixonante desafio: vencer o espesso enigma das origens ou, por outras palavras, animar (e não apenas colecionar) as sombras silentes, dos antepassados. A sua grande regra é: perseguir a verdade dos factos, fugindo a toda e qualquer fantasia. O seu único limite: unir as peças do “puzzle”, sem interpretar os dados e analisar os fatores subjacentes.

⁶⁰ MATTOSO, José. *Os Livros de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica Europeia da Idade Média*. “Armas e Troféus”, Lisboa, 3ª série, 4 (2), Abr.-Jun. 1976, pp. 133-184.

⁶¹ MALHEIRO DA SILVA, Armando Barreiros. *Op. Cit.* (p. 11).

Pela interpretação e análise se opera o salto qualitativo do jogo para a ciência⁶².

A Genealogia configura-se, portanto, como uma técnica, um método para tratar dados referentes a constituição de uma linhagem, “diagnosticando” parentescos e estabelecendo ligações entre vínculos anteriormente desconhecidos, descortinando relações que se baseiam em estruturas seculares e nucleares: a família. A descrição da família em suas sucessivas gerações, somada à análise das condições sociais, econômicas e políticas, amparada em uma contextualização, faz com que este método tenha de fato sua utilização de forma mais plena pelos que dele se valem. Seria, então, a Genealogia uma História da Família? Embora explore fontes semelhantes, a História da Família não se limita a encadear nomes ligados por relações parentais; sua investigação tem como foco a compreensão socioeconômica, política e mental da família estudada. Malheiros, por fim, propõe um modelo:

Uma vez selecionada a família há que proceder, numa primeira fase, à reconstituição nominal em sentido ascendente e/ou descendente, conforme o objetivo que se pretenda atingir. Obtida a ossatura, o esqueleto da família, que deverá constituir a segunda parte do estudo, sob a forma de títulos genealógicos, entra-se na segunda fase, ou seja, no miolo do modelo: análise detalhada, mediante o método histórico-estatístico-analógico, da faceta econômica, da social e de aspectos sutis e complexos como a *privacidade* e *domesticidade*, a *modificação nas atitudes para com as relações interpessoais*, a *seleção do cônjuge*, as *funções do casamento*, a *ilegitimidade* e a *alteração de posturas relativas ao sexo*, a *educação dos filhos*, etc. E no que respeita aos seus resultados, note-se que eles não podem servir para extrapolações, sempre perigosas, mas apenas como contributo, a somar a outros, para a leitura problematizadora e globalizante feita pela História da Família. O estudo deve abrir com a apresentação da análise, devidamente enquadrada no meio (aldeia, vila ou cidade) em que a família focada se insere, salientando-se as variantes demográficas e a dimensão política⁶³.

Do exposto, convém ressaltar, portanto, que a Genealogia pode ser pensada em termos de interdisciplinaridade, tendo em causa relações com a História Política, Social, Econômica, com a Heráldica, a Demografia, enfim, com as Ciências Humanas e Sociais.

É necessário destacar ainda, e talvez seja este o ponto fundamental, o fato de a Genealogia ter um caráter essencialmente nobiliárquico e executar um trabalho

⁶² *Idem. Ibidem.* (p. 17).

⁶³ *Id. Ibid.* (p. 23).

monográfico, ou seja, dar conhecimento sobre ancestrais de uma determinada família ou seus descendentes de acordo com o ponto do qual se parte. Daí se tem duas questões essenciais: o *Livro de Linhagens* não é uma genealogia de uma família; ao contrário, propõe-se ser “a” genealogia de todas as famílias nobres da Península Ibérica. Este ponto liga-se intimamente ao segundo, pois o *LL* é uma genealogia da nobreza, como não poderia deixar de ser tendo-se em vista a origem social do seu autor e o fato de este grupo social ter acesso privilegiado à escrita. Trata-se, então, da história de um grupo, um grupo que escreve sobre si, se autorrepresentando, ora carregando em suas tintas, ora deixando seu texto mais pálido. Mas, o que importa afinal é que a aristocracia produziu um tipo de discurso destinado a justificar o seu papel na sociedade.

Na medida em que a genealogia pode ser configurada como um ramo das narrativas literárias, sua configuração como fonte histórica suscita o problema da relação entre História e Literatura, campos hoje tão imbricadas que parecem mesmo se confundir. Eis uma das principais dificuldades em se trabalhar com fontes literárias nas análises históricas. Esta naturalização nos impede muitas vezes de vislumbrar a sociedade além do texto, e suas possibilidades histórico-sociais nos enreda em sua própria trama narrativa. A própria definição de Literatura ainda mantém muitas controvérsias. Alguns negam a dificuldade de defini-la, afirmando que Literatura “[...] é tudo aquilo que com esta palavra é indicado pelos falantes”⁶⁴; outros “[...] encontram precisamente na impossibilidade de definição a única definição possível”⁶⁵. Há ainda os que constatarem que “[...] da literatura se fala e se escreve empregando os mesmos instrumentos do que se pretende estudar, ou seja, a linguagem, anunciam que da literatura não se pode falar a não ser produzindo-a”⁶⁶. Ciro Cardoso sugere para o historiador uma forma mais útil de abordar a questão:

Por fim, existe uma forma mais útil para o historiador de abordar a questão. Seriam discursos etnoliterários aqueles provenientes de povos que não reconheçam a arte ou a literatura como setores específicos de discursos e atividades. Seriam discursos socioliterários aqueles surgidos em sociedades que reconheçam tais áreas como existentes: sociedades em que as noções de autor, público e literatura existam e sejam reconhecidas explicitamente. Assim não há como definir a literatura em si: o que pode existir é a conotação social de certos

⁶⁴ F. Fortini. “Literatura”. In: *Enciclopédia Einaudi, Volume 17- (Literatura-Texto)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989. p. 176.

⁶⁵ Idem. *Ibidem*. p. 176.

⁶⁶ Idem. *Ibidem*. p. 176.

discursos como literários. A literatura é e só pode ser uma noção historicamente definida.⁶⁷

O sentido, o conteúdo que as palavras encerram também é histórico. A palavra literatura, em sua origem, não designava, tal como a entendemos hoje, um conjunto de obras especializadas pertencente ao campo das letras.

Em latim, *litteratura* (Quintiliano) vem de *littera* (em grego *gramma*) ‘letra do alfabeto’ (de onde *grammatike*): é, pois, uma conexão com os caracteres escritos ou impressos. No nosso século XIV, *litterato* indicava o alfabeto e o homem (laico) de saber e de ciência, mas também ‘escrito com letras’ (falava-se de “mármore literato”). Com o Renascimento, o termo assume um significado próximo do de “pessoa culta”. Entre os séculos XVII e XIX, ‘literatura’ indica uma especialização, uma atividade e uma prática. A especialização consistia não tanto no produzir algo de escrito e impresso (ou seja, o que hoje se chama “produção literária”) como num nível específico de preparação cultural, ao qual correspondia uma classificação social ou de classe⁶⁸.

Literatura, como podemos perceber com Raymond Williams, foi usada inicialmente no sentido de “situação de leitura: ser capaz de ler e de ser lido”⁶⁹. Com o passar do tempo, ela vai ganhando cada vez mais conotações ligadas ao “bom gosto”, adquirindo, portanto, um caráter de distinção social.

[...] Isto é, *literature* era uma categoria de uso e uma condição mais do que de produção. Era uma especialização particular daquilo que até então havia sido considerado como uma atividade ou prática, e uma especialização, nas circunstâncias, feita inevitavelmente em termos de classe social. Em seu primeiro sentido ampliado, além do sentido puro e simples de *literacy*, foi uma definição do conhecimento “culto” ou “humano”, e com isso especificou uma distinção social particular.⁷⁰

Na Idade Média, a distinção sócio-cultural envolvia a capacidade de ler ou não, havendo uma divisão clara separando toda aquela sociedade em letrados e iletrados. Fazia parte do primeiro grupo o clero e, do segundo, todos os demais grupos sociais. Porém, a época medieval foi principalmente marcada pelos relatos orais. Com tão poucos detendo o poder da leitura, a sociedade tinha acesso ao que era escrito através da oralidade. Portanto, “a obra medieval, até o século XIV, só existe plenamente sustentada

⁶⁷ CARDOSO, Ciro F.. *Narrativa, Sentido, História*. Campinas, SP: Papirus, 1997. p. 24.

⁶⁸ Idem. *Ibidem*. p. 177.

⁶⁹ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. p. 51-52.

⁷⁰ Idem. *Ibidem*. p. 52.

pela voz”.⁷¹ De acordo com Paul Zumthor, “a palavra proferida pela Voz cria o que ela diz. No entanto, toda palavra não é só Palavra”⁷². Ainda segundo Zumthor, as palavras são de dois tipos: palavra ordinária (superficialmente demonstradora, inconsistente, versátil) e palavra-força (arquivo sonoro de massas, que em sua maioria ignoram a escrita). Esta última possui portadores (velhos, pregadores, santos, poetas) e lugares (corte, o quarto das damas, a praça da cidade, a encruzilhada da igreja) privilegiados. A oralidade sempre foi uma característica marcante dos povos antigos, especialmente dos gregos, cuja escrita servia principalmente para a produção do som, visto que se acredita que a escrita, na Grécia, visava a uma leitura oralizada. Quando irrompe a escrita na cultura grega, por volta do século VIII a. C, ela chega num mundo de tradição oral.

[...] na Grécia dos primeiros tempos, a palavra falada reina de modo incontestável, muito particularmente sob a forma de *kléos*, “fama”, transmitida aos heróis da epopéia pelos aedos de tipo homérico. Para os gregos da época arcaica, este *kléos* é um valor primordial, uma verdadeira obsessão. Se o herói homérico aceita morrer combatendo, é porque espera ganhar a “fama imperecível”, e é significativo que a palavra que se traduz por “fama” ou “glória”, isto é, *kléos*, tenha o sentido fundamental de “som” (assim como indicam os parentes etimológicos da palavra nas línguas germânicas, por exemplo, o alemão *Laut*). A glória de um Aquiles é, portanto, uma glória para o ouvido, uma glória sonora, acústica. No plural, *Kléos* é de fato o termo técnico que Homero utiliza para designar sua própria poesia épica. Em sua sonoridade, a palavra é eficaz, é ela que faz existir o herói⁷³.

No entanto, mesmo com a importância da oralidade no período medieval, a Igreja proclamava-se a única detentora de um saber escrito, de uma autoridade divina pautada nas letras da Sagrada Escritura. Assim, os outros saberes, baseados na tradição oral, eram vistos como heréticos, ainda impregnados da religião pagã e de seu misticismo, considerado pelo poder clerical como causador das desgraças do homem, que se esquecia da fé em Deus e apegava-se aos deuses. Na contramão da instituição religiosa,

[...] os ensinamentos e os rituais da “religião popular” se transmitiriam da boca ao ouvido. A voz se identificava ao Espírito vivo, seqüestrado pela escrita. A verdade se ligava ao poder vocal dos que sabiam, perpetuava-se só por seus discursos; retalhos do Evangelho aprendidos de cor, lembranças de histórias santas, elementos dissociados do

⁷¹ ZINK, Michel. “Literatura”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006. p. 80.

⁷² ZUMTHOR, Paul. *A Letra e A Voz*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993. p. 75.

⁷³ CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. *História da Leitura no Mundo Ocidental*. São Paulo: Editora Ática, 1998. p. 41.

Credo e do Decálogo, afogados num conjunto móbil de lendas, de fábulas, de relatos hagiográficos⁷⁴.

Um desses lugares privilegiados da voz, não só ouvida, mas posteriormente escrita, eram as cortes principescas. Nelas, os jograis, os *trouvelles*, os menestréis faziam suas apresentações, contando suas estórias, cantando-as e encenando-as no meio palaciano. Muitos desses artistas eram os próprios autores das obras, outros apenas interpretavam-nas e muitos compilavam tradições orais e perpetuavam-nas em suas andanças. É neste aspecto que percebemos as questões relacionadas à autoria, não só neste tipo de produção, como também nos romances e novelas.

[...] No caleidoscópio do discurso que faz o intérprete da poesia na praça do mercado, na corte senhorial, no adro da Igreja, o que se revela àqueles que o *escutam* é a unidade do mundo. Os ouvintes precisam de tal percepção para... sobreviver. Apenas ela, pela dádiva de uma palavra estranha, faz sentido, isto é, torna interpretável o que se vive. Mas o homem vive também a linguagem da qual ele provém, e é só no dizer poético que a linguagem se torna verdadeiramente signo das coisas e, ao mesmo tempo, significante dela mesma⁷⁵.

O autor nomeado ou a sua ausência traz à obra motes de direcionamento variados. Primeiramente, é necessário atentar especialmente ao fato de que o autor é fruto de sua época e de sua sociedade. Sua obra não se explica simplesmente pela sua história de vida, o que seria cair num reducionismo biográfico e fazer de sua história de vida uma determinação de sua obra. Também sendo fruto de uma época, não podemos superestimar sua criação como genialidade, sacralizando criador e criatura, tornando-os inquestionáveis e, portanto, acima do bem e do mal. “(...) É necessário para aqueles que pesquisam literatura e literatos historicizar radicalmente seu objeto”⁷⁶. Para Lucien Goldmann, é “o grupo social que – por intermédio do criador – se conclui *ser, em última instância, o verdadeiro sujeito da criação*”⁷⁷. Não podemos, assim, abdicar destas informações, pois elas são elementos de análise.

Quando a autoria é anônima, fato frequente no período medieval, não se corre o risco de limitar-se à biografia para explicar a produção e seu sentido. Mas nos vemos diante de alguns perigos, “em particular o de confiar muito, seja na classificação das obras por gêneros e na sua análise interna, seja na responsabilidade geral de eventuais

⁷⁴ ZUMTHOR. Op. Cit. p. 79.

⁷⁵ ZUMTHOR. Op. Cit. p. 74.

⁷⁶ FACINA, Adriana. *Literatura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 09.

⁷⁷ GOLDMANN, Lucien. *A Sociologia do Romance*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

determinismos sociais e econômicos, sem dar atenção suficiente aos agrupamentos em função dos meios e da vida literários”⁷⁸. Um caminho seria, portanto, utilizar de todos os elementos que permitam entender este produto humano, sem que qualquer um deles signifique um caráter determinista para sua compreensão. Eis as dificuldades de se trabalhar com fontes literárias, como já dissemos acima. Mas isso não pressupõe uma impossibilidade, demandando apenas um olhar mais atento.

A respeito do *Livro de Linhagens*, conhecemos bem o seu autor, o Conde D. Pedro de Barcelos. E, mesmo diante de toda a discussão sobre as refundições de sua obra, não há dúvidas sobre o seu papel autoral em um projeto dedicado à história da nobreza e suas origens.

A obra do conde apresenta uma unidade ideológica que permite confirmá-lo como detentor de uma personalidade autoral bem definida, voltada a uma perspectiva orientada de reescrita das fontes muito mais do que de suas compilações. Esta personalidade, concordamos com Maria do Rosário Ferreira, não nos deixou “nada de avulso, de casuístico ou de flutuante; pelo contrario, constitui verdadeiramente uma obra, dotada de uma coerência ideológica profunda e portadora de uma intencionalidade poderosa, apesar das contradições ou paradoxos que surgem por vezes a flor do texto”⁷⁹. As críticas, claro, não se prenderam ao conteúdo tratado em si e suas possíveis incongruências. Muitos estudiosos, passando por Alexandre Herculano e José Mattoso, pautados na primeira crítica feita por um erudito anônimo⁸⁰, consideram como fator discutível da autoria do Conde a inconcebível organização, para aquela época, do livro em títulos subdivididos em parágrafos.

Ora, *A Arte de Trovar*⁸¹, reconhecida sem nenhum prurido pela crítica como de autoria do Conde D. Pedro, encontra-se organizada em capítulos, que por sua vez dividem-se em subcapítulos. Esta estrutura não parece, portanto, estar fora do horizonte de possibilidades organizacionais de uma obra de autoria do Conde. Isto não significa que o filho de D. Dinis teria dividido o *LL* em títulos e parágrafos, mas é possível conjecturarmos que tal estruturação estivesse em seus planos e que foi concluída, se

⁷⁸ ZINK. Op. Cit. p. 84.

⁷⁹ FERREIRA, Maria do Rosário. *Op. Cit.* 2010. (p. 84).

⁸⁰ Tal crítica foi formulada ainda no século XVII e intitulada *Notícia Primeira dos Livros de Linhagens*. Foi editada em 1944 por António Machado de Faria: “Os Nobiliários Medievais Portugueses”, *Arquivo Histórico de Portugal*, 5, Lisboa, 1944, p. 427-466, p. 431-466.

⁸¹ O estudioso italiano Giuseppe Tavani elaborou uma edição crítica, fac-símile, desta obra do Conde: TAVANI, Giuseppe. *Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa (Introdução, edição crítica e fac-símile)*. Lisboa, Colibri, 1999.

admitirmos que ela seja um projeto autoral em longo prazo. A esta altura, tão distantes no tempo, não devemos nos perguntar “se o reconhecimento do carácter inusitado do termo «parrafo» constituirá fundamento para negar a D. Pedro a capacidade de conceber simultaneamente uma divisão sequencial e uma organização hierarquizada da matéria que pretendia tratar?”⁸² Ferreira critica ainda o fato de que a maioria dos estudiosos que se propõem a investigar o *Livro de Linhagens* deixam de lado todas as outras dimensões do texto para questionarem as suas refundições:

Na verdade, quando um investigador se debruça sobre este nobiliário, e a menos que o seu interesse se prenda com as respectivas fontes, o que polariza o seu olhar não é a escrita do Conde mas as alterações que ela terá sofrido. São estas últimas o fenómeno que, em detrimento tácito de outras dimensões do texto, se propõe esclarecer. Toda a problemática factual e todas as hipóteses interpretativas, quando as há, se deslocam para a identificação e delimitação das refundições, dos meios onde surgiram e das motivações que lhes subjazem⁸³.

Antes de qualquer coisa, sendo um linhagista, o Conde constrói narrativas acerca de famílias pautadas em uma coerência textual que pode ser averiguada a respeito de duas importantes famílias ibéricas: os de Lara e a da Maia. A narrativa da linhagem dos de Lara, também conhecida como “A Lenda dos Sete Infantes”, encontra-se nas duas principais obras do Conde, a saber, o *LL* e a *Crônica de 1344*. No nobiliário, a lenda é bastante breve, mas singulariza-se pela mudança no enfoque narrativo, a despeito de todos os outros testemunhos da lenda, privilegiando um acontecimento e um personagem em especial, o nascimento de Mudarra Gonzalez, patriarca da linhagem de Lara. O relato sobre seu fundador, independentemente das relações mantidas entre o Conde e a família de Lara, ganha ares de aventura com diversos acontecimentos, em contraponto com a brevidade do mesmo na *Estória de Espanha*, narrando as peripécias do nascimento de Mudarra, fruto de pais oriundos das duas grandes religiões da época. A mãe do herói em questão também tem parentesco com o rei Mouro Almançor, transposta de prima na própria irmã do rei. Qual seria o significado desta mudança se, desde o princípio da fixação da *Lenda dos Sete Infantes*, iniciada com Afonso X, não havia menção a uma relação de parentesco entre a mãe de Mudarra e Almançor? A hipótese de que o Conde teria tido acesso a fontes diferentes, chegadas até ele em

⁸² FERREIRA, Maria do Rosário, «A Estratégia Genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as Refundições do Livro de Linhagens», e-Spania [En ligne], 11 | juin 2011, mis en ligne le 20 novembre 2013, consulté le 12 octobre 2016. URL : <http://e-spania.revues.org/20273> ; DOI : 10.4000/e-spania.20273.

⁸³ *Id. Ibid.*

momentos distintos, parece não satisfazer plenamente esta questão, pois explicaria apenas o fato isolado da mudança de parentesco.

A longa narrativa da *Crônica de 1344* mais não faz do que trabalhar textual e ideologicamente, levando-os mais longe, os mesmos elementos valorativos já convocados no nobiliário, tecendo assim imageticamente, nas entrelinhas do texto, uma reconfiguração conciliante da relação, ou de alguns tipos de relação, entre cristãos e mouros peninsulares. Um traço ideológico que temos razões para supor ser uma idiosincrasia do Conde de Barcelos⁸⁴.

Eis, então, que o Conde nos apresenta não apenas a um único filho de moura nobre e pai cristão, destinado a ser o fundador de uma linhagem respeitável. Alboazar Ramirez é o patriarca da ilustre casa da Maia, filho do rei Ramiro II com uma moura irmã do rei de Gaia. Um relato caracterizado por raptos e contra-raptos de mulheres mouras por homens cristãos, e de cristãs por homens mouros, esta narrativa se encontra no título XXI do *Livro de Linhagens* – o mais significativo em termos de relatos e informações acerca da nobreza peninsular, e também por conter a narrativa da Batalha do Salado –, embora já tivesse sido fixada previamente no *Livro Velho de Linhagens* ainda no século XIII. Nesta primeira versão, além de não ser possível identificar plenamente de qual rei Ramiro se trata, se do I ou do II, também a moura é apenas uma serviçal do palácio e não a irmã do rei. No texto do conde de Barcelos, a mãe de Alboazar Ramirez é a irmã do rei Alboazar, raptada pelo rei Ramiro II, contradizendo uma vez mais o *Livro Velho* em relação ao rei sobre o qual recai o ônus do primeiro rapto. “Abre-se assim espaço para uma caracterização valorizante do rei mouro, que, em contraste, surge como um modelo de qualidades, justo e magnânimo”⁸⁵. Vale ressaltar aqui que, também na origem familiar dos Lara, os mouros são apresentados de forma semelhante. Quando o pai de Mudarra torna-se prisioneiro do rei Almançor, apresentado como um homem ponderado, estrategista e honrado, recebe deste não só um tratamento digno, como também partilha com ele a dor ao saber do assassinato de seus sete filhos.

As respostas, neste âmbito, não são nunca certezas mas hipóteses mais ou menos prováveis, conjecturas mais ou menos credíveis. Ora, dados todos os paralelismos e correspondências, quer no nível dos processos de construção simbólico-narrativa, quer no plano do alcance ideológico, detectados entre estas duas reescritas de lendas genealógicas, não faz sentido pensá-las como tendo-se operado independentemente uma da outra. Pelo contrario, e intuitivo, e revela-

⁸⁴ FERREIRA, Maria do Rosário. *Op. Cit.* 2010. (p. 86).

⁸⁵ *Id. Ibid.* (p. 87).

se heurístico, entende-las como etapas no desenrolar de um mesmo projeto de escrita, três tempos de concretização de um mesmo modelo conceptual em busca de expressão textual eficaz⁸⁶.

Parece bastante razoável afirmar a existência de uma relação temática entre as narrativas fundacionais destas duas famílias. As sucessivas versões destas lendas genealógicas podem ser entendidas como vinculadas a um mesmo projeto de escrita, de elaboração simbólica-narrativa coerente. Ora, a questão da autoria na Idade Média é um conceito completamente diferente em termos de significado do que atualmente se entende como tal. A ideia de autor medieval tem um alcance muito mais abrangente. A figura autoral podia ser atribuída a alguém que promovia a escrita da obra, bem como àquela que de fato a escrevia, existindo nesta elaboração diversos graus de responsabilidade em determinar, orientar e revisar um projeto de escrita.

A autoria medieval pode ser compreendida, então, como um *continuum*. Um projeto de escrita possui imagens e temas que o caracterizam, e isso não é diferente em relação ao Conde D. Pedro. Além disso, suas duas obras principais, o *Livro de Linhagens* e a *Crônica de 1344*, partilham das mesmas fontes, em especial do *Liber Regum*. As imagens e temas materializados em forma de palavras no discurso conformam um patrimônio narrativo comum que, em esquemas coerentes, se coordenam e se distinguem em sequências narrativas modeladas e configuradas em um raciocínio cujo sentido lhe garante um teor plausível. Todas estas ideias sustentam um projeto de reconstrução da memória de que cada obra participa, e isto não é diferente em relação ao Conde D. Pedro de Barcelos.

A especificidade, a escrita e o projeto empreendido pelo Conde serão ainda abordados no capítulo seguinte em que faremos uma análise a respeito do conceito de linhagem, da presença da mulher na família e de um representante da mais alta nobreza.

⁸⁶ *Id. Ibid.* (p. 88).

Capítulo 2

A Linhagem e o Amor Fraternal

“[...] ca mais nobre cousa he e mais samta amar o homem a seu parente.”

Quando o Conde D. Pedro escreveu seu *Livro de Linhagens* ele o fez, obviamente, informado pela perspectiva de família da época, da parentela, que não se limitava unicamente aos parentes diretos, unilaterais, envolvendo também as linhas colaterais, horizontais que comportam uma linhagem. A escrita genealógica que o Conde empreendeu assume uma forma que poderíamos chamar de espiralada, há um movimento cíclico concêntrico ascendente, como um espiral, que volta a cada um dos filhos para elencar seus herdeiros, partindo sempre inicialmente do primogênito. Em termos práticos, há certo desconforto e confusão quando nos deparamos com o texto, mas logo entendemos a estratégia do autor. No intuito de distinguir os primogênitos são eles que têm sua descendência referida a cada geração para depois o autor voltar aos filhos segundos, terceiros e demais. Observemos como é intrincada, mas lógica a escrita executada pelo Conde:

Gomez Peixoto, o Velho, foi casado com dona Maria Rodriguiz, filha de dom Roi Gonçalves, padre de dom Pero Rodriguiz de Pereira, e fez em ela

Gonçalo Gomez Peixoto.

Este Gonçalo Gomez Peixoto foi casado com dona Ousenda Anes de Guimaraes, irmã de Domingos Anes Mouro, e fez em ela

Vaasco Gonçalves Peixoto

e Gomes Gonçalves Peixoto

e Gonçalo Gonçalves Peixoto, que foi abade de Tolões de Vila Cova,

e dona Sancha Gonçalves

e dona Orraca Gonçalves.

Este Vaasco Gonçalves Peixoto foi casado com dona Moor Anes, filha de Joham Perez Tenro e de dona Alda Martiiz, assi como se mostra no titulo XXV, de dona Tereja Gonçalves, [filha] de dom Gonçalo de Sousa, parafro 8º, e fez em ela

Joham Vaasquez Peixoto

e Fernam Vaasquez Peixoto

e Gil Vaasquez Peixoto

e dona Sancha Vaasquez Peixota[...]⁸⁷.

⁸⁷ Optamos por manter a mesma formatação contida na obra porque entendemos que dessa maneira o leitor pode visualizar nossa explicação do que seja a estrutura em espiral utilizada pelo conde tanto para informar as genealogias como na própria imagem literal da escrita. LL, v.I, pp. 327-328.

A estrutura em espiral não é uma novidade na produção escrita empreendida pelo filho do rei D. Dinis. Se considerarmos que a autoria de D. Pedro fica definida pela adoção de tal expediente, sua personalidade autoral pode ser identificada por meio de outra obra sua, sobre cuja autoria não cabe qualquer dúvida, obra na qual uma narrativa em espiral decorre desde o início dos tempos até o presente em que se inscreve sua produção. Temos, na *Crónica de 1344*, uma redação que não obedece a uma estrutura cronológica progressiva. “Pelo contrário, organiza-se em três espirais espaço-temporais concêntricas e sucessivas, cuja sobreposição contribui para a percepção do texto como geograficamente desorganizado e cronologicamente confuso”⁸⁸. Para compreendermos o trabalho de confecção da obra e mesmo o projeto historiográfico do conde, não podemos deixar de levar em consideração aquele que deve ter sido sua maior influência e inspiração: Afonso X, o Sábio, seu bisavô.

D. Pedro de Barcelos, pelo que indicam os indícios em sua obra, parece ter revisado seu texto por diversas vezes, ou pelo menos não o redigiu num único esforço contínuo de produção. É possível, ao contrário do que alguns estudiosos afirmaram, que a *Crônica de 1344* não tenha sido iniciada somente após o término do *Livro de Linhagens*. Provavelmente, em algum momento os dois textos terão sido escritos simultaneamente, o que explicaria, entre outras coisas, o episódio da “eleição dos Juizes de Castela”, como veremos adiante e, em nível mais imediato, a referência constante no *LL* a uma fonte documental como, por exemplo, em “segundo o texto conta”. Ou seja, o filho de D. Dinis produziu um minucioso trabalho de pesquisa documental, fundamentado em textos conhecidos pelo autor que circulavam pela Península Ibérica, e também em relatos orais. Como argumenta Ferreira,

Esta perspectiva pode lançar luz sobre a escrita produzida sob a iniciativa do Conde de Barcelos, permitindo-nos problematizar o projeto que empreendeu como um processo dinâmico e faseado, comportando diferentes estádios de compilação e de redação em que fontes e escrita genealógica e cronística se entrecruzam e complementam, sem nunca o texto se assumir como terminado⁸⁹.

⁸⁸ FERREIRA, Maria do Rosário. “A Estratégia Genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do *Livro de Linhagens*”. In: *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes*. Numero 11, Légitimation et lignage, 2011.

⁸⁹ *Id. Ibid.*

Assumir esta perspectiva como uma possibilidade real permite entender a obra do conde como um todo, como um projeto de escrita historiográfica dedicada à legitimação da identidade nobre através da solidariedade de classes fundamentada numa ideologia da amizade. Afinal, sua intenção primeira e maior ao elencar os objetivos do *LL* diz respeito exatamente a isso: “E como quer que antre eles deve haver amizade segundo seu ordinamento antigo em dando-se fe pera se nom fazerem mal ~uus aos outros, a meos de tor[v]arem a este amor e amizade per desfiarem-se”⁹⁰. O sentimento de amizade uniria, assim, toda a nobreza, a começar pelos indivíduos do mesmo sangue: “E por que nem ~ua amizade nom pode ser tam pura segundo natura come daqueles que descendem de ~uu sangue, porque estes movem-se mais de ligeiro aas cousas per que a amizade se mantem”⁹¹. A intencionalidade do conde move-se no sentido de unir a nobreza através de uma identidade baseada na amizade, ou seja, numa espécie de “consciência de classe” gerada pela consciência da linhagem e ancorada principalmente na prática da herança da terra conquistada pelos ancestrais e na valorização da atividade mais característica da nobreza, a guerra. Esta teoria social da amizade, portanto, visava uma harmonia social fundada sobre as solidariedades de sangue que uniam a nobreza peninsular e cimentavam uma amizade natural decorrente da vontade divina. Daí a função do *LL* para os nobres do seu tempo: o conhecimento sobre as suas origens, o orgulho provocado pelos feitos dos seus antepassados, a identificação de uma linha de homens honrados ao longo de gerações formariam a consciência linhagística e conseqüentemente a consciência de classe. Fundamentando a nossa pesquisa a partir desta hipótese, pretendemos explicar a construção da nobreza ibérica no âmbito do *LL*.

Mas aquilo que nenhuma outra fonte medieval portuguesa nos fornece de modo tão seguro e pormenorizado é o testemunho de um grupo humano acerca de sua mentalidade e da sua própria consciência de grupo. De que grupo humano se trata, qual a sua composição, a sua origem e evolução – ou melhor o que pensavam acerca disso os redatores dos nobiliários, – eis o que estes documentos excepcionalmente ricos e complexos nos podem revelar⁹².

A consciência da linhagem, ou seja, a percepção dos laços de parentesco estaria num plano mental. O outro plano seria o material, dos suportes biológicos e econômicos do destino familiar. De acordo com Georges Duby, estes dois planos são quase

⁹⁰ *LL*, v.I, p. 55.

⁹¹ *LL*, v.I, p. 56.

⁹² MATTOSO, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980. (p. 290).

corresponde aos dois tipos de genealogias existentes: as genealogias que os historiadores constroem ao longo do tempo, recolhendo e retificando todos os indícios de filiação dispersos nas mais variadas fontes e as genealogias elaboradas no próprio período pelos coevos. “Ora, estas são igualmente muito preciosas pelo testemunho que trazem sobre a psicologia familiar e sobre as representações mentais eu formam o arcabouço da consciência de linhagem”⁹³. No *Livro de Linhagens* é, sobretudo, o plano mental que se faz presente ao transmitir narrativas míticas que legitimam o poder e prestígio das linhagens⁹⁴. Como se trata de uma genealogia, o que significa uma lista de nomes que se sucedem por uma relação de parentesco, não é de se admirar o impacto que a inserção de relatos míticos provoca na totalidade do texto do Conde. Certamente sem a presença das narrativas, mítica, de guerra e de feitos cavaleirescos, o *Livro de Linhagens* não seria a obra grandiosa que é.

1. Linhagem, Parentesco e Família

As genealogias, a partir do século XII, são muito mais desenvolvidas do que as primeiras listas de filiação, listas de reis, que tomaram como modelo. O *LL*, por exemplo, não bastasse as narrativas que contém, traz informações enriquecidas sobre as famílias, acrescentando os nomes das filhas, dos filhos caçulas, desenvolvendo as filiações paralelas, nomeando os bastardos. As genealogias das diversas famílias construídas pelo Conde formam a imagem clássica de uma árvore com muitos galhos que se desenvolvem gerando frutos. Apresenta, assim, um perfil amplo do tronco principal fundador da linhagem acompanhado de seus ramos colaterais, cujas raízes são as mais profundas remetendo, frequentemente, a um herói mítico. Esta mudança na forma de elaborar as genealogias revela primeiramente um progresso das técnicas literárias. Foram os mosteiros privados, parte do patrimônio das grandes famílias principescas, que elaboraram as primeiras genealogias. A partir do século XII, os monges continuam ainda a ser os principais autores das genealogias, mas já aparecem clérigos e clérigos domésticos fazendo este mesmo trabalho.

⁹³ DUBY, Georges. *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (p. 126).

⁹⁴ O estudo das narrativas míticas será feito no capítulo quatro.

Al escribir por encargo manifiestan una nueva actitud frente a la tarea que deben cumplir. No se trata sólo de relatar un recuerdo, sino de construir verdaderamente una historia; partiendo de la biografía de sus señores, se esfuerzan por construir también una *vita* de cada uno de los personajes que aparecen en el linaje que describen. Con tal fin, reúnen una documentación, se apoyan en textos. A través de arte, la memoria se precisa, se vuelve más consistente, se prolonga⁹⁵.

A literatura genealógica vai se tornando uma literatura de corte cada vez mais laicizada. Seu desenvolvimento é paralelo ao da literatura de entretenimento voltada especialmente para a nobreza guerreira, que desempenha um papel de primeiro plano na figura do cavaleiro andante. Por isso, não é de se estranhar a presença nas genealogias de relatos sobre as aventuras dos cavaleiros. As lendas épicas estão sempre presentes, ainda que apenas de passagem; seus personagens atuam de forma decisiva, como o Cid no *Livro de Linhagens*.

Essa abertura para a lenda e para o imaginário é muito importante sob dois pontos de vista. Primeiro, ela explica o espaço reservado aos heróis nas novas genealogias, que assumem então o feitiço de uma galeria de tipos exemplares, modelos de virtude. [...]. Mas adquire subsidiariamente, após 1110, um outro caráter quando, sob a influência das narrativas épicas e pela introdução de biografias mais alentadas, ela tende a tornar-se uma sequência de elogios individuais⁹⁶.

Importa sublinhar que o estabelecimento das genealogias responde com muita frequência à preocupação de legitimar um poder. Reside aí a preocupação das narrativas genealógicas em descobrir no passado mais remoto da linhagem a origem da posse hereditária. É “[...] no momento em que seu poder assenta num patrimônio livremente transmissível de pai para filho que os grupos de parentesco, até então movediços e sem consistência, se ordenam segundo o estricto arcabouço de uma linhagem”⁹⁷.

Precisamos, então, nos referir às suas famílias. De acordo com José Carlos Miranda,

Quando, como sucede na Idade Média peninsular, sobretudo numa época que podemos situar a partir do séc. XII, a “família” se identifica com o “poder”, parafraseando o título de uma das obras de referência de José Mattoso, então essas memórias e representações adquirem um interesse coletivo, passando a integrar as fontes para o conhecimento da história das coletividades no seu todo, e a escrita genealógica

⁹⁵ DUBY, Georges. *Hombres y Estructuras de la Edad Media*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 1978. (p. 193).

⁹⁶ DUBY, Georges. *Op. Cit.* 1989. (p. 133).

⁹⁷ *Id. Ibid.* (p. 131).

adquire o estatuto de um dos suportes possíveis de transmissão de um saber historiográfico⁹⁸.

Em alguns momentos da narrativa do *LL*, especialmente quando se trata das mulheres, a referência ao seu casamento e possíveis filhos vem logo em seguida à sua nomeação. De modo geral, o escopo da linhagem desenha-se a partir dos filhos primeiros de cada geração e, depois de referidos, passa-se ao filho segundo e aos demais, sucessivamente. Claro que isto muda de figura quando o filho primeiro não dá origem a descendentes, o que não é nada raro ao longo da obra. Vejamos:

Este dom Meem Rodriguiz foi casado com dona Maria Anes, filha de dom Joham Perez da Veiga e de dona Tereja Martiz, filha de dom Martim Paez Ribeira, como se mostra no titulo LII, dos d’Azevedo, parafo 2º, e fez em esta dona Maria Anes ~uu filho que houve nome
Martim Meendez de Briteiros, que morreo sem semel.
E fez em ela outro filho que houve nome
Joham Meendez de Briteiros;⁹⁹.

O fato de alguns filhos primeiros não produzirem descendência condicionou a escrita do Conde. Isto significa que o autor se preocupou não somente em detalhar o desenho dos descendentes dos filhos primeiros, mas dos descendentes de todos os filhos de cada geração, o que nos leva a dois pontos. Em primeiro lugar, a linhagem, na Península Ibérica, ainda não era majoritariamente patrilinear, o que se manifesta na “descrição” feita pelo conde. Ela contempla todos os filhos, com o detalhe importante dos filhos segundos, terceiros e quartos constituírem família; embora isso não acontecesse em todas as linhagens, aparece com uma frequência considerável. O outro ponto diz respeito ao fato de o linhagista referir sempre, como primeiro rebento fruto da linhagem, a um homem, ainda que não fosse o primogênito, salvo os casos em que obviamente os descendentes fossem todas mulheres. Este último ponto pode até parecer contraditório, mas a rigor revela como as mudanças na estrutura de parentesco se deram de forma complexa, compósita e lenta, produzindo-se ao longo de alguns séculos no Ocidente Medieval, em especial na sociedade ibérica, com destaque para Portugal. José Mattoso, o pioneiro e referência fundamental nos estudos sobre a nobreza portuguesa, reconheceu em um artigo de 2011 que, contrariamente à tese que havia defendido sobre

⁹⁸ MIRANDA, José Carlos Ribeiro. “O argumento da linhagem na literatura Ibérica do século XIII”. In: *e-Spania. Revue interdisciplinaire d’études hispaniques médiévales et modernes*. Numero 11, *Légitimation et lignage*, 2011. (p. 02).

⁹⁹ *LL*. (pp. 283-284).

a primogenitura, “a sucessão numa linha única não foi adotada pela nobreza em geral [...]”. Com efeito, como José Augusto Pizarro demonstrou, verifica-se a predominância habitual da partilha igualitária entre os herdeiros das famílias nobres¹⁰⁰. Mas, claramente a divisão do patrimônio acarretou sérios problemas para a manutenção da honra familiar em termos materiais.

[...] deu lugar a altas taxas de celibato, de barregania e de bastardia, e, por vezes, não impediu a transmissão da honra familiar numa linha única, pelo menos quando a herança era suficiente para compensar os outros herdeiros com outras partes dos domínios. Estes processos destinavam-se a obter efeitos semelhantes aos da sucessão régia, mas não foram unanimemente praticados: em alguns casos, o clã familiar preferiu apostar na proliferação e na criação de uma rede parental de ajuda mútua para diversificar os apoios e conseguir ascensão social¹⁰¹.

Durante este extenso período de configuração da família patrilinear, as linhagens seletivamente ora privilegiaram um ramo masculino, ora um ramo feminino, a partir de critérios diversos. “Assim sendo, um dado grupo humano identifica-se na diacronia como uma linhagem em função de critérios que, em última análise, variam conforme o indivíduo, ou grupo restrito de indivíduos, que num dado momento reclama certos antepassados e as respectivas memórias”¹⁰². Georges Duby já havia feito esta observação ao analisar os *Annales Cameracenses*, escrita por Lamber, um homem da Igreja, formado num mosteiro e cônego regular em Saint-Aubert de Cambrai, que resolveu promover o que chamou de “genealogia dos meus ancestrais” até o ano de 1108, data de seu nascimento.

Na ordem da descrição, os homens aparecem sempre antes das mulheres e, por sua construção geral, o esquema genealógico coloca nos primeiros lugares o *agnatio*. Essa preeminência masculina [...] também reflete, por certo, muito diretamente a influência das regras sucessórias que reservavam aos varões a herança dos bens imobiliários¹⁰³.

O termo “linhagem” é compartilhado por várias disciplinas e talvez decorra daí alguns problemas na sua utilização, seja pelas Ciências Sociais ou mesmo pela História. O que não se pode negar é que sua acepção está intimamente ligada à tradição decorrida

¹⁰⁰ MATTOSO, José. “Introdução: Legitimação e Linhagem”. In: *e-Spania. Revue Interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes*. 2011. (p. 3). Acessado em 16/12/2017.

¹⁰¹ *Idem. Ibidem*. (p. 3).

¹⁰² MIRANDA, José Carlos Ribeiro. “O argumento da linhagem na literatura Ibérica do século XIII”. In: *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes*. Numero 11, Légitimation et lignage, 2011. (p. 03).

¹⁰³ DUBY, Georges. *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (p. 113).

dos estudos genealógicos, já que se deve à genealogia seu uso intenso ao longo dos séculos, que contribuiu para sedimentar uma memória familiar em torno de um grupo de indivíduos ligados pelo sangue em linha vertical e horizontal. O desenvolvimento das relações de parentesco e a estruturação da família apuraram o conceito de linhagem, tornando-o mais preciso e esquemático. Como afirmamos no início deste capítulo, a estrutura da linhagem vivia uma transformação à época do Conde D. Pedro, quando as relações familiares se articulavam progressivamente em torno da figura masculina representada pelo seu membro continuador, preferencialmente o primogênito, salvo os casos em que este não produzia descendentes. Ainda assim, o autor evidencia a amplitude da linhagem ao escrever a genealogia das famílias remetendo aos seus ancestrais mais longínquos. Ou seja, a linhagem, para o Conde e sua época, não se restringia apenas aos parentes vivos conhecidos em linha horizontal. Linhagem dizia respeito a um parente fundador recuado no tempo, em muitos casos de origem mítica, muitas vezes com feição heroica, que originava uma família da qual era sua base e motivo de prestígio. Assim, mitificava-se o passado para consolidar o presente¹⁰⁴.

Reside aí a principal diferença entre a genealogia marcada pela tradição familiar e fundamentada na escrita do *LL*, e o teor comumente dado ao conceito pelas Ciências Sociais. No primeiro caso, a genealogia é caracterizada por um traço incerto, dubitativo e mesmo “fantástico”, especialmente quando se trata de abordar os níveis antepassados mais remotos no tempo, ao passo que as ciências modernas abordam-na legitimados pela mais absoluta certeza dos nexos parentais.

A «linhagem» da tradição genealógica e a das ciências sociais atuais têm a separá-las o facto de a primeira contemplar alguma representação do passado, associada naturalmente a intenções e a propósitos que devem ser compreendidos não no âmbito estritamente biossocial, mas nos planos cultural e sobretudo histórico¹⁰⁵.

Linhagem, portanto, no plano da representação, da construção da memória, faz com que seu atributo histórico ganhe feições que expliquem o “coletivo” a que se refere num plano muito mais amplo do que a certeza dos graus de parentesco. Exatamente por conta dessa particularidade, a linhagem social é sempre “atualizável”, no sentido de atender às expectativas e interesses dos indivíduos que a remontam em nome de um passado familiar glorioso. Estas representações do passado familiar traduzem, segundo

¹⁰⁴ AURELL, Jaume. “El nuevo medievalismo y la interpretación de los textos históricos”. In: *Hispania*, 2006, vol. LXVI, n.º224, p. 825.

¹⁰⁵ MIRANDA, José Carlos Ribeiro. *Op. Cit.* 2011. (p. 02).

George Duby, “una cierta conciencia de la cohesión familiar, además y esto es muy importante, fijaron esta consciência y la impusieron firmemente a los miembros del grupo, guiando em cierta medida su conducta durante las generaciones posteriores”¹⁰⁶. A consciência da linhagem, dando coesão à família, é promovida e difundida por obras genealógicas como o *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. Ainda é preciso pensar a linhagem diacronicamente, pois é quando ela se transforma verdadeiramente em política.

Ou seja, a “linhagem” é uma entidade diacrônica do ponto de vista da preservação dos seus ativos da memória, mas esses ativos são só reclamáveis, e passíveis de serem transformados em discurso, na sincronia e na interação com os grupos contemporâneos, nomeadamente com aqueles que constituem as restantes linhagens¹⁰⁷.

Podemos observar esta sincronia no que diz respeito, especialmente, aos matrimônios contraídos pelos principais grupos de famílias nobres. Linhagem, então, segundo Miranda, acaba por se constituir também como um definidor genérico para toda a nobreza. A sociedade aristocrática formava então, segundo Duby, um bloco homogêneo se considerarmos o seu estreito parentesco reforçado, entre outras coisas, pela transmissão dos nomes¹⁰⁸.

O termo “linhagem” foi introduzido na Península Ibérica por volta de 1194, com a redação do *Liber Regum* ou *Libro de las Generaciones y linajes de los reys*, obra, aliás, que serviu profundamente de inspiração para a redação do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro. O *Liber Regum* descrevia as genealogias sem exclusão da linha feminina, incluindo diversos indivíduos por geração. Nele, o conceito de linhagem é usado para designar as dinastias régias que governavam até o momento da sua redação, e apresenta como particularidade o fato de enumerar genealogias em que as linhas majoritariamente masculinas coexistem com linhas de sucessão feminina, ainda que o termo *generación*, utilizado com alguma frequência, descreva linhas exclusivamente agnáticas. Geração designava um só indivíduo, ao contrário de uma pluralidade de indivíduos em cada nível geracional, a que o termo “linhagem” se referia. Este é um ponto de identidade com o nosso *Livro de Linhagens*, que, como já apresentamos, trata

¹⁰⁶ DUBY, Georges. *Hombres y Estructuras de la Edad Media*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 1978. (p. 163).

¹⁰⁷ MIRANDA, José Carlos Ribeiro. *Op. Cit.* 2011 (p. 03).

¹⁰⁸ DUBY, Georges. *Op. Cit.* 1989. (p. 64). Sobre a complexa questão dos nomes faremos a análise adiante.

não só da descendência do primogênito, mas de todos os ramos colaterais da família, indicando que a primogenitura ainda não era predominante na península mesmo a esta altura do século XIV.

Para Anita Guerreau-Jalabert, a proeminência dos homens, combinada ao imperativo patrimonial por meio de processos sociais complexos e diversificados, acabam por constituir uma “linhagem de herdeiros”, o que ela chama de “topolinhagens”, ou seja, linhagens que se formaram pela sucessão daqueles que concentraram em suas mãos o patrimônio principal do grupo. Em outras palavras, um mundo em que os homens exerciam o poder e o mantinham a todo custo. Esta configuração social das regras sucessórias reproduzia e fortalecia os elementos simbólicos e materiais de uma posição social fundamentada, antes de tudo, na dominação da terra e dos homens que a ocupam. Linhagem, segundo a autora, é um conceito que possui uma enorme maleabilidade, correspondendo à flexibilidade do parentesco cognático, ou seja, aquele em que as linhas masculina e feminina são igualmente valorizadas na sucessão.

Assim, ele corresponde às vezes à representação de uma parentela descendente de um único ancestral masculino, preferindo os homens e figurando de fato a “topolinhagem” [...]. Por outro lado, a linhagem é esta constelação de parentes que se convoca idealmente ou praticamente em uma ou outra circunstância e cujos limites são fixados tanto pelas possibilidades efetivas de interconhecimento e de memória, quanto pela definição canônica, dois limites que mais ou menos se sobrepõem¹⁰⁹.

Tratar do conceito de linhagem significa tratar inexoravelmente das relações de parentesco. Como já destacamos desde o princípio deste capítulo, a prevalência da primogenitura não é algo “natural e dado”, mas, ao contrário, foi construída socialmente, e está intimamente ligada à obtenção de poder pelas famílias, que então se estruturavam em torno de um único herdeiro, garantindo assim a indivisibilidade do patrimônio ou, ao menos, da maior parte dele. Ao estudar a nobreza cavaleiresca da França, Georges Duby assinala que as estruturas de parentesco, ao que parece, foram se modificando no curso do século XI em direção a um estreitamento progressivo da solidariedade de linhagem. Ou seja, quanto mais fortes são os laços de parentesco entre os indivíduos de um grupo familiar, menos livres eles se sentem para dispor do próprio

¹⁰⁹ GUERREAU-JALABERT, Anita. “Parentesco”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (org). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006, v.II. (p. 325).

patrimônio perante os homens do seu sangue. Anteriormente ao século XI, o que havia era uma espécie de dispersão ou frouxidão das relações familiares, ao que se seguiu um período de rigidez, o que aponta para as modificações nas relações de parentesco. A ascensão da primogenitura e a consequente manutenção do patrimônio no seio da família deu continuidade e/ou gerou uma linhagem de prestígio que ancorava, assim, o seu poder primordialmente na posse de um patrimônio fundiário, aliado a isenções fiscais e de tributos variados.

La conciencia genealógica en el instante mismo en que la riqueza y el poder de los condes, de los castellanos y de los simples caballeros, revisten decididamente un cariz patrimonial y, en consecuencia, comienzan a entrar en juego las reglas sucesorias que favorecen a los hijos a expensas de las hijas, a los mayores a expensas de los menores y que valorizan, pues, a la vez la rama paterna y la primogenitura¹¹⁰.

Os vínculos de parentesco constituíam a estrutura principal da sociedade feudal. Não à toa se apresenta como modelo para diversas outras formas de interações sociais, como os grupos de combate na guerra, certamente o exemplo perfeito para o nosso estudo, mas também às confrarias, aos monastérios, em que os laços de afinidade, interesses e cooperação se sobrepõem ao próprio vínculo de sangue.

É o caso de todas as fraternidades artificiais, estáveis ou fugazes, que reúnem homens estranhos pelo sangue, seja no seio dos grupos de combate, seja no quadro da vassalagem, seja pelo juramento de assistência mútua prestado pela gente da cidade, seja ainda, mais firmes do que em todas as demais, nessas verdadeiras famílias que são as comunidades monásticas. É bastante evidente que o movimento demográfico é, em grande parte, comandado pela disposição das estruturas familiares, que todo o jogo da economia se ordena em função da base de produção e de consumo que essas estruturas constituem. Estas orientam também, em larga medida, o desenrolar da vida política, o jogo dos afrontamentos e das alianças, o curso das carreiras¹¹¹.

O parentesco constitui-se como um conjunto de relações socialmente definidas e construídas. Aliada ao conceito de parentesco está a noção de família, obviamente não com as conotações do século XIX, em que se confundia ordem de parentesco com residência. A família medieval abarcava uma rede de relações caracterizada por laços entre grupos de uma mesma camada social, configurando a chamada “família artificial”.

¹¹⁰ DUBY, Georges. *Op. Cit.* 1978. (p. 182-183).

¹¹¹ DUBY, Georges. *Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (p. 120).

Entre este agregado de pessoas teciam-se as mais diversas formas de interação e de práticas que visavam à manutenção e reprodução das condições sociais que mais lhes favorecesse. Família é aqui entendida pela relação de laços identitários, afetivos e/ou biológicos de interesses conjugados. Tomamos o enfoque dado por João Bernardo, ao afirmar que os sistemas familiares sofreram modificações com a crise da dinastia carolíngia: “As formas de indivisão, ou as formas de exclusividade na herança, nomeadamente a primogenitura, [...], resultaram, pelo contrário, de transformações operadas gradualmente num sistema em que todos os herdeiros eram beneficiados pelas partilhas”¹¹². Com as transformações operadas no quadro familiar, impôs-se aos filhos segundos uma vida vivida à sombra do irmão mais velho, ou a partida em busca de melhores condições, passíveis de serem alcançadas por um sonhado casamento, pela conquista de terras e/ou estabelecimento de um senhorio.

Numa época de constantes conflitos sociais e medos variados como a Idade Média, a família apresentava-se como uma instituição de segurança, de afirmação social e mesmo de controle, em especial daqueles que não se encaixavam em seus quadros, visto que os excluídos eram lançados na marginalidade. Fadados à errância, dificilmente podendo constituir família, estes homens eram chamados de “*juvenes*” ou “*pueri*”, os jovens. Esta designação não se referia a “uma condição etária, mas social, abrangendo todos aqueles adultos que se encontravam excluídos da família sem, entretanto, haverem fundado um núcleo familiar próprio”¹¹³. Faziam parte desse grupo os camponeses que vendiam sua força de trabalho como agricultores ou pastores, os filhos segundos e terceiros da aristocracia em busca de fortuna ou dos feitos de armas, clérigos de ordens menores etc. De acordo com Bernardo, unidos pela errância, estes homens formavam famílias artificiais que reproduziam as hierarquias existentes:

[...]. E tanto mais fortemente os laços se estreitavam quanto, numa sociedade que pensava tudo em termos familiares, os filhos segundos que não conseguiam estabelecer-se com família própria se reuniam em formas de família artificial. A camada superior dos bandos integrava os *juvenes* de origem aristocrática, ligados por elos de fraternidade e que tantas vezes se subordinavam à autoridade de um filho segundo de uma família perante a qual as suas estavam em situação de vassalagem; na camada inferior contavam-se rurais tornados bandoleiros, clérigos vadios, prostitutas. E assim, no âmago da crise

¹¹² BERNARDO, João. *Poder e Dinheiro: do poder pessoal ao estado impessoal no regime senhorial, séculos V-XV. (Parte II): Diacronia – conflitos sociais do século V ao século XIV*. Porto: Edições Afrontamento, 1997. (p. 129-130).

¹¹³ *Idem. Ibidem.* (p. 131).

que desagregara os principais centros de autoridade e precisamente entre as pessoas que mais pareciam ter-se afastado da estabilidade social, reconstituíam-se as hierarquias e desenvolviam-se os germens de um restabelecimento do controle dos senhores sobre os rurais¹¹⁴.

Analisando a solidão e a emergência do indivíduo nos séculos XI-XIII, Duby também assinala a formação de famílias artificiais pelos laços de fraternidade: quando as pessoas se arriscavam fora da clausura doméstica, era ainda em grupo. “Todas as viagens eram feitas pelo menos em dupla, e se os companheiros não eram parentes, ligavam-se pelos ritos da fraternidade, constituindo, pela duração do deslocamento, uma família artificial”¹¹⁵. Ancorado pelo sentimento de grupo propiciado pelo agrupamento familiar, mesmo artificial, já que não biológico, o homem medieval garantia seu lugar na sociedade. A não-inserção num grupo familiar denotava um grau de perigo representado por todos aqueles que, à margem da sociedade, entregavam-se ao banditismo e à rebeldia social.

Ao tratar do conceito de parentesco, não podemos deixar de assinalar o fato de existir no Ocidente cristão, desde o século IV, um tipo de parentesco classificado pelos antropólogos como parentesco ritual (parentesco de sangue ou adoção). No Cristianismo, esta forma de parentesco é decorrente da identidade religiosa, reafirmada por ritos de inserção do indivíduo na sociedade espiritual da qual fazia parte, como, por exemplo, o batismo. Somado a este sacramento, o apadrinhamento e a confirmação reiteravam os laços de parentesco espiritual cristão. Assim, o batismo é um elemento crucial de estruturação da sociedade. “Ele permite pensar e organizar na prática a relação dos homens com Deus, assim como dos homens entre si por intermédio de Deus, e fundamenta a instituição central e sacralizada que é a Igreja”¹¹⁶.

No que se refere à consanguinidade, temos dois tipos de organização: os sistemas unilineares e os sistemas cognáticos. Os primeiros caracterizam-se pela filiação e transmissão da herança por um sexo, excluindo o outro. Assim, no sistema patrilinear, por exemplo, só é socialmente aceita a transferência através dos varões. Neste tipo de classificação, formam-se grupos pequenos, “aos quais um indivíduo é automaticamente fixado pelo nascimento, que o autoriza a ter acesso ao nome, aos bens, ao estatuto, aos privilégios, aos direitos diversos que uma filiação comporta, mas que também o

¹¹⁴ *Id. Ibid.* (p. 135).

¹¹⁵ DUBY, Georges. “A Emergência do Indivíduo: a solidão nos séculos XI-XIII”. In: ÀRIES, Philippe e DUBY, Georges. *História da Vida Privada: da Europa Feudal à Renascença*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. (p. 503).

¹¹⁶ GUERREAU-JALABERT, Anita. *Op. Cit.* (p. 322).

submete a obrigações e deveres”¹¹⁷. Já nos sistemas cognáticos ou indiferenciados, o processo de transmissão e reconhecimento consanguíneo passa tanto pelos homens quanto pelas mulheres. Por conseguinte, não há separação entre os grupos, visto que cada integrante está ligado ao mesmo tempo à linhagem de seu pai e à de sua mãe, cruzando redes familiares, ligado a parentelas compostas por um conjunto diverso de pessoas que têm um parente em comum. O sistema cognático, ainda em vigor em nossa época, pode ser datado na Idade Média europeia e, como já afirmamos acima, vigorou durante muito tempo em Portugal quando finalmente, a partir do século XIV, foi suplantado pelo sistema agnático, em que prevalece a primogenitura e a sucessão dos bens e honra ao filho varão.

2. As Mulheres na Linhagem

Começamos, então, pelas mulheres. Das inúmeras particularidades do projeto genealógico empreendido pelo Conde D. Pedro, também sobressai o estilo padronizado das genealogias em geral. Por se tratar de uma narrativa destinada a valorar as grandes famílias representadas pelos homens da linhagem, as mulheres eram preteridas na sua construção. Por vezes até aparecem de forma contundente, seja pelo caráter misógino, característica da sociedade medieval e representada na literatura da época, seja para terem seu patrimônio apropriado pelo marido, filho ou, quando se tornavam viúvas e contraíam um novo casamento, pelo segundo marido. A prática da submissão perpetuava-se sob qualquer condição civil em que a mulher se encontrasse.

O ponto a que quero chegar é à falta de informações sobre as mulheres das famílias mais antigas em seus antepassados mais remotos. Limito-me a destacar a ausência do nome das esposas, pois, ao que parece a sua indicação é, na maioria dos casos, “desnecessária”. Um dos motivos para esta omissão, além do que já relatamos, talvez se deva ao recuo no tempo, quando nomear as mulheres em referências às famílias não era importante. Na família dos Sousãos, por exemplo, não sabemos nada a respeito das esposas das quatro primeiras gerações da linhagem: de quem descendem, a qual família pertencem etc. A informação limita-se ao nome:

¹¹⁷ *Id. Ibid.* (p. 322).

O primeiro foi dom Soeiro Belfager, que foi casado com dona Menaia
Ribeira, e fez em ela
Ahufo Soarez Belfager
E Ahufo Soarez Belfager foi casado com dona Eomedola e fez em ela
Ahufo Ahufez
Este d. Ahufo Ahufez foi casado com dona Tereja e fez em ela
o conde dom Geiçoi Aufez, que chamarom o Nonnado,
e Sancha Senhorinha de Basto
[...]. E o sobredito conde dom Goiçoi foi casado com dona Mona e fez
em ela
dom Echigui Guicho¹¹⁸.

Em alguns casos, há a referência à família da qual a mulher faz parte; em algumas gerações da mesma linhagem a mulher é nomeada e identificada em sua família de origem. Nestes casos, acreditamos que isso aconteça por se tratar de uma família importante o suficiente para estar ali devidamente documentada. Em outros casos, não sabemos sequer o seu nome, apenas que gerou filhos, afinal foi para isso que nasceu e contraiu matrimônio. É o que acontece com os Bragançons:

Dom Mendo Alão de Bargaça flhou por força ua filha d'el rei
d'Armenia que ia em romaria a Santiago, e fege em ela
dom Fernam Meendez, o Velho
e dona Ouroana Meendez.
E este Fernam Meendez casou com filha d'el rei dom Afonso de
Castela, o que ganhou Toledo, e fege em ela
dom Meem Fernandez.
E este dom Meem Fernandez foi casado com dona Sancha Veegas,
filha de dom Egas Gosendez de Riba de Douro, e fege em ela
dom Fernam Meendez, o Bravo.
E Rui Meendez [...].
Este dom Fernam Meendez, o Bravo, [...] foi casado com ua dona e
fez em ela
dom Vaasco Pirez Veiom
e dom Garcia Pirez¹¹⁹.

O mesmo acontece com a família de Riba Douro. Não há informações sobre a esposa do fundador da linhagem, D. Moninho Veegas. A referência importante, claro, diz respeito aos filhos, continuadores da linhagem.

Este dom Moninho Veegas, o Gas[c]o, primeiro veo a Portugal em tempo d'el rei dom Ramiro de Leom, e veo de Gasconha, e outro seu irmão com el, que foi bispo do Porto, e havia nome dom Sesnando. Este morreo e jaz em Vila Boa do Bispo. E veo com ele o bispo dom Nonego, que jaz no moesteiro de Coyaos, e veerom com ele dous seus filhos:

¹¹⁸ *LL. v. I*, (p. 267).

¹¹⁹ *LL. v. I*, p 440.

Uu houve nome dom Egas Moniz, o Gas[c]o,
E o outro houve nome dom Garcia Moniz, o Gas[c]o¹²⁰.

A exceção a esta regra de não nomear as mulheres na genealogia – que, como toda boa exceção, só vem confirmá-la –, são os casos da Dona Marinha e da Dama do Pé de Cabra, se bem que esta última não tem necessariamente um nome, porém tem uma linhagem muito rica, dona de muitas terras, e isso era o mais importante. Abordadas no último capítulo deste estudo, as duas mulheres são seres míticos, a primeira delas carregando e conservando muito mais sua característica sobrenatural, ao ponto de desaparecer da vida em sociedade e reaparecer somente para auxiliar sua família através de seus atributos mágicos. A segunda foi “completamente” cristianizada, recebeu até mesmo o batismo, e quando adquire a capacidade da fala reafirma a sua pertença à sociedade cristã por meio do casamento. Reiteramos que se trata de mulheres excepcionais, e é este o fato que as faz merecedoras de algum destaque no decurso da obra do Conde, ainda que seja para a força do Cristianismo sobrepujá-las, apropriando-se de suas qualidades sobrenaturais e ressignificando-as em nome da moral cristã.

A respeito da família dos Bragançons, as duas primeiras gerações são originadas de uma união com uma mulher da realeza, duas filhas de reis que, ao que tudo indica, não são bastardas porque o conde sempre o informa, quando é o caso. Ainda assim, estas duas mulheres não têm os seus nomes revelados. Quando originária da realeza, “a mulher, de um modo geral, traz à linhagem na qual entrou por casamento uma contribuição de renome, isto é, de nobreza”¹²¹. Não constitui, todavia, uma peculiaridade do *LL* a referência a mulheres sem a revelação de seus nomes. A literatura medieval está recheada de exemplos assim, principalmente quando se trata de mulheres infiéis, sedutoras, demoníacas. Quando estas mulheres com características condenáveis aparecem no *LL*, elas são nomeadas, mesmo que sua conduta seja apenas uma má interpretação do marido ou fruto do excessivo cuidado com a honra. De qualquer forma, a mulher será sempre culpabilizada. O episódio envolvendo D. Fernam Rodriguez, sua esposa Dona Estevainha e uma criada é exemplar:

[...] porque ua covilheira de as molher, dona Estevainha fazia mal com uu peom, e ia cada dia ao serão a el, a uu pomar des que se deitava as senhor, e levava cada dia o pelote de as senhor vestido. E dom Fernam Rodriguez nom era entom i. E dous escudeiros seus que i ficaram

¹²⁰ *LL*. v. I. (p. 404).

¹²¹ DUBY, Georges. *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (p. 116).

virom-nos uas tres noites ou quatro, e como entrava o peom per cima de uu çarrado do pumar a fazer mal as fazenda sê ua arvor.

E quando chegou dom Fernam Rodriguez espedirom-se-lhe os escudeiros e fo//rom-se, e tornarom a ele outro dia e contarom-lhe esta maneira, dizendo que sa molher fazia tal feito, e que a virom assi uas tres noites ou quatro. E disserom que se fosse dali e que lho fariam ver. E ele foi-se e tornou i de noite a furtu com eles aaquele lugar u eles soiam a star. E a cabo de pouco virom viir a covilheira pera aquele logar meesmo, e tragia vestido o pelote de as senhor bem como soia. E dom Fernam Rodriguez foi pera la quanto pode, e travou no peom, e enquanto o matava, fugio ela pera casa e colheo-se sô o leito u sa senhor jazia dormindo com seu filho dom Pero Fernandez nos braços. E des que Fernam Rodriguez matou o peom, endereçou pera o leito u jazia sa molher dormindo com seu filho, e chantou o cuitelo em ela e matou-a. E des que a matou pidio o lume, e quando a achou jazer em camisa e seu filho a par de si, maravilhou-se e catou toda a cada, e achou a aleivosa da covilheira com o pelote vestido de sa senhor sô o leito, e preguntou-lhe porque fezera tal feito. E ela lhe disse que fezera como maa. E ele mandou-a matar e queimar por aleivosa¹²².

A criada não foi nomeada, geralmente não o eram. O único caso no *LL* de uma criada nomeada é Perona, serva de Dona Aldonça, esposa do rei Ramiro. Mas a senhora era Dona Estevainha, filha do rei D. Afonso. O rei atua como um juiz quando o seu vassalo se dirige até ele para confessar seu crime, lamentando por ter feito tão mal a uma mulher tão boa com quem era muito bem casado e honrado. Após alguns dias retido, o rei declara a sua inocência por ser um homem muito bom e leal. A mulher, portanto, não tinha qualquer possibilidade de ser ouvida, sob o véu de sua “traição” a honra do homem importava muito mais do que sua vida.

No entanto, é preciso destacar que o *LL* não é uma narrativa que se pretenda ficcional. Embora apresente excertos com essa característica, a obra do Conde é uma obra “historiográfica” destinada a dar a conhecer toda a nobreza da Hispânia. Mas, esta função se efetiva essencialmente pela referência aos homens que deram origem e são os continuadores das grandes linhagens da sociedade à qual o Conde e os seus pertenciam. Aqui, se não foi necessária para um fim específico, a mulher não cabe. Assim, nesta sociedade cristã supostamente assente num esquema tripartido em que homens que combatem, rezam e trabalham possuem lugares específicos hierarquizados em categorias – cavaleiros, clérigos, camponeses – a mulher não tem nenhum lugar específico.

¹²² *LL*. v. I. (p. 165-166).

Todavia, os homens da Idade Média conceberam, durante muito tempo, “a mulher” como uma categoria, mas só muito tarde fizeram intervir distinções sociais e atividades profissionais que pudessem conferir determinados cambiantes aos modelos de comportamento que as propunham. Antes de ser camponesa, castelã ou santa, a “mulher” foi caracterizada pelo seu corpo, pelo seu sexo e pelas suas relações com os grupos familiares. Quer se trate de esposas, viúvas ou virgens, a personalidade jurídica e a ética cotidiana foram delineadas em função de um homem ou de um grupo de homens¹²³.

Isto também ocorre, na narrativa, nos casos de matrimônios entre cônjuges com fortuna desigual, nos casos em que uma geração dava origem apenas a uma única filha ou em que os filhos varões eram mortos na guerra ou não produziam descendentes. Cabe destacar os “dados” apresentados pelo *LL* em relação à taxa de natalidade na sociedade feudal da região ibérica. Do que pudemos coletar e observar, chegamos as seguintes informações: o número de filhos por famílias, das primeiras famílias do reino nos primórdios da formação de Portugal, é muito baixo, com três ou quatro gerações sucessivas originando apenas um filho. Na família dos Sousãos, que já referenciamos nas páginas anteriores, teve origem apenas um filho até a sua sétima geração, e em uma geração ou outra aparecem dois descendentes. Somente a partir da oitava geração há épocas em que nascem mais de dois filhos. Com a família de Riba Douro não teria sido muito diferente: até a quarta geração, os casamentos dão origem apenas a um ou dois filhos; somente a partir da sétima geração, o número de filhos aumenta consideravelmente.

Este dom Egas Moniz, o Velho, Gasco, foi casado com dona Toda Ermigiz Aboazar [...] e fez em ela
 dom Ermigio Veegas, o Velho, o Gasco.
 [...].
 Este dom Hermigio Veegas, o Velho, Gasco, suso dito, foi casado com dona Ouroana, e fez em ela
 Dom Egas Moniz, o Honrado, o Bem aventurado, que chamarom de Riba de Doiro,
 e dom Meem Moniz, que chamarom de Riba de Doiro [...].
 E dom Egas Moniz de Riba de Doiro [...] foi casado com dona Moor Paaez e fez em ela
 Lourenço Veegas, o Espadeiro, de falaremos adeante,
 e dona Leonor Veegas [...] ¹²⁴.

As mulheres nomeadas, quando não contraem matrimônio – e são muitas, especialmente nas famílias com um número elevado de filhos –, povoam o vasto mundo

¹²³ KLAPISCH-ZUBER, Christiane. “A Mulher e a Família”. In: Le Goff, Jacques (dir.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989. (p. 176).

¹²⁴ *LL*. v. I. (p. 404-405).

dos mosteiros e abadias. A vida reclusa, no entanto, não impede que elas sejam raptadas, forçadas e venham a gerar descendentes. Os casos são inúmeros¹²⁵. Dona Sancha: envenenou o irmão com medo de que ele descobrisse que era barregã do imperador. Maria Guterrez, donzela, foi levada de sua casa por Suer Teles e acabou sendo deserddada. Dona Artiga, moura, foi raptada pelo rei Ramiro, que se casou com ela após tornar-se cristã. Ela construiu o mosteiro de São Julião e muitos hospitais. Maria Soarez, bastarda de D. Soeiro Mendes, o Gordo, foi bem herdada pelo pai e fez um bom casamento. Dona Moor Gonçalves de Portocarreiro fugiu para Arouca com medo do seu marido, Paio Soarez. Dona Aldonça Martins de Resende, abadessa de Tarouquela, teve uma filha. De Dona Aldonça Vasques afirma apenas que não foi boa dona. Dona Maria Rodrigues não teve filhos; foi casada duas vezes e traiu os dois maridos, pelo que “foi mui puta”. Dona Maria Anes de Teixeira não teve filhos, mesmo se esforçando muito para isso.

De Dona Orraca Fernandes, sabemos apenas que foi abadessa de Azambuja. Dona Sancha Martins casou-se novamente com menos de um ano da morte do marido, mantendo o casamento em segredo com a ajuda dos padres. Dona Moor Nuniz Camela, monja d’Arouca, foi “gram puta”. Dona Teresa Gil foi de “mau preço”, pois teve filhos com seu primo coirmão. Já Dona Aldara Afonso não quis se casar e foi muito boa. Clara Vicente, soldadeira, barregã de Fernando Afonso Alcoforado, com quem teve um filho. Dona Teresa Afonso fundou o mosteiro de Salzeda, Dona Orraca Veegas o de Tuias e Dona Gontinha Eriz o de Freixe. Dona Maria Paez Ribeira foi raptada e levada para longe da sua terra. Com astúcia, conseguiu enganar seu raptor e pedir por justiça. Dona Maria Gonçalves não foi boa mulher, depois da morte do marido se tornou barregã. Dona Maria Vegas de Regalados, “filha d’algo” e de “bom logo”, foi barregã do bispo de Coimbra, D. Egas Fafes, com quem teve uma filha. Dona Teresa Mendes, abadessa de Lorvão e “mui filha d’algo”, quando estava sendo levada para o rei D. Afonso de Portugal, Pero Afonso Ribeiro a forçou e ela teve um filho dele. Dona Elvira Nunes foi uma má mulher ao ter dois filhos fora do casamento. Dona Constança Gonçalves, freira em Voiturinho por sete anos, foi tirada de lá à força por Gonçalo Pires. Dona Orraca Pirez também o foi, neste caso por D. Estevam Velho, com quem se casou e teve um filho. Dona Maria Anes foi criada por D. Afonso Rodrigues, com quem teve três filhos

¹²⁵ Escolhemos apenas algumas para referir. O critério foi semelhante ao que utilizamos para fazer a lista de homens na vida religiosa.

e só depois se casaram. Dona Sancha Rodrigues, com apenas seis anos, foi levada para Lourinhã por D. Gonçalo Fernandez Churrichão e estuprada. Quando atingiu idade suficiente, D. Gonçalo casou-a com seu filho D. Fernam Gonçalves Churrichão Farropim.

Exceto os casos em que as mulheres atuam de alguma forma preponderante para o desenrolar de um acontecimento, as informações sobre elas são muito escassas, limitando-se ao que expomos acima. Ficamos sem saber o porquê da maior abundância de informações relativas a algumas mulheres, mas podemos levantar duas hipóteses. Uma, certamente, é a da falta de dados, críveis ou não, para preencher as lacunas. A outra, mais provável, é o fato de que as mulheres não suscitavam interesse suficiente para mobilizarem referências capazes de formar uma imagem mais completa nas genealogias.

Algumas mulheres, na verdade duas, tiveram destaque na formação e manutenção do prestígio de algumas linhagens, quando se tornaram o elemento mítico capaz de fornecer justificação e legitimar o poder da família, mas este é o tema do último capítulo deste estudo. Por ora, precisamos falar dos homens. Passemos a eles então.

3. Uma sociedade de “jovens”

Entre as razões que o Conde D. Pedro utiliza para justificar a escrita do seu livro de linhagens está a necessidade de colaboração entre aqueles que são parentes:

A terceyra (razão de escrever o livro) por seerem de huum coração de auerem de seguir os seus emmiigos que som em estroimento da fé de Jesu Christo, ca pois eles veem de huum linhagem e seiam no quarto ou no quinto graao ou dali açima nom deuem poer defferença amtre ssy. E mais que os que som chegados come primos e terceiros, ca mais nobre cousa he e mais samta amar o homem a seu parente alomgado per diuido se bom he que amar ao mais chegado se falleçudo he. E os homeens que nom som de boo conhecer nom fazem comta do linhagem que ajam senam dirmaãos e primos comirmaãos e segundos e terceiros. E dos quartos acima nom fazem comta. Estes taaes erram a Deus e a ssy, ca o que tem parente no quimto ou sexto graao ou dalli açima se he de gram poder deueo seruir por que vem do seu sangue.

E se he seu iguall deueo dajudar. E se he mais pequeno que ssey deuelhe fazer bem e todos deuem sser de huum coração¹²⁶.

A justificação da ordem social e do mundo está representada pela evocação que faz o Conde da “solidariedade linhagística”. Para manter a ordem do mundo e assegurar a conformação da sociedade os menores, os mais fracos, deviam obedecer e servir aos maiores, os mais fortes. Assim como o homem deveria servir humildemente a Deus. Deste modo, estabelecia-se um laço entre Deus e os detentores efetivos das honras. “Nos encontramos cerca de los ‘condes por l agracia de Diós’ que aparecen desde comienzos del siglo IX [...] y se generalizarán en el X”¹²⁷. Portanto, a parentela mais afastada, possivelmente o grupo familiar mais desfavorecido economicamente, deveria, em função da ligação que o sangue evoca, “ajudar” os seus parentes mais abastados prestando-lhes homenagem e constituindo-se em seus vassalos. Estas relações familiares estavam hierarquizadas e permeadas por uma relação de poder: familiares humildes que se tornavam vassalos, e vassalos sem parentesco sanguíneo que constituíam uma família artificial.

A formação de grandes linhagens estava, entre outras coisas, diretamente relacionada com o estabelecimento de acordos de matrimônio. Assim, além da coesão das famílias por consanguinidade, biológica e irrefutável, havia também a união por alianças matrimoniais que muitas vezes selavam o fim de uma disputa entre duas linhagens, reafirmavam o desejo de ligação entre dois grupos, promoviam acordos econômicos e, principalmente, restabeleciam a paz. Contudo, todos os homens estavam ligados pelo parentesco espiritual que, na comunidade cristã, reafirmado pelo batismo, era um elemento estruturador daquela sociedade. “A consanguinidade, definida por regras de natureza social e não biológica, rege o recrutamento dos grupos de parentes, mas também a transmissão dos bens materiais e simbólicos”¹²⁸.

Este regime de parentesco era muito importante para a aristocracia, especialmente entre os filhos segundos distantes da família de origem porque precisavam partir para uma corte e aprender o manejo das armas. Ligavam-se por laços simbólicos de camaradagem, convívio, divisão de tarefas, passando mais tempo com pessoas desconhecidas e aprendendo com elas a, de fato, enfrentar a vida, acabavam por

¹²⁶ LL. v. I. (p. 56-57).

¹²⁷ Morsel, Joseph. *La Aristocracia Medieval: el dominio social en Occidente (siglos V-XV)*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València PUV, 2008. (p. 104).

¹²⁸ GUERREAU-JALABERT, Anita. “Parentesco”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (org). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006, v.II. (p. 322).

formar uma verdadeira família em que todos eram “iguais” e possuíam um sentimento de pertença grupal. A viagem que empreendiam durante a mocidade não era, portanto, solitária em seus primeiros anos de errância. O moço “é acompanhado por um mentor escolhido pelo pai, um cavaleiro, um ‘moço’ como ele, porém mais experiente, incumbido de aconselhá-lo, de contê-lo, de perfazer-lhe a educação e ainda de orientar seu itinerário para os torneios mais vantajosos”¹²⁹.

O grupo de cavaleiros constituía uma “companhia” muitas vezes formada no dia seguinte à cerimônia de investidura, constituída pelos mesmos jovens que receberam juntos o sacramento da cavalaria. Permaneciam, portanto, unidos. Na maior parte dos casos, no entanto, a companhia se efetiva em torno de um chefe capaz de reter os jovens, distribuindo armas, benesses e guiando-os rumo à aventura do desconhecido. “A veces ocurre que este conductor es un hombre ya establecido; pero casi siempre es un ‘joven’. Con frecuencia, en este caso, el grupo reúne, alrededor del hijo, recientemente armado, del señor de su padre, a los ‘jóvenes’ de las familias vasallas”¹³⁰. No entanto, esta união não era assim tão harmônica, visto que as disputas entre os próprios integrantes eram muito comuns em razão dos interesses em jogo, como, por exemplo, a conquista de uma herdeira. Quando partia sozinho, a aventura muitas vezes se encontrava em terras muito distantes.

Este rui Gonçalvez Babilom foi-se a terra de Babilonia a fazer suas cavalarias pera ganhar algo, como o faziam os cavaleiros em aquel tempo, ca iam servir os senhores com seus cavalos e com sas armas, e tiravam deles algo e prol.

E acertou-se que chegou a casa de uu homem boo de grande alcavela, como se fosse homem boo muito honrado, ou ocnde. E este homem boo lhe perguntou que homem era, e ele lhe disse que era cavaleiro, e que ia pera o servir, ca lhe disserom que havia d’ haver lide com alcavelas e companhas grandes de sua irmã, que outrossi era muito honrada e de gram poder, e morrera-lhe o marido, e ficaron-lhe filhos pequenos. E este homem boo perguntou a Rui Gonçalvez se trazia carta de cavalaria. E ele disse que em as terra nom preguntavam ao cavaleiro por carta de cavalaria, senom ao creligo // por carta de ordees. E espedio-se logo dele e foi-se pera aquela as irmãa, ele recebe-o mui bem e prouge-lhe com ele.

E neesto, chegou o dia em que havia de seer a lide, e este Rui Gonçalvez armou-si e o cavalo, e foi-se aa lide. E perdeo a lança e a espada em fazendo mui bem, e houve-se a tornar aa maça. E andou tanto pela lide, que topou com aquele homem boo, o que lhe dissera que lhe mostrasse a carta de cavalaria, e deu-lhe com aquela maça tam

¹²⁹ DUBY, Georges. *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (p. 97).

¹³⁰ DUBY, Georges. *Hombres y Estructuras de la Edad Media*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 1978. (p. 136).

gram ferida, que deu com ele do cavalo em terra. E aquele homem boo chamou-lhe por nome Babilom, ca lhe nom sabia outro nome; e disse-lhe: “Aa, Babilom, mataste-me! E quem és?”. E ele disse: “O a que demandaste que te mostrasse a carta como era cavaleiro. Esta maça tragia eu como te servisse, e com esta te desservirei”¹³¹.

A imagem do moço foi largamente construída e difundida pela literatura cavaleiresca. Nela, a “mocidade” é caracterizada como uma fase de turbulência, de instabilidade e de impaciência. Convém advertir que estas narrativas, por se tratarem de uma literatura voltada para o entretenimento da corte, carregavam um exagerado romantismo a respeito dos *juvenis*. No mais das vezes são apresentados como cavaleiros que levam uma “bela vida de aventuras”, enfrentando perigos extraordinários quase sempre figurados como uma luta contra seres sobrenaturais, mágicos, “maravilhosos”. O exemplo máximo de cavaleiro andante reside na figura de Lancelot. Uma de suas aventuras pode ser resumida a seguir.

Lancelot andava pela Floresta Gasta muito cansado, de um lado para outro, sem comer nem beber durante quatro dias, e não achou quem lhe albergasse ou lhe desse alimento. Perdido na floresta, não se queixou, pois acreditava ser vontade de Deus que sofresse na demanda do Santo Graal. Após quatro dias perdido na floresta chegou a uma fonte, que nascia no meio de um vale ao pé de um carvalho. A fonte era muito formosa e, com a fome e sede que sentia, pareceu-lhe que se não saciasse suas necessidades, morreria. Quando desceu do cavalo para apanhar água, viu um cervo com o qual mataria sua fome. Quando estava levando o corço consigo, apareceu uma donzela, não se sabe de onde, muito formosa que lhe pediu um dom. Como bom cavaleiro, Lancelot concedeu-lhe o dom sem saber do que se tratava (era muito comum entre os cavaleiros conceder um dom sem saber o que era pedido), quando então a donzela pediu-lhe o corço. O cavaleiro rogou-lhe que exigisse outra coisa, pois há muito tempo passava fome, ou então que levasse o animal, mas deixasse o suficiente para ele se alimentar. Mas a donzela não aceitou, só levaria o corço por inteiro. Cumprindo seu juramento de cavaleiro, Lancelot deu-lhe o animal. A donzela agradeceu o presente e revelou que logo o cavaleiro seria recompensado por aquele ato de amor. Lancelot

¹³¹ *LL.* v. II. (p. 167-168).

rogou para que o levasse a um lugar onde pudesse matar sua fome e ela respondeu que somente o cavaleiro chegaria a algum lugar quando Deus assim o quisesse¹³².

A realidade, para muitos cavaleiros, não passava de uma vida humilde, com condições de sobrevivência limitadas. Mas, a imagem predominante remete à errância, à perambulação em busca de alguma glória, mínima que fosse. “Os fidalgos portugueses que passaram este feito foram estes. Acertaram-se la porque em aquel tempo os fidalgos portugueses iam a Castela muitas vezes por se provarem pelos corpos, quando em Portugal mesteres nom havia”¹³³. A errância é o traço fundamental na caracterização do “jovem” e na sua representação conservada na literatura. “Este dom Rodrigo Gonçalvez era de vinte anos, e com seu poder foi em muitas fazendas, e diziam por el aas gentes que nunca virom taes vinte anos”¹³⁴. A glória destes cavaleiros depende de sua capacidade de vencer as batalhas, e as mais significativas são aquelas, na Península Ibérica, em que os mouros são derrotados. “Este dom Joham Nuniz fez muitos boos feitos em sendo mancebo. E este dom Joham Nuniz foi o que filhou em tempo d’el rei dom Fernando o castelo de Gibraltar aos Mouros. E este dom Joham Nuniz foi o que entrou no Val de Santa Maria e o roubou e o estragou”¹³⁵. Vencer um rei também estava entre os principais feitos que um cavaleiro poderia almejar.

Este dom Nuno Gonçalvez, o Boo, em sendo mancebo venceo o infante dom Anrique de Castela a par de Moron [...]. Este dom Nuno Gonçalvez, o Boo, foi o melhor que houve em Castela, gram tempo ante que ele vesse. Este dom Nuno, o Boo, venceo o Alamin, filho d’el rei de Graada, e ençarrou-o no castelo de Vermem; e nom tinha dom Nuno mais de setecentos de cavalo¹³⁶.

“En el mundo caballeresco el guerrero deja de ser considerado ‘joven’ cuando se establece, se arraiga, cuando se transforma em jefe de uma casa y em tronco de um linaje”¹³⁷. As façanhas de D. Nuno aumentam quando ele já deixou de ser um moço e se tornou um homem de guerra a ponto de constituir uma companhia de cavaleiros que o segue, ricos-homens, todos honrados, todos se ajudando mutuamente. Ele conseguiu

¹³² As aventuras de Lancelot e o tipo de cavaleiro que representava foram analisados por mim na dissertação de mestrado.

¹³³ *LL*. v. I. (p. 234).

¹³⁴ *LL*. v. I. (p. 237).

¹³⁵ *LL*. v. I. (p. 161).

¹³⁶ *LL*. v. I. (p. 156).

¹³⁷ DUBY, Georges. *Hombres y Estructuras de la Edad Media*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 1978. (p. 133).

reunir dezessete nobres que lutavam ao seu lado e o acompanhavam, deixando inclusive de servir ao rei.

E este dom Nuno, o Boo, quando se desaveo d’el rei dom Afonso de Castela e se foi a Graada, foi-se com el o ifante dom Felipe e o irmão d’el rei dom Afonso de padre e de madre, e foi-se com el o conde dom Lope, que depois foi senhor de Bizcaia, e dom // Diego seu irmão, e dom Fernam Rodrigues de Castro, e dom Estevam Fernandez de Castro, e dom Joam Nuniz, e dom Nuno Gonçalves, seus filhos, e foram per todos XVII ricos homees; e a todos dava dom Nuno raçom de as casa¹³⁸.

Quando saía a demandar aventuras para provar suas virtudes ou, muito frequentemente, conquistar alguma terra para se estabelecer, a família do cavaleiro era formada por aquele grupo de homens que o seguiam. A companhia de homens, ricos-homens quando já tinham obtido algum sucesso e posses, permanecia-lhe fiel mesmo que isto significasse romper com o rei. O que explica, e não há nada de contraditório nisso, que a honra do cavaleiro constituía seu bem mais importante e estava, inclusive, acima do seu dever vassálico caso os dois entrassem em conflito. Dever vassálico que rapidamente seria retomado quando sua terra estava sob ameaça moura. “Passou entom Abençafe aaquem mar com XXIII mil cavaleiros; e dom Nuno, o Boo, era em Castela. E quando o soube, que os Mouros estragavam a terra, foi-se aa frontaria pera fazer serviço a Deus e a el rei e amparamento aa terra”¹³⁹. Nesta disputa entre a obediência ao serviço vassálico e a confiança na sua perícia bélica, é possível perceber os embates no interior da nobreza. Ao final de tudo, proteger sua terra estava acima do desentendimento com a realeza, o que reafirma ainda mais a honra da cavalaria.

As relações familiares internas à aristocracia estavam, portanto, profundamente marcadas por disputas de poder entre as diversas facções da nobreza. A ideia de família construída como um agregado de indivíduos que se ajudam mutuamente serve, na verdade, para atender aos objetivos de cada grupo no que dizia respeito à construção de um grande patrimônio e, conseqüentemente, à ampliação de seu poder. “É em função de um patrimônio, quer ele seja constituído de terras, de poderes ou de dinheiro, que se estabelecem as relações de parentesco”¹⁴⁰. Deste modo, agregam-se parentes, vassallos, todos ligados pelo laço estabelecido por meio da detenção de um poder material.

¹³⁸ *LL.* v. I. (p. 156-157).

¹³⁹ *LL.* v. I. (p. 156-157).

¹⁴⁰ DUBY, Georges. *Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (p. 128).

O nome é também uma forma de demonstrar poder quando se recorre à memória dos antepassados, especialmente de um fundador heroicizado e detentor de características míticas. Afinal, para perpetuar a memória de uma linhagem ela precisaria de um nome.

4. A nomeação dos descendentes

Para compreendermos a relação do nome com a família, ou como uma nomenclatura dá origem a um nome de família, é preciso entender primeiramente que não havia uma grande variedade de nomes pessoais na Idade Média. Daí a imensa dificuldade que as listas dos membros das famílias oferecem, pois, a repetição dos nomes promove considerável confusão na hora da identificação dos membros referidos, o que é tanto mais confuso porque um mesmo nome não se restringe somente a uma família ao longo de várias gerações. Pelo contrário, membros de diferentes famílias possuem o mesmo nome.

E Dom Nuno Pirez, outrossi irmão de dom Guilhem Pirez, foi casado com dona Orraca Meendez, filha do conde dom Meendo, o Sousão, de Portugal e fez em ela
dom Pero Nuniz de Gozmam, assi como se mostra no titulo XXII, // dos Sousão, parrafo 8º.
Este dom Pero Nuniz foi casado com dona Orraca Garcia de Roa, e fez em ela
dom Joham Pirez, que foi casado com dona Maria Ramirez de Çefontes, e fez em ela
Pero Nuniz de Gozmam
e Joham Ramirez¹⁴¹.

Não resta dúvida de que todas estas semelhanças na nomeação inspiram um cuidado redobrado. Alguns nomes apresentam-se com uma frequência considerável. Uma atenção maior é requerida ao sobrenome, pois naquela época ele não era passado de geração em geração e mesmo irmãos podiam ter sobrenomes diferentes. Em alguns casos, irmãos possuem exatamente o mesmo nome. Entre os nomes femininos, destacam-se Orraca, Sancha, Teresa, nomes de rainhas que são muito presentes entre toda a aristocracia ibérica. No entanto, cabe uma observação importante: é possível

¹⁴¹ *LL.* v.I, p. 196.

notar um padrão na escolha ou produção do segundo nome, que é quase sempre uma derivação do nome do pai. Assim, o filho de D. Nuno Pirez vira Pero Nuniz de Gozmam, ou seja, o “sobrenome” Nuniz deriva do nome do pai, Nuno, e Gusmão se encaixa no caso em que o sobrenome não tem qualquer relação com o nome dos genitores. Outros exemplos podem esclarecer ainda mais esta observação:

E o sobredito Paai Rodriguiz Sovela foi casado com dona Aldonça Rodriguiz de Telha, e fez em ela ua filha que houve nome
dona Ines Paaez
E esta dona Ines Paaez foi casada com Martim Perez d’Alvarenga, e
houverom filhos:
Pero Paaez
e Nuno Martiiz, que morreo sem semel,
e Ines Martiiz
[e Aldonça Martiiz], que casou com Martim Meendez de Vasconcelos,
e fora já ela casada com Egas Barroso.
Este Joham Rodriguiz foi casado com dona Maria Fernandez, filha de
Fernam [Estevêz] Pintalho, e fez em ela
Stevam Anes de Valadares, o Trobador,
e Martim Anes, que morreo sem semel¹⁴².

Neste último exemplo, não há qualquer relação entre o nome dos pais e o sobrenome dos filhos, e não havia, portanto, uma regra para a definição de sobrenomes em uma família. O que pudemos inferir pela observação é que há um certo padrão a partir do nome do pai transformando-se em sobrenome para os filhos na maioria das linhagens. “A partir do século XI, momento em que a aristocracia ocidental se fixa sobre terras mais agrupadas, cujo nome é adotado por ela em várias regiões, os filhos são preferidos em vez das filhas como herdeiros da parte central do patrimônio e como sucessores dos cargos que são doravante indissociáveis deste patrimônio”¹⁴³. O próprio desenvolvimento dos nomes está intimamente ligado ao progressivo estreitamento dos laços de parentesco em torno da figura masculina, culminando com a patrilinearidade e a sobreposição dos homens às mulheres, ainda que em alguns casos essas sejam as únicas herdeiras, já que seus maridos tomaram a posição de continuador da linhagem. “Decididamente a única inflexão patrilinear perceptível na sociedade medieval é, como

¹⁴² *LL.* v. I, p. 301.

¹⁴³ GUERREAU-JALABERT, Anita. “Parentesco”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (org). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006, v.II. (p. 324).

na nossa, a da transmissão do patronímico. Ora, este último não é anterior ao final do século XII. Ligado precisamente à constituição das linhagens fixadas em uma terra”¹⁴⁴.

O efeito direto da preeminência social dos homens sobre as mulheres foi, mais cedo ou mais tarde, dependendo da região, a transmissão preferencial aos filhos varões não só de terras e imóveis, mas também dos cargos tão largamente concentrados nas mãos da nobreza. A detenção desta herança pelos homens da nobreza constitui o fundamento material e simbólico do estatuto dominante, uma vez que a dominação é exercida no sistema feudal simultaneamente sobre a terra e sobre os homens. “[...] Assim se introduz na consciência da alta aristocracia um esquema de parentesco que podemos definir brevemente: filiação estritamente agnática, o título – a exemplo do título real – se transmite de pai para filho”¹⁴⁵. Um exemplo disso é a alcadia de Azambuja:

Este dom Roolim foi natural de Frandes, onde leixou ua sua filha que
houve nome
dona Maria Roolim. E des que este dom Roolim foi em Portugal,
mandou a Frandes por esta sa filha, a qual foi casada com Gonçalo
Fernandes de Taavares, e fez em ela uu filho que houve nome
Fernam Gonçalves.
E quando morreo este dom Roolim, ficou o senhorio da Azambuja ao
dito Fernam Gonçalves, seu neto, o qual foi casado com dona
Ouroana Godiz, filha de dom Godinho de Pousada de Tamal e de dona
Sancha Pirez, filha de dom Pero Soarez Escaldado, de gaança, e fez
em ela
Rui Fernandez, que foi alcaide de Azambuja.
e dona Tereija Fernandez
e dona Orraca Fernandez.
Este Rui Fenandez, alcaide de Azambuja, foi casado com dona Elvira
Fernandez de Avelaal, filha d’Estevam do Avelaal e de dona __, e fez
em ela
Pero Rodriguez, que depois foi alcaide da Azambuja,
e Fernam Rodriguez
e Joham Rodriguez
e Estevam Rodriguez¹⁴⁶.

Inicialmente outorgado a D. Rolim, que veio de Flandres para Portugal e teve uma única filha, que lhe deu um único neto por quem o cargo de alcaide de Azambuja foi herdado depois que seu avô morreu. D. Rolim foi o primeiro alcaide e senhor de

¹⁴⁴ Idem. Ibid. (p. 326).

¹⁴⁵ DUBY, Georges. *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (p. 130).

¹⁴⁶ *LL*. v.II. (p. 162).

Azambuja, título que permaneceu em sua família ao longo de várias gerações, sempre herdado pelo primogênito. O cargo e o senhorio continuaram em sua linhagem até pelo menos a quinta geração, com Gonçalo Rodrigues, que deu origem apenas a uma filha. Com uma única herdeira, provavelmente o condado passou para a família de seu marido, cabendo à mulher a transmissão deste poder.

Notemos enfim – e trata-se de uma última prova dos privilégios de fato da primogenitura – que o princípio da superioridade dos descendentes sobre os colaterais, acrescido aos efeitos da restrição dos casamentos, faz com que frequentemente uma filha, na ausência de irmão, receba, apesar de possuir tios e primos, a herança paterna. Então, é seu marido que a “detém”¹⁴⁷.

Ao analisar genealogias de diferentes estratos da nobreza, de dois tipos de formação política – um condado e uma castelania –, Georges Duby aponta para o fato de que, quanto mais alto o nível da nobreza, mais longínquo se encontra o seu ancestral fundador, geralmente um herói com nuances míticas, frequentemente “inventado” para ancorar o brilho da sua estirpe. Tratava-se sempre de um cavaleiro, um conquistador, um homem cujos feitos de armas eram incontestáveis. É o que ocorre com a linhagem dos condes de Guênes: o seu fundador é um personagem mítico tratado como um herói de romance cortês e apresentado como um guerreiro viking. O autor da *Historia Comitum Ghisnensium*, um clérigo, impossibilitado de estabelecer filiações patrilineares seguras anteriores ao ano de 928, cria um antepassado aparentado dos mais antigos senhores conhecidos da região. A evocação do passado geracional de uma família, indivíduo ou grupo, pode remontar a dimensões tão recuadas no tempo que nem mesmo a memória biológica pode alcançar, e é neste momento que o tempo mítico, do herói, apresenta-se como a solução mais eficaz para legitimar a linhagem em uma temporalidade que ultrapassa o tempo do vivido, soberano entre os homens.

Este homem que dá origem à linhagem é o sedutor de uma das filhas do príncipe vizinho, o conde de Flandres, garantindo assim uma linhagem de prestígio tanto por linha paterna, quanto materna. E, embora a união tenha sido ilícita, o fruto por ela gerado tem sua legitimação estabelecida pelo seu tio, o novo conde de Flandres, que o adota como afilhado, arma-o cavaleiro e, por fim, transforma sua terra em condado, concedendo-a a ele como feudo. Este herói fundador é apresentado também como o construtor do castelo de Guênes, a fortaleza centro do poder condal e fundamento da

¹⁴⁷ DUBY, Georges. *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (p. 78).

linhagem. Ou seja, “[...] a origem da linhagem coincidia exatamente com a instituição do poder autônomo em torno de uma fortaleza, do título e dos poderes que lhe estavam ligados, e que devia formar doravante o âmago do patrimônio familiar”¹⁴⁸. Ora, não parece ser este o caso da linhagem da dama do pé de cabra? O fundador da linhagem veio da Inglaterra e conseguiu transformar-se no senhor da região ao derrotar o antigo senhor, que abusava de suas prerrogativas¹⁴⁹.

Nos *Annales Cameracenses*, o próprio autor, Lambert de Cambrai, decide introduzir a genealogia de sua família. O caso é inédito e excepcional por alguns motivos: o quadro genealógico composto não foi feito por encomenda de um grande senhor, patrono em busca de glória, ou para prestigiar uma grande linhagem. O autor espontaneamente o produziu, e para si mesmo. No entanto, o mais importante acerca desta obra é que ela não é uma genealogia de um grande senhor, mas de um membro da pequena aristocracia, da linhagem de um simples cavaleiro. As semelhanças da genealogia apresentada por Lambert com a genealogia dos condes são muitas, a começar pela preponderância dos homens sobre as mulheres, seja pela sua maior quantidade, seja por aparecerem sempre primeiro na ordem da descrição. O nome da família, Lambert, é ligado pelo autor aos antepassados mais remotos que representam a raiz de sua linhagem. Instalados na terra, num feudo, estes homens reivindicam para si o nome da terra ancestral.

A memória dos ancestrais tornou-se firme no próprio momento em que as estruturas de parentesco se modificaram e assumiram, em torno de uma “instalação” fundiária, de uma herança, de um feixe de direitos definidos e bem ligados a um patrimônio, um feito resolutamente agnático¹⁵⁰.

Não parece ser este o caso acima ilustrado pela família de D. Rolim? Não foi ele um estrangeiro que chegou a Portugal e se tornou alcaide e senhor de Azambuja? Não foram o seu título e cargo passados de varão a varão, sempre ao primogênito ao longo de gerações sucessivas até não mais haver um descendente homem capaz de garantir a manutenção do patrimônio no seio da linhagem?

A memória linhagística se ordena em função de uma consciência patronímica ligada a um lugar, uma terra. Mais uma vez, a estruturação da linhagem dos estratos

¹⁴⁸ *Id. Ibid.* (p. 119-120).

¹⁴⁹ A linhagem da dama do pé de cabra será analisada no capítulo seguinte, no qual será explorada a questão da fundação e o poder advindo da origem mítica da dama.

¹⁵⁰ *Id. Ibid.* (p. 114).

inferiores é muito semelhante à da alta nobreza, diferenciando-se dela especificamente na cronologia de seu fundador, pois, quanto mais nobre a linhagem maior, digamos, a sua capacidade de recuar no tempo. “Assim, a memória de uma filiação nobre remontava ao primeiro terço do século X numa família condal, e apenas ao primeiro terço do século XI numa família castelã”¹⁵¹.

La parentela, tanto la del lado paterno como la del lado materno, constituía un marco esencial de la reproducción social. Más allá de engendrar hijos, aseguraba la transmisión de la tierra, del poder y del prestigio social. Ello suponía, por um lado, que el principio de hereditariadad quedase admitido y, por outro, que los niños fuesen educados, es decir, que asimilasen los valores aristocráticos, de suerte que estuvieran em condiciones de hacerlos fructificar y de transmitir a su vez el poder social¹⁵².

Cumprе destacar que a memória linhagística desenvolve-se em todos os níveis da nobreza, ainda que em temporalidades diversas, em geral com um lapso de um decênio de um estrato para outro. O que é extremamente significativo não é só o fato de a mais alta nobreza, a realeza, passando pela nobreza condal, servir de modelo para os seus estratos inferiores; o que importa realmente é como as estruturas de parentesco se modificaram ao longo dos séculos em todos os níveis da sociedade, ainda que guardando as suas devidas especificidades. A primogenitura, mais cedo ou mais tarde, passa a ser o fundamento das linhagens, ancoradas pela manutenção do patrimônio nas mãos de um único filho ao longo das gerações. Em Portugal, o estabelecimento da primogenitura só acontece a partir do século XIV. Antes disso, a partilha dos bens em alguma medida envolvia todos os filhos, ainda que o primeiro tivesse direito a maior parte da herança. Os filhos segundos também podiam atingir um status honrado e serem glorificados ao longo dos séculos, como D. Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador.

5. Dom Gonçalo Mendes da Maia: o Lidador

A nobreza cavaleiresca de Portugal tem, entre seus maiores representantes, D. Gonçalo Mendes da Maia. Talvez seja ele mesmo o maior nome representado no *Livro de Linhagens*. Membro de uma das famílias mais importantes da região, a família da

¹⁵¹ Duby, G. *Op. Cit.* 2011. (p. 132).

¹⁵² MORSEL, Joseph. *La aristocracia medieval. El dominio social em Occidente (siglos V-XV)*. Universitat de València, 2008. (p. 75-76).

Maia, ele não foi o único a enaltecer a sua linhagem com seus feitos de cavalaria. Embora seja fundamental ressaltar o fato de D. Gonçalo ser um filho segundo, exploraremos esta questão mais adiante. A família da Maia, num movimento comum à aristocracia, contraía matrimônio com todas as outras grandes famílias portuguesas. Assim, por exemplo, D. Gonçalo casou-se com uma filha da família de Riba Douro. “Este dom Gonçalo Meendez, o Lidador, foi casado com dona Leonor, filha do honrado dom Egas Moniz de Riba de Doiro”¹⁵³. E sua filha com um membro da família dos Sousa: “Este dom Egaz Gomez de Sousa siia casado com dona Gontinha Gonçalvez, filha deste dom Gonçalo Meendez, o Lidador”¹⁵⁴. O casamento não era apenas um meio de perpetuação das linhagens, “la alianza se presentaba como creadora de vínculos políticos y sociales, [...], como instrumento de equilibrio entre los grupos e poder, como vía privilegiada de gestión del patrimonio territorial, en suma, como estrategia de reproducción social”¹⁵⁵.

Se considerarmos a aristocracia como uma grande família artificial, podemos admitir que esses casamentos selados entre as famílias mais importantes do reino constituem uma espécie de casamento endogâmico. Para manter seus privilégios, a camada mais alta da sociedade não se misturava e, quando o fazia, era para não os perder. Para equilibrar o patrimônio, de cuja dimensão dependia a sobrevivência de toda a linhagem, muitas questões entravam em jogo. “A consciência que os contemporâneos tinham desta realidade revela-se nas reações, por vezes negativas, de alguns herdeiros, ou através da pratica de mecanismos reguladores, que os mesmos adotavam após cada partilha”¹⁵⁶. Um desses mecanismos consistia na errância dos jovens.

El mantenimiento de la mayor parte de los jóvenes en situación de peligro y de celibato redujo notablemente los riesgos de desmembramiento de las herencias. Pero redujo asimismo las posibilidades de supervivencia de los linajes, aceleró la extinción de muchas familias y favoreció los cambios de la alta aristocracia

¹⁵³ *LL.* v. I. (p. 223).

¹⁵⁴ *LL.* v. I. (p. 221).

¹⁵⁵ PÉREZ, Mariel V. “Estratégias de aliança e reprodução social en la aristocracia medieval leonesa: los Flaínez (siglos X-XI)”. In: *Aristocracia e Nobreza no Mundo Antigo e Medieval – MIRABILIA 9*. Dezembro de 2009. (p. 90).

¹⁵⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO, Jose Augusto de. *Linhagens Medievais Portuguesas: Genealogias e Estratégias (1279-1325)*. v. I. Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 1997. (p. 1184).

producidos gracias a los éxitos matrimoniales fortuitos de aventureros de extracción social inferior¹⁵⁷.

O outro mecanismo regulador, com efeito o mais eficaz, se dava através da adoção do celibato, com a entrada no clero secular ou na vida monástica. O número que o *LL* apresenta de nobres na vida religiosa é significativo. Mas, a informação que divulga é muito escassa, limitando-se a referenciar o cargo que ocupa, e algumas vezes, nem mesmo informa em que localidade. Por estas razões, farei apenas uma lista simples de alguns destes homens, indicando o cargo que ocuparam e a cidade em que o fizeram, com alguma informação a mais sempre que possível¹⁵⁸.

- D. Gonçalo Pereira: arcebispo de Braga.
- D. Álvaro Gonçalves de Pereira, filho bastardo de D. Gonçalo Pereira, entrou para a ordem do Hospital ainda muito jovem e foi eleito Prior aos 18 anos.
- Diego Gomes: cônego de Braga e Abade de Vila Nova.
- D. Airas Paez: cônego de Braga e Abade de São Pedro de Calvelo.
- Afonso Fernandez: Cônego e Tesoureiro de Lisboa; Cônego de Palença e Arcediano de Cerato.
- Martim Fernandez: Frei da Ordem de S. Francisco.
- João Gonçalves: morreu Frei sem filhos e foi muito bom Cavaleiro.
- D. Sancho Perez: Bispo do Porto.
- D. Stevam Perez: Abade de Vila Cova e Deão de Braga. Filho 1º.
- D. Vasco Perez: Cônego de Braga e Abade de Terva.
- Conde D. Fradique: mestre da Ordem de Santiago.
- D. Ordonho Alvarez: Cardeal. Filho 2º.
- D. Garcia de Burgos: Bispo. Filho 1º.
- D. Gil Fernandes: Frei do Templo. Sem filhos.
- João Barreto: Frei do Templo. Filho 1º.
- Vasco Martins de Resende: Frei do Hospital. Filho 1º. Morreu sem filhos.

¹⁵⁷ DUBY, Georges. *Hombres y Estructuras de la Edad Media*. Madri: Siglo XXI de España Editores, 1978. (p. 145).

¹⁵⁸ A escolha que fizemos sobre quais nomes apareceriam na lista foi movida pelas mínimas, mas preciosas informações que apresentam. Assim privilegiamos irmãos que exerceram a função religiosa; filhos primeiros e os mais diferentes cargos na hierarquia religiosa, bem como a diversidade de lugares em que se encontravam. A respeito do mau frade mencionado não há qualquer explicação, a possibilidade mais provável é que não deveria exercer bem a sua função. Sobre o fato de o *LL* especificar que alguns religiosos tiveram filhos não significa que todos os outros não geraram descendentes. Não sabemos o porquê da escolha, podemos apenas inferir como hipótese que o próprio autor fez referência àqueles que conseguiu obter alguma informação.

- Afonso Vasques: Frei do Hospital. Morreu sem filhos.
- João Vasques: Frei do Hospital. Morreu sem filhos.
- Martim Vasques Pimentel: Cônego do Porto e Abade de Cerzedo.
- Fernam Gonçalves: Prior de Poboos.
- Nuno Fernandez: Prior de Baldreu.
- D. Gil Pirez: Bispo de Tui. Não teve filhos.
- D. Gomes Nunes: clérigo muito bom e muito honrado.
- Egas Fafez: Bispo de Coimbra e Arcebispo de Santiago.
- D. Martim Anes: clérigo. Filho 1º. Não deixou filhos.
- D. Lopo Rodrigues: Frade Pregador. Muito honrado. Privado do rei D. Afonso de Castela.
- Gil Rodrigues: Arcebispo de Lisboa. Filho de um judeu cristianizado.
- Afonso Paez Taveira: Deão de Braga.
- D. Joao Veegas: Arcebispo de Braga.
- D. João Martins de Soelhões: Bispo de Braga e Arcebispo de Braga.
- Martim Gonçalves: Mestre da Ordem de Cristo.
- Estevam Gonçalves: Mestre da Ordem de Cristo.
- João Afonso: Frei da Ordem de Cristo e Mestre de Avis.
- Vasco Martins: Frei da Ordem de Cristo.
- Anrique Martins: Frei da Ordem de Cristo.
- João Paez: Abade de Pombeiro.
- João Paez: Clérigo.
- Egas Fafez de Coimbra: Bispo e Arcebispo de Santiago.
- Álvaro Paez: Arcebispo de Deca.
- João Paez: Frade menor. Homem muito bom e de boa vida. Filho bastardo.
- Martim Anes Barvudo: Cônego de Lisboa. Filho 1º.
- João Fernandez: Bispo de Tui.
- João Fernandez: Cônego de Tui.
- D. Pero Mendez: Bispo de Cajra.
- D. Paai Pirez: Arcebispo de Santiago.
- D. Vasco: Bispo d'Ourense. Filho 1º.
- D. Pedro Soares: Deão d'Ourense.
- João Rodriguez: Mau Frade.

Alguns dados denunciam informações importantes. Entre os irmãos Fernandez contrastam as posições que ocupam, já que um chega a ser tesoureiro em Lisboa e o outro é apenas um frade mendicante. Acontece muitas vezes de dois irmãos entrarem para a vida religiosa, incluindo entre eles o primogênito. Não constitui uma novidade que, mesmo se submetendo à vida religiosa e à “separação” do mundo, estes homens tenham gerado filhos, como alguns apresentados nesta lista. Como também não era uma incompatibilidade que muitos continuassem a praticar atividades guerreiras, seja porque entravam em ordens religiosas militares, seja porque acompanhavam os exércitos em grandes batalhas, guiando os homens com seus símbolos religiosos, como o fez D. Álvaro Gonçalves Pereira na Batalha do Salado¹⁵⁹.

Jose Augusto Pizarro apresenta um quadro acerca dos casamentos das famílias nobres especificando o número de homens e de mulheres que contraíram matrimônio ao longo dos séculos XII, XIII e XIV, inclusive, informando o segundo casamento. De acordo com as informações do autor, houve um decréscimo do índice de nupcialidade a partir do século XII: de um total de 363 indivíduos, 265 eram casados, correspondendo a uma percentagem de 73%; na primeira metade do século XIV, de um conjunto de 514 indivíduos apenas 254 eram casados, correspondendo a menos da metade. Quanto ao segundo casamento, no século XII, de 166 homens casados, 19 o fizeram pela segunda vez, correspondendo a uma percentagem de 11,4%; no que diz respeito às mulheres, 14 de um total de 99 se encontravam no segundo casamento, o que gerou uma percentagem de 14,1%; na primeira metade do século XIV estavam no segundo casamento 8,4% dos homens de um conjunto de 130; já as mulheres correspondiam a apenas 5,6%¹⁶⁰. É bastante caro tal decréscimo se manteve nos séculos seguintes. Estes dados também revelam, embora as mulheres sejam menos referidas na documentação, que a proporção entre homens e mulheres foi se alargando ao longo do tempo, com o crescimento proporcional muito maior para o sexo feminino. Os números apresentados tratam de um mesmo grupo social e indicam valores globais que diferem muito de família para família e, no interior de cada uma delas, de ramo para ramo da linhagem.

¹⁵⁹ A Batalha do Salado e o significado do símbolo religioso para a vitória dos castelhanos e portugueses estão entre as questões abordadas no capítulo seguinte.

¹⁶⁰ SOTTOMAYOR-PIZARRO, Jose Augusto de. “A Nobreza Portuguesa no Período Dionisino: Contextos e Estratégias”. In: *En La España Medieval*. 1999, nº 22: 61-176. (p. 67.). Acessado em 14/08/2016. Pizarro analisou as genealogias contidas no *Livro de Linhagens* e para obter números seguros utilizou uma documentação bem diversificada, cartas de doação, registros de mosteiros, testamentos, já que as informações do *LL* são muito falhas neste sentido.

Assim, e meramente como exemplo, refira-se que os Portocarreiros apresentam um índice de 90,9% no século XII, o qual desce para 52% no século XIII, para depois recuperar até aos 80% na primeira metade de Trezentos, enquanto que os Cunhas, de estatuto idêntico, apresentam uma enorme constância (54,5%; 59,7%; e 59,3%), e até uma subida do século XII para o XIII; mas, se agora se observarem as linhagens da alta nobreza, tanto se podem encontrar os Soverosas ou os Valadares, com uma tendência de crescimento entre aqueles dois séculos (40%-52,3% e 72,2%-81,5%, respectivamente) – o que não evitou a sua extinção – como os Riba de Vizela ou os Baiões que seguem a tendência geral. Ou seja, nesta como em outras matérias, nunca se poderão esquecer as particularidades de cada linhagem, ou as contingências de vária índole que moldaram a sua evolução¹⁶¹.

Antes de analisarmos o principal nome da linhagem da Maia, é preciso entender de onde vem o nome desta família. A exemplo do que ocorria na França e em todo o restante da Europa feudal no que dizia respeito à aristocracia, o nome da Maia vem de uma propriedade, de uma terra, de uma região, confirmando o que José Mattoso já analisou em sua clássica obra *A Nobreza Medieval Portuguesa: a Família e o Poder*¹⁶²: um dos principais pilares do poder da nobreza é a posse da terra. “Estes todos se chamaram da Maia porque se gaanhou por os seus avoos, e haviam-na por sua. E a Maia chamava-se naquel tempo des Doiro ataa Lima”¹⁶³. O nome da casa, da família, constituía-se como uma ligação direta com a linhagem que, organizada de forma a privilegiar o ramo masculino, elegia o primogênito como o perpetuador de sua memória. Embora, como já afirmamos anteriormente, a primogenitura demore a de fato se estabelecer em Portugal, o filho primeiro é o que tem direito a maior parte da herança e à honra de comandar a família. “Cimento da coesão de linhagem, esse nome da casa-tronco da estirpe era também o suporte da memória familiar”¹⁶⁴. O LL apresenta outros exemplos, como o de D. Gonçalo Rodriguez Palmeira: “Este dom Gonçalo Rodriguez de Palmeira chamou-se de Palmeira porque era senhor do couto, que era naquel tempo grande, e ganhou-o d’el rei dom Sancho de Portugal”¹⁶⁵. Algumas vezes, o nome da família continuava, adotando uma variante, mesmo que o patrimônio passasse a outras mãos pela união entre seus membros.

¹⁶¹ *Idem. Ibidem.* (p. 68).

¹⁶² MATTOSO, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

¹⁶³ LL. v.I, (p. 212-213).

¹⁶⁴ DUBY, Georges. *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (p. 114).

¹⁶⁵ LL. v. I. (p. 236).

E estes todos se chamarom de Barvudo porque eram d'i naturaes e haviam i peça d'herdades em que cairom, porque o couto de Belmir caio em a partiçom a Martim Pirez, que casou com dona Sancha Martiiz, filha de dom Martim Fernandez de Riba d'Avizela, e deu-lhe este couto de Belmir em doaçom por compra de seu corpo. E por todas estas maneiras se nom chamarom de Belmir, mais chamarom-se de Barvudo¹⁶⁶.

Os membros mais importantes da família da Maia foram D. Gonçalo Mendes da Maia e seu irmão, D. Soeiro Mendes da Maia. Sem dúvida, o fato mais digno de nota é que D. Gonçalo não era o primogênito desta família e, embora D. Soeiro Mendes, este sim o filho primeiro, tenha sido um grande cavaleiro, um homem bom e seus feitos tenham sido retratados pelo Conde, o Lidador, parece ganhar um destaque maior na narrativa. Embora fosse o filho primeiro o que tinha direito à parte principal da herança familiar, ocorria com alguma frequência de o filho segundo transformar-se no nome mais cheio de glória da linhagem. O próprio nome dos irmãos, ou melhor, suas alcunhas, merecem ser destacadas. D. Soeiro Mendes da Maia é chamado, no *LL*, de “o Bom”: “E o suso dito dom Soeiro Menndez, o Boo, chamarom-no assi porque era homem de grandes feitos”¹⁶⁷. Claramente, D. Soeiro Mendez foi um grande guerreiro, honrou o nome de sua família, especialmente por lutar contra os mouros, uma das formas mais prestigiadas de ganhar honra. Constituiu família e gerou apenas um filho: D. Maria Soares, que também deu origem a um filho, D. Tel Pirez de Menezes, que finalmente conseguiu gerar mais do que apenas um descendente.

De todo modo, a alcunha de D. Soeiro Mendes não é o que poderíamos caracterizar como exclusividade sua na obra, já que outros cavaleiros também receberam o epíteto de “Bom”. Aliás, “Bom” ao longo da obra parece ser um sinônimo para nobre¹⁶⁸. Já o seu irmão, D. Gonçalo Mendes da Maia, ficou conhecido como o “Lidador”, aquele que luta, e a característica mais impressionante, e ao mesmo tempo a mais significativa, dada a um nobre cavaleiro é, no *LL*, a atividade guerreira. “Este dom Gonçalo Meendez, irmão de dom Soeiro Meendez, o Boo, como se mostra em este parrafo 3º, suso dito, foi adeantado por el rei dom Afonso Anriquez en na fronteira, e venceo muitas lides”¹⁶⁹. A alcunha lhe coube num momento especialmente propício, lutando em nome de D. Afonso Henriques contra os mouros na reconquista de

¹⁶⁶ *LL*. v. II. (p. 102).

¹⁶⁷ *LL*. v. I, (p. 213).

¹⁶⁸ Trataremos dessa questão mais adiante.

¹⁶⁹ *LL*. v. I. (p. 219).

territórios. Em virtude de sua exímia habilidade com as armas e por ser um batalhador incansável, mereceu o cognome de “Lidador”.

E os Mouros virom-se mal-treitos, nom o poderom sofrer e foram vencidos. E os cristãos perecerom melhor da quarta parte. E foram a dom Gonçalo Meendez e acharom-no morto, e a tristeza e o doo dos fidalgos foi mui grande, e levarom-no muito honradamente. El era d'idade de noventa e cinco annos, e ali lhe poserom o nome o Boo Velho Lidador, como quer que o ja ante chamassem haviam gram tempo Lidador. E oolharom por as chagas que tinha e houverom por gram maravilha de lhe tanto poder durar a força, ca elas eram grandes e estavam em logares mortaes¹⁷⁰.

O signo de sua eleição heroica é muito consistente, um cavaleiro honrado e reconhecido por todos como um grande guerreiro. Sua morte é digna de suas qualidades: morreu no campo de batalha, em Beja, de cuja fronteira era o responsável. Por fim, sua morte ocorreu com a idade já bastante avançada, o que reforça sua heroicidade. As mortes de jovens constituíam regra no meio cavaleiresco. No *LL*, Martim Fernandez, primogênito, é apresentado como um “boo mancebo” que morreu muito cedo, aos vinte e seis anos, envenenado por sua irmã, que pretendia se tornar barregã do imperador. Um outro caso é o de D. Pero Fernandez, também filho primeiro, que morreu aos quinze anos. “Votada à violência, a ‘mocidade’ constitui, na sociedade cavaleiresca, o órgão de agressão e de tumulto. Mas, por isso mesmo, ela se acha exposta a todos os perigos. Agressiva e brutal, a mocidade é, por situação, um corpo dizimado”¹⁷¹.

Nesta guerra de fronteira contra os mouros, diferentemente da Batalha do Salado, temos um herói nomeado. A atuação do Lidador, tão engenhosamente elogiada no discurso do *LL*, é uma das chaves de legitimação da linhagem da Maia. As lutas na fronteira, defendendo o território em nome do rei, são o evento privilegiado que a nobreza encontra para justificar seu papel social e legitimar o uso de sua força. Mesmo sendo o principal personagem, o Lidador não é o único, já que os nobres guerreiros das principais famílias e seus companheiros de jornada veem em sua ajuda. “E estando assi a lide muito aficada, chegou dom Egas Gomez de Sousa, filho de dom Gomez Echiguit, e dom Gomez Meendez Guedeam, e os filhos de dom Egas Moniz de Riba de Doiro, e livrarom dom Gonçalo Meendez e poderom-no em uu cavalo¹⁷²”. Mas, era dom

¹⁷⁰ *LL*. v. I. (p. 222).

¹⁷¹ DUBY, Georges. *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (p. 98).

¹⁷² *LL*. v. I. (p. 219).

Gonçalo quem comandava este grupo de cavaleiros, liderança advinda de sua avançada experiência reunida ao longo dos anos e também de sua capacidade bélica. É devido à sua liderança que, mesmo ferido de morte, o Lidador aconselha os seus homens e indica um sucessor para a sua posição.

E disserom a dom Gonçalo Meendez em como aquelas companhas viinham, e ele chamou todolos seus fidalgos, e fez com eles sua fala, que sabiam em como fora vontade de Deus de o leixar com eles dom Anfonso Anriquez por guarda daquela frontaria, nom pelo ele merecer, mais porque assi foi sa vontade. [...]. “Senhores, peço-vos uu dom: que me outorguedes o que vos quero pedir”. E eles louvarom-no, dizendo que nom podia seer cousa que ele demandasse que eles lha nom outorgassem, ca bem certos eram que nom demandaria senom todo aguisado e sua honra deles. [...]. Pedio-lhes que, se ele despercesse naquela lide, que ficasse dom Egas Gomes de Souza em seu logo, e de grandes // bondades. E eles responderom que Deus o guardaria de todo cajam e de todo perigo, e se tal cousa acontecesse, que eles fariam como lhes mandava. (Este dom Egas Gomez siia casado com dona Gontinha Gonçalvez, filha deste dom Gonçalo Meendez, o Lidador)¹⁷³.

A descrição da batalha, enriquecida pelos detalhes dos golpes e armas utilizadas no combate também é marcada, como ocorre frequentemente quando cristãos enfrentam mouros, pela presença do elemento maravilhoso cristão. Muitas vezes representado pela figura de um santo batalhador, especialmente de São Tiago, ou de um símbolo religioso, como a Vera Cruz na Batalha do Salado. Como uma espécie de eleição, esta presença do divino denunciava a escolha de um vencedor e representava, para a narrativa e a memória do acontecimento, a perpetuação dos feitos que a Cristandade empreendeu contra os Infieis.

E, por esta gram força, acendia-se cada vez mais e mais, como aqueles que eram de gram coração. E de todas partes do mundo, em aquel tempo, escrareciam a sas bondades, das cavalarias que faziam. Ali se espedaçavam capelinas e bacinetes, e talhavam escudos e esmalhavam fortes lorigas. E feriom-se de tam dura força e de tamanhos golpes, que os cristãos da Espanha, e os Mouros que desto ouvirom falar, dos talhos das espadas que anquel logar forom feitos, disserom que taes golpes nom podiam seer dados por homees. E esto nom foi maravilha por assi terem, ca i houve golpes que derom per cima dos // ombros que fenderom metade dos corpos e as selas em que iam e gram parte dos cavalos, e outros talhavam per meio, que as metades se partiam cada ua a sa parte. E disserom que Sam Tiago os fezera com as mão,

¹⁷³ LL. v. I. (p. 220-221).

pero a verdade foi esta: eles foram dados por os mui boos fidalgos com ajuda de Sam Tiago¹⁷⁴.

Representando a mais alta nobreza do reino, D. Gonçalo Meendez da Maia e os homens que junto a ele lutaram darão origem a todos os fidalgos de Portugal, à maior parte dos de Castela e de Galiza.

Os que foram em estas lides som estes, e todos os fidalgos que ora há em Portugal, e a maior parte dos de Castela e de Galiza decenderom deles: primeiramente dom Afonso Ermigit de Baiam [...]; dom Godinho Fafez, o Velho [...]; dom Meem Fernandez de Bragança [...]; dom Sancho Nuniz [...]; dom Egas Gomez de Sousa [...]; dom alvar Rodriguez de Gosman [...]; dom Egas Piriz Coronel [...]; dom Gomez Meendez Guedeam [...]; dom Soeiro Airas de Valadaes [...]; dom Reimom Garcia de Portocarreiro [...]; dom Nuno Soares [...]; dom Soeiro Paez, Soeiro Mouro, [...]; dom Moço Veegas e dom Lourenço Veegas, o Espadaeiro, e do Soeiro Veegas e dom Pero Veegas, filhos do Boo dom Egas Muniz de Riba de Doiro [...]; dom Gonçalo (Ovequez) [...]; dom Ligel de Frandes [...]; dom Fernam Meendez de Gundar [...]; dom Paai Delgado [...]; dom Anaia [...]; dom Pero Paez Escacha e dom Gomez Paez da Silva [...]; dom Paai Godiiz, donde veem os d'Azevedo [...]; dom Erro Meendez de Moles [...]; dom Paai Soarez Çapata [...]; dom Mem Muniz de Riba de Doiro [...].¹⁷⁵

O fato de todos estes homens terem sido especificados no texto com a devida referência de sua família, demonstra o papel que o autor atribui à nobreza: é ela quem dá origem a Portugal. É devido aos seus feitos de armas que o território continua conservado e livre da nefasta presença moura. É por causa dos honrados antepassados reiteradamente lembrados ao longo da narrativa que o Conde D. Pedro articula o seu projeto de unir a nobreza em torno de uma ideologia da amizade que a torna mais forte e justifica seu papel.

A amizade da nobreza seria ainda mais forte e eficaz quando envolvia seus estratos mais elevados: o rei e os ricos-homens. É possível perceber uma associação entre a ideia de uma nobreza boa e um rei bom. Como conselheira do rei, promovendo o desenvolvimento do reino através das conquistas na guerra, a nobreza estaria justificando o seu papel social. É desta relação, permeada de conflitos, mas que se pretende equilibrada, que iremos tratar a seguir.

¹⁷⁴ LL. v. I. (p. 221-222).

¹⁷⁵ LL. v. I. (p. 222-223). Retiramos da citação a referência que o autor faz da localização no texto onde se encontra as informações sobre cada um dos nobres citados. A escolha foi apenas em virtude do espaço a ser tomado. Cumpre destacar que essa insistência do autor em recorrentemente fazer referência ao próprio texto onde se encontra maiores informações sobre um nobre, uma família, sua origem, reafirma o controle da totalidade da escrita e um movimento constante de retorno legitimando a veracidade da sua escrita.

Capítulo 3

Nobreza e Realeza formam uma só Entidade

“E o Soeiro Meendez lhe disse: ‘Non fezestes siso que aa batalha fostes sem mim.’”

1. Semear a Amizade

O *Nobiliário* do Conde D. Pedro afigura-se, uma vez mais, como uma obra inauguradora daquilo que se poderia definir como a consciência da nobreza. Por que dizemos isso? Se partirmos do pressuposto de que o desejo de conhecer os seus antepassados e, o mais importante, de legitimar a posse de um patrimônio, de um poder sobre homens e terras, seja um sinal de consciência de classe, então podemos afirmar, sem nenhuma dúvida, que o *Livro de Linhagens* é a materialização escrita de uma consciência da nobreza expressa originariamente no nível genealógico. As genealogias do tipo do *LL*, compostas na própria época, são “muito preciosas pelo testemunho que trazem sobre a psicologia familiar e sobre as representações mentais que formaram o arcabouço da consciência de linhagem”¹⁷⁶. Esta consciência atinge o seu ápice naquilo que torna a nobreza “mais nobre”, a prática militar. É a atividade guerreira que dá coesão ao grupo de homens irmanados pela ânsia da vitória e o desejo de conquista, vitória em particular sobre os mouros e conquista especialmente de terras.

Entre nobreza e realeza, os conflitos e convergências sempre foram o fundamento de suas relações, ambos fazem parte do estrato social mais elevado e, mesmo mantendo interesses em comum, não foram poucas as conjunturas marcadas por conflitos abertos. Como perceber os níveis desta relação dentro do *LL*? Nunca é demais relembrar o objetivo maior explicitado pelo Conde na composição de sua obra, semear a amizade e o amor entre a nobreza da Península: “[...] *compuge este livro por gaanhar o seu amor e por meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha*”¹⁷⁷. A ideologia senhorial, “basada en el principio de la *fe de los hidalgos* que sostiene toda la obra es así expuesta en el Prólogo. La amistad *inter pares* es el argumento básico para la defensa de la nobleza como grupo social ante la creciente centralización del poder

¹⁷⁶ DUBY, Georges. *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (p. 126).

¹⁷⁷ *LL*. v. I, (p. 55).

monárquico”¹⁷⁸. Muitos estudiosos têm repetido ser o *LL* uma reação da nobreza contra a crescente centralização do poder régio, uma forma de afirmação da nobreza. Mas, será, de fato, que o Conde preconizou esta superioridade da nobreza em relação à monarquia?

O que pudemos observar é uma narrativa construída visando ora enaltecer a nobreza, especialmente pela sua perícia militar, ora valorizando o rei pela sua capacidade de conquista, povoamento e defesa da fé cristã. O *Livro de Linhagens*, portanto, revela um equilíbrio necessário entre os dois poderes mais elevados da sociedade. Sua proposta não é apontar o quanto o rei é fraco e a nobreza forte, o caminho é muito mais trilhado no sentido de demonstrar que nobreza e realeza são fortes porque somente juntos podem sê-lo. Perder o favor régio, definitivamente, não é uma intenção da nobreza. Ser necessária e fazer-se necessária ao rei mostrando-lhe que sem o seu apoio as conquistas e vitórias não seriam possíveis parece ser o propósito do Conde, ao mesmo tempo em que evidencia o quanto o rei mantém os seus, provém a todos e distribui benesses, conquista territórios e vence os inimigos.

Esta análise ganha maior evidência quando é possível observar os privados do rei, os seus conselheiros, especialmente nos assuntos de guerra, que demandam estratégia, comando, fidelidade e, em inúmeros casos, descambam em traições. O tema do mau conselheiro é um *topoi* literário presente em várias obras, como o *Poema de Mio Cid*, o cantar *Cerco de Zamorra*, a *Crônica de Castilla*, entre outras. Nesta última, a oposição entre mau e bom conselheiro é explicitada nas palavras de reconhecimento do próprio rei moribundo, D. Sancho: “Bendito seades conde, que tan bien me aconsejades, ca bien veo que muerto so, et matóme el traydor de Bellid Adolfo”¹⁷⁹.

Um caso recorrente, tanto no *LL* como na *Crônica de 1344*, talvez por se tratar de um momento importante para a monarquia portuguesa, que envolveu a disputa pelo poder entre o rei D. Dinis e seu filho, D. Afonso, envolve Gomes Lourenço de Beja. “E este Gomez Lourenço de Beja foi o que meteo quanto mal e quanta re(beldi)a pode ante el rei Dom Donis de Portugal, a que Deus perdoe, e o infante dom Afonso, seu filho,

¹⁷⁸ DEL RIO, María Gimena. “Os privados que del-rey an: el topos del mal consejero, del sirventés al Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro”. II Congreso Internacional Celehis de Literatura. CELEHIS-Universidad de Mar del Plata, Mar del Plata. Noviembre, 2004.

¹⁷⁹ ALVAR, Manuel. *Cantares de Gesta Medievales*. México: Porrúa, 1991. (p. 89).

que depois foi rey”¹⁸⁰. A atitude infiel do privado tem sua dimensão ampliada por ser condenada também na crônica:

E, en este tempo, ouvesse a desaviir o iffante don Affonso con seu padre por mizcramentos que poserom entre elees. E dicen que este dsvayro pos antre elles huun vyllao vogado que avya nome Gomez Lorenzo de Beja que era filho de hun carpenteiro dessa villa e despois freire de Santiago. Este, por suas fermosas palabras, enduse muytos dos concelhos e outrossy dos fidalgos, fazendolhes creer suas mentirosas palabras. E, por estes falsos enduzimentos, perdeo el rey Dom Denis a cidade de Coimbra e o Porto e o castello de Monte Mayor, o Velho, e o Casteló da Feira e o de Gaya, ca os tomou o iffante¹⁸¹.

A informação mais impactante neste trecho consiste em que Gomez Lourenço de Beja seja um vilão! Ora, a origem humilde deste homem é apresentada como justificativa de sua atitude maldosa e indigna. Afinal, a origem também determina o caráter, segundo a ideologia dominante. E o que continua a ser relevante é que o texto apresenta este homem como o causador da discórdia entre pai e filho. Em nenhum momento é colocada em questão a disputa pelo poder que envolve o rei D. Dinis e seu filho, D. Afonso. O privado é a semente da discórdia, e por suas “fermosas palavras” os dois entrarão em guerra: “E, logo, en esse verao, tornou o iffante a Lisboa por veer seu padre e lhe mover outras cousas affora aquello que antre era posto. E eso por conselho do vilhao vogado que ante dissemos (...) E aquelle vogado Gomez Lourenco andava enduzendo os concelhos a esta maneira”¹⁸². Ao mesmo tempo em que é possível questionar-se o fato de que um homem de origem humilde fosse conselheiro do rei, afirma-se, através de seu exemplo negativo, que um nobre de origem que honra o nome de sua família e sua linhagem não comete perjúrio contra o rei, embora o texto apresente alguns exemplos.

Desde a fundação da monarquia em Portugal, os ricos-homens compunham a primeira ordem da nobreza; “eram os senhores mais poderosos, porque reuniam à fidalguia do seu nascimento a autoridade e prestígio dos cargos públicos mais elevados,

¹⁸⁰ LL. v. I. (p. 55).

¹⁸¹ LINDLEY CINTRA, Luís Felipe, ed. 1990. *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa, Academia Portuguesa da Historia, Imprensa Nacional, vol. IV. (p. 253).

¹⁸² LINDLEY CINTRA, Luís Felipe, ed. 1990. *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa, Academia Portuguesa da Historia, Imprensa Nacional, vol. IV. (p. 256).

que se incumbiam ordinariamente aos chefes de linhagem”¹⁸³. Ainda que a alta nobreza constituísse um pequeno grupo que praticamente monopolizava os cargos junto ao rei, a partir do século XIII ela também passou a enfrentar a concorrência de “homens de poucos haveres, de humilde nascimento, ‘vilãos’, ‘servos’, porém eficientes”¹⁸⁴. Assim, na *Crônica*, por meio de uma narrativa em forma de anedota, o acontecimento é explorado, colocando Gomes Lourenço em papel privilegiado como autor intelectual da nefasta situação entre pai e filho, e é em sua função de conselheiro, de mau conselheiro, no caso, que as tintas são mais carregadas.

2. Educando a Nobreza

Assim, o Conde de Barcelos dedica-se, em seus escritos mais importantes, a expor, desmoralizar e, principalmente, denunciar a figura do mau conselheiro. O trabalho autoral do Conde não se limitou à prosa, tendo escrito também um livro de cantigas, o *Livro das Trovas*, só conhecido através do seu testamento de 1350. “De su autoría son diez textos, entre los que se cuenta una composición genéricamente denominada por los trovadores provenzales *sirventés* y que es, en cuanto a su tema, una cantiga contra los malos consejeros del rey”¹⁸⁵. O *sirventés* pode ser definido como um gênero lírico trovadoresco provençal não muito difundido na lírica galego-portuguesa. Sobre sua origem, há duas explicações etimológicas: “Una de ellas supone que este nombre hace referencia a que el *sirventés* se sirve del estrofismo y la melodía de una preexistente canción, y la otra admite que se trata de un tipo de poesía escrita por un serviente”¹⁸⁶. Segundo Riquer, trata-se de um *sirventés moral*, ou seja, uma modalidade que tem por função repreender os maus costumes e condenar os vícios que o trovador considera intoleráveis.

O conde, então, desmoraliza a figura do mau conselheiros por meio por meio de dois textos que pretendem dar conta da verdade. A *Crônica*, na qual prevalece a objetividade da escrita e outro texto inteiramente marcado pelo carácter literário com

¹⁸³ BARROS, Gama. *Historia da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XIV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885-1934. 5v. (p. 393).

¹⁸⁴ DUBY, Georges. *A Sociedade Cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (p. 92).

¹⁸⁵ María Gimena del Rio (Noviembre, 2004). “Os privados que del-rey an: el topos del mal consejero, del *sirventés* al Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro”. II Congreso Internacional Celehis de Literatura. CELEHIS-Universidad de Mar del Plata, Mar del Plata.

¹⁸⁶ RIQUER, Marín. *Los trovadoes*. Tomo I. Barcelona: Ariel, 2001. (p. 73).

teor subjetivo que é sua cantiga. Neste último, a crítica moral ganha peso por estar o poeta em um lugar de supremacia, autorizado e investido das virtudes necessárias para julgar e denunciar um personagem que deveria auxiliar o rei em suas funções, cumprindo, portanto, seu dever vassálico de aconselhar seu senhor. Em seus três escritos, o Conde de Barcelos denuncia o que parece ser um mal de seu tempo: a deprimente figura do mau conselheiro.

A disputa pela coroa envolveu também outra geração da dinastia de Bragança, e as relações de fidelidade entre os vassallos do rei. A luta entre D. Afonso, então conde de Bolonha, contra seu irmão, o rei D. Sancho II, também é abordada no *LL* através de exemplos de vassallos traidores, como Martim Fernandez: “Este foi o que deu o castelo de Leirea a el rei dom Afonso, sendo conde de Bolonha, tendo feito menagem por ele a el rei dom Sancho Capelo, pela quintãa d’Arrochela, que lhe derom, e por outras herdades e moinhos que lhe derom no termo de Leirea”¹⁸⁷. A disputa pelo trono arregimentou os setores mais importantes da aristocracia portuguesa, envolvendo a participação não só da nobreza descontente com o rei, mas também a Igreja, que se tornou uma das principais responsáveis pela queda de Sancho II através da interferência papal.

O *Livro de Linhagens* condena não só os nobres que foram maus conselheiros do seu rei; há uma crítica contundente aos vassallos traidores que decidiram, por oportunismo ou mesmo covardia, apoiar D. Afonso, Conde de Bolonha, na tomada da coroa a seu irmão. Estes vassallos figuram também na poesia, em diversas cantigas de escarnio que satirizam seus maus comportamentos e desvios em relação ao que seria a boa nobreza. Teriam atuado, principalmente, entregando castelos a D. Afonso, o que constituía uma traição grave, uma vez que se tratava de fortalezas militares decisivas para a vitória ou a derrota em uma batalha.

Este Mem Cravo donde decendem estes suso ditos, teve o castelo de Lanhoso de mão de dom Godinho Fafez, a que fez menagem por ele. E dom Godinho tiinha o castelo d’el rei dom Sancho Capelo, a que fezera menagem por ele. E este Mem Cravo deu este castelo de Lanhoso a el rei dom Afonso, quando era conde de Bolonha, por preitesia que lhe trouve dom Rodrigo Gomez de Briteiros, que era parente de dona Maria Pirez de Vides, que o dito Meem Cravo rousara per força, e tinha-a no castelo. E ficou por treedor este Mem Cravo,

¹⁸⁷ *LL*. v.II. (p. 46).

pelo castelo que nom deu a dom Godinho Fafez, a que fezera menagem por ele, nem a el rei, cujo o castelo era¹⁸⁸.

O *Livro de Linhagens* denuncia de forma contundente o mau conselheiro, o nobre traidor, mas também apresenta um “ideal de rei” do qual alguns monarcas históricos ao longo da obra se aproximam ou se afastam. Parece haver uma clara relação entre “mau conselheiro” e “rei mau”, e entre “bom conselheiro” e “rei bom”, embora esta relação não seja determinante e causal. Ambos os personagens estão inseridos num padrão idealizado construído pelo Conde, o que faz com que haja uma grande distância entre o real vivido e o modelo representado em sua narrativa. De qualquer forma, quanto mais afastado o rei se encontra do “tipo ideal” mais isso terá efeito em seus sucessos ou fracassos. Do mesmo modo, nobres que se distanciam do ideal cavalleiresco, que não são considerados “homens bons”, carregarão para o nome de sua família, a sua linhagem, as consequências de suas más ações, manchando a história de seus ancestrais e de toda a sua descendência. Há uma relação de complementariedade entre a “boa nobreza” e a “boa realeza”, “[...] e até a intervenção marcante da primeira na constituição da segunda (o ‘bom nobre’ construindo o ‘bom rei’ como um educador implícito, ou como o personagem que pressiona e exige do personagem régio o correto cumprimento do seu papel)”¹⁸⁹. O caso exemplar desta complementariedade entre “boa ou má realeza” e “boa ou má nobreza” se encontra na narrativa sobre o rei Dom Pedro de Castela. “Este rei dom Pedro foi mui justicoso e temido dos reis seus vizinhos e dos do seu reino”¹⁹⁰. Grande parte desta imagem de rei exemplar é devida aos serviços que lhe foram prestados por um conselheiro muito leal e honrado, um homem muito bom, da família de Sousa. No entanto, quando o rei não se encontra mais sob sua boa influência, torna-se uma figura asquerosa, aconselhada por homens maus:

[...] E depois que del se partio dom Joham Afonso d’Aloquerque e de Medelim, que o conselhava mui bem e verdadeiramente com gram prol dos fidalgos e dos outros do reino, houve privados que o conselharom mui mal, prazenceando e dando-lhes mãos conselhos por tirarem del mercês, e fezerom-no viver com grandes pecados, filhando muitas molheres, que lhe foi maa estança, e matou muitos e boos d’alto linhagem, antre os quaes matou o ifante dom Fernando e o ifante dom Joham, seus vassalos, filhos d’el rei d’Aragom, e sua

¹⁸⁸ *LL*. v. II. (p. 45).

¹⁸⁹ BARROS, José D’Assunção. “Os Livros de Linhagem e a Construção do Rei”. In: *O Marrare*. Número 7. UERJ, 2006. (p. 37).

¹⁹⁰ *LL*. v. I. (p. 214).

madre deles, que era sua tia, irmã de seu padre; e matou tres irmãos seus, filhos d'el rei dom Afonso, e outros muitos grandes homees¹⁹¹.

Dois pontos logo de início merecem atenção. Evidencia-se o claro interesse da nobreza pelos favores do rei, as mercês, e para obtê-los a intriga era uma das principais alternativas. As mercês diferenciavam os nobres uns dos outros, demonstrando o grau de importância e influência na corte e também o poder da família. Por outro lado, é possível perceber o que significava ser um mau rei: ter várias mulheres, matar homens nobres de alta linhagem, os homens bons, matar os seus próprios parentes, aniquilar aqueles que estavam próximos e que poderiam representar alguma ameaça. Mas, mesmo um rei podia ser deposto. Isto é referido algumas vezes ao longo da obra do Conde D. Pedro, sempre que o rei não apresenta as virtudes que se espera de um monarca e não cumpre suas prerrogativas devidamente. “E por esses pecados o desamparou Deus, e alçou-se o reino contra ele, e juntaram-se gentes ao conde dom Anrique, seu irmão, e poserom-no fora do reino. E el veo-se deserdado de todo [...]”¹⁹².

As atitudes do rei D. Pedro de Castela provocaram o descontentamento da nobreza que até então o auxiliava, mas que já não sentia o rei comprometido com seus deveres de soberano. O conde D. Henrique, apoiado pela nobreza queixosa, expulsou o rei, que buscou ajuda com príncipe de Gales, prometendo-lhe fidelidade: “[...] que lhe pedia que, por as bondade, o vesse apoderar de seu reino, e el pera sempre lhe seria mandado e obediente em totalas cousas que fossem de as honra”. O príncipe de Gales foi a Castela com três mil e quinhentas lanças e venceu o conde D. Henrique e os castelhanos. Retomou o reino e o entregou ao seu antigo rei, mas com a condição de que não efetuasse vingança contra os seus súditos rebeldes.

E o príncipe apoderou el rei do reino, e tirou del sacramento e segurança que nom matasse nem uus boos nem outras gentes cant'a a pelo que era passado, nem lhes filhasse do seu derecho, nem lhes mostrasse sanha, salvo fazendo eles ao deante feitos per que merecessem de fazer em eles justiça¹⁹³.

No entanto, o rei D. Pedro de Castela não cumpriu com sua palavra e voltou a matar os ricos-homens de sua terra. Seus desvios de conduta e crueldades, referendados

¹⁹¹ *LL.* v. I. (p. 214-25).

¹⁹² *LL.* v. I. (p. 215).

¹⁹³ *LL.* v. I. (p. 215).

pelos maus conselhos que recebia, continuaram a comandar as suas atitudes, levando-o novamente à deposição. O conde D. Henrique, então, foi feito rei pela nobreza: “[...]. E o conde Dom Henrique veo logo, e veerom-se pera el a moor parte dos boos do reino, e alçarom-no por rei”¹⁹⁴. Para tentar reaver o reino novamente D. Pedro de Castela aliou-se inclusive com os mouros. Este dado é muito importante porque o discurso construído no *Livro de Linhagens* condena os reis que tomam os mouros por aliados, e faz ampla exaltação dos reis que conquistam vitórias sobre os infieis. Constituir-se aliado de um mouro representava o exemplo contundente do que era ser um mau rei. Por todas as suas más ações, D. Pedro de Castela foi decapitado e teve sua cabeça exposta para servir de exemplo: “E os seus, do conde dom Anrique, talharom-lhe a cabeça e deitarom-na na rua e filharom-lhe o corpo e levarom-no ao castelo acima das ameas e poserom-no antre duas tavoas. E matou dom Anrique todos os privados que o mal aconselhavam”¹⁹⁵.

O fim desta narrativa se dá em tom didático, moralizador, poderíamos mesmo considerá-lo muito semelhante a um brevíssimo “espelho de príncipes”:

Este rei leixou exemplo pera os reis haverem boos conselheiros, leaes e entendudos e leterados, de boa consciencia e sem prazenteo. E antre estes, dous homees boos e de boo sangue e ricos e de grande estado, que lhe digam as cousas sem receo. E por esto o passou mal este rei dom Pedro, que se meteo em poder d’homees viis, assi como netos de celorgiães e barqueiros que soiam a seer. E o rei a que Deus dá entendimento, se crer os boos conselheiros, ama-lo-á Deus, e os boos do reino e todasas outras gentes, assi que sempre vivirá em prazer, e quando morrer irá aa gloria celestial¹⁹⁶.

A partir desse “ensinamento”, o que se coloca não é apenas a boa escolha do rei em selecionar seus conselheiros. Não basta que eles sejam bons, é preciso que eles sejam oriundos da boa nobreza do reino, do seio das suas famílias mais importantes. É assim, pois, que “bons conselheiros” complementam o “bom rei”, a boa nobreza atua como uma espécie de educadora do monarca, pressionando e exigindo que ele cumpra bem a sua função, de certa forma fiscalizando o quão honradamente ele se mostra merecedor do gládio divino.

O tema do mau conselheiro, do nobre que não cumpre bem o seu papel de ser fiel ao rei aconselhando-o, configura-se como uma questão importante para o autor, já que aparece em todas as suas obras e não se restringe ao caso de Gomes Lourenço de

¹⁹⁴ *LL.* v. I. (p. 216).

¹⁹⁵ *LL.* v. I. (p. 216).

¹⁹⁶ *LL.* v. I. (p. 216-217).

Beja. Outros vassallos reais, em circunstâncias diversas, são repreendidos por faltarem em sua fidelidade. As lutas entre pai e filho acabaram por dividir a nobreza, e uma grande parte dela, descontente com a política empreendida por D. Dinis, que visava conter seus excessos de ampliação do poder, depositava em D. Afonso a expectativa de manter seus privilégios sem grandes restrições. Assim, muitos nobres decidiram apoiar o filho rebelde. Mais uma vez, os maiores exemplos da traição vassálica ao rei manifestam-se na entrega de castelos pelos quais os vassallos deviam fidelidade ao rei. Foi o caso, por exemplo, de D. Estevam de Freitas, apresentado inclusive no título como “o mal andante”:

E este Stevam de Freitas teve o castelo de Zagala do conde dom Martim Gil, e fez-lhe por ele menagem que o desse ao dito pero Fernandez de Castro ou a Martim Gomez Taveira em seu nome. E ele nom o deu a nem uu deles, e foi-o dar a dom Afonso Sanchez, filho d’el rei dom Diniz de Portugal, tendo-o cercado, e ficou dele treedor¹⁹⁷.

D. Dinis havia tomado a decisão de revogar todas as doações e privilégios concedidos desde que começara a reinar, em 1279. Este trecho de sua chancelaria talvez exemplifique sua aplicação prática pela primeira vez:

Dom Denis pela graça de Deus Rey de Portugal e do Algarve (...) a vos saúde. Sabede que as doações que eu fiz ataa aqui que achey que as fiz em tempo que era de pequena ydade e que as fiz en tempo que nom devem valer e acho que foy y engano e por ende com conselho do Infante Dom Affonssso meu irmão e d’alguuns ricos homees e d’outros homees boos que eram i comigo do meu Reyno, revoguy e revogo todas essas doações (...). Coimbra, 6 de dezembro de 1283.¹⁹⁸

Como avaliar esta ação? Segundo José Augusto de Sottomayor-Pizarro, a medida de D. Dinis, antes de ser considerada uma fraqueza, deve ser tomada como uma demonstração de força e determinação por um crescente poder e autoridade revestidos na pessoa do Rei.

Na referida revogação não estaria, por isso, a intenção de corrigir erros, mas um aviso velado aos senhores laicos e eclesiásticos de que os poderes e privilégios que detinham não eram um dado adquirido. O que D. Dinis revogava, de fato, era a tradicional confirmação por um

¹⁹⁷ *LL. v. II.* (p. 23-24).

¹⁹⁸ ANTT. *Chancelaria de D. Dinis.* L.º I, fl. 83.

novo rei dos privilégios ou doações concedidos pelos monarcas que o antecederam¹⁹⁹.

Um dos principais objetivos da política dionisina visava controlar a expansão do poder senhorial. Compreender esse conjunto vasto de medidas adotado pelo monarca português requer também compreender as circunstâncias vivenciadas no seio da nobreza, da chamada *nobreza de corte*. As primeiras inquirições gerais do reinado de D. Dinis foram feitas em 1284 e, diferentemente das anteriores, promoveu um aumento qualitativo e quantitativo das informações acerca dos abusos cometidos pela nobreza. Com a morte de seu alferes-mor, o conde D. Gonçalo Garcia de Sousa, o rei ordenou uma inquirição ao seu patrimônio no final de 1286, em meio à contenda que o opunha aos herdeiros do falecido²⁰⁰. Mais uma vez, as inquirições foram ordenadas, em 1288, e sancionadas pelas cortes gerais realizadas neste mesmo ano, em Guimarães. Foram estas inquirições as responsáveis pelo mais vasto arrolamento da propriedade privilegiada até então existente, e na corte de 1290 foram proferidas suas respectivas sentenças.

D. Dinis revelou ser um hábil político ao administrar as queixas, tanto da Igreja como da nobreza. A primeira, lamentando as usurpações feitas pelos senhores laicos que resultou na proibição, de 1299, das comedorias nos mosteiros femininos. O rei também atendeu às reclamações dos leigos contra a expansão dos privilégios e poderes eclesiásticos instituindo a lei de 1291, que proibia as ordens religiosas de herdarem bens de raiz. “A sua habilidade é tanto mais notória, quanto faz acompanhar estes ataques ao poder senhorial por medidas contemporizadoras, como sejam as concordatas com o clero [...]. O terreno, porém, ia ficando ganho, e os recuos eram mais aparentes que reais”²⁰¹. Com estas medidas, D. Dinis conseguiu, ao longo de duas décadas, recuperar grandes senhorios constituídos ainda no reinado de seu pai, como Alvito, Portel, Arronches, Portalegre etc., ao sul do Tejo.

¹⁹⁹ SOTTOMAYOR-PIZARRO, Jose Augusto de. *D. Dinis e a Nobreza nos finais do século XIII*. Revista da Faculdade de Letras, Coimbra, 1992. (p. 92-93).

²⁰⁰ KRUSS, Luís. *D. Dinis e a Herança dos Sousas. O Inquérito Régio de 1287*. Lisboa: Ed. Policopiada, 1989.

²⁰¹ *Idem. Ibidem.* (p. 94).

3. Realeza, Nobreza e o Controle do Poder

As Inquirições Gerais do rei D. Dinis são prova de um esforço continuado contra os avanços da nobreza. “Mesmo com a rigidez quanto à jurisdição nobre feita pelas inquirições, essas reformas eram seletivas para alguns setores da nobreza, em verdade, a parentela real, como o Conde de Barcelos”²⁰². Todas as sucessivas inquirições feitas desde o primeiro ano do seu reinado até a de 1307 só confirmam que a nobreza continuava a usurpar direitos régios, honrando novas terras, praticando violências e roubos contra os bens eclesiásticos e concelhios. Os excessos não poupavam sequer os representantes de Deus. Gama Barros afirma, surpreso, que se trata sem dúvida alguma de uma circunstância notável da sociedade medieval o contraste entre os seus “costumes brutais” e o fervor do sentimento religioso, comum a todas as classes. Os abusos da nobreza eram tantos que, nas Cortes de Elvas de 1361, os povos deram a conhecer a dimensão das violações que vinham sofrendo pelos fidalgos que se lançavam nas terras com seus cavaleiros e bestas, matavam seus animais, carneiros e galinhas, tomavam palhas, cevadas e ervas.

O desenfreamento da nobreza manifestava-se também nas suas relações com os delegados do rei; e daí se pode ajuizar quão absoluta seria de fato a autoridade exercida pelas classes privilegiadas sobre a população dos coutos ou das honras; devendo lembrar-nos que nesse desenfreamento também o clero e as ordens tinham o seu quinhão. Dificilmente poderiam ir buscar a proteção do monarca os moradores das terras isentas, quando aos próprios oficiais da coroa costumavam os senhores resistir à viva força²⁰³.

A recorrente prática da violência e usurpação denuncia uma nobreza comprometida com seu excesso de membros, filhos sem herança, ou com rendimentos em baixa, completamente alheia a uma economia em crescente monetarização e com o aparecimento de um novo grupo, a burguesia, capaz de lhe fazer remodelar as suas estruturas.

Em meio a tudo isso a nobreza vê-se atingida em suas estruturas fundamentais, sua reprodução biológica e, conseqüentemente, sua reprodução de classe privilegiada. Mais do que o fim de alguns indivíduos, membros da alta nobreza e da nobreza de corte,

²⁰² BARROS, Gama. *Op. Cit.* (p. 466).

²⁰³ *Idem. Ibidem.* (p. 419).

este processo impôs o fim de algumas famílias que desde a fundação do reino estavam presentes de forma expressiva na vida política e social. Uma das saídas encontradas para conter o avanço do seu próprio desaparecimento foi a incorporação em seu seio de novos membros, ou seja, indivíduos não nascidos na nobreza. O movimento “natural” nesse sentido foi agregar aqueles que lhes estavam mais próximos, os cavaleiros. Esta transformação ocorreu em um longo processo em que os dois estratos da primeira ordem se influenciaram mutuamente. A aristocracia medieval constituía um grupo rigorosamente delimitado pelos privilégios de que usufruía, ao lhe permitir isenção das taxas senhoriais que pesavam sobre os trabalhadores, os camponeses, os *laboratores*. Contudo, dentro desta ordem havia distinções. O corpo da aristocracia não formava um todo homogêneo e indistinto; ao contrário, no seu interior as disputas eram frequentes e através delas é possível compreender as relações que se estabeleciam. À partida, percebe-se sua divisão em dois níveis:

[...] de um lado, uma pequena elite, os homens que nas cartas são distinguidos por um título: *dominus*, o equivalente do francês *sire*; são os proprietários dos castelos, aqueles que detêm o poder de comandar, de punir, de explorar os camponeses, isso que chamamos *ban*; de outro lado, os simples cavaleiros, os *milites*, situados numa posição social e econômica muito inferior à dos castelões, submetidos a estes pelos deveres feudais, obrigados a servi-los, combatendo por eles e constituindo sua corte, verdadeiramente subordinados²⁰⁴.

A diferença entre estes dois níveis da aristocracia dilui-se ao longo do século XIII, quando ocorre uma fusão entre eles, reduzindo drasticamente a distância que separava o senhor do castelo do simples cavaleiro armado. São diversos os fatores que indicam este movimento de aproximação. O primeiro a ser apontado, e sobre o qual já tratamos, é o investimento cavaleiresco dos nobres²⁰⁵. Ao que tudo indica, dentre os comportamentos e atitudes mentais da aristocracia, tornar-se cavaleiro confere a estes homens um brilho, uma distinção em meio a tantos títulos. Outros sinais ao mesmo tempo manifestam que este movimento não foi único, os cavaleiros também tomaram parte do “brilho” da nobreza ao se apropriarem de distinções outrora de uso exclusivo dos senhores. Os signos desta apropriação vão além das atitudes e hábitos incorporados, quando mesmo os mais humildes cavaleiros mudaram o seu local de morada. “[...]. Em

²⁰⁴ DUBY, Georges. *Op. Cit.* 1989. (p. 86).

²⁰⁵ Na dissertação de mestrado ao analisar a cavalaria através de alguns modelos construídos na fonte tratamos amplamente do processo de fusão entre nobreza e cavalaria. Ver os capítulos 1 e 2.

Portugal, como em tantas zonas da Europa ocidental, a *Domus Fortis* foi, no início, uma solução arquitetônica adotada sobretudo pelas linhagens de segundo plano, pelos *militēs* que aspiravam alcançar a rico-homia²⁰⁶. Assim, suas simples herdades, ainda que mais vastas e ricas que as outras, passam a transformar-se numa espécie de castelo, com fossos e torres, constituindo então o que se chamou de “casa-forte”. A residência senhorial fortificada constitui uma forma de afirmação da nobreza:

Na realidade, a casa civil revestida de características militares, copiando ou inspirando-se na Torre de Menagem dos castelos, foi uma das formas mais eficazes de afirmação encontradas por uma Nobreza de segundo plano que, um pouco por todo o lado, se procurava guindar socialmente na segunda metade do século XII, e que encontrava a natural resistência dos monarcas e das velhas linhagens²⁰⁷.

A nova forma arquitetônica *Domus Fortis*, *Fortalicium*, *Repayrium* ou, em terras de Hispânia, *Turrem*, *Casa Torre* ou *Casa Forte*, constituiu-se como uma forma da nobreza medieval europeia se afirmar socialmente, transformando-a em símbolo dos seus poderes emergentes. Deste modo, novas estirpes acrescentavam às suas famílias elementos já conhecidos pelas linhagens mais antigas, e mais uma vez a nobreza dava um passo, renovando-se, rumo à sua preservação. A casa forte neste período não estava associada de forma alguma a razões de proteção; sua adoção, neste caso, é uma questão de prestígio. Neste momento também ocorre a adoção, pelos cavaleiros, de brasões familiares, de costumes sucessórios até então exclusivos dos castelãos, como o favorecimento do primogênito quando da partilha patrimonial. Ao mesmo tempo, começam a ocorrer, com frequência, o casamento de filhos de cavaleiros com mulheres pertencentes a uma categoria social até então manifestamente superior. Assim, a segregação matrimonial que então existia entre os dois níveis da aristocracia, uma vez que os castelãos casavam entre si, vai desaparecendo gradativamente.

Toda esta mudança veio acompanhada de uma apropriação de poderes judiciais e fiscais, poderes estes sem dúvida mais limitados do que aqueles detidos pelos senhores de fortalezas, mas ainda assim capacitando simples cavaleiros ao comando de

²⁰⁶ BARROCA, Mário Jorge. “Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”. In: *Revista de História das Ideias*. Vol. 19 (1997), pp.39-103. Coimbra. (p. 53).

²⁰⁷ *Idem. Ibidem.* (p. 40-41).

poderes regionais. Ao redor de sua casa forte, de sua morada, simples cavaleiros passam a deter o poder de exploração dos camponeses.

Por outro lado, o rei e os príncipes senhoriais empenham-se em conseguir a homenagem e os serviços feudais diretos dos cavaleiros, em liga-los imediatamente a si e em desviá-los de sua antiga dependência para com o castelão local. Assim se destroem as instituições que haviam assinalado as distancias entre os dois escalões da aristocracia: assim se dissolve a superioridade política dos castelões; assim se explica a difusão, a vulgarização do título *dominus* da casa forte, dos brasões...²⁰⁸

A nobreza, portanto, passa a contar com novos membros. Já desde 1140-1150, a nobreza começa um processo de diversificação, primeiramente com o desaparecimento da geração que havia erigido e consolidado a independência do reino. Com a chegada às fronteiras devido à “guerra santa”, surge gente nova, com costumes diversos, muitos aventureiros de terras longínquas. De 1282 a 1299, nomes da mais significativa nobreza portuguesa morreram: D. Martim Afonso Telo, irmão do primeiro alferes-mor de D. Afonso III e genro de D. João de Aboim; D. Pero Ponço e D. Afonso Lopes, os últimos remanescentes da família de Baião; D. Nuno Martins de Chacim, amo e depois mordomo-mor desde que D. Dinis subiu ao trono; D. Joao Pires de Aboim, grande valido e mordomo-mor de D. Afonso III; D. Gonçalo Garcia de Souza, alferes e cunhado do rei, último grande senhor da casa multissecular de Sousa; D. Martim Anes do Vinhal, rico-homem e privado do rei; D. Pero Anes de Riba de Vizela, cunhado do rei; D. Martim Anes de Soverosa e seu pai, D. João Gil de Soverosa. Com eles desapareceu uma das principais famílias do reino. Outros membros da nobreza foram exilados para Castela, como D. Martim Gil, acompanhando a rainha viúva Dona Beatriz para junto de seu pai Afonso X, o Sábio. Outro exílio significativo foi o de D. Mem Rodrigues de Briteiros em função da já mencionada inquirição à herança do Conde D. Gonçalo Garcia de Sousa. Este lento desaparecimento da alta nobreza foi uma oportunidade muito bem aproveitada para dar curso a uma política antissenhorial.

O *Livro de Linhagens* do conde Dom Pedro não é apenas um grito nostálgico de uma nobreza que nunca mais voltaria a ser o que era, como afirmou José Augusto de Sottomayor-Pizarro²⁰⁹. A narrativa, ainda que sem nenhuma dúvida voltada para a

²⁰⁸ DUBY, Georges. *Op. Cit.* 1989. (p. 87).

²⁰⁹ SOTTOMAYOR-PIZARRO, Jose Augusto de. *D. Dinis e a Nobreza nos finais do século XIII*. Revista da Faculdade de Letras, Coimbra, 1992. (p. 101).

nobreza, apresenta também uma visão que, além de não excluir a relação nobreza-realeza, preza pela sua continuidade e ajuda mútua. Uma das razões que acreditamos contribuir para esta construção são os vários exemplos em que os reis, em momentos decisivos, buscam pelo aconselhamento dos homens bons, os nobres. Na verdade, o qualitativo “bom” relacionado aos homens da nobreza não registra simplesmente uma qualidade; homem bom é sinônimo de nobreza e designa especialmente os senhores das mais altas linhagens, as famílias mais importantes e mais antigas. São estes “homens bons”, homens da mais alta linhagem, que formam com o rei para o sucesso na batalha, para a conquista de novos domínios e para, finalmente, a expansão da fé cristã. Sempre que o rei é bem aconselhado, servido por uma nobreza honrada e fiel, ele faz jus a seu dever de monarca e, por conta desta relação pela qual ambos só têm a aumentar o seu prestígio, o rei favorece a nobreza exercendo com largueza a sua generosidade. Este princípio teria sido “inaugurado” pelo primeiro rei de Portugal, e não é à toa que o Conde de Barcelos faz questão de lembrar:

Filho, toda esta terra que te eu leixo des Astorga ataa Coimbra, nom percas ende uu palmo, ca eu a gaanhei com gram coita. E, filho, toma do meu coração algua coisa, que sejas esforçado e sejas companheiro aos filhos d’algo e da-lhe sas soldadas todas. E aos concelhos, fazelhes honra, em guisa como hajam todos dereito, assi os grandes come os pequenos. E faze sempre justiça e aguarda em ela piadade aguisada, ca se um dia leixares de fazer justiça uu palmo, logo outro dia se arredará de ti ua braça, e do teu coração. E porem, meu filho, tem sempre justiça em teu coração e haverás Deus e as gentes. E nom consentas em nem ua guisa que teus homees sejam soberbosos nem atrevidos em mal, nem façam pesar a nem uu, nem digam torto, ca tu perderias porem o teu boo preço se o nom vedasses²¹⁰.

O Conde D. Henrique, pai do futuro primeiro rei de Portugal, deixou estes ensinamentos para seu filho, Afonso Henriques, mas que servem para toda a realeza vindoura, e é por isso que o Conde D. Pedro o traz à tona novamente. Assim, o *Livro de Linhagens* procura estabelecer os fundamentos da ação do “bom rei”, os atributos necessários para ser um bom monarca, incluindo a manutenção de relações produtivas para com a nobreza, que demanda seu reconhecimento nos assuntos de guerra, a distribuição de mercês, cargos, honras e terras, a promoção da justiça para todos os homens, mesmo aos pequenos, os estratos mais baixos da nobreza. São estas características que promovem a imagem de um rei escolhido por Deus que, tal como

²¹⁰ *LL.* v. I (p. 124).

Ele, garante o bom funcionamento da sociedade por meio das suas justas decisões. “O caráter do rei cristão é sem dúvida o aspecto mais novo e mais importante. Seu fundamento ideológico último deve residir na passagem do politeísmo antigo ao monoteísmo. O rei é a imagem de Deus: *rex imago Dei*”²¹¹. A origem do poder real e a justificativa dele provêm desta afirmação, que Ullmann abordou como sendo uma das duas concepções do governo, denominando-as “concepção ascendente” e “concepção descendente” do poder. A primeira, mais antiga do ponto de vista cronológico, tem como principal característica o fato de o poder residir originalmente no povo, ou seja, na base da pirâmide social, da qual ascendia até o seu vértice, ocupado pelo rei. Esta concepção envolve também a existência de uma assembleia popular com a função de controlar o governo, atuando como uma espécie de conselho e tribunal. Por ter o povo como elemento central, esta teoria do poder poderia ser denominada “popular”. A outra concepção, a do poder descendente, assume uma premissa exatamente oposta.

El poder reside originalmente en un ser supremo, que con el predominio del Cristianismo se identifico con la misma divindade. [...]. También puede imaginarse en este caso una metafórica pirámide, si bien con la totalidad del poder concentrada en su vértice. [...]. Podemos hablar aquí tan sólo de poder delegado. Era Dios quien designaba a un representante sobre la tierra, y de hecho se consideraba que este representante encarnaba el origen de todo poder. Según esta concepción, el Pueblo no tenía más poder que el que se le había dado “desde arriba”. Todo cargo de gobierno se cubría “desde arriba” y no por elección de una asamblea popular. Quien desempeñaba la dignidad suprema era tan sólo responsable ante Dios. Esta teoría de gobierno puede denominarse también teocrática, porque todo poder residía en Dios²¹².

Esta concepção atingiu o ápice com as monarquias inglesa e francesa através da cerimônia da unção com o óleo sagrado. Ainda segundo Ullmann, a história das ideias políticas na Idade Média é em grande medida a história dos conflitos entre estas duas teorias de governo. A concepção inerente à doutrina cristã só pôde vigorar por conta do triunfo do Cristianismo. “Lo que denominamos pensamiento político de la Edad Media estaba profundamente marcado por las concepciones más generales centradas en Cristo. Em certo modo, cabe hablar de un intento de aplicar la doctrina

²¹¹ LEGOFF, Jacques. “Rei”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (org). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006, vol.2. (p. 396).

²¹² ULLMANN, Walter. *Historia del Pensamiento Político en la Edad Media*. Barcelona: Editorial Ariel, 1999. (p. 15).

cristiana medieval a problemas de gobierno”²¹³. O pensamento político assume um caráter acentuadamente eclesiástico uma vez que foram os clérigos que o cultivaram e eram eles os detentores do saber, da cultura escrita e da formação letrada, diferenciando-o do pensamento político antigo – grego e romano – e do moderno. Na sociedade medieval, a religião não se separava da política, nem a política da moral, e assim por diante. O cristianismo, à sociedade medieval, fornecia uma visão total do homem. “Esta visión omnicompreensiva [...] constituye un rasgo que debe tenerse siempre presente cuando se desea ver como surgieron en realidad las ideas y los conceptos que denominamos políticos”²¹⁴.

A realeza medieval, cristã em seu fundamento e teocrática na origem de seu poder, legitimava a sua função e seu ordenamento no mundo como a primeira ordem encarregada de manter a paz e distribuir a justiça. Tudo isto fazia de um monarca um bom rei, honrando os conselhos, ou seja, tomando suas opiniões como importantes. Para ser um “bom rei” era preciso também que os homens que o cercavam fossem bons, fieis e humildes. Eis a complementaridade entre “boa nobreza” e “bom rei”.

O Conde D. Henrique, pela pena do autor, ao aconselhar o filho, como numa espécie de prenúncio de sua coroação, delineia o exato modelo de conduta a ser seguido pelos reis de Portugal, sob pena de fracassarem caso não o seguissem.

Principia exigindo do filho o compromisso em preservar a terra, no que já se estabelecem os atributos régios de ‘defensor da terra’ e ‘povoador’ da mesma. Mas, sobretudo, recomenda ao filho que seja companheiro dos fidalgos e que cumpra com todas as obrigações de suserania (que no caso aparecem sob a forma da justa retribuição de soldadas). Dessa forma, além de ser um ‘rei povoador’ e defensor da terra’, o governante deverá ser um ‘chefe militar’ companheiro dos seus nobres e um suserano impecável²¹⁵.

Sendo a guerra um assunto primordial para a sociedade da época, não é por acaso que o seu primeiro rei seja apresentado e figure em várias obras como um modelo de “rei guerreiro”. É assim na *Crônica dos Vinte Reis*, na *IV Crônica Breve* e no manuscrito toledano *De Rebus Hispaniae*. O atributo militar é uma característica constantemente aludida pelo Conde D. Pedro, principalmente no que diz respeito aos homens armados da nobreza que junto ao rei vencem batalhas e conquistam territórios.

²¹³ *Idem. Ibidem.* (p. 17).

²¹⁴ *Id. Ibid.* (p. 18).

²¹⁵ BARROS José d’Assunção. *Os Livros de Linhagem e a Construção do Rei*. In: *O MARRARE*, nº7, UERJ, 2006. (p. 38).

Aliás, é com a *IV Crônica Breve* que o rei Afonso Henriques aparece não apenas revestido de sua característica militar como também imbuído da condição de pacificador da ordem social. O rei, pois, deve impor sua autoridade ao reino para assegurar a paz social e punir os abusos dos fortes sobre os mais fracos. Pacificar o espaço social foi uma questão cara a vários reis portugueses imediatamente anteriores à época em que o Conde D. Pedro escreveu seu livro. Os reinados de Afonso III e D. Dinis, momento em que a pacificação social torna-se premente, são também o contexto em que várias narrativas que viriam a compor um manancial de referências para o *Livro de Linhagens* estão circulando.

O rei é antes de tudo um nobre, na verdade o primeiro dos nobres, e esta prerrogativa fica tanto mais clara quanto no discurso linhagístico os nobres mais importantes, os guerreiros mais exaltados, tomados como heróis, são descritos com feição grandiosa só não maiores que a do próprio rei. O caso clássico é o do Cide: “O Cide Rui Diaz foi o mais honrado fidalgo que houve em Espanha, que rei nom fosse”²¹⁶. Seu codinome é, inclusive, “O Bem Aventurado”. A construção deste ideal régio só é possível, e esta é nossa linha de interpretação, aliado a uma nobreza que trabalhe conjuntamente com a realeza. Em outras palavras, reiterando o que já assinalamos anteriormente, o discurso linhagístico do Conde D. Pedro visa unir reis e nobres, equilibrando uma relação que sempre esteve em uma espécie de equilíbrio dinâmico. É por isso que, se ora o autor condena o rei mau, ora deprecia o nobre traidor; ora relembra as grandes mercês que os reis fizeram às principais famílias do reino transformando seus descendentes nos ricos-homens da nobreza, ora legitima a capacidade bélica da nobreza em garantir a vitória para o rei e fazer dele um monarca respeitável frente a outros suseranos e, principalmente, frente aos aguerridos mouros. Equilibrar as forças, juntar os prestígios, conquistar por meio da guerra só é possível quando nobreza e realeza se sentem como um único corpo unido, irmão. É nesta perspectiva que a figura do nobre guerreiro ganha ainda mais importância por ser o braço armado da realeza. “Os agentes dos príncipes reivindicam para seu senhor o poder superior, o recrutamento de tropas para a guerra, a alta justiça”²¹⁷.

Foi com a ajuda de um grande guerreiro, um nobre de uma das maiores famílias de Portugal, que Afonso Henriques conseguiu ascender ao trono já que, depois

²¹⁶ *LL.* v. I. (p. 133).

²¹⁷ DUBY, Georges. *Op. Cit.* 1989. (p. 87).

da morte do seu pai, o Conde D. Henrique, seguiu-se uma acirrada disputa sucessória entre filho, mãe e padrasto. A construção da narrativa do *LL* é feita de tal forma que somente pela participação salvadora deste nobre guerreiro com atributos cavaleirescos ideais, que Afonso Henriques conseguiu subir ao trono. É esta relação entre o “bom nobre”, excelente cavaleiro e o “bom rei” que permite a continuidade do reino e provê um modelo para os futuros reis que virão, confirmando-se mais uma vez a complementariedade entre nobreza e realeza.

A fazenda foi feita em Guimarães, e foi arrancado Afonso Anriquez e mui maltreito. E el, indo ua legoa de Guimarães achou-se com Soeiro Meendez, que o viinha ajudar, e disse: ‘Como viindes assi, senhor?’. Respondeo entom Afonso Anriquez: ‘Venho mui mal, ca me arrancou meu padrasto e minha madre, que estava com ele na az’. E o Soeiro Meendez lhe disse: ‘Non fezeistes siso que aa batalha fostes sem mim. Mais tornadevos come de cabo aa fazenda, e eu irei convosco, e prenderemos vosso padrasto e vossa madre com el’. E disse Afonso Anriquez: ‘Deus mande que assi seja’ E dom Soeiro Meendez lhe disse: ‘Vós veredes que assi será’. e torn[ou]-se com ele aa batalha, e prendeo seu padrasto e sa madre²¹⁸.

A imagem do rei como cabeça do reino, a comandar um corpo representado pela sociedade e cujos membros superiores são os cavaleiros, é aqui afirmada pelo papel do nobre guerreiro virtuoso que propicia ao rei o sucesso na batalha, pois o rei nada seria sem os seus cavaleiros, tal como a sociedade necessita de um todo trabalhando em conjunto para funcionar bem. É por isso que Afonso Henriques só vence a batalha quando o seu fiel cavaleiro chega para lhe prestar ajuda. Um rei aventurar-se sozinho num enfrentamento deste tipo era praticamente a certeza de um fracasso, mais do que uma imprudência sua ação reveste-se de prepotência. Quando a monarquia vence uma guerra é toda a nobreza que vence também. Nobreza e realeza alinhadas mantem sua natureza definida no *LL* como superior às demais e o rei, por estar bem servido de homens leais, cumpre sua superior função de manter o equilíbrio da sociedade. “[...] ‘cabeça’ de um corpo social que, numa relação dialética, sustentava-o, ao mesmo tempo que, pelo justo exercício de suas funções, cabia ao rei mantê-lo em equilíbrio”²¹⁹.

Quando Afonso Henriques vence a Batalha de Ourique e passa a se chamar, segundo o *LL*, “el Rei Dom Afonso de Portugal”, o discurso linhagístico do imaginário

²¹⁸ *LL*. v. I, (p. 125).

²¹⁹ BASTOS, Mário Jorge da Motta. *O Poder nos Tempos da Peste (Portugal – séculos XIV/XV)*. Niterói: EdUUF, 2009. (p. 91).

régio o apresenta como aquele que ganhou Portugal pelas armas e por isso é um bom rei: “Este rei dom Afonso foi mui nobre rei e fez mui bem por sas armas”²²⁰. Em consonância com o pedido do seu pai, e reiterando a imagem construída pelo discurso do conde D. Pedro, o primeiro rei de Portugal fez muitas mercês aos nobres e também à ordem dos *oratores*, garantindo o apoio inestimável da Igreja e desempenhando seu papel de distribuidor de benesses:

Este rei dom Afonso Anriquez começou a ordem d’Ocrés e pobrou Santa Cruz e Alcobaça, e tornou o corpo de Sam Vicente a Lixboa, e fez mui nobre egreja que chamam // Sam Vicente de Fora, e leixou a estas egrejas mui grandes possisões. E deu ao Espital de Sam Joham de Jerusalem tres mil marcos d’ouro pera comprar herdades pera os enfermos da enfermaria, pera lhes darem de cada dia senhos pães alvos quentes de triigo e senhos vasos de vinho, polo meterem cada dia em oraçom. E deu grandes liberdades aa dita ordem do Espital no priorado de Portugal. E fez muitas mercees aas ordêes, e por esto lhe fez Deus muito bem, ca ele foi de grandes feitos e acabou-os a gram serviço de Deus²²¹.

Ao contrário do primeiro rei de Portugal, o rei D. Sancho II é caracterizado como um “mau rei” e desmoralizado em sua função porque durante muito tempo ficou cercado por maus conselheiros, nobres de péssima índole que não cumpriam o ideal cavaleiresco e não apoiavam o seu rei como deveriam fazer. “Reinou seu filho dom Sancho, e começou mui bem de seer mui boo rei e de justiça, mas houve maos conselheiros, e des ali adeante nom fez justiça. E saio de mandado da rainha dona Biringuela, sa tia, e casou-se com Micia Lopez, e des ali foi pera mal”²²². A derrocada de D. Sancho II também teve a participação da Igreja, que enviou prelados ao papa noticiando o que acontecia em Portugal. “E foi la o arcebispo de Bragaa e o bispo de Coimbra, mestre Teburça, e disserom-no ao apostoligo que nom havia rei, porque el nom fazia justiça”²²³. Segundo Ullmann, há uma relação entre lei e justiça, pois o que denominamos de político se expressou na maior parte da Idade Média dentro dos termos da lei. Tratando-se de uma sociedade cristã, a concepção da lei para o Ocidente medieval foi marcadamente teológica.

[...] la ley trataba de plasmar en la realidad la idea de justicia, pero la esencia de ésta dependia del punto de vista de cada governante acerca

²²⁰ *LL.* v.I. (p. 126).

²²¹ *LL.* v. I. (p. 127).

²²² *LL.* v. I. (p. 128).

²²³ *LL.* v. I. (p. 128).

de qué era lo justo. Las ideas políticas de la Edad Media pueden deducirse del contenido de las disposiciones de justicia, y el concepto de justicia impregnaba y daba sentido a la ideología política medieval. La idea de justicia se materializaba en la ley²²⁴.

Com o fim da Guerra Civil e sanada a crise social que o reino viveu, D. Afonso III é apresentado pelo *Livro de Linhagens* como um modelo exemplar de governante, que inclusive aperfeiçoa as características do rei ideal: “El rei dom Afonso foi mui boo rei e justiçaoso, e manteve sempre seu reino em paz e sem contenda nem ua”²²⁵. D. Afonso III é o pacificador do espaço social, restabelecendo a paz no reino, e seu bom governo é acompanhado por uma “boa nobreza” a lhe fazer jus. A imagem de pacificador é continuada por seu filho, o rei D. Dinis, que também amplia o ideal da realeza ao atuar como mediador de conflitos entre duas coroas ibéricas, disponibilizando-se a “meter pazes antre el rei dom James d’Aragom, filho d’el rei dom Pedro, seu padre, e antre el rei dom Fernando de Castela, filho d’el rei dom Sancho”²²⁶. É apresentado como um bom rei, de grande justiça, bom cristão e que fez muitas mercês à Igreja. Quando D. Dinis e seu filho D. Afonso entram em guerra, após várias batalhas são os cavaleiros que conseguem estabelecer a paz entre pai e filho. “E, em outro dia, houverom os cavaleiros acordo antre si, que se nom matassem uus a outros; e trabalharom per tal guisa, que meterom paz antre el rei e seu filho dom Afonso”²²⁷. São os nobres os responsáveis por restabelecer o equilíbrio na realeza ao exercerem sua função de conselheiros, pois não bastava levantar as armas e ganhar a guerra, era preciso também construir a paz e manter a “saúde” do reino.

Segundo Jacques Le Goff²²⁸, a realeza do Ocidente medieval foi uma instituição que se afirmou entre duas outras de poder unipessoal, o Papado e o Império. O rei medieval possui três características que o definem em sua peculiaridade e constituição: é monárquico, cristão e nobre. O rei é investido de um poder supremo, localizado no topo da hierarquia social e superior a todos os seus súditos, com o poder concentrado em suas mãos. Por ser o Cristianismo a referência primária na Idade Média, o rei cristão é apregoado como a imagem de Deus, *rex imago Dei*, cujo poder está associado à realeza de Cristo, *Christus rex, gloriae rex*. Esse poder da realeza cristã

²²⁴ ULLMANN, Walter. *Op. Cit.* 1999, (p. 17).

²²⁵ *LL.* v.I. (p. 129).

²²⁶ *LL.* v. I. (p. 130).

²²⁷ *LL.* v. I. (p. 131).

²²⁸ LE GOFF, Jacques. *Héros du Moyen Âge, le Saint et le Roi*. Paris, 2004.

medieval é simbolicamente justificado na Bíblia pelos seus reis mais importantes, Davi, Josias e Salomão²²⁹. Por fim, o rei é o *primus inter pares*, membro da nobreza igual entre os seus quanto à origem, mas superior em seu poder. É da nobreza que o rei faz parte e é a ela que recorre; ela amplia e solidifica o seu poder e a sua condição de superioridade. Detentor da maior parte das terras, o rei é o mais poderoso de todos os nobres, exercendo com eficácia a distribuição de mercês entre eles, ampliando assim a sua capacidade de comando e riqueza recompensando serviços prestados e delegando poderes de mando aos senhores que lhe eram fieis.

O rei também se distinguiu dos demais nobres pelos direitos que lhe eram próprios, como a manutenção da paz e a aplicação da justiça. “O rei é o chefe por excelência. Recebe da sua linhagem marcada pelo selo divino, virtudes especiais que tem obrigação de cultivar. A distinção entre ele e os nobres reside sobretudo aí”²³⁰. E é essa origem nobre, de sangue virtuoso que é associada à ideia do bom governar, de guiar pelo bom caminho, a base da condição de o monarca pertencer a uma família nobre, de prestígio, a uma *gens*, exigência que fazia da sua escolha a correta e que o habilitaria ao bom governar. Nobre de virtude e nobre de origem social constituíam requisitos mínimos, embora não os únicos, pois a virtude militar formava um dos fundamentos legitimadores principais para a consolidação de um monarca português.

Ainda segundo Le Goff, partindo da análise da realeza baseando-se na ideologia da trifuncionalidade, o rei medieval concentraria os atributos próprios das divindades indo-europeias que seriam traduzidas pelas funções de soberania, militar e produtiva.

4. Um Bom Conselheiro, um Nobre Guerreiro, um Rei

A escrita do Conde D. Pedro possui a peculiaridade de nos fazer sentir em um labirinto quanto mais a penetramos, seja porque os nomes dos membros da nobreza se repetem em escala micro, no interior de uma mesma família, seja porque se repetem em diversas linhagens coevas, ou ainda porque, nessa confusão de nomes em repetição, nos

²²⁹ O *Livro de Linhagens* ao fazer a genealogia dos reis ibéricos toma como origem da realeza, seus ancestrais, os reis bíblicos dos quais descendem sua grandeza e sua origem divina.

²³⁰ MATTOSO, José. *Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal: I-Oposição*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. (p. 79).

sentimos como se não tivéssemos saído do lugar de origem ou estivéssemos sempre voltando a ele. A despeito disso ou em sua razão, quando percorremos o labirinto inúmeras vezes é que percebemos o quanto a sua narrativa é cíclica. As histórias parecem se repetir com alguma variação e mudança dos indivíduos envolvidos, embora os personagens sejam os mesmos: um rei que precisa manter uma região ou conquistar uma nova; um usurpador, que pode ser um rei mouro, cristão, ou mesmo um vassalo; uma hoste de bons cavaleiros, fidalgos honrados, dispostos a lutar pelo seu rei, destacando-se, entre estes nobres guerreiros, aquele cuja pericia nas armas, bravura, lealdade e honradez o transformará num herói da guerra e propiciará a vitória ao monarca.

Pois bem, já consideramos como Afonso Henriques conseguiu a vitória sobre a sua mãe e fundou o reino de Portugal com a ajuda de um nobre guerreiro fiel. A estrutura é a mesma no que se refere à relação entre D. Froiaz Vermuiz e o rei Garcia²³¹. O texto aponta ainda a influência desta família na autonomia do reino português através das relações matrimoniais entre a corte portuguesa e os Trava-Trastamara. Segundo Luis Krus, o refundidor atribuiu um destacado papel a estes acordos nupciais, demonstrando “[...] como teria permanecido decisiva a influência política do núcleo senhorial galego de onde se teria originado a vontade independentista do reino português”²³². A narrativa teria sido introduzida pelo refundidor de 1380, provavelmente a serviço da família dos Pereira, de qualquer forma reiteramos que a obra é um projeto autoral do Conde D. Pedro de Barcelos e, portanto, guarda o mote de sua escrita. De todo modo, essas histórias de família, escritas sob encomenda ou não, no primeiro caso com certeza em vista do caráter laudatório, guardavam, inspiravam-se, continham elementos subjacentes de textos que conseguiram grande repercussão entre o público ouvinte, como as gestas. “Cantadas pelos jograis as gestas eram de difícil memorização, por serem excessivamente longas, além de que nem todos os episódios impressionariam igualmente a imaginação do povo”²³³. Estas histórias, gestas, cantares, poemas, eram contadas, cantadas pelos jograis e muitas delas serviram de fonte para as

²³¹ O rei Garcia foi rei da Galícia e chegou a se intitular *rex portugalliae*. Essa história envolvendo o papel de dom Rodrigo Froiaz de Trastamara foi inspirada num texto próximo da *Primeira Crônica Geral* de Afonso X segundo a qual o rei Garcia seria ameaçado pelas hostes do seu irmão, o rei Sancho de Castela.

²³² KRUS, Luís. “As Origens Lendárias dos Condes de Trastamara”. In: *Penélope: fazer e desfazer a história*. Nº8. Lisboa: 1992. (p. 48).

²³³ FERREIRA, M. Tarracha. *Romanceiro de Almeida Garret*. Lisboa: Ulisseia 1997. (p. 28).

crônicas porque recontadas ao longo do tempo ganhavam novas tramas e faziam com que o seu interesse aumentasse gradativamente.

E em determinada época, talvez na segunda metade do século XIV, ao mesmo tempo que os jograis iam procedendo a novas refundições dos fragmentos desgarrados que mais tarde emocionavam os ouvintes, quer simplificando-os, quer introduzindo episódios de outras gestas ou de lendas entretanto criadas pelo imaginário popular, as canções de gesta serviam também de fonte histórica às crônicas primitivas, pois nelas iam sendo incluídas em versões prosificadas²³⁴.

Mas, antes mesmo de explorarmos a vitória concedida pelo nobre fidalgo ao rei é preciso voltar os olhos à origem de sua família, que não por coincidência teve um antepassado que acabou se envolvendo em trama semelhante. Nenhuma das histórias de aventura das famílias presentes no *LL* desconhece um propósito ou um sentido que lhe é inerente num ciclo que se refaz para enaltecer a linhagem. Desse modo, dom Froiaz Vermuz dará origem ao conde Dom Rodrigo Froiaz de Trastamara, seu primogênito, casado com Dona Minha Gonçalves, filha de D. Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador.

Os de Trastamara descendem do conde D. Monido, e a partir do seu tronco surgiu a linhagem dos Pereira, importante na decisão da Batalha do Salado, e que deu origem a um dos personagens mais ilustres da história portuguesa, D. Nuno Álvares Pereira. Seu fundador “veo a Galiza, cuidando a ser rei, com gram compamha de cavaleiros e d’outras gentes que trouve por mar”²³⁵. A Galiza representada na narrativa constitui um território de fundação condal e senhorial. A origem do conde D. Monido remonta a uma nobre linhagem goda proveniente de Roma. O elemento de prestígio garantidor do brilho da família e definidor de sua posição social estava definido pela ascendência natural da “cidade eterna”. O capítulo em que sua história é contada se intitula “DO CONDE DOM MONIDO, DNDE DECENDEM OS REIS DE PORTUGAL DE UA PARTE, PROCEDENDO AO DIANTE, E DOS OUTROS QUE DELE DESCENDEROM”²³⁶. A parte à qual o autor remete a descendência dos reis de Portugal é o ramo feminino representado por dona Mafalda Manriquez, que se casou com D. Afonso Henrique, o primeiro rei de Portugal. A linha feminina constituía um fator importante quando legava à nova família o brilho de sua linhagem prestigiosa e honrada. “Quanto às moças da raça, a aliança matrimonial as fez sair completamente da

²³⁴ *Idem. Ibidem.* (p. 29).

²³⁵ *LL.* v.I (p. 119).

²³⁶ *LL.* v.I (p. 119).

sua casa, e á memoria familiar, por esta razão, não guarda sequer o nome de seus maridos”²³⁷. O caso aqui apresentado tem a peculiaridade de que seja a mulher a conferir à sua antiga família a honra por ter se casado com o primeiro rei português e ter gerado filhos sucessores na monarquia. O orgulho expresso nas palavras do título deve-se à honra de fazer parte de e gerar o futuro da realeza portuguesa.

A chegada do conde D. Monido não poderia ser mais épica. Houve um naufrágio de várias naus e galés e muitos homens não resistiram a esta tragédia, exceto cinco cavaleiros que sobreviveram milagrosamente junto com o conde. “E aqueceu assi aa aventura que quantas naos e galees e baixees trazia, quebrarom todas no mar, no cabo de Piorno, que é em Trasentos, e portarom com el cinque cavaleiros e nom mais”²³⁸. Providencialmente salvos, estes cavaleiros dariam origem a cinco famílias, uma delas abordada por nós, a dos Marinheiros²³⁹. “E de uu deles veerom os de Trasentos, e do outro os Marinheiros, e de outro os d’Ambroa, e do outro os Beltranes de Nendos, e do outro os d’Andrade de Braga”²⁴⁰. A fixação destes homens a estes lugares demonstra o caráter de povoação envolvendo o senhorio estabelecido pelos Trastâmaras, e evidencia a errância a que estavam acostumados, tão comum no meio nobre pela busca de casamento, constituição de família e conquista de terra. Há ainda uma série de topônimos que evocam não só o roteiro pelo qual o conde chegou, mas também fazem alusão aos lugares de fundação destas famílias e os solares por elas construídos, em Trasentos, Ambroa, Nendos e Bragana.

Mais a sul, Dura e Ulhea registam paços fundados pelos Marinheiros, os descendentes de outro dos supostos guerreiros do conde Monido, d. Froão, a quem se atribuía casamento com uma mítica *mulher marinha*. Propriamente relacionados com a descendência do conde Monido, a dos senhores de Trastamara, citam-se, ainda, os mosteiros de Jubia e Pedroso, fundados pela família para sacralizar as terras galegas anteriormente profanadas pela conquista islâmica²⁴¹.

²³⁷ DUBY, Georges. *Op. Cit.* 1989. (p. 115).

²³⁸ *LL.* v.I, (p. 119).

²³⁹ No capítulo quatro abordaremos as famílias que constroem o seu prestígio e justificam o seu poder a partir de um ancestral mítico, como ocorre com a família dos Marinheiros, cujo nome provém da esposa de seu fundador, por ele designada por Dona Marinha por ter sido encontrada no mar. Dona Marinha faz parte de uma tradição de narrativas a respeito de mulheres míticas com a característica comum de viverem na água, seja no mar, seja num rio ou numa fonte. O exemplar típico dessas mulheres é a Melusina, espécie de mulher-sereia, mulher-serpente, com poderes sobrenaturais. Trataremos especificamente das origens míticas de algumas famílias no nosso último capítulo.

²⁴⁰ *LL.* v. I. (p. 119).

²⁴¹ KRUS, Luís. “As Origens Lendárias dos Condes de Trastamara”. In: *Penélope: fazer e desfazer a historia*. Nº8. Lisboa: 1992. (p. 43).

Os casamentos ocorridos no interior da família Trastâmara revelam a prática comum no seio da alta nobreza dos acordos matrimoniais entre seus pares, membros de uma mesma posição social, sem que haja diferença entre seus estratos. Assim, forma-se na família do conde Monido uma linhagem de condes provenientes dos ramos masculinos e femininos.

Este conde dom Monido rossou dona Joana Romães, filha do conde dom Romão, irmão d'el rei dom Afonso, o Casto. Este conde casou com esta dona e fez em ela o conde dom Froia Menendez.

Este conde dom Froia Menendez foi casado com a condessa dona Grizxvera, que foi filha do conde dom Alvaro das Esturas, e fez em ela o conde dom Vermuu Froiaz.

Este dom Vermuu Froiaz foi casado com a condessa dona Aldonça Rodriguez, filha do conde dom Rodrigo Romãez, que foi conde de Monteroso, e neta do conde dom Romão, e fez em ela o conde dom Froiaz Vermuiz²⁴².

D. Foziaz Vermuiz “foi homem de grandes feitos”, segundo o *LL*, e isso se deve essencialmente a ter vencido o rei D. Afonso de Leão em Mafra e depois ter lhe rendido homenagem, transformando-se em seu mais fiel e honrado vassalo, o que serviu de fundamento para gerar a glória de sua família e legitimar a posse do território da Galiza até mesmo diante de outros reis que poderiam querer subjugar-la. O *LL* é recheado de episódios em que nobres guerreiros honrados, peritos na arte militar, vencem reis em batalhas. Talvez o exemplo maior, e o mais difundido por seu caráter mítico, seja o do Cid Campeador, a quem Deus distribuiu muitas mercês e o fez vencedor em todos os seus feitos.

E esto foi per a virtude de Deus, que lhe enviou o apóstolo Sam Tiago em as ajuda. E Nosso Senhor mandou dizer ao Cide em sa vida, per Sam Pedro, per qual guisa havia de vencer. E estas duas vezes que o venço, foram no campo do Quarto, a cabo de Valença, que o Cide filhara aos Mouros com outros muitos castelos. O Cide venço outros muitos cristãos e Mouros, também reis come outros mui honrados, por muitas vezes. E foi na filhada de Coimbra e de Lamego e de Viseu e do Porto e outrossi em Castela e em outros muitos logares²⁴³.

A relação entre o conde D. Froiaz Vermuz e o rei D. Afonso dá-se por meio de batalhas. O conde já havia vencido o rei uma vez e foi novamente de encontro a ele, que cercava a vila de Oviedo. Surpreendentemente, não só não travou luta com o rei como o ajudou a tomar a vila. Na verdade, D. Froiaz foi o responsável pelo cerco ser bem-

²⁴² *LL*. v. I. (p. 119).

²⁴³ *LL*. v. I. (p. 135).

sucedido. Tomado de surpresa, Afonso III não demonstrou medo com a chegada das forças do senhor de Trastâmara: “ca o conde dom Froiaz Vermuiz de ta feito é que nom comete nemguem se lhe tem as costas voltas, e de nosso emmigo que ele é hoje, sera nosso amigo, ca eu conheço bem a sua bondade, ca ele nos ajudara assi como ora verees”²⁴⁴. O conde se tornou amigo e vassalo do rei, ordenando que seus homens fossem lhe fazer serviço e ajudassem na tomada da vila, “e o porque aquilo fazia, que nom era senom por o ganhar por amigo e por vassalo”²⁴⁵. No entanto, toda a bravura de D. Froiaz Vermuz, demonstrada na batalha, não foi suficiente para que ele saísse ileso, pois acabou gravemente ferido e perdeu a visão. O relato termina com o lamento do rei pelo que aconteceu com seu mais novo e fiel vassalo:

Senhor, porque me fezeste tanto mal, que hoje eu perco tam bom amigo? Eu ante quisera perder o reino e a vila, ca eu cedo cobrara todo pola bondade del”. Ali, as sas lagremas eram muitas e maldizia assi o dia e a hora em que nacera, porque o perdera. Ali lhe deu do seu reino e das sas terras bem quanto se ele quis²⁴⁶.

O objetivo deste relato, embora sem muito desenvolvimento textual, e contraditório, já que inicialmente o conde e o rei são inimigos e acabam por se tornar companheiros de batalha e mesmo amigos, é muito claro. Primeiramente, ao identificar a linhagem de Trastâmara com um poder senhorial capaz de fazer frente à realeza e de se afirmar paralelamente a ela, remetendo ainda a origem da família do conde aos primórdios da formação da mais importante nobreza da região. O segundo ponto, é que esta pequena narrativa construía a legitimidade da linhagem por meio de um passado histórico em que a realeza outorgava o poder à família, ou ao menos o reconhecia. Os Trastâmara constituíam, portanto, uma linhagem detentora de um poder senhorial autônomo, ao qual o rei poderia apenas, como foi o caso, conceder-lhe a honra do reconhecimento, estabelecendo-a, em sinal de fidelidade da nobreza, numa relação de vassalagem. Assim, “podiam se considerar herdeiros de uma parcela territorial do reino a eles outorgada pelos monarcas sucessores de Pelaio, não se sentindo, por isso, obrigados a prestar qualquer serviço feudal às monarquias que vieram a governar territórios outrora englobados no reino de Oviedo”²⁴⁷.

²⁴⁴ *LL.* v. I. (p. 120).

²⁴⁵ *LL.* v. I. (p. 120).

²⁴⁶ *LL.* v.I. (p. 121).

²⁴⁷ KRUS, Luís. “As Origens Lendárias dos Condes de Trastamara”. In: *Penélope: fazer e desfazer a historia*. Nº8. Lisboa: 1992. (p. 44).

A reviravolta na postura do nobre e toda a construção da narrativa parecem hesitar ao apontar a linhagem de Trastâmara ora conquistando seu poder pela força, ora tendo-o outorgado pelo rei. Luis Krus assinala que são construídos dois modelos capazes de atender ao propósito maior de legitimidade da família do conde: um é o modelo dos nobres-guerreiros que pela força conquistam a legitimidade dos seus poderes, e o outro apela à imagem dos fidalgos-vassalos que foram recompensados pelo rei “por serviços prestados à coroa, com a concessão de uma autonomia senhorial de âmbito regional”²⁴⁸. De qualquer forma, a família Trastâmara é apresentada com tamanha força que é até mesmo capaz de derrotar o próprio rei em seus territórios, e assim, diante de tal vitória, nada mais resta à realeza do que aceitar o poder desta casa nobiliárquica, reconhecendo a legitimidade e autoridade de seus poderes senhoriais.

Ao contrário da fidalguia portuguesa, que tradicionalmente radicava o seu prestígio em afirmar-se descendente do monarca das Astúrias por meio do seu estimado rei Ramiro II, a quem o conde D. Pedro dedica o seu capítulo mais importante no *Livro de Linhagens*, a nobreza castelhana apresentava-se como uma força de ruptura com o poder da realeza asturiana e não como sua continuidade, tal como os nobres portugueses. O posicionamento da linhagem de Trastâmara precisava, então, de uma narrativa capaz de reconfigurar o local da nobreza de Castela frente à fidalguia portuguesa, tirando-a da marginalidade em que se encontrava em relação a esta última. Assim, a figura do fidalgo-vassalo parece atender melhor aos interesses em jogo do que a imagem de um senhor rebelde.

Em suma, a história de Froias Bermudes harmonizava os dois tipos de narrativa referidos. Por ela, os de Trastâmara representavam o mais precoce dos ramos familiares nobiliárquicos saídos da dinastia dos reis das Astúrias, a quem o serviço feudal prestado á coroa permitira a concessão de poderes senhoriais de âmbito regional, o que sucedeu, tanto em nome de uma vassalagem consentida e não imposta, como em consequência de anteriores manifestações de autonomia regional expressas pela linhagem, as quais se voltariam a reeditar sempre que em causa estivessem quaisquer restrições às prerrogativas territoriais exercidas nas suas terras²⁴⁹.

²⁴⁸ Id. *Ibid.* (p. 44).

²⁴⁹ Id. *Ibid.* (p. 45-46).

A construção do poder desta família nos remete a outro caso, o do senhorio de Biscaia²⁵⁰, situando-se ambos em lados opostos na legitimidade dos seus poderes. Para os Trastâmara era mais conveniente tornarem-se vassalos e foi o que prevaleceu; para os Biscaia, a origem de sua família situada num ancestral mítico, a dama do pé de cabra, e sua continuidade com o filho portador do cavalo Pardalo denunciam uma luta constante pelo reconhecimento de seu poder frente à realeza de Castela, que reclamava aquele território. Neste último caso, o embate com o poder monárquico é constante, uma necessidade de afirmação. Com a família Trastâmara, a união com o rei demonstra mais uma vez a concepção expressa pelo Conde, desde as primeiras linhas de sua obra, de que nobreza e realeza só são fortes e mantêm o poder quando unidas em auxílio mútuo. Talvez, entre tantas já mencionadas, esta seja uma razão para a linhagem dos Haros ter se extinguido e não ter ido além da grandiosidade, é preciso ressaltar, de um ancestral mítico.

Os Trastâmara não possuíam um fundador de origem sobrenatural com poderes mágicos, mas tiveram ao longo de gerações nobres guerreiros dedicados ao serviço do rei, honrando o nome de sua família e garantindo, através do poder de suas armas, que a realeza consumasse suas vitórias, recebendo dela as mercês e o prestígio. Houve o reconhecimento de sua autonomia condal, quando Fernando I de Castela dividiu os reinos entre seus filhos, “[...] de acordo com o refundidor, *deu a dom Garcia Galiza e o que havia em Portugal*, os descendentes do conde dom Monido tornavam-se os mais destacados vassalos desse novo rei, superando em poder e em valor guerreiro todos os *boos fidalgos de Portugal*”²⁵¹.

O conde D. Rodrigo Froiaz de Trastâmara foi o continuador do prestígio da linhagem. Os outros filhos de D. Froiaz também são importantes na construção da memória familiar, embora o primogênito seja o herdeiro principal. Outro continuador da glória da família foi sua irmã Mafalda Manriquez, que deu brilho ao nome dos Trastâmara quando se casou com o primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques. As outras duas irmãs construíram mosteiros, uma prática muito comum entre a nobreza,

²⁵⁰ Trataremos da formação e construção da legitimidade da família dos de Biscaia no quarto capítulo. A sua origem mítica é o que dá prestígio á linhagem e confere a manutenção do seu poder ao longo de várias gerações por quanto se mantivessem fieis à dama do Pé de Cabra, mulher-sereia que compõe as narrativas em torno de Melusina e seus poderes sobrenaturais. É a dama que propicia á linhagem poder, fertilidade, tanto da terra como dos descendentes, e é ela que garante a vitória nas batalhas. Sua presença transforma a linhagem dando-lhe muito mais do que brilho, aumenta os seus domínios e protege seu legado. Ver mais no capítulo quatro.

²⁵¹ *Id. Ibid.* (p. 46).

que também afirmava o seu poder e senhorio e garantia um *pós-morte* de orações e novenas. “A priméria filha houve nome dona Gruxvera e fez o mosteiro de Sam Martinho de Yu[v]ea, e jaz i. E a outra houve nome dona Meninha Froiaz, que fez o mosteiro de Pedroso, e jaz i”²⁵². O título de conde também não se restringiu ao filho primeiro, e o mais pequeno filho houve nome o conde dom Pero Froiaz. Este foi mui boo fidalgo e foi criado d’el rei dom Garcia de Portugal”²⁵³.

O terceiro nome desta família, seguindo o que parece ser, de acordo com a narrativa do Conde, o ciclo natural de uma família nobre ou pelo menos o ciclo natural de sua escrita, é o conde Rodrigo Froiaz de Trastâmara, que conduz à vitória o rei Garcia sobre seu irmão, o rei Sancho de Castela, que lhe ameaçava tomar o reino de Portugal. D. Rodrigo é o primogênito de D. Froias Vermuiz e assume o papel sucessório de seu pai no que diz respeito ao serviço feudal dedicado ao monarca. A importância do cavaleiro é tal que o próprio rei roga-lhe que venha ajudá-lo dobrando a quantia ofertada pelo seu serviço militar, e deixando-o encarregado de defender a terra contra os condes castelhanos enviados pelo seu irmão, o rei Sancho de Castela.

El rei dom Garcia mandou-lhe sa mensagem por dous seus cavaleiros, na qual lhe mandou dizer que el rei dom Sancho lhe queria filhar o reino, e que lhe rogava que se vesse logo pera el, ca el lhe perdoava e perdia del toda sanha. Esta mensagem chegou-lhe a Navarra. El veendo que el rei dom Garcia era boo e de boos feitos verdadeiros, e que em ele havia toda verdade, veo-se logo pera ele, e dobrou-lhe el rei a contia²⁵⁴.

O descendente mais ilustre do conde D. Monido tinha rompido relações com o rei devido aos maus conselheiros que o cercavam. Como bom vassalo, D. Rodrigo alertou o rei D. Garcia sobre um privado seu que não fazia um bom serviço de aconselhamento, levando-o a tomar decisões ruins quanto às estratégias de guerra, o que poderia acarretar sua derrota e a perda do reino. “E veendo el como este rei dom Garcia havia uu privado em que poinha toda sa fiuza, e falava com el todos seus feitos apartadamente, e lhe dava mui maos conselhos extremadamente em percebimento de guerra que havia d’ haver com seu irmão”²⁵⁵. A queixa do nobre possui dois fundamentos que explicam em alguma medida a relação nobreza – realeza.

²⁵² *LL.* v. I. (p. 121).

²⁵³ *LL.* v. I. (p. 121).

²⁵⁴ *LL.* v.I. (p. 225).

²⁵⁵ *LL.* v. I. (p. 224-225).

Primeiramente, há o descontentamento pelo fato de o rei confiar em um único homem. Ora, a existência de um conselho, de uma corte, pressupõe um número de indivíduos em conjunto expondo pontos de vista, prós e contras sobre alguma atitude a ser tomada e não um único homem aconselhando o soberano. Depois, a insatisfação é acentuada porque os ricos-homens, ou seja, os nobres mais importantes do reino, não eram ouvidos pelo seu rei “[...] que nom falava destes feitos rem com os ricos homees seus, nem com aqueles que em tal feito o haviam de conselhar e servir²⁵⁶”. Os homens a quem o rei devia ouvir e tomar conselho eram simplesmente ignorados e, por esta razão, D. Rodrigo os convoca e decide por tirar a vida do privado.

[...] chamou u uu dia os ricos homees, e todos a ua voz pidirom a el rei por mercee que lançasse de as casa aquele privado. E el rei nom nos creio, e o privado acrescentou em seus maos conselhos cada dia mais. E veendo dom Rodrigo Froiaz a as maldade, e como fazia perder a el rei as terra, uu dia entrou pelo paaço e matou i o privado²⁵⁷.

O rei sentiu-se traído e D. Rodrigo saiu em exílio para a França com grande companhia de homens. No entanto, quando o rei D. Garcia se sentiu gravemente ameaçado pelas hostes de seu irmão, aconselhou-se com os bons homens que lhe restaram e pediu vigorosamente que D. Rodrigo viesse em seu amparo, pois era o único cavaleiro capaz de lhe garantir a vitória. No momento da batalha, D. Rodrigo Froiaz novamente oferece ao rei um conselho valioso: “[...]. E vós, senhor, nom havedes d’haver batalha com condes, mais mandade i estes boos fidalgos de Portugal, com que tenho grandes divididos, e eu irei i com eles e, ou eles vencerom, ou el i morrerai com eles”²⁵⁸. A proposta do fiel vassalo revela a grande heroicidade a que se submeteu, e não só ele, mas também os fidalgos portugueses equiparados a condes. Mas isso não impediu que D. Rodrigo saísse mal, ferido beirando a morte. Foi a notícia do seu estado que levou o rei D. Sancho a acreditar que poderia vencer a batalha. Embora o rei D. Garcia tenha ouvido os bons conselhos de seus ricos-homens, foi novamente a sensatez de D. Rodrigo, mesmo ferido, que prevaleceu na estratégia em busca da vitória:

Senhor, el rei dom Sancho é de maior poder que vós e há maiores rendas, e aa longa pode soster melhor a guerra, e ir-vos há conquerendo o reino pouco e pouco. E vós havede fiuza em Deus e no juramento que fez el rei dom Sancho a vosso padre, quando vos deu

²⁵⁶ *LL.* v. I. (p. 225).

²⁵⁷ *LL.* v. I. (p. 225).

²⁵⁸ *LL.* v. I. (p. 226).

este reino, que vos nunca dele desapoderasse. E havede fiuza enestes boos fidalgos de Portugal, que sempre guardarom verdade e lealdade, e ide aa batalha. E mandade ao conde dom Pero Froiaz e a dom Vermuu Froiaz, meus irmãos, e ao conde dom Garcia e dom Fernam Piriz, meus sobrinhos, que vamos de suum, e destes mui boos fidalgos portugueses com que vamos, e leixade a nós a escolheita deles, quaes i iram, e dade-no-la dianteira”²⁵⁹.

A batalha foi “mui crua” e “mui grande”, os castelhanos foram vencidos e D. Rodrigo aprisionou o rei D. Sancho, mas ficou ferido mortalmente. Rodeado por seus irmãos e sobrinhos devidamente nomeados em seu discurso, D. Rodrigo teria perguntado ao rei: “Senhor, sodes entregue de vosso irmão, que vos queria deserdar do reino?”²⁶⁰. Após a afirmativa régia, suas últimas palavras foram para que o rei reconhecesse o valor da nobreza portuguesa: “Gradecede-o a Deus e a estes boos fidalgos de Portugal, que sempre forom boos aos senhores e amarom e amarom verdade”²⁶¹. O rei lamentou profundamente a morte do cavaleiro afirmando que se ele perdeu o corpo, ganhou muita honra para sua linhagem.

Na verdade, a lendária figura de Rodrigo Froiaz, elaborada como um êmulo galaico-português para a fama e proezas que a épica castelhana atribuía ao Cid, transformava os senhores da Galiza em condutores e educadores da cavalaria portuguesa que, por eles, teria adquirido coesão e estatuto condal nas guerras com Castela. Essa elevação dos *boos fidalgos de Portugal* à categoria de alta nobreza peninsular teria assim derivado, não tanto do favor dos reis, mas por via dos de Trastamara, os senhores galegos que primeiro lhes reconheceram o valor guerreiro próprio de uma fidalguia de fronteira e que com eles se aliaram matrimonialmente²⁶².

A vitória não foi duradoura porque o rei D. Sancho, após escapar da prisão, encontrou-se a salvo pela chegada do mais nobre guerreiro de então, o Rui Cid. Os dois cavaleiros não se enfrentaram, o que demonstra o cuidado do autor em conciliar o prestígio de ambos garantindo que sua honra e perícia na batalha permanecessem intactas. Ao que tudo indica, parecia impossível que os dois entrassem em confronto sem que um ou outro saísse com sua honra manchada.

²⁵⁹ LL. v. I. (p. 227).

²⁶⁰ LL. v. I. (p. 228).

²⁶¹ LL. v. I. (p. 228).

²⁶² KRUS, Luís. *Op. Cit.* 1992. (p. 47).

5. Quando a Aristocracia é mais Nobre: a Guerra e os Discursos do Rei

A legitimação do poder régio na Península Ibérica, devido às recorrentes lutas contra os muçulmanos no processo da “Reconquista Cristã”, sempre assumiu uma dimensão particularmente bélica. Já assinalamos como se deu a afirmação de Afonso Henriques como o primeiro rei de Portugal, baseada em sua capacidade militar²⁶³, e é esse direito de conquista, da vitória pelas armas, que é celebrado pelo Conde D. Pedro de forma tão veemente ao longo de sua obra. Assim, a Batalha do Salado transforma-se no evento mais significativo de toda a sua narrativa.

Todas as referências que o Conde utiliza, todos os sinais que permitem vislumbrar um sentido para sua obra, remetem ao capítulo sobre o rei Ramiro, que contém a descrição da batalha. É deste modo que, ultrapassada a leitura e acurada interpretação do evento, partilhamos a sensação de que todo o restante da obra não passará de uma infundável lista genealógica. Ledo engano, pois ainda teremos a chance de conhecer a história de um vassalo que viajou a vários reinos para conseguir finalmente devolver ao rei um castelo pelo qual tinha feito homenagem. Talvez esta seja a narrativa mais interessante do volume dois do *Livro de Linhagens*, acompanhada do curto relato sobre as origens da família dos Marinho e sua ancestral mulher-sereia, Dona Marinha. Provavelmente, foi a linhagem dos Pereira, que constitui um ramo da linhagem dos Trastâmara e que, obviamente, divide com ela o mesmo fundador, o conde D. Monido, a que saiu mais fortalecida da Batalha do Salado, transformando-se e ascendendo através da figura de D. Nuno Alvares Pereira à categoria de mais importante linhagem senhorial do reino.

Assim como os diversos episódios envolvendo os nobres fieis guerreiros da linhagem dos Trastâmara que direcionam para esta família a sua exaltação e prestígio, a narrativa do Salado, introduzida na segunda refundição, cerca de 1380-1383, parece ter tido o mesmo propósito ao glorificar a linhagem dos Pereira através de Álvaro Gonçalves, prior da Ordem do Hospital, em Portugal. No entanto, como demonstrou A. J. Saraiva, esta narrativa “não está tão isolada como à primeira vista parece, antes pertence a um conjunto que [...] tem uma personalidade própria dentro do Nobiliário do

²⁶³ Afonso Henriques em documentos régios é referenciado a partir de qualificativos que denotam o seu poder militar: *militia fortissimus* e *feliz triumphator*. ALVAREZ, Manuel Lucas. *El reino de León en la Alta Edad Media; V Las cancellerías reales* (1109-1230), León, 1993. (p. 540).

Conde D. Pedro”²⁶⁴. Os textos que a relacionam têm em comum, além da evidente qualidade literária, uma certa unidade de estilo e o fato de todos relatarem os feitos e honras de algum modo ligadas à família de D. Álvaro Gonçalves. Esta aproximação entre os diversos textos é possível devido à projeção da técnica narrativa, conjugando o domínio de elaborações sintáticas complexas, vertente dramática, construção apurada da subjetividade das personagens e um dinamismo eficaz das falas. Assim, o título XXI, que contém a narrativa da batalha, possui muitas narrativas consideradas por José Mattoso “ampliadas ou inteiramente forjadas pelo seu refundidor”²⁶⁵. Isto porque, no enalço de fornecer um relato sobre as diferentes linhagens, os fundamentos históricos são permeados por fantasias, lendas e influências míticas diversas. Assim, do entrelaçamento de elementos históricos com outros fictícios emergem adaptações, referências de obras célebres do meio aristocrático, como *A Demanda do Santo Graal*, a *Canção de Rolando* ou o *Amadis de Gaula* e refletem, numa perspectiva globalizante, os ideais de cavalaria e a mentalidade aristocrática.

Embora tenha sido este o objetivo principal da narrativa, utilizando a batalha do Salado como um instrumento para uma escrita épica sobre os Pereira, é impossível negar a riqueza de detalhes e informações a respeito das estratégias de guerra, das armas utilizadas, da quantidade de cavaleiros, lanceiros e homens envolvidos na refrega, a honra e o valor guerreiros reconhecidos a ambos os lados em disputa, e a religiosidade manifesta claramente num maniqueísmo entre cristãos e mouros. Literariamente, este relato épico é extraordinário, fartamente minucioso, complexo por conter descrições da luta em si e dos lugares onde ocorreu a batalha, bem como os expressivos discursos de encorajamento antes do início da luta, e ainda “colocando nomeadamente o problema, técnico, da introdução do providencialismo clerical no gênero da epopeia profana. Sobretudo, este texto reflete muito evidentemente a versão aristocrática do acontecimento”²⁶⁶. A descrição é mesmo monumental, cinematográfica, o que me impõe a sua reprodução.

Ali se volveo a lide dos reis cristãos e dos Mouros mui danosa e mui crua e sem piedade. Os Mouros eram muito esforçados e feridores de

²⁶⁴ SARAIVA, Antonio J. “O autor da narrativa da Batalha do Salado e a refundição do livro do Conde D. Pedro”. In: *Boletim de Filologia*, Tomo XXII, Centro de Estudos Filológicos. Lisboa: 1971. (p. 2).

²⁶⁵ MATTOSO, José. *As Fontes do Nobiliário do Conde Dom Pedro*. Lisboa, 1977. (p. 57).

²⁶⁶ BOISSELLIER, Stéphane. “Ideologia de Guerra ou Ideologia dos Guerreiros? Mais algumas interpretações do relato da Batalha do Salado (1340) no *Livro de Linhagens* do Conde Dom Pedro”. In: *Revista Dialogos Mediterrânicos*. Nº 7, 2014. (pp. 84-103). (p. 85).

todas partes. Aos uus davam azagaiadas, os outros de lançadas a mantemente, e os outros espadadas, e os outros de frechadas d'arcos torquies, que eram tam espessas que tolhiam o Sol. [Ali caiam cavaleiros e cavalos mortos da ua e da outra parte, ali [veeri]ades cavalos sem senhores andas soltos, e os cavaleiros que eram em terra filhavam-se pelos lazes das capelinhas e dos bacinetes, e davam-se das brochas, que as poinham da outra parte²⁶⁷.

[...]

O esforço era mui grande em eles, e faziam tam bem e tam igual, que todo home que os viesse sofrer e ferir e matar em seus emmigos, [...] que os nom louvasse de todo prez e honra de cavalaria. Os Mouros, nom se lhis olvidava aquelo por que ali veeram, ca eles refrescavam cada vez dos magotes que estavam folgados, e feriam os Portugueses a destro e a seestro, assi que o aficamento era tamanho de todas partes que home nom poderia mostrar. Os Portugueses foram ferir nas III azes dobradas, assi como lhis fora mandado pelos reis. Esto lhis foi grave de fazer pelo aficamento grande dos magotes. Ali se renovou a lide mui doorida de crueza e de sanha. Ali s'esmalhavam fortes lorigas e britavam e especeavam e talhavam escudos, capelinas, bacinetes, per os grandes e duros golpes que se davam²⁶⁸.

Durante muito tempo a historiografia tratou a Idade Média como um período identificado pela violência. Não há porque negá-lo, mas a violência medieval fazia parte de um sistema de reprodução daquela sociedade. A agressividade da nobreza, seus excessos, embora constantes, não constituíam um estado de permanente violência. Embora os tão conhecidos tratados da *Paz de Deus* e *Trégua de Deus* revelem muito mais o grau da violência a que estavam submetidas as populações, não é possível tomá-los como um fiel indício de tempos sombrios, da tão propalada “anarquia feudal”. Segundo Jean Flori, por meio da *Paz de Deus* “a Igreja não proibiu a guerra e promoveu a paz: ela ‘moralizava’ a paz e a guerra em função de seus próprios objetivos e de seus interesses”²⁶⁹. Flori já assinalou que, após o século XI, não é possível existir uma teoria de guerra meramente teológica, quer dizer, sem qualquer influência da cultura cavaleiresca²⁷⁰. O que isso revela, na verdade, é o que Boissellier chamou de “ideologia da guerra”:

²⁶⁷ LL. v. I. (p. 245).

²⁶⁸ LL. v. I. (p. 245).

²⁶⁹ FLORI, Jean. *Guerra Santa: Formação da Ideia de Cruzada no Ocidente Cristão*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013. (p. 100).

²⁷⁰ FLORI, Jean. “La formation des concepts de guerre sainte et de croisade aux XIe et XIIe siècles : prédication papale et motivations chevaleresques”. In: Daniel Baloup e Philippe Josserand (éd.), *Regards croisés sur la guerre sainte. Guerre, idéologie et religion dans l'espace méditerranéen latin (XIe-XIIIe siècle)*. Actes du colloque international tenu à la Casa de Velázquez (Madrid) du 11 au 13 avril 2005 (Mériennes, Etudes médiévales ibériques), Toulouse, 2006. p. 133-157.

“Ideologia da guerra” é uma proposta cuja formulação pode parecer contraditória no seu funcionamento concreto; os que fazem a guerra são “homens de mão”, que têm com certeza representações mentais, mas estas nos escapam; os que elaboram esquemas ideológicos complexos são, no mundo cristão, clérigos, canonicamente constrangidos ao pacifismo pessoal e, por conseguinte, bastante ignorantes (pelo menos por experiência pessoal) dos combates. No limite, tem-se a impressão de que coexistem práticas guerreiras e uma ética sem relações²⁷¹.

Uma vez que nada do que ocorria naquele meio social passava invisível aos olhos da Igreja, que se impunha a tarefa de regular os comportamentos, a guerra constituía também um assunto dos homens de Deus. A divisão basilar do corpo social entre leigos e clérigos subentendia também outra divisão fundamental: *litterati* e *illitterati*. Os clérigos, o alto clero a bem da verdade, formavam a elite letrada, o que significava conhecer, além da língua materna, o latim escrito e falado. O monopólio da escrita permitia à Igreja, em última instância, além do domínio religioso, o domínio sobre a memória. Controlar a escrita e elaborar formas de pensamento, teorias sociais, como Adalberon de Laon e tantos outros, constituía uma das mais eficazes maneiras de regular a sociedade. E isso a Igreja fazia com maestria inquestionável. Assim, se considerarmos que o clero é o responsável pelas ideias e representantes de Deus, parece razoável admitir que a Igreja fornecesse elementos ideológicos aos guerreiros, que podiam sorvê-los de forma talvez adulterada.

Por um lado, a época feudal forjou um sistema de valores cavaleirescos bastante coerente (proeza pessoal, agressividade e competição no grupo, lucro material, generosidade...) mas em nítido desfasamento com as orientações da Igreja, até no significado das guerras legalizadas e justificadas pela Igreja, o que põe obstáculos à assimilação dos esquemas clericais relativos à guerra; por outro lado, a guerra é efetuada num quadro coletivo de obrigações políticas e serviços recíprocos que não necessitam necessariamente justificações transcendentais para os atores: contrariamente ao que induzem as noções de “ferramenta” mental e de “fundamentos” ideológicos, o exercício das armas não precisa de justificações éticas para ter sentido²⁷².

Ainda mais se admitirmos que fosse a guerra um fator-chave para o equilíbrio do funcionamento social, tendo em vista as pulsões a que estavam submetidos jovens guerreiros recém-saídos da casa paterna em busca de aventuras, terras e,

²⁷¹ BOISSELLIER, Stéphane. *Op. Cit.* 2014, p. 86

²⁷² *Idem. Ibidem.* p. 86

possivelmente, um casamento. “As companhias de moços formam o elemento de ponta da agressividade feudal. À espreita de qualquer aventura da qual se possa colher ‘honra’ e ‘prêmio’, e, se possível, ‘voltar rico’, sempre móveis e prontos para a partida, eles entretêm a agitação guerreira”²⁷³. Na verdade, segundo Georges Duby, ao longo de milênios a guerra sempre tinha sido uma coisa boa para os homens em condição de fazê-la, constituindo uma ocupação normal. “Cumpria uma função econômica primordial, tão importante quanto o trabalho produtivo: era necessário combater para proteger os recursos da comunidade”²⁷⁴. A paz, ao contrário, não passava de uma interrupção fortuita. A guerra passou a ser considerada ruim no limiar do ano mil quando, no pensamento clerical, instala-se outra concepção de paz. Com a urgência do novo milênio, a Igreja empreendia uma renovação do mundo através das penitências, da purificação dos pecados carnis e do desprezo pela vida mundana. “O espírito de agressão, e todas as atividades que ele promoveria, se encontravam desde então condenados e relacionados entre os pecados. O bom, o justo, o normal era a paz; a paz era a ordem das coisas; a paz era o próprio Deus”²⁷⁵.

A violência, então, como prática condenada pelo Cristianismo, carecia de uma justificação, tonando-se a dimensão mais problemática para os doutores moralistas medievais. Esta incoerência, num primeiro plano, parece inconciliável com a prática social, mas ela será sublimada pela noção de “guerra justa” como justificativa para os excessos da aristocracia guerreira. Foi Santo Agostinho quem elaborou o conceito de *belum justum* e estabeleceu a sua diferença em relação às “guerras injustas”, permitindo-se aos cristãos a participação nas primeiras desde que não fossem desencadeadas de forma arbitrária. A guerra justa constituía uma força de oposição à violência que esmagava os mais fracos e a possibilidade da justiça sobrepujar a injustiça. Embora configurando um mal, a guerra justa era um mal menor. “*Tuiti, ultro, dilatatio*, defender, vingar, estender o domínio da verdadeira fé, tais são os três aspectos de uma ação que é também a do bom Deus. Uma ação milita. Já que o mundo é imperfeito, a paz não se pode instaurar sem a guerra”²⁷⁶. Assim, a guerra passa a ser justa e o combate não é mais visto como um pecado. Atrelada ao conceito de guerra

²⁷³ DUBY, Georges. *Op. Cit.* 1989, (p. 98).

²⁷⁴ DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1993. (p. 86-87).

²⁷⁵ *Idem. Ibidem.* (p. 87).

²⁷⁶ *Id. Ibid.* (p. 89).

justa está o de “guerra santa”, que consideraremos no decorrer da abordagem da narrativa da batalha. Passemos a ela.

O texto contido no *Livro de Linhagens* é tão-somente um dos muitos monumentos destinados a celebrar e recordar a Batalha do Salado, vencida pelas hostes castelhana e portuguesa contra as hostes de Marrocos e Granada. O que nos interessa aqui é o registro da batalha entremeados dos fios da memória, dos valores e do imaginário dos grupos sociais. Uma vez que, “[...] para delimitar a articulação entre o concreto da guerra e as representações de que é objeto, parece-me que as fontes mais relevantes são as que utilizam o imaginário dos guerreiros para orientá-lo dado que revelam indiretamente qual é este imaginário”²⁷⁷. O evento histórico em si, a reconstituição dos acontecimentos que culminaram com a deflagração da guerra travada junto ao estreito de Gibraltar, em 30 de novembro de 1340, entre os exércitos cristãos, de um lado, comandados pelos reis Afonso XI, de Castela, e Afonso IV, de Portugal, e mouros, de outro, liderados por Abu-I-Hasan, sultão de Marrocos, e Yusuf, rei de Granada, não é o essencial para a análise que propomos; a sua representação, todavia, sim. É importante ressaltar que esta nova confrontação direta com os mouros acontece após um hiato de quase um século; as lutas haviam terminado em 1250 e só voltariam a ocorrer em 1340.

Os registros historiográficos mais antigos que consubstanciaram as primeiras formas de cristalização da memória da Batalha do Salado são as descrições contidas na *Crônica do Rei d. Afonso IV* e no *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, este último base do nosso estudo. Quanto ao relato do *Livro*, já assinalamos tratar-se de uma refundição de 1380 dedicada a exaltar a família dos Pereira. O trecho da *Crônica* é atribuído a Rui de Pina, que a teria compilado e reescrito a partir de textos de Fernão Lopes. Nos dois casos prevalece a descrição da batalha com uma imagem ricamente construída, oferecendo, em primeiro plano, a dimensão espacial e os elementos da natureza ali presentes. A paisagem é formada por mar, campos, vales e montanhas, um cenário ideal para uma guerra em que a geografia tem um papel estratégico. “Assim, e em primeiro lugar, os sinais da própria natureza vão ser carreados para uma antevisão

²⁷⁷ BOISSELLIER, Stéphane. *Op. Cit.* 2014. (p. 88).

do embate militar, em que as névoas e a escuridão das vésperas contrastam com o dia claro e resplandecente em que se travará a lide”²⁷⁸.

A narrativa desenvolve-se em meio de quatro partes²⁷⁹, identificando momentos distintos da batalha:

1 – Preparação para a batalha e ordenamento das hostes; preparação do combate por meio de estratégia topográfica; explicação das motivações ideológicas dos portugueses através do discurso do rei D. Afonso IV; profecia de D. Álvaro sobre a vitória dos portugueses graças à Vera Cruz.

2 – Desenrolar da batalha em diferentes momentos e lugares: combate em campo aberto, vale e montanhas; aparente equilíbrio inicial entre ambas as forças até o gradativo enfraquecimento das hostes cristãs; intervenção do maravilhoso cristão pela presença da cruz sagrada; cumprimento da predição de D. Álvaro; no outro plano da batalha, a força castelhana ajudada pelos exércitos portugueses já vitoriosos; do outro lado, os mouros conscientes da desgraça; a cavaleiresca noção de honra; a versão dos acontecimentos que conduziram à vitória dos portugueses; o recuo e o retorno à África.

3 – As sucessivas aventuras em África, pelas quais o rei Almoçabim é fatalmente arrastado, impedindo-lhe a tão desejada vingança, fracassando sem mesmo leva-la à cabo em virtude de sua morte.

4 – Conclusão do relato, com a devida justificação religiosa da Batalha do Salado e finalização da biografia do prior D. Álvaro Pereira.

As duas primeiras partes ocupam um espaço significativamente superior da narrativa. Alguns andamentos merecem destaque: os momentos que antecedem à refrega, com o ordenamento das hostes mouras numa espécie de trincheira como defesa e para recuperação das forças. “E fez a az do curral pera refrescar gentes aa lide e pera se colherem i os mal chagados e pera saírem todos a lidar juntamente, se comprisse, e os

²⁷⁸ VASCONCELOS e SOUSA, Bernardo. “O Sangue, a Cruz e a Coroa - a memória do Salado em Portugal”, *Penélope. Fazer e desfazer a história* 2. 1989. p. 26-48. (p. 28).

²⁷⁹ Não faremos uma análise sintática e semântica do texto porque entendemos que isso já foi feito de maneira excelente por Aida Santos em: SANTOS, Aida. “Estratégias de Encarecimento na Narrativa da Batalha do Salado”. *Línguas e Literaturas*. Vol. 10. Porto: 1993. pp.63-92.

que perdessem os cavalos pera cobrarem i outros”²⁸⁰. Entre os cristãos, a divisão entre os exércitos castelhanos e portugueses, dirigindo-se respectivamente pelo mar e pelas montanhas. Esta distribuição forma uma imagem da batalha em vários planos sucessivos: da parte portuguesa, comandada por D. Afonso IV contra as tropas de Alcarac, e os de Castela lutando contra os guerreiros de Albofacem, liderados por Afonso XI; a retirada inglória dos exércitos mouros e um plano narrativo direto de rememoração da vitória. Todos estes pontos são marcados por um discurso de caráter mais subjetivo e, conseqüentemente, mais valorativo.

A estratégia utilizada pelos mouros é semelhante à utilizada pelos cavaleiros do Hospital, o que dá uma dimensão de como o combate era organizado em várias frentes e, ao mesmo tempo, de como os exércitos cristãos eram mais estrategistas, a ponto de os mouros os copiarem:

E aquel mouro Alcarac, pelo que ja vira no ordinhamento das lides que faziam os cavaleiros hospitalares, que sempre faziam a az do curral, temendo-se que os cristãos fizessem essa az do curral, ordenhou estas duas azes de coinha pera a fenderem. A az do curral é redonda como moo e a as natura é de defender os que alá estam e pera saírem a lidar quando comprir. E é feita d’asperões chantados as hastas no campo, e teem os esperões ferros de tres quadras; estam os ferros contra os que querem entrar aquel corral, e o corral é aborbotado d’escudos quadrados. Este ordinhamento fazem os cavaleiros do Espital [...] e por se colhererm i os cavaleiros que vam correr pela Turquia, se veerem com gram aficamento que achem i defensom, ca sempre eles leixam em estes curraes gram parte de cavaleiros. E como se i todos juntam, os corredores e as algaras, saem todos juntamente deles em magotes, e deles em azes longas, e deles em azes de coinha, e lidam com o poder dos Turcos²⁸¹.

A dimensão descomunal das hostes mouras é também vista como uma forma de castigo para os cristãos, cujos pecados serviriam como um fiel da balança nesta luta configurada entre o bem e o mal, referência constante nas guerras contra os infiéis. “E muitos pensaram que Deus mostrava esto aos cristãos por que lhis quebrantasse os corações e lhis acoimar os seus pecados”²⁸². Ou ainda a explicação cristã recorria ao que para ela configurava-se como um elemento sobrenatural, o uso da magia para aumentar o número de seus combatentes: “Outros tinham que, porque os Mouros som grandes astrólogos, que faziam parecença de fantasmas d’homees de cavalo, e nom eram tantos

²⁸⁰ *LL.* v. I. (p. 242).

²⁸¹ *LL.* v. I. (p. 242).

²⁸² *LL.* v. I. (p. 242).

como pareciam”²⁸³. A estratégia dos reis ibéricos para lidar com um exército tão grande é a divisão de suas hostes em duas frentes de batalha:

Os reis cristãos houverom seu acordo que fossem partidos em duas partes: el rei de Castela pela riba do mar, el rei de Portugal per entre as montanhas e o campo. E ordinarom e defenderom que nem uus nom se apartassem a pelejar nem jugassem geneta, e que todos fossem ferir nas maiores azes a manteneute. Os reis partirom-se ali, e uu foi a destre e o outro ao sestro²⁸⁴.

Os dados quantitativos, em alguns casos, são determinantes para a vitória ou derrota numa batalha. Na narrativa do Salado, “o destaque que é dado aos quantitativos dos exércitos em presença relaciona-se não tanto com a busca do rigor numérico, mas, fundamentalmente, com a preocupação de marcar com nitidez a *diferença* entre os campos cristão e muçulmano”²⁸⁵. Assim, a desigualdade é marcada a partir dos dois lados ao afirmar que as forças dos reis mouros “tinham que tanta cavalaria de Mouros nom podia haver em todo Africa nem em Asia”²⁸⁶, reforçando esta imagem quando a referência aos exércitos cristãos não soma a quarta parte dos seus adversários. A manipulação dos números será significativa na contagem das baixas no *LL*, ao informar que entre os mouros chegou a cinquenta e sete mil e trezentos o número de mortos e cativos. A diferença ganha sentido e é acentuada quando comparada ao lado cristão, cujo número de mortos “por grande mylagre nom passavam de vymte”²⁸⁷.

Mas, o que importa de fato não é a quantidade de homens guerreando, pois o fator numérico assume um valor qualitativo, demarcando mouros e cristãos: qualidade expressa na bravura de um exército consideravelmente inferior que, no entanto, arrasa com seus oponentes, assumindo a vitória um valor hiperbolizado. Georges Duby afirmou que a batalha coloca tudo em jogo, é um assunto de anciões, de *seniores*, de soberanos, e que funciona como uma espécie de ordálio, uma prova, cuja vitória determina o juízo de Deus. “Seu papel é de forçar o céu a manifestar os seus desígnios, a mostrar de uma vez por todas, de maneira retumbante e inquestionável, de que lado está a justiça. A batalha, como o oráculo, faz parte do sagrado”²⁸⁸. Acima de tudo, a

²⁸³ *LL*. v. I. (p. 242-243).

²⁸⁴ *LL*. v. I. (p. 243).

²⁸⁵ VASCONCELOS e SOUSA, Bernardo. *Op. Cit.* 1989, (p. 28).

²⁸⁶ *LL*. v. I. (p. 242).

²⁸⁷ *Crônica*. Cap. LXII, (p. 347).

²⁸⁸ DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1993. (p. 157).

vitória cristã assinala o lado dos eleitos, dos homens que puderam receber a ajuda divina, uma intervenção sobrenatural, um *grande milagre* através do qual Deus brindava os seus eleitos. O elemento sagrado, símbolo da eleição, era a Vera Cruz de Marmelar.

[...] ²⁸⁹. // que estavam já muito esmahados por a força que perderom, olharom por ela e virom-na andar antre os Mouros, e logo em si sentirom que a graça de Deus era com eles, porque se acharom aquela hora valentes e esforçados come em começo da lide, e disserom a grandes vozes: “Senhor Jesu Christo, louvado é o teu nome, ca assi praz a ti. Senhor piadoso, que acorres a quem te praz, mantem-nos em estas forças que nos deste, ca hoje o teu nome seera espargudo e nomeado antre todas as gentes do mundo” ²⁹⁰.

Até que os cristãos vejam e sintam a presença da Cruz aumentando as suas forças, os exércitos mouros golpeavam os portugueses. Mas, quando de sua aparição, “ali se mudou a aventura, que estava de choro [e de lagrimas e de gram lastima] e amargura a toda a cristaidade, e tornô-se em toda [ledice] e em todo goivo” ²⁹¹. A *lide* havia começado a “hora de prima” e continuava mesmo depois do meio-dia. A imagem formada a respeito dos mouros é uma mistura de terror do tumulto, que envolve grunhidos, e referências a instrumentos musicais africanos: “E os gritos deles e das trombas e anafiis e d’altâncaros e atavaques e gaitas assi reteniam que parecia que as montanhas se arreigavam de todas as partes. Esta hora foi aos cristãos d’escoridõe, d’amargura, de gimidos” ²⁹². As hostes portuguesas, mesmo em menor número, conseguem vencer, voltam para ajudar os castelhanos e, inevitavelmente, os mouros tomam consciência de sua derrota. No entanto, o rei Almofacem, inconformado, discursa para os seus guerreiros retomarem a batalha:

Senhores, nembre-vos que eu soo vosso rei Almafacem, aventurado e vencedor de toda-las lides que fiz. Sabedes que eu venci e sojoguei os reis de Sojoromeça e de Tremecem e as grandes gentes [dos Aláraves], e passei as montanhas e corri totalas áreas e a gram terra de Puscoa e de Almadia. Sabedes que a Espanha foi de vossos avoos. Estes cristãos perros, que vo-la teem forçada, nom parecerom hoje em campo XIII mil cavaleiros, e muitos deles som mortos e som fora de

²⁸⁹ José Mattoso, editor da obra, adverte que em alguns momentos pontuais do texto não foi possível saber o que estava escrito porque as linhas se encontravam raspadas e impossíveis de serem entendidas quanto ao seu conteúdo. É o caso neste trecho em que os cavaleiros são tomados pela presença da Vera Cruz e tornam-se mais fortes.

²⁹⁰ *LL.* v. I. (p. 248).

²⁹¹ *LL.* v. I. (p. 248).

²⁹² *LL.* v. I. (p. 246).

força, por o gram trabalho que hoje houverom. Nom percaades as famas de bondades de cavalaria que sempre houvestes, e os filhos e as filhas e as molheres fremosas e as grandes riquezas que aqui trouvestes”. E disse muito alta voz: “Mafomede, Mafomede, nom desampares os teus!”²⁹³.

A semelhança do discurso de Almofamede com o discurso de Afonso IV é inquestionável, especialmente no que se refere ao motivo pelo qual lutavam, a Espanha. Os mouros reclamavam para si o direito sobre o território, e o rei reavivava na memória de seus homens que os seus avós tinham tomado aquelas terras e, analogamente aos ibéricos, embora aqui a fala esteja implícita, eles deveriam honrar os seus antepassados e perpetuar a glória de seus ancestrais, vislumbrando no futuro a honra para os seus descendentes. A exaltação não deixa de mencionar a fama tão conhecida da cavalaria árabe, que impressionava o mundo e era reconhecida pelos seus adversários. Assim como os cristãos, os mouros precisavam manter o brilho dos seus nomes. A batalha não é retomada, embora o rei deseje ardentemente recobrar sua honra e recuperar sua nobre cavalaria pela vingança. Alcarac, seu principal aliado e mais importante guerreiro, conta que nunca tinha visto “cousas estranhas e tam maravilhosas que por homees nom se poderia pensar”²⁹⁴, o que faz valer a reprodução integral do trecho:

Senhor, eu andando partindo e refrescando cavaleiros en’as lides u entendia que faziam mester, vi VIII mil cavaleiros portugueses fazer por ganhar prez e honra de cavalaria, sobre todolos que eu vi e ouvi falar. Ca a ua mea legua das azes tendudas os mandei cometer pela deanteira e costaneiras e çaga a oito mil cavaleiros de genetes e d’arqueiros, e bem tinha que aqueles acabariam a lide a gram pressa e que, como fossem vençudos, que logo vos acorresse com totalas as outras gentes que estavam antre as montanhas e o campo. E eles em lidando com estes VIII mil, viinham quanto podirom e ferirom nas III azes tendudas. E porque estas III azes eram d’estremados cavaleiros, tirei afora dos VIII mil magotes que ali veerom os V mil pera vo-los mandar. E vi estes Portugueses assi revolver a lide e ferir tam estranhamente que seme//l[h]avam diabos do inferno. Estes V mil que tirei afora, e seis mil que tinha folgados, todolos mandei cometer. A lide era tam dura e tam espessa dos muitos que nós eramos, que parecia que os cristãos nom podiam já reger os membros. E por a lide haver de viir mais aginha [a] acabamento, por acorrer a vós, mandei a az da coinha que estava naquel direito que ferissem en’eles. E como esta az da coinha entrou antre eles, partio-os os uus a ua parte e os outros aa outra, e com o gram aficamento que lhis fezerom, vi-os tam

²⁹³ *LL.* v. I. (p. 250-251).

²⁹⁴ Optamos por reproduzir toda a versão da batalha apresentada por Alcarac ao rei Almafadem porque acreditamos que ela dá uma dimensão da suposta percepção do lado vencido, além de fornecer elementos para a compreensão da complexa escrita e perspectiva do autor.

cansados, eles e os cavalos, como quer que lhes os corações nom falecessem, que mandei por os IIII mil magotes que da primeira posera, pera os matar e cativar. E quisera-os poer com eles pera os estroir e ir-me pera vós com toda a outra companha. Estando assi desbaratados como vos mostro entrou per antre os vossos uu gram cavaleiro antressinado de sobressinaes vermelhos el e o cavalo antressinado de [sobressinae]s de prata. E tragia em sas mãos ua mui fremosa e grande hasta, em cima dela ua cruz que esprandecia como o sol, e lançava de si raios de fogo. Esta [hora] foi mazelada de coita e door e de pressa d’escor[i]dõe a todas vossas gentes, ca em como nos foi mostrada, essa hora forom os Portugueses em toda as força, e segurom aquel cavaleiro por u ia. Os cavaleiros eram tam vivos e tam esforçados, e os cavalos tam ligeiros, que u queriam chegar e ferir, logo i eram. Os golpes deles eram taes, que [u] poinham sas espadas nom havia i mais mester meestre. Eramos os que lidavamos com eles XXXVIII mil; em pequena hora no[s] sa[i]rom do campo XIII mil, os quaes os cristãos iam seguindo e destroindo [...]²⁹⁵.

[...]. “Senhor, nom dovidedes na verdade. E ainda mais, sabede que, como aquel cavaleiro pareceu com aquela grande hasta en’o cabeço que estava acima donde lidavades a vista dos vossos, que logo a essa hora forom vençudos. E Deus vos quis bem, porque nom deceu a fondo. Ca sí assi contecera, fôrades perdudo, vós e a az do curral. E, ainda mais: sabede que os cavaleiros pareciam grandes gigantes e os cavalos maiores que grandes camelos. E se dovidades desto, pergunta [d’]jestes cavaleiros muitos que aqui estam, que passaram todo”²⁹⁶.

A visão hiperbolizada, não no número, mas na qualidade de suas ações e intervenção divina, em prol das hostes cristãs é apoiada pelos dados numéricos fornecidos sobre o exército mouro. Mesmo com uma proporção gigantesca que lhes permitia dividir as hostes e descansar da refrega, o exército de Almofamede vê seus incontáveis cavaleiros serem massacrados pelos guerreiros de Portugal. O elemento maravilhoso aqui é primordial e inacreditável a tal ponto que o rei Almofacem não esconde sua descrença: “Alcarac, nom posso crer, taas cousas como me dizes, ca som contra natura”²⁹⁷. Esta versão fantástica dos acontecimentos serve também para dar à vitória cristã um ar mítico, e pode ser entendida como a própria visão de um observador cristão se levamos em conta a pena de quem escreve. Segue-se um grande lamento do rei Almofacem, e seu fim é trágico, enfrentando vassalos que se voltam contra ele, além da traição do filho e de outros senhores que tentavam conquistar o poder. Morreu numa montanha, acolhido com muita honra por um senhor que nunca conseguiu conquistar.

²⁹⁵ *LL.* v. I. (p. 252-253).

²⁹⁶ *LL.* v. I. (p. 253-254).

²⁹⁷ *LL.* v. I. (p. 253).

Aos cristãos, segundo o autor, ficou a glória para os seus antepassados e os seus descendentes.

Uma ressalva fundamental precisa ser feita, sem a qual a lógica do texto torna-se incompreensível: o discurso do rei Almofofamede, a visão dos mouros sobre a batalha, a suposta versão do outro lado envolvido expressa na fala de Alcarac nada mais é do que a construção do próprio autor, ele mesmo cristão, ele mesmo guardando em alguma medida sua subjetividade e o sentimento ibérico de triunfo sobre os infiéis. Portanto, toda a imagem construída pelos mouros sobre a batalha nada mais é do que uma versão do próprio autor, num exercício, sem dúvida, no mínimo atencioso e preocupado em oferecer o outro lado da história, ou preocupado em construir uma imagem isenta capaz de fornecer a versão cristã e moura. Talvez, ainda, sua intenção tenha sido somente, em alguma medida, dar conta de uma totalidade histórica representada literariamente. Por tudo isso, e por tudo que temos analisado ao longo destes capítulos, a importância deste relato e da obra do Conde D. Pedro é tão pujante. Uma narrativa que apresenta as duas versões dos combatentes envolvidos, cristãos e mouros, mas cujo autor não comunga da religião, cultura e visão de mundo de ambos.

Para finalizar a abordagem da narrativa sobre a Batalha do Salado, vou recuar ao ponto de partida, o discurso do rei para inflamar os ânimos, encorajar, esperar os seus guerreiros e por fim garantir-lhes a *largueza*²⁹⁸ após a vitória. Toda grande batalha vem acompanhada de um discurso laudatório feito pelo chefe militar para os seus guerreiros, para o encorajamento dos homens que lutarão e, muitos deles certamente, perderão a vida. O rei Filipe de França também admoestou os seus homens antes da batalha de Bouvines: “[...] Mas nós somos cristãos, obedecemos aos costumes da Santa Igreja e, embora sejamos pecadores como os outros homens, submetemo-nos a Deus e à Santa Igreja”²⁹⁹. O discurso de fé, a recorrência ao divino como guia e a lembrança dos pecados cometidos são elementos inevitáveis em um discurso quando cristãos entram em guerra. Os cristãos ibéricos apelam ao que lhes era mais potente na justificação para pegarem em armas: a necessidade de combater o infiel. Assim, o rei D. Afonso de Portugal dirige-se aos seus.

²⁹⁸ A *largueza* constituía uma qualidade eminentemente nobre, senhorial. Quando na vitória em batalhas o senhor demonstrava a sua nobreza através da distribuição do butim, de benesses várias, ampliando o seu domínio sobre seus homens ao mesmo tempo em que aumentava seu prestígio.

²⁹⁹ DUBY, Georges. *O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214*. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1993. (p. 63).

Meus naturaes e meus vassalos sabedes a bem em como esta terra da Espanha foi perduda por rei Rodrigo e ganhada pelos Mouros, e em como outra vez entrou Almançor, e em como vossos avoos donde decendedes, por gram seu trabalho e por mortes e lazeiras, ganharam o reino de Portugal. Em como el rei dom Afonso Anrequiz, com que a eles ganharam, lhis deu honras e coutos e liberdades e contias por que vivessem honrados, e nom tam solamente fez esto a eles, mais por a sua honra dava os maravedis aos filhos que jaziam nos berços, e os padres serviam por eles; em como os reis, que depos el veeram, aguardarom esto. Eu, depois que vim a este logo, fiz aquilo que estes reis fezerom; e, se algua cousa i ha pera emendar, eu o corregerei se me Deus daqui tira. Olhade por estes Mouros eu vos querem ganhar a Espanha, de que dizem que estam forçados, e hoje, este dia, a entendem de cobrar se nós nom formos vencedores. Poede em vossos corações de usardes do que usarom aqueles donde viides, como com percaedes vossas molheres nem vossos filhos e o em que ham de viver aqueles que depois vós veherem, os que i morrerem e viverem seeram salvos e nomeados pera sempre³⁰⁰.

O discurso do rei é o ponto central da narrativa e vislumbra de fato seu objetivo. Muito mais do que relembrar aos contemporâneos seus, ou às gerações vindouras, como os cristãos ibéricos venceram os mouros, o autor sela o pacto existente entre nobreza e realeza e reaviva na memória dos ricos-homens o que a antiga nobreza condal havia feito pela Espanha, acompanhada do devido reconhecimento da realeza com a distribuição de dignidades e mercês. A honra das linhagens estava em jogo, o renome dos seus antepassados e a reputação que construíram ganhava uma nova chance de adquirir um brilho ainda mais poderoso pela ação de suas descendências. Retomar mais uma vez a Espanha dos mouros era reviver um passado de glória e justificar o prestígio daquelas famílias, construindo uma imagem renovada de seu poderio militar, vassálico e, por que não dizer, mítico?

O elemento mítico, inclusive, opera em algumas linhagens de forma decisiva no sentido de lhe reputar prestígio, afirmar seu poder frente a outros senhorios e ao poder régio. O recurso a uma sobrenaturalidade ancestral ancorando a legitimidade familiar de algumas genealogias nobres é o que iremos trabalhar em nosso último capítulo.

³⁰⁰ *LL.* v. I. (p. 243-244).

Capítulo 4

Relações com o Sagrado: Mitos e Linhagens

“[...] e el fe-a bautizar, que lhe nom caia tanto nome nem ~uu como Marinha, porque saira do mar.”

O que caracteriza a nobreza? O que a define? A materialidade do seu poder? A militarização de sua força convertida em poder? O simbolismo em torno de sua imagem?

Uma das peculiaridades do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro é exatamente o fato de ele não ser exclusivamente uma genealogia. Esta característica por si só faz desta espécie de “crônica da memória nobre medieva” de Portugal uma das fontes mais ricas e interessantes no que diz respeito ao conhecimento da aristocracia.

O livro contém narrativas diversas de cunho variados, desde narrativas históricas, passando por anedotas e narrativas de fundo mítico. Estas últimas revelam-se de fundamental importância para compreender as estratégias e recursos utilizados pela nobreza para afirmar o seu poder. Em sua maioria, são textos curtos, mas embebidos de simbolismos, como não poderia deixar de ser, pelas suas constituições internas, que tendem a explicar a origem de uma linhagem de renome. Estas histórias não são exclusivas da nobreza portuguesa, as de fundo mítico então parecem reportar a outras congêneres que circulavam em grande parte da Europa, compondo um fundo cultural comum. São páginas sobre famílias de toda a Península Ibérica, galegas, castelhanas, navarras e portuguesas. Algumas questões precisam ser consideradas, segundo Mattoso, para que a obra seja utilizada quer como “fonte informativa” quer como “fonte cultural”: “Qual o seu valor e significado? Até que ponto reproduz o Conde textos anteriores, exprime tradições orais ou escreve aquilo de que teve conhecimento direto?”³⁰¹

1. Narrativas com Caráter Melusonianos

Um destes relatos é sobre uma mulher, meio humana – meio sereia ou dragão, ou ainda meio serpente, a mulher sereia, mulher dragão, mulher serpente, Melusina. Le

³⁰¹ MATTOSO, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980. (p. 62).

Goff é autor de um estudo sobre o alcance e significado desta lenda para a Europa, em especial para a França e a família dos Lusignan. Em artigo publicado como capítulo de livro³⁰² cuja primeira edição data de 1979, mas tem redação inicial de 1971, embora se referindo a várias regiões do velho continente e até mesmo a contos africanos e indígenas, Jacques Le Goff, curiosamente, não reporta a presença da lenda no *LL*. Esta ausência talvez possa ser explicada porque apenas no ano seguinte sairia o estudo vigoroso de José Mattoso sobre a nobreza portuguesa; ou porque, de fato, a Península Ibérica sempre esteve à parte de uma medievalística europeia pela qual foi influenciada e cujos modelos adotou. Ou ainda, como sugere Ana Maria Machado:

A Dama do pé de cabra medieval não é abordada com frequência nos estudos sobre «a fada do desenvolvimento econômico» da Idade Média (Le Goff, “Melusina”, 306), talvez por desconhecimento de sua existência. Embora o estatuto desta dama da floresta, como desbravadora, não seja tão marcante quanto em outras versões medievais, o simbolismo de suas exigências finais mostra bem a importância de sua função provedora³⁰³.

No artigo acima citado, Le Goff analisa o significado da mulher-serpente para a sociedade da época, bem como as implicações da sua lenda na configuração das famílias que a utilizaram para divulgar e garantir uma origem de prestígio que transcendesse a realidade puramente humana. Segundo o historiador francês, não podemos simplesmente nos contentar com o significado cristão atribuído a esta lenda, bastante óbvio, e também escamoteador da realidade social. “Se os usos e costumes dos demônios súcubos explicam, aos olhos dos clérigos medievais, a natureza e a história de Melusina, o mesmo não pode suceder conosco”³⁰⁴.

Se abordarmos agora os problemas de interpretação, devemos, antes de tudo, notar que os autores medievais deram uma explicação muito clara do que Melusina era para eles. Ela representava para todos um demônio súcubo, uma fada assimilada aos anjos perdidos pelo pecado. É semipessoa, semianimal e das suas cópulas com um mortal nascem filhos excepcionais, dotados de dons físicos (beleza para as raparigas,

³⁰² LE GOFF, Jacques. “Melusina Maternal e Arroteadora”. LE GOFF, Jacques. *Para Um Novo Conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

³⁰³ MACHADO, Ana Maria. “O Maravilhoso e a Poética da Incerteza em *A Dama do Pé de Cabra* (da Idade Média ao século XXI)”. In: O MARRARE, nº 14. Tradução de Maria Cristina Batalha. <http://www.omarrare.uerj.br/numero14/mariaBatalhaTraducao.html> Acessado em 20/10/2016.

³⁰⁴ LE GOFF, Jacques. “Melusina Maternal e Arroteadora”. LE GOFF, Jacques. *Para Um Novo Conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. (p. 305).

força para os homens), porém tarados ou infelizes. Alguns explicam também a razão destes casamentos. A serpente [a mulher], condenada por qualquer pecado a sofrer no corpo duma serpente, procura a união com um homem, o único ser capaz de a arrancar à sua eternidade infeliz e de permitir-lhe morrer de morte natural e usufruir depois de uma outra vida venturosa³⁰⁵.

Ora, as narrativas melusinianas são anteriores ao cristianismo, fazem parte de um fundo cultural antiquíssimo que percorre diferentes regiões do globo com algumas modificações, mas preservando sempre seu elemento estrutural, qual seja: uma mulher não-humana que só pode chegar à condição de humanidade pela intervenção de um homem. Guardemos esta informação.

Em meio europeu, consta do século XII uma narrativa que gira em torno de uma mulher não-humana. Teria sido escrita por Gautier Map, clérigo da corte real da Inglaterra, entre 1181 e 1193. A história, contida no *De nugis cirialium*, remete ao casamento de um jovem, “Henno dos Dentes Grandes”, com uma criatura estranha. Na floresta – há um “mistério ambivalente da floresta, que gera, ao mesmo tempo, angústia e serenidade, opressão e simpatia”³⁰⁶ – Henno encontra uma jovem extremamente bela chorando devido a um naufrágio que a impediu de chegar ao reino de França, com cujo rei deveria se casar. Encantado com a beleza da jovem desconhecida, Henno apaixonou-se e casa-se com ela, que lhe dá muitos filhos. No entanto, a mãe de Henno desconfia da jovem que evita as missas e a água benta. “Intrigada, a sogra abre um buraco na parede do quarto da nora e surpreende-a a tomar banho, sob a forma de um dragão (*draco*), e readquirir depois a sua forma humana, após haver cortado, em pedacinhos, com os dentes, um manto novo”³⁰⁷. A esposa, após ser espargida com água benta, desaparece pelos ares soltando um grande urro. A descendência de Henno e de sua esposa-serpente seria ainda numerosa ao tempo do autor do relato.

³⁰⁵ *Idem. Idem.* (p. 304).

³⁰⁶ CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. Este é um *topos*, assim como o rio, nas lendas, contos e narrativas de cunho fantástico. A floresta em muitas culturas, celta, chinesa e japonesa, constituía um verdadeiro santuário, proporciona o poder através dos benefícios do céu garantidos pela chuva. Ela também é o símbolo da vida, intermediária que é entre o céu, através de sua copa, e a terra, por meio de suas raízes. Há também um “mistério ambivalente da floresta, que gera, ao mesmo tempo, angústia e serenidade, opressão e simpatia”. (p. 439). Veremos ao longo do capítulo em outras variações da lenda que ora a mulher-serpente, mulher-sereia se encontra numa floresta, ora num rio.

³⁰⁷ LE GOFF, Jacques. “Melusina Maternal e Arroteadora”. LE GOFF, Jacques. *Para Um Novo Conceito de Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. (p. 290).

Em uma outra narrativa, *Ralmond*, contada por Gervais de Tilbury, o senhor do Château-Rousset encontra uma bela dama, muito bem vestida, perto de um rio. Os dois acabam casando-se sob a condição de que o marido nunca a olhasse tomar banho, caso contrário perderia toda a riqueza e prosperidade que ela lhe proporcionaria. Mas, um dia o esposo a observa tomando banho, e ela se transforma em serpente, sumindo nas águas para sempre. Durante a noite as amas a ouvem, quando ela volta para ver os filhos. Aqui também, como na história de Henno, a mulher não é nomeada.

A literatura sobre as mulheres-serpente que de fato vigorou e alcançou o sucesso foi apropriada pela família nobre da França, dos Lusignan. “[...]. Nos fins do século XII, o conto do homem casado com a mulher-serpente corre em várias regiões: na Normandia, na Provença, nas áreas dos Langres ou na Saintonge”³⁰⁸. Muitas famílias e seus descendentes “[...] procuram apropriar-se do conto, para com ele fazerem a sua lenda. Foram os Lusignan quem o conseguiu”³⁰⁹. Assim, temos o *Romance de Melusina* ou *A Nobre História de Lusignan*, escrita em prosa por João d’ Arras para o duque de Berry e sua irmã Maria, no século XIV, entre os anos de 1387 a 1394. Uma outra obra, em verso, nomeada *O Romance de Lusignan ou de Pasthenay*, ou simplesmente, *Melusina*, foi executada, entre 1401 e 1405, pelo livreiro parisiense Couldrette³¹⁰. Independentemente do êxito desta família ligado ao nome de Melusina, a questão mais importante a se perguntar, segundo Le Goff, é: “[...] porquê, a partir do século XII, o interesse de certas personagens e determinados meios (cavaleiros, clérigos, “povo”) pelas Melusinas?”³¹¹ Essa pergunta também nos guiará em nossa abordagem da “origem” de duas famílias no *Livro de Linhagens*, os Haros de Biscaya e os Marinho.

Eis do que trata a historia de Melusina. Durante uma caçada a um javali, Raimondin, filho do conde de Forez e sobrinho do conde de Poitiers, mata seu tio por acidente. Numa fonte (“Fonte da Sede” ou “Fonte Fada”) encontra três mulheres belíssimas, entre as quais Melusina, que o consola e promete-lhe torná-lo um senhor poderoso se aceitasse contrair matrimônio com ela. Raimondim aceita, mas Melusina

³⁰⁸ *Idem. Idem.* (p. 299).

³⁰⁹ *Idem, Idem.* (p. 299).

³¹⁰ Essas duas narrativas sobre Melusina são bastante ricas em detalhes, mais longas que as anteriores, e a história adquire o aspecto de romance. O resumo aqui apresentado consiste no essencial dos textos de João d’ Arras e Couldrette muito semelhantes entre si, já que se especula que tenham partido de uma fonte comum. “Em certos pontos, o poema de Couldrette conservou elementos desprezados por Arras ou por este incompreendidos, tais como as maldições agrárias pronunciadas por Melusina no momento em que desaparece”. (Le Goff. *Op. Cit.* 1993, p. 293).

³¹¹ Le Goff. *Op. Cit.* 1993. (p. 300).

faz-lhe jurar que jamais tentará vê-la aos sábados. Os dois vivem em grande prosperidade; Melusina desbrava terras e constrói cidades e castelos, começando pelo castelo de Lusignan. Tiveram uma grande prole, dez filhos ao todo, que fazem bons casamentos e tornam-se reis em várias regiões. Mas, todos os filhos são marcados por algum defeito físico no rosto, e o sexto, Geoffroy, possui um grande dente.

Após a visita de um irmão que lhe instiga com boatos sobre sua mulher, que passaria o sábado todo com um amante ou, por ser fada, tiraria este dia em penitência, Raimondim, tomado por ciúme e cólera, faz um buraco na porta para observar Melusina no banho e surpreende-se ao ver sua mulher sob a forma de sereia. Raimondim mantém-se calado sobre o que viu, assim como Melusina, que age como se nada tivesse ocorrido. Porém, quando Geoffroy queima um mosteiro, Raimondim, levado pela ira refere-se à mulher como uma serpente falsa, cujos feitos não passavam de ilusão, dizendo que nenhum dos seus herdeiros se salvaria. Melusina, então, foge pela janela sob a forma de serpente alada. Volta à noite para cuidar dos filhos menores, mas não é vista, sinalizando sua presença com lamentos, “o grito da fada”³¹².

Le Goff explica que a *natureza* de Melusina é revelada através de sua *função* na lenda. Ela seria uma espécie de fada da fecundidade, garantindo ao esposo força e saúde e cumulando-o de prosperidade material através dos *arroteamentos*. “As clareiras abrem-se-lhe debaixo dos pés, as florestas transformam-se em campos lavrados”³¹³, desenvolvendo também atividade criadora por meio da construção de castelos-fortes e cidades: “Tanto ou mais que arroteadora, Melusina torna-se construtora. Semeia, no seu caminho, nas suas constantes deslocações, castelos-fortes e cidades que bastas vezes constrói com as próprias mãos, à frente dos trabalhadores”³¹⁴. Finalmente, onde sua fecundidade se mostra mais gritante, Melusina povoa. Mesmo que nem todas as variantes da lenda apresentem um grande número de filhos, o primeiro sinal de riqueza que ela proporciona é a descendência.

Por pouco precavidos que estejamos em relação ao historicismo, seria sem dúvida querer deixar de fugir a verdade se recusássemos ver aqui o lado histórico de *Melusina* ligada à conjuntura econômica: arroteamentos e construções, arroteamento e depois construção. Melusina é a fada do desenvolvimento econômico medieval³¹⁵.

³¹² Tomamos como base o relato feito por Le Goff ao analisar o mito de Melusina.

³¹³ *Idem. Idem.* (p. 305).

³¹⁴ *Idem. Idem.* (p. 306).

³¹⁵ *Idem. Idem.* (p. 306).

Produzir uma descendência constituía um fator primordial para manter a família e perpetuar o nome e, principalmente, o poder sobre os demais, garantindo a manutenção dos privilégios da nobreza.

Analisando vários contos e lendas que giram em torno do silêncio feminino e guardam nítidas semelhanças com as lendas melusinianas, Isabel Cardigos mapeia a amplitude destas narrativas em regiões como o norte da África, em algumas das histórias de *As Mil e uma Noites*, e modernamente em textos da cultura israelense da década de 1960. “A riqueza do seu tecido de associações simbólicas leva-nos a crer que se trata duma forma madura e erudita duma lenda bem enraizada no imaginário popular”³¹⁶. Abordando a mudez da mulher, em especial tomando como parâmetro o relato de Dona Marinha, utiliza um *corpus* de lendas que vão desde tradições escritas da Europa medieval até uma articulação com lendas orais da tradição moderna.

Um outro texto medieval, *A Ninfa da Sicília*, de Geoffroy de Auxerre (séc. XII), diferentemente de Dona Marinha, possui um caráter edificante. Escrito por um clérigo e contido em meio a sermões, pretende, uma vez mais pela mão da Igreja, demonizar a mulher e condenar o casamento com estas criaturas distanciadas das práticas cristãs.

Enquanto tomava banho no mar com os amigos, um jovem agarra uma mulher pelos cabelos pensando ser um de seus companheiros. Ela o seguiu docilmente até a margem e ao ser perguntada sobre quem era não respondeu porque não falava; o jovem acaba levando-a para casa e os dois se casam. Ela dá à luz um menino, que não permitia que lhe tirassem do colo. Convencido por um amigo que suspeitava da mudez daquela mulher, o marido finge um movimento de matar o filho com a espada e a mulher então fala, condenando tão vil ato. Afirma que a partir dali, para infelicidade do marido que a obrigou a falar, não mais terá sua esposa tão dedicada e toda a felicidade que ela lhe daria se continuasse mantida em seu silêncio. A mulher foge levando o filho e os dois não mais são vistos.

Em uma lenda da tradição oral maiorquina, conhecida como *La Ninfa*, um velho que vive sozinho se dá conta, em determinado momento, de que sempre que chegava em casa tudo estava arrumado e todos os animais alimentados. Para tentar descobrir quem lhe fazia tais coisas, esconde-se e vê sair de um poço uma ninfa; após interpelá-la,

³¹⁶ CARDIGOS, Isabel. “A Mudez de dona Marinha: lendas e contos em torno do silêncio da mulher”. In: BELTRÁN, Rafael e HARO, Marta. *El Cuento Folclórico en la literatura y en la tradición oral*. PUV: Universitat de València, 2006. (p. 91).

propõe-lhe casamento. A ninfa aceita a proposta, com a condição de que ele jamais a trate por ninfa. Casaram-se e tiveram dois filhos, um menino e uma menina. O transcurso de suas vidas ia bem até que um dia ele observa que ela havia arrancado todas as flores no lugar das ervas daninhas. Mesmo lhe explicando que só tinha feito aquilo por conta de uma geadada que se aproximava e que acabaria queimando tudo, ele ficou irritado e a chamou de ninfa. Ela pegou então cada filho e voltou ao poço, de onde nunca mais saiu.

Para a autora, a lenda de Dona Marinha parece pertencer muito mais aos contos maravilhosos e traz semelhanças com um conto de fora da Europa, o “Julnar do Mar”, de *As Mil e Uma Noites*. Porque nenhuma de suas cem concubinas lhe dá um descendente um velho rei vive desolado. Acaba comprando a um mercador mais uma mulher, lindíssima. Mas esta mulher não fala absolutamente nada e permanece indiferente a todas as demonstrações de amor e respeito que o rei tem por ela. O silêncio só é rompido quando a mulher, em consideração ao marido por respeitar seu silêncio, revela estar esperando um filho. Esclarece ser filha do rei do mar e que por ter se zangado com o irmão saíra para a terra. Finalmente, a família do mar é chamada ao castelo por ela e todos se reconciliam.

Partindo da análise de Le Goff e Cardigos sobre mulheres melusianas e o interdito de seus silêncios, como podemos analisar a lenda de Dona Marinha e da Dama do Pé de Cabra no que diz respeito à nossa proposta investigativa de mulheres que deram origem a linhagens? Como caracterizar uma linhagem não só puramente masculinizada, embora esse seja seu sinal mais evidente?

Em duas das narrativas analisadas por Cardigos, *La Ninfa da Sicília* e *La Ninfa*, temos mulheres que, após os maridos quebrarem o juramento feito a elas, acabam fugindo com os filhos, assim como nas narrativas sobre a Melusina, embora guardem diferenças expressivas de significado, de acordo com a autora. Mas, diferentemente da Melusina, as mulheres destes dois contos não sofrem uma transformação em mulher-serpente/ mulher-dragão/ mulher-sereia, ainda que também sejam encontradas na água. Também não há qualquer informação sobre terem dado continuidade a uma linhagem, suas descendências parecem ter se esvaído em meio a fluidez de seus desaparecimentos. Tanto Melusina como Dona Marinha e a Dama do Pé de Cabra originam linhagens, as quais assumem seus nomes, em especial o da primeira, que se torna nome da família. Cabe aqui um questionamento: as narrativas míticas mobilizadas por algumas famílias, mesmo que para comprovar um ancestral antigo para além do domínio humano,

justificavam também o papel da mulher naquela sociedade como portadora do sobrenatural e mãe, acima de qualquer coisa?

2. Narrativas mitológicas no *Livro de Linhagens*: A Dama do Pé de Cabra e a Linhagem dos Haros

A história sobre da Dama do Pé de Cabra está contida no Título IX do *LL*, intitulado *De como os de Biscaia, por nam terem senhor, tomarom por senhor Froom, irmão d'el rei de Inglaterra, que i veo teer com um seu filho, e como dele descenderam os de Bizcaia.*

O fundador da família Biscaia é D. Froom, acima referido no título, mas é seu bisneto, Dom Diego Lopez, que dará continuidade a sua linhagem como membro mais lembrado, seja pelos seus feitos, seja pelo seu casamento com a Dama do Pé de Cabra. Fizemos a análise a partir da divisão da narrativa em dois momentos: o encontro com a mulher na floresta e a sua partida após o homem violar o pacto acordado entre os dois. Segue a primeira parte da narrativa, em que o nobre encontra a bela dama.

Este Dom Diego Lopez era mui boo monteiro e estando ûu dia em sa armada atendendo quando verria o porco, ouviu cantar muita alta voz ûa molher em cima de ûa pena. E el foi pera la e vio-a seer mui fermosa e mui bem vestida, e namorou-se logo dela mui fortemente, e preguntou-lhe quem era. E ela lhe disse que era ûa molher de muito alto linhagem. E el lhe disse que pois era molher d'alto linhagem que casaria com ela se ela quisesse, ca ele era senhor daquela terra toda. E ela lhe disse que o faria se lhe promettesse que nunca se santificasse. E ele lho outorgou, e ela foi-se logo com ele. E esta dona era mui fermosa e mui bem feita em todo seu corpo, salvando que havia ûu pee forcado como pee de cabra. E viverom gram tempo, e houverom dous filhos³¹⁷.

O primeiro aspecto que salta aos olhos nesta passagem, é a valorização da linhagem e o poderio de D. Diego Lopez, representado pela sua armada de cavaleiros, sendo ele mesmo um cavaleiro muito bom. Ao que tudo indica, ele era senhor de uma vasta propriedade, englobando não só a área de habitação senhorial como uma área de

³¹⁷ **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** *PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA*. Edição Crítica por José Mattoso, v. II/1. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa: 1980. (pp. 138-139). Doravante utilizaremos a sigla *LL*.

reserva florestal destinada à caça do senhor com seus cavaleiros e vassalos. É exatamente neste espaço natural que encontrará uma mulher que carrega em seu corpo uma marca animalesca.

A mulher é simplesmente referida como “uma mulher”; não é nomeada, não que isso seja específico desta situação, pois muitas mulheres ao longo do *LL* não são nomeadas. O curioso é que, quando indagada por D. Diego Lopez sobre quem era ela, não revela o seu nome, mas dá a informação mais importante para um nobre de tão alta estirpe: “E ela lhe disse que era ûa molher de muito alto linhagem”. A beleza é um sinal destacado duas vezes, primeiro no momento do encontro e, portanto, do encantamento do senhor por ela, e depois para realçar seu defeito, afirmando-se que a formosura só não era completa pelo pé em forma de “pé de cabra”. A mulher estava muito bem vestida, logo não seria camponesa, o que é confirmado com sua resposta ao declarar-se de origem abastada. Certamente deveria estar usando uma *cota* (vestido). “Talhada em fazenda, veludo, seda etc., a cota possuía em geral mangas estreitas e compridas e costumava ser aberta nas costas até abaixo da cintura”³¹⁸. Todos estes caracteres formam o principal elemento distintivo, cuja condição é primordial para D. Diego casar-se com ela: a origem nobre. “E el lhe disse que pois era molher d’alto linhagem que casaria com ela se ela quisesse, ca ele era senhor daquela terra toda”. É sabido que a nobreza contraía casamento dentro de sua classe social, garantindo o domínio sobre os demais e ampliando suas condições materiais.

Nas outras narrativas vistas anteriormente, analisadas por Le Goff e Cardigos, ainda que em algumas não houvesse claramente alusão à posição social ocupada pela mulher encontrada pelo homem que seria seu futuro marido, todas fazem menção à beleza da mulher e aos ricos trajes que usam, além da função mais importante que todas aquelas mulheres exercem: garantem a continuidade da família através dos filhos que dão ao marido e muitas favorecem até mesmo sua prosperidade material.

Há um dado bastante importante nesta narrativa: a mulher tem consciência do lugar que sua classe social ocupa naquela sociedade e, o mais importante, tem consciência de sua própria classe social. Fazer parte de uma alta linhagem indica a existência de outras linhagens não tão nobres, e até mesmo pressupõe a ideia de linhagem para aquela sociedade. Linhagem, aqui e em outras passagens do *LL*, como

³¹⁸ OLIVEIRA MARQUES, A.H. *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida cotidiana*. Livraria Sá da Costa Editora: Lisboa, 1987. (p. 51).

vimos, é um conceito muito mais amplo do que o de um pequeno grupo formado pela parentela mais próxima em linha horizontal, abrangendo ancestrais longínquos que levaram uma determinada família ao nível mais alto do ordenamento social.

No entanto, há um interdito para que o casamento se realize em todas as narrativas, e também na lenda da dama: o homem deve prometer nunca se persignar diante da esposa. Ele o promete e o casamento é consumado, gerando um casal de filhos: Enheguez Guerra e uma filha que não é nomeada. É bastante claro que o impedimento imposto pela mulher é um elemento cristão, o que caracteriza a grande antiguidade de tal lenda naquela região e remete ao processo de cristianização de contos e lendas pagãs.

Constata-se já neste interdito o vestígio de uma ruptura e de uma incompatibilidade entre o mundo fantástico das fadas, dominado por uma relação mágica com a natureza e com os elementos, e o mundo cristão [...]. Todavia, o interdito da Dama do Pé de Cabra não deixa de ter pertinência. De facto, o mundo sobrenatural das fadas só poderá sobreviver à margem do cristianismo, daí que a imposição de o cavaleiro se afastar dessa mundividência acabe por isolá-lo do mundo real³¹⁹.

A mulher de Diego Lopez traz no corpo uma marca de sua natureza extra-humana: um pé forçado tal como a pata de uma cabra. O pé animalesco “revela a sua pertença ao mundo natural e pagão. Aproxima-a dos Faunos, divindades silvestres e protetoras, propiciadoras da fecundidade e da prosperidade da terra”³²⁰. Há também outros sinais de afastamento da humanidade – embora não sejam tão claros quanto os de Melusina, pois ela não se transmuta em serpente –, como o fato de ter sido encontrada em cima de um penedo e, especialmente, o de ter sido notada por Diego Lopez pela sua voz. Qual uma sereia, ela seduz o nobre com o seu canto, enfeitiça-o com seus dotes físicos e, principalmente, com o seu pertencimento a uma classe superior. Passemos ao segundo momento da história, quando já casados e com filhos o marido quebra a promessa feita à esposa:

E quando comiam de suum dom Diego Lopez e sa molher, assentava el a par de si o filho, e ela assentava a par de si a filha da outra parte. E ûu dia, foi ele a seu monte e matou um porco mui grande e trouxe-o

³¹⁹ SOARES, Ana Maria. “A Lenda da Dama do Pé de Cabra: do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro de Barcelos a Alexandre Herculano”. In: *LIMITE*, Nº5, 2011, pp.7-30. (p. 14).

³²⁰ *Idem. Ibidem.* (p. 13).

pera sa casa e pose-o ante si u siia comendo com sa molher e com seus filhos. E lançaram ûu osso da mesa, e veerom a pelejar ûu alão e ûa podenga sobr'ele em tal maneira que a podenga travou ao alão em a garganta e matou-o. E dom Diego Lopez, quando esto vio, teve-o por milagre, e sinou-se e disse: “Santa Maria val, quem vio nunca tal cousa!”. E sa molher, quando o vio assi sinar, lançou mão na filha e no filho, e dom Diego Lopez travou do filho e nom lho quis deixar filhar. E ela recudio com a filha por ûa freesta do paaço, e foi-se para as montanhas, em guisa que a nom virom mais, nem a filha³²¹.

Nesta segunda parte da narrativa, temos um primeiro desenrolar da história de D. Diego Lopez com sua mulher, já que ela não desaparece completamente do transcurso dos acontecimentos de sua vida, como veremos adiante. Aqui, há muitos elementos significantes que põem em xeque a diferença relacional da vida dos dois. Ao contrário da passagem anterior, esta é carregada de simbolismos e metáforas. Mas, antes, atentemos para o fato de a filha ficar sempre próxima à mãe e o filho, ao pai. Esta relação não pode ser reduzida simplesmente a uma questão de afinidade. O filho homem era preparado pelo pai para a vida adulta, iniciado por ele nas artes da guerra, nos hábitos que caracterizavam a nobreza, como a caça, em especial o filho homem, o primogênito, que dava continuidade à família e seguia com o nome da linhagem. Esta talvez tenha sido a razão para o pai segurar firmemente o filho, impedindo assim que a mãe o levasse.

É impossível não observar, mais uma vez, a evidência do estatuto social desta família. A alimentação medieval era muito pobre em vitaminas, baseava-se essencialmente no consumo de cereais, carnes, peixes e vinho. Havia uma carência muito grande de vitaminas A, D e C. Obviamente, estes dados atingiam níveis espantosos quando observados entre a população campesina. O caso da família aqui analisada é bem diferente tendo-se em vista a posição que ocupava e as condições de vida de que desfrutava. Sua principal fonte de alimentação constituía-se de carne, especialmente de caça. “A base da alimentação por excelência era a carne. Ao lado das carnes de matadouro ou carnes gordas – vaca, porco, carneiro, cabrito [...] – consumia-se largamente caça e criação”³²². D. Diego Lopez voltava novamente de uma caçada, agora com um porco capturado, e próximo à mesa, enquanto jantava com a mulher e filhos, havia também um casal de cães. Nada mais representativo da aristocracia do que

³²¹ *LL.* v. II/1. (p. 139).

³²² OLIVEIRA MARQUES, A.H. *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida cotidiana*. Livraria Sá da Costa Editora: Lisboa, 1987. (p. 8).

cães ao redor da mesa de jantar. E quando o marido quebra o acordo com a esposa fazendo o sinal da cruz, ela foge por uma fresta no paço. Ora, para uma família tão ricamente caracterizada nada mais coerente do que habitar um palácio. Trata-se, portanto, de um rico-homem, membro de uma família importante o suficiente para ter sua história retratada pelo Conde D. Pedro no *Livro de Linhagens*.

A caracterização da aristocracia no ambiente descrito na passagem acima se torna ainda mais significativa ao percebermos o embate existente entre dois espaços, um binômio bem clássico em textos deste tipo, ali situados. Há uma firme relação de opostos complementares: civilização e barbárie. Vejamos: a cena é de uma alimentação à mesa, um jantar, em que os membros da família estão reunidos. Ora, este ato é uma representação do caráter civilizatório que toma a aristocracia da época; ao contrário, temos o contraste com a chegada do marido cujo fruto da caçada, um porco, é colocado diante dos seus. A caça e o banquete posto; a carne crua e a alimento cozido. Não bastasse isso, pensemos no ambiente em que se desenrola os acontecimentos e o seu desenlace: todos estão no palácio, numa área reservada à alimentação, com uma mesa e assentos; no outro extremo aparece o monte, de onde D. Diego Lopes trouxe a caça e, finalmente, as montanhas, para onde sua mulher foge com a filha. Temos aqui então um espaço urbanizado, habitado, civilizado – o paço; e um outro espaço – as montanhas – domínio da natureza, incivilizado, hostil à presença humana. É para lá que a Dama do Pé de Cabra retorna, pois foi na natureza que aconteceu seu encontro com o homem, senhor das terras, das armas e da cultura. Também não passa despercebida a luta entre os dois cães – pelo osso lançado da mesa – sendo vencida pela fêmea que acaba por matar o macho³²³.

O episódio da disputa pelo mesmo osso entre o alão, cão utilizado na caça grossa, e a podenga, animal usado para a caça do coelho, simboliza a luta entre o mundo real e o sobrenatural, entre o mortal e a Fada. O encanto tinha de ser quebrado, pois D. Diego não podia viver eternamente no Outro Mundo, era necessário que a Fada recuasse ao seu ambiente natural, agora que a sua missão fundadora fora cumprida³²⁴.

³²³ A presença dos cachorros junto à família, ao redor da mesa, é mais uma afirmação do domínio do homem sobre a natureza, domesticando-a, controlando-a, tomando-a para si tal qual D. Diego Lopez fez com sua esposa.

³²⁴ SOARES, Ana Maria. “A Lenda da Dama do Pé de Cabra: do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro de Barcelos a Alexandre Herculano”. In: *LIMITE*, Nº5, 2011, pp.7-30. (p. 14).

Foi diante desta circunstancia que aparenta ser incompreensível para o senhor que ele comete a imprudência de benzer-se, fazendo o sinal da cruz e rompendo, desta forma, o acordo estabelecido com a esposa para que ambos se casassem. No entanto, a transgressão ao pacto já é uma condição de partida em relações que envolvam um humano e uma fada. A transgressão é inevitável e mesmo necessária para a continuidade e sobreposição do humano sobre o mundo incompreensível das fadas.

A metodologia proposta por Goldmann e sua síntese tão bem elaborada por Ciro Flamarion Cardoso parece-nos essencial para problematizarmos o sentido desta narrativa³²⁵.

1. *Situação Inicial*: Um nobre senhor de Biscaia, Dom Diego Lopes, neto de Dom Froom, vai ao monte com sua armada de cavaleiros.
2. *Perturbação da Situação Inicial*: Dom Diego Lopes, um cavaleiro muito bom de montaria, estando com sua armada, vê um porco.
3. *Desequilíbrio, crise*: Em plena caçada o nobre ouve o canto muito alto da voz de uma mulher de cima de um penedo.
4. *Intervenção na crise*: D. Diego dirige-se até aonde estava a mulher, vê toda sua beleza e como estava bem vestida. O senhor de Biscaia logo se apaixona muito fortemente por ela e pergunta-lhe quem era. A resposta é bastante satisfatória, pois ela afirma pertencer a uma linhagem muito distinta. O cavaleiro então afirma que se casaria com ela por ser uma mulher de alta linhagem e ele senhor de toda aquela terra. Ela aceita casar-se com D. Diego com a condição de que ele promettesse nunca se persignar.
5. *Novo equilíbrio*: Sob a promessa feita, os dois se casam e vivem um longo tempo, e desta relação frutifica um casal de filhos. A senhora era extremamente formosa e muito bem-feita de corpo, exceto por um detalhe: possuía um de seus pés forçado, como um “pé de cabra”.

³²⁵ A metodologia sugerida pelos autores envolve uma análise estrutural da narrativa por meio da poética estruturalista de Tzvetan Todorov levando em consideração os seguintes aspectos do texto: semânticos, verbais, figuras de linguagem e outros. De acordo com Todorov, um relato possui sequências narrativas divididas em cinco partes: 1) situação inicial; 2) perturbação da situação inicial; 3) crise ou desequilíbrio; 4) intervenção na crise; 5) novo equilíbrio. A metodologia proposta foi explicada inicialmente na introdução e aplicada aqui.

Na segunda parte da narrativa faremos uma nova análise estrutural quando, portanto, surge um novo equilíbrio. Teremos o desdobramento desta união entre um humano e uma mulher sobrenatural, e as consequências advindas de um conflito que mais cedo ou mais tarde iria se manifestar. Vejamos, então, a outra sequência de análise da narrativa.

1. *Situação Inicial*: O senhor sempre comia com o filho perto de si e a mulher tinha a filha junto a ela.
2. *Perturbação da situação inicial*: Um dia o marido sai para caçar e mata um porco muito grande.
3. *Desequilíbrio ou crise*: D. Diego Lopez traz para casa o porco e o coloca aonde estavam comendo sua mulher e filhos. É lançado um osso para o casal de cães da família que estava junto à mesa. Os animais brigam entre si e a fêmea mata o macho, ferindo-o na garganta.
4. *Intervenção na crise*: O nobre senhor fica admirado diante do acontecido e, tomando aquilo por milagre, faz o sinal da cruz, recomendando-se à mãe de Deus: “Santa Maria val, quem viu nunca tal cousa”.
5. *Novo equilíbrio*: Sua mulher, após o marido ter quebrado a promessa, tenta fugir com os dois filhos, mas só consegue levar a filha. Elas fogem por uma fresta do palácio para as montanhas e nunca mais são vistas.

A estrutura da lenda da Dama do Pé de Cabra também pode ser analisada da seguinte forma:

- I. A lenda principia com um *encontro* entre o cavaleiro e uma mulher sobrenatural, já que estava numa pena, que de alguma forma o seduz com sua linda voz, sua beleza e sua origem social.
- II. Parte-se para um *pacto* proposto pela dama: ela só aceitaria o casamento se o homem promettesse jamais se persignar. Aqui o pacto é explícito, é a condição para que haja o casamento entre os dois.
- III. Acontece a união entre o homem e a mulher “encantada”.
- IV. Algum elemento exterior, seja um parente ou amigo, neste caso é uma situação, desencadeia a *transgressão* do pacto. Em todo caso, inevitavelmente, acontece a transgressão.

- V. Com o rompimento do acordo, a consequência é sempre o desaparecimento da mulher sobrenatural.

Algumas observações acerca desta lenda são necessárias: é impossível não associarmos a narrativa sobre a Dama do Pé de Cabra com as histórias sobre a Melusina. Elas têm um fundo comum, embora guardem algumas diferenças, como veremos adiante. A lenda da dama constitui sem dúvidas um texto melusiniano. Num contexto mais generalizado, cabe a pergunta: por que algumas famílias possuem narrativas míticas sobre a sua origem, ou membro importante de sua linhagem? No caso da lenda da Dama do Pé de Cabra, a narrativa mítica não está ligada ao fundador da linhagem, mas a seu bisneto. Aliás, sobre o filho de D. Froom, fundador da linhagem de Biscaia, não há maiores informações, a não ser o nome da esposa e sua respectiva família de origem. O pai de Diego Lopez, neto de D. Froom, lutou contra os mouros e dele saiu o então senhor de Biscaia, que se casou com uma mulher sobrenatural. Sobre a mãe de Diego Lopez nada sabemos. Neste sentido, a história dos Biscaia contada no *Livro de Linhagens* parece de fato começar com o bisneto, Diego Lopez. É ele quem dará origem a uma geração de homens invariavelmente ligados a guerras contra os mouros. Voltaremos, adiante, mais detidamente às origens desta família com a narrativa de fundação da linhagem a partir de D. Froom.

A Dama do Pé de Cabra, ao contrário de Melusina, não promete prosperidade material ao futuro marido e, embora ela afirme pertencer a uma linhagem muito nobre, nenhuma informação sobre a sua família é fornecida. Nesta lenda, a função também parece ser a de uma mulher fertilizadora que (não tanto quanto Melusina – mãe de uma enorme prole) propicia ao marido um casal de filhos, garantindo assim a continuidade da linhagem. Se sua função é a de prosperidade material, harmonia, caça abundante em seus domínios, talvez o seja ainda mais de prestígio social. Ora, tanto a dama quanto o cavaleiro que a encontrou partilham o mesmo estatuto social, não havendo, portanto, qualquer surpresa quanto ao futuro compromisso que virá do encontro entre membros de uma mesma origem social. A dama, por pertencer a uma alta linhagem, através do casamento com o senhor de Biscaia manteria as relações dentro de uma mesma classe social, unindo duas linhagens de grande prestígio. O casamento, portanto, é legítimo! Independentemente de sua natureza animalesca e do embate advindo dela com a natureza humana de seu marido, a união dos dois funda e justifica a procedência superior dos senhores daquela terra.

Já que tomamos como base a lenda de Melusina, um quadro comparativo exemplifica bem suas diferenças e semelhanças:

DIFERENÇAS		SEMELHANÇAS
<i>Dama do Pé de Cabra</i>	<i>Melusina</i>	
Encontrada na floresta sobre um penedo.	Encontrada numa fonte.	Extrema beleza
Recebe a proposta de casamento do humano.	Propõe casamento ao humano prometendo-lhe prosperidade.	Pacto
A marca de sua sobrenaturalidade, o pé forçado com o de uma cabra, não é um segredo.	O caráter sobrenatural de Melusina aparece aos sábados durante o banho.	Caráter animalesco
O pacto é quebrado pelo marido por um gesto.	A transgressão do pacto pelo marido deve-se à exteriorização pela fala da condição sobrenatural da mulher.	Interdito
A mulher não é mais vista, no entanto irá intervir num episódio da história do marido.	A fada desaparece completamente.	Amor maternal

A Dama do Pé de Cabra também não se transforma em serpente, dragão ou sereia, tal como nas histórias melusinianas. Mas ela guarda, à semelhança das sereias, o domínio de uma bela voz que seduz o humano. A estrutura da lenda poderia ser sintetizada no seguinte esquema:

ENCONTRO – PACTO – INTERDITO – TRANSGRESSÃO – DESAPARECIMENTO

O mais interessante é que a presença desta mulher na vida de Diego Lopez não termina com a sua fuga para as montanhas. Há um desdobramento na história deste homem em que sua antiga esposa será fundamental. A saída de D. Diego Lopez em busca de aventuras tão longínquas como a que empreende contra os mouros é uma forma de reforçar seu poder senhorial, alargando seus domínios territoriais e ampliando o prestígio de sua linhagem. A legitimação do seu nome viria também da sua participação na “Reconquista”. “Procura-se enaltecer neste membro dos Haros a sua capacidade guerreira, o seu espírito empreendedor, que não se contenta com o legado dos antepassados e que procura estender o seu poder e a sua influência para além dos confins do território ancestral legitimamente herdado”³²⁶.

Depois, a cabo de tempo, foi este dom Diego Lopez a fazer mal aos Mouros, e prenderom-no e levarom-no pera Toledo preso. E a seu filho Enheguez Guerra pesava muito de sa prisom, e veo falar com os da terra per que maneira o poderia haver fora da prisom. E eles disserom que nom sabiam maneira por que o podessem haver salvando se fosse aas montanhas e achasse sa madre; e que ela lhe daria como o tirasse. E el foi alá soo, em cima de seu cavalo, e achou-a em cima de ûa pena. E ela lhe disse: “Filho, Enheguez Guerra, vem a mim ca bem sei eu ao que vêes”. E el foi pera ela e ela lhe disse: “Vêes a preguntar como tirarás teu padre da prisom”. Entom chamou ûu cavalo que andava solto pelo monte, que havia nome Pardalo, e chamou-o per seu nome. E ela meteo ûu freo ao cavalo, que tinha, e disse-lhe que nom fizesse força pelo desselarnem polo desenfrear nem por lhe dar de comer nem de beber nem de ferrar; e disse-lhe que este cavalo lhe duraria em toda sa vida, e que nunca entraria em lide que nom encesse dele. E disse-lhe que cavalgasse em ele e que o poria em Toledo, ante a porta u jazia seu padre, logo esse dia, e que ante a porta u o cavalo o possesse, que ali decesse e que acharia seu padre estar em ûu curral, e que o filhasse pela mão e fizesse que queria falar com ele, e que o fosse tirando contra a porta u estava o cavalo. E des que ali fosse, que cavalgasse em o cavalo e que possesse seu padre ante si, e que ante noite seria em sa terra com seu padre. E assim o foi³²⁷.

O primeiro aspecto a destacar é a consulta que o filho de Diego Lopez faz aos da terra. Quando se tratava de uma decisão importante a tomar que envolvesse toda uma região, e ainda por cima com ideais caros ao cristianismo como a luta contra os mouros, uma decisão conjunta não poderia ser evitada. O episódio parece revelar que as consultas deviam ser uma prática corrente entre aqueles homens. Suas opiniões

³²⁶ SOARES, Ana Maria. “A Lenda da Dama do Pé de Cabra: do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro de Barcelos a Alexandre Herculano”. In: *LIMITE*, Nº5, 2011, pp.7-30. (p. 15).

³²⁷ *LL.* (p. 139-140).

encerram também um discurso de autoridade perante o jovem herdeiro do senhorio de Bizcaia. Ora, o poder de um senhor não é simplesmente medido por sua força militar ou pela riqueza de suas terras. O poder senhorial é primordialmente expresso pela sua capacidade de reconhecimento, que envolve entre outras coisas aconselhar-se com os seus, como já analisamos amplamente nos capítulos anteriores. E embora não tivessem a solução para o problema, apresentaram uma alternativa capaz de resolvê-lo. Cumpriram, portanto, um dos papéis destinados aos vassallos. O pacto feudal renovava-se assim a cada vez que as circunstâncias demandavam a participação efetiva de senhores e vassallos exercendo as prerrogativas de seus direitos e deveres.

Ao partir ao encontro de sua mãe, é inevitável observarmos a semelhança desta situação com a que envolveu seu pai. Novamente, a dama se encontra em um penhasco, e sabe exatamente que seu filho viria e o que procurava. Em seu habitat natural, longe da civilização e de todo o interdito que ela propiciava, a Dama do Pé de Cabra restabeleceu seu caráter maravilhoso e seus poderes sobrenaturais, podendo assim ajudar Enheguez Guerra a combater os mouros e resgatar o seu pai. Aqui, o maravilhoso mais uma vez se faz presente, e a situação também se assemelha à anterior, quando a dama de bom grado e sem receber nada em troca (lembramos que ela afirmou a dom Diego Lopes ser uma mulher de muito alta linhagem) aceitou-se casar com o nobre senhor³²⁸. Para seu filho, sem exigir qualquer contrapartida, ela também oferecerá seus dons. “Ora, é justamente o caso dessas Damas Abundância que oferecem seus favores sem que seja preciso solicitá-los; basta-lhes reconhecer a coragem do beneficiário, confirmada, em nosso caso aqui, seja pela caça, seja pela bravura de seus antecedentes”³²⁹. A função da dama como provedora é, a partir de então, renovada como protetora. É a partir dos seus favores que a linhagem dos Haros se perpetuará no tempo e são eles que garantirão seu sucesso por várias gerações, até que a obrigação para a senhora, agora transformada em serpente, seja rompida e o caos se instale.

Novamente um pacto é feito, agora com o filho. “No início, a função da Dama associa-se, sobretudo, à fecundidade reprodutora e, após a ruptura diabólica, ela continua a assegurar a proteção da linhagem, ajudando o filho a liberar o pai”³³⁰. A

³²⁸ Embora a dama do pé de cabra tenha exigido do senhor que ele não se santificasse, pois esse era o interdito para que a união sobrenatural pudesse ser concretizada, não há qualquer transação material envolvendo este casamento, prática tão comum nos matrimônios intranobiliárquicos.

³²⁹ MACHADO, Ana Maria. *Op. Cit.*

³³⁰ MACHADO, Ana Maria. *Op. Cit.*

prosperidade da família dos Haros há de se manter. E, para além da manutenção deste poder, promove-se a sua renovação e ampliação na figura de Enhequez Guerra. Ora, a mãe havia dito que ele jamais perderia qualquer contenda em que entrasse: “e disse-lhe que este cavalo lhe duraria em toda sa vida, e que nunca entraria em lide que nom encesse dele”³³¹. Portanto, o filho honrará o nome da família através dos feitos da guerra, uma das principais formas de garantir o prestígio de um nobre e perpetuar sua linhagem.

A introdução de um elemento mágico, representado pelo cavalo Pardalo, é uma constante na morfologia dos contos maravilhosos. Este elemento visa, muitas vezes, possibilitar um novo desfecho para os acontecimentos, coroando assim a trajetória do herói. O caráter fantástico do animal é bastante evidenciado não só pela inexistência de um transcurso temporal de toda a ação, como também por constituir ele próprio uma espécie de arma: “E ela meteo ûu freo ao cavalo, que tinha, e disse-lhe que nom fizesse força pelo desselarnem polo desenfrear nem por lhe dar de comer nem de beber nem de ferrar; e disse-lhe que este cavalo lhe duraria em toda sa vida, e que nunca entraria em lide que nom encesse dele”³³². Pardalo não é um cavalo comum, ele não precisa se alimentar. Também não é o cavaleiro que o conduz, é a montaria que guia o cavaleiro. E, finalmente, os dois formam um todo orgânico garantidor das vitórias militares e unidos por toda uma vida de conquistas. Enhequez Guerra toma o lugar do pai. De agora em diante, o próprio Diego Lopez o outorga, deixando todas as suas terras e bens para ele. Este lugar também é simbólico. É o filho da Dama do Pé de Cabra quem recebe um apoio mágico, e é também ele que, desbravando por suas atividades militares, aumentará o patrimônio de sua linhagem. Algo também notável para a construção de sua história familiar é o fato de ter libertado seu pai dos mouros, do inimigo cristão, embora não tenha havido um confronto direto neste processo de resgate de Diego Lopez. Como toda narrativa destinada a glorificar uma família, a dos Haros apoia-se em aspectos míticos para sobrepor e justificar sua ascendência superior, seja perante outros senhores locais, seja para se contrapor ao rei de Castela que disputa toda aquela região³³³.

³³¹ *LL.* (p. 140).

³³² *LL.* v. I. (p. 140).

³³³ A primeira parte da narrativa sobre a família dos Haros pode ser considerada como uma reação aos propósitos de dominação da realeza de Castela sobre aquela região. Veremos adiante.

O desenlace da narrativa mítica da família dos Haros não podia deixar de apresentar novamente elementos fantásticos e mais um interdito a ser cumprido. A trajetória dos Haros fica assim marcada pelo sucesso ou fracasso em função dos rigores que uma presença sobrenatural poderia propiciar a uma linhagem.

E depois, a cabo de tempo, morreo dom Diego Lopez, e ficou a terra a seu filho, dom Enheguez Guerra. E algûus há em Bizcaia que disserom e dizem hoje em dia que sa madre // de Enheguez Guerra que este é o coovro (?) de Bizcaia. E cada que i é o senhor de Bizcaia em ûa aldea que chamam Vusturio todolos deventres daas vacas que matam em sa casa, todolos manda poer em ûa peça fora da aldeã, em ûa pena; e pela menhãa nom acham i nada, e dizem que se o nom fizesse assi que algûu nojo receberia del em esse dia e neessa noite em algûu escudeiro de sa casa, ou em algûa cousa de que se muito doesse. E esto sempre o assi passarom os senhores de Bizcaia ataa morte de dom Joham, o Torto. E algûus o quiserom provar de o nom fazer assi, e acharom-se mal. E mais dizem hoje em dia i, que jaz com algûas molheres i nas aldeas, ainda que nom queiram, e vem a elas em figura d'escudeiro, e todas aquelas com que jaz tornam escooradas³³⁴.

Se a punição por outro pacto não-cristão não veio de imediato, impondo-se ao filho, a desgraça não deixará de cair sobre os senhores de Bizcaia ao longo de algumas gerações. “Após a sexta geração da família, a ordem foi desobedecida e a Dama – agora metamorfoseada em serpente para engolir sua refeição – traveste-se então em um escudeiro para deitar com as mulheres da cidade e sugar-lhes o sangue”³³⁵. Ao que parece, nenhuma aliança, seja ela mítica ou de outra natureza, é permanente e duradoura o suficiente para manter o domínio de uma linhagem sobre uma região.

O castigo imputado pela Dama é bastante simbólico, e recai exatamente sobre o que de mais caro pertencia a nobreza, embora representado por um escudeiro. Ora, o escudeiro aqui é o símbolo da guerra e do militarismo necessário para que uma família como a dos Haros perpetuasse seu poder. Se a penalidade era justamente imposta a um representante das armas, ela significava, como de fato ocorreu, o fim daquilo que constitui uma parte primordial do que é ser nobre. O fim da linhagem estava, portanto, vaticinado. A derrocada é dupla: os favores mágicos são perdidos e, conseqüentemente, todo o brilho que trazia, pois agora não é mais considerado como um sinal de prestígio e sim como uma maldição que levou ao fim toda uma geração. Além da suposta

³³⁴ LL. (p. 140).

³³⁵ MACHADO, Ana Maria. *Op. Cit.*

superioridade adquirida pelo elemento mágico, os senhores de Bizcaia perdem também seu poder material. Duplo desprezo. Dupla mancha. Fim duplo. A genealogia de uma família pode, então, facilmente alcançar o mais alto posto dentre todas as narrativas com a presença insubstituível e fundamental de um elemento mágico. No entanto, este mesmo elemento é capaz de destruí-la, pondo fim à sua honra e ao seu nome no quadro de uma nobreza que buscava qualquer tipo de estratégia para chegar ao poder e manter-se nele.

É importante ressaltar que Enheguez Guerra assume o senhorio deixado pelo pai e, como bravo guerreiro já anunciado e previsto por sua mãe, vence muitas batalhas e aumenta o seu domínio sobre vastos territórios conquistados. A função desbravadora da dama, do modelo melusiniano, é então realizada pelo filho.

Na construção genealógica de uma linhagem, no caso específico dos Haros, muitos outros caminhos poderiam ser tomados, outros cruzamentos vários poderiam ter sido estabelecidos. Sua genealogia, inclusive, poderia ter sido construída sem a presença de um elemento mágico. Mas é exatamente este elemento que faz com que uma família sem muito destaque junto a outros grupos nobres possa ser então notada. Até mesmo em relação aos relatos melusinianos, no plano da historicização, a *Dama do Pé de Cabra* apresenta inovações:

O grande desafio concerne justamente no estabelecimento de uma harmonia entre uma empresa nitidamente cristã – a cruzada contra os mouros – e as ações comandadas por uma fada que está sendo diabolizada. Quando percebemos que a libertação de Diogo Lopes do jugo muçulmano foi favorecida pelo intermédio de um objeto mágico oferecido pela Dama e que as condições que ela exige de Inigo Guerra prolongam o pacto maléfico, há algo de incompreensível na ajuda que ela traz a um cavaleiro cristão, sobretudo quando este está sob o poder dos mouros, logo, dos aliados da Dama-diabo e de sua corte³³⁶.

A explicação para o auxílio da fada não pode reduzir-se a um amor maternal. As complexidades que permeiam a construção da narrativa desta linhagem vão além de um fio puramente amoroso, o que limitaria não só a história da família como a própria imagem da mulher-fada, que seria reduzida a um caráter singularmente humano. Para Ana Maria Machado, apoiada em Luis Kruz, a função da Dama termina por consolidar-se como proteica: “L. Kruz interpreta o gesto benfazejo da Dama como um reforço dos poderes bélicos; indiferente à traição do passado, ela assegura as vitórias da linhagem,

³³⁶ MACHADO, Ana Maria. *Op. Cit.*

então representada pelo filho, Inigo Guerra³³⁷. A linhagem dos Haros, portanto, é beneficiada por uma presença sobrenatural capaz de imputar a esta família não só a conquista de territórios e a garantia de uma geração para perpetuar o seu nome. A proteção, função proteica, para que tudo isso fosse possível, constituía-se como fundamental.

3. A Origem Mítica de uma Linhagem

O recurso a uma origem mítica para justificar a superioridade da nobreza, seja em relação aos outros estados da sociedade ou, principalmente, às facções de seu próprio grupo é bastante utilizado, especialmente em crônicas. “Assim se incorporam ao passado das famílias (através de clérigos ao seu serviço) ou dos reinos por elas detidos, os heróis do ciclo troiano, carolíngio e bretão³³⁸. Os cronistas reais utilizavam com frequência a vinculação a um herói mítico, com destaque para os nomes da Antiguidade em textos clássicos com *Thèbes*, *Troie*, *Enéas*, nas genealogias dos reis, garantindo brilho e um passado que remetia a tempos imemoriais, grandioso e sem espaço para contestações. Além deste gosto pelas matérias da Antiguidade, aproveitava-se também “materiais folclóricos, colhidos na crescente produção literária “cortesã” em língua vulgar, sobretudo a produção épica que a empresa ocidental das Cruzadas incentivava e que recriava temas tradicionais que até então circulavam por via oral³³⁹.”

A história desta família inicia-se com o senhorio de Bizcaia então dominado por um senhor que já não mais atendia às necessidades dos locais. Toda a narrativa dos Haros e formação de sua linhagem pode ser dividida em duas grandes partes. “De facto, a primeira lenda debruça-se sobre a criação do senhorio da Biscaia e tem como principal objetivo não só o de demonstrar a ancestralidade deste território mas também o de legitimar os seus fundadores e a descendência deles proveniente³⁴⁰. Seu relato fundacional adquire duas características distintas: um primeiro momento marcado pela

³³⁷ *Idem. Ibidem.*

³³⁸ NUNES, Irene Freire – “Mulheres Sobrenaturais no Nobiliário Português – a *Dama Pé de Cabra e a Dona Marinha*”. *Medievalista*. Nº8, (Julho de 2010). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA8\nunes8004.html>. ISSN 1646-740X. Consultado em 20/10/2016.

³³⁹ *Idem. Ibidem.*

³⁴⁰ SOARES, Ana Maria. “A Lenda da Dama do Pé de Cabra: do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro de Barcelos a Alexandre Herculano”. In: *LIMITE*, Nº5, 2011, pp.7-30. (p. 8).

historicidade de sua criação, ou seja, um momento situado no tempo, embora sem precisão exata e também vinculado a uma carga de conquista amparada pela aceitação dos habitantes locais; o segundo momento é caracterizado pelo elemento fantástico, a narrativa mítica constitui o cerne daquela família, introduzindo o caráter mágico, prestigioso e diferencial para a afirmação dos Haros.

As questões feudo-vassálicas estão em primeiro plano para o entendimento da constituição da linhagem dos Bizcaia. Justificar o senhorio, especialmente em relação aos interesses do rei de Castela, era primordial para os propósitos da construção genealógica de uma linhagem que se queria respeitada. Não por acaso, o princípio da narrativa, sua primeira frase em verdade, é a afirmação peremptória de que o senhorio existia antes mesmo de existir um rei.

Bizcaia, que foi senhorio primeiro em seu cabo, ante que el rei houvesse Castela, e ó depois em Bizcaia não haviam nem ~uu senhor. E havia ~uu conde em Estruras // que havia nome Dom Moninho, e vinha-lhes fazer mal. E veo a poer com eles preito, que lhes dessem cada anno ûa vaca branca e ~uu boi branco e ~uu cavalo branco por conhecimento, e que lhes nom faria mal; e esto faziam eles por mui gram força, que nom poderom fazer mais.

Podemos inferir, a partir do que essa observação revela, que muito provavelmente existia uma disputa entre o condado de Castela e o senhorio de Bizcaia. A maneira mais contundente e satisfatória de legitimar os nobres da região que reivindicavam como de sua família era a criação de uma narrativa de caráter lendário demonstrando que, antes mesmo do condado de Castela, havia um grande e poderoso senhorio cujos ancestrais tinham sido homens ilustres e de conduta impecável.

O primeiro ponto a que quero chamar atenção aqui é a ligação entre os deveres dos vassallos, nos primórdios do surgimento do senhorio de Bizcaia, com a obrigação que a família de D. Diego Lopez tinha para com a Dama do Pé de Cabra. Com este tal conde D. Moninho, o tributo prestado constituía-se de uma vaca branca, um boi branco e um cavalo branco. Ora, a dama exigia as entranhas das vacas mortas sempre que um senhor de Bizcaia estivesse em Vustúrio. As exigências a que estavam submetidos representava a submissão da totalidade do corpo social, já que, simbolicamente, o boi assumia a primeira função na ideologia tripartite europeia, ou seja, o privilégio de intermediação com o sagrado; o cavalo constituía os atributos guerreiros e, por fim, a vaca tomava a função dos *laboratores*, da produção. “Com efeito, o tributo funcionava como sinal de «conhecimento», isto é, como forma de obrigar os habitantes da Biscaia a

assumi-lo como seu senhor. [...].Sendo assim, este tributo representava uma verdadeira humilhação, pelo que o povo da Biscaia via com maus olhos tal imposição.”³⁴¹. Não custa ressaltar, como veremos adiante, que a consolidação do novo senhor da região e fundador da linhagem dá-se num campo de batalha, em Vustúrio. Portanto, de uma maneira ou de outra, os moradores daquela região sempre estariam sob o jugo de um senhor, fosse ele um conde cobrador de encargos pesados demais que já não suportavam, ou os descendentes da Dama descumpridores da obrigação que lhes foi imposta para que tivessem como garantia proteção e prosperidade.

Para além das discussões historiográficas em torno do conceito de feudalismo na Península Ibérica, a afirmação de Estepa Díez encontra aqui lugar indiscutível: “Si un señorío es un feudo, ello no deja de ser una cuestión técnica; lo sea o no lo importante es que hay un dominio sobre hombres y tierras. Para el estudio de una sociedad, ¿no es esto último lo más importante?”³⁴² Um senhorio podia tratar-se de uma propriedade fundiária através da qual se obteria rendas, marcando assim uma sujeição econômica. Em outros casos, o senhorio podia ser uma propriedade sujeita a um tributo em reconhecimento de um senhor. Este último caso caracteriza a situação dos biscainhos, submetidos ao poderio do conde Monido. Segundo Estepa Díez, a configuração do poder senhorial coincide com a formação da nobreza:

Desde los albores del feudalismo, en el siglo X, asistimos a la configuración del poder señorial. Unos emergentes poderes locales, procedentes de las comunidades de aldea o exteriores a ellas, sirvieron de intermediarios en el control de las comunidades por los condes de Castilla. **Tal configuración del poder señorial coincide con la formación de la nobleza. Para el período condal podemos hablar de los miembros de las familias condales y de los infanzones, éstos sobre todo a escala de los alfofes. No obstante, la nobleza no era un cuerpo cerrado de privilegiados.** En torno al año 1000 hubo *maiores* de las comunidades convertidos en infanzones, así como hubo caballeros villanos (el célebre fuero de Castrojeriz, fechado em 974) que obtuvieron privilegios semejantes a los infanzones.³⁴³

A relação entre formação da nobreza e configuração do poder senhorial pode ser observada mesmo a longo prazo, quando linhagens são formadas, genealogias refeitas, e grandes narrativas sobre suas origens ilustres e gloriosas são construídas. O poder

³⁴¹ SOARES, Ana Maria. *Op. Cit.* (p. 10).

³⁴² ESTEPA DÍEZ, Carlos. “Notas sobre el Feudalismo Castellano en el marco historiográfico general”. In: SARASA, Esteban e SERRANO, Eliseo (orgs.). *Estudios Sobre Señorío y Feudalismo*. Institución “Fernando el Católico”: Zaragoza, 2010. (p. 81).

³⁴³ *Idem. Ibidem.* (p. 95-96; grifo nosso).

senhorial, o poder da nobreza, também assenta-se nesse aspecto imaterial tão fortemente difundido entre a aristocracia ibérica e por ela tomado em cores diversas, vivas e captáveis através de listas de parentes envoltas em relatos complexos, lendários, históricos. A escrita de suas vidas, de seus ancestrais, de seus descendentes, tornava possível uma forma de perpetuação e legitimação de seu poder.

Quando em Bizcaia os locais já não mais suportavam os excessos daquele que exercia seu poderio sobre a região surge, de forma providencial, um nobre de origem incontestável, capaz de livrá-los do antigo senhor cuja exploração já tinha ultrapassado todos os limites do suportável.

E a pouco tempo chegou i ~ua nao em que vinha ~uu homem boo que era irmão d’el rei d’Inglaterra, que viinha de la deitado e havia nome Froom, e trazia consigo ~uu seu filho que havia nome Furtam Frooz; e deitara-os el rei d’Inglaterra do reino. E chegando ali, soube como andavam em sa contenda com o conde dom Moninho das Estruras. E entom, disse-lhes quem era, e, se o quisessem filhar por senhor, que os defenderia delo. E eles virom-no homem de prol, e souberom que era d’alto sangue. Disserom que lhes prazia, e entom o filharom por senhor³⁴⁴.

Ao longo de todo o *Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro*, o qualificativo que melhor caracteriza a nobreza é a designação de “homem bom”. “Bom” pode ser facilmente entendido ao longo do texto como nobre, embora nem todo nobre fosse bom ou recebesse esta classificação. “Apesar de este território não pertencer ao Conde das Astúrias, a independência de Biscaia dificilmente se manteria se não fosse encontrado um senhor que se impusesse quer pela força das armas quer pela excelência da sua linhagem”³⁴⁵. D. Froom trazia consigo o necessário para distingui-lo entre tantos outros nobres e até mesmo do “perverso” D. Moninho: o inglês era irmão do rei, o que por si só já o distinguia de todos os demais, pois o sangue real também corria em seu corpo. Além de ser um homem bom, como mencionado anteriormente e, o que não poderia ser de outra forma tendo em vista sua origem, era um homem de grandes habilidades guerreiras. A origem de D. Froom é, portanto, fundamental para que os locais o aceitem³⁴⁶.

³⁴⁴ LL. (p. 137).

³⁴⁵ SOARES, Ana Maria. *Op. Cit.* (p. 10).

³⁴⁶ O direito de escolha do senhor era prerrogativa de uma forma específica de senhorio, a *beetria*, em que a comunidade possuía um conjunto de direitos comparativamente maiores, entre eles, a escolha do senhor. Foi mais comum em Castela, porém também ocorreu em Portugal ainda que em menor incidência. GRACA L. “Tributos, Señores y Situación Campesina en Behetrías y Concejos de Realengo. Siglos XII-

Apercebendo-se da «comtenda» entre o senhor das Astúrias e os biscainhos, Dom Froom, antes de propor um acordo aos locais, opta por revelar primeiro a sua identidade. Ora, a esta estratégia subjaz uma intenção muito particular. Ao sublinhar a sua pertença à alta nobreza, a uma linhagem que superava a do conde Moninho, Dom Froom demonstrava de imediato a sua legitimidade aristocrática para se assumir como futuro senhor da Biscaia. Por outro lado, sendo nobre, detinha o poder das armas, o que se revelava bastante útil naquela conjuntura adversa³⁴⁷.

Neste contexto, é evidente o processo de deambulação que boa parte da nobreza excluída de heranças e privilégios de primogenitura realizava para encontrar em outras paragens melhores condições de existência, como o estabelecimento de um senhorio. Os filhos segundos despossuídos de herança erravam então em busca de casamento, senhorios, glórias militares, destacavam-se para se tornarem de fato nobres não apenas no nome, como também nas posses e poderes advindos de sua nova condição de senhores. Ao que tudo indica, foi este o caso de Dom Froom, irmão do rei da Inglaterra. O afastamento do filho desprovido de bens significava não só o sucesso do primogênito, livre de qualquer ameaça consanguínea direta a contestar a posição ou a herança de seu título e senhorios, como também, caso o errante obtivesse êxito, a expansão do raio de alcance de uma nobreza que poderia ultrapassar fronteiras geográficas consideráveis.

Numa sociedade que tinha na família o quadro básico, quem não se incluísse nele era lançado na marginalidade. Daí a grande mobilidade destes filhos segundos sem raízes. A memória da sua vida aventureira ocorre sempre a propósito dos cavaleiros errantes originários da aristocracia e a tal ponto se tornou um lugar-comum que forneceu um ou dois séculos mais tarde a inspiração para os escribas ao serviço da alta nobreza inventarem os fundadores que faltavam nos livros de linhagem³⁴⁸.

No exemplo em análise, e tendo como ponto focal a referência clara do próprio Conde D. Pedro que constrói uma imagem de nobreza peninsular, a mensagem que também transborda é a de uma aristocracia una e familiar a todas as nobrezas locais.

XV^o. **Studia Historica. Historia Medieval** [Internet]. 1 Dic 2009 [citado 28 Mar 2017]; 14(0): . Disponible en: http://revistas.usal.es/index.php/Studia_H_Historia_Medieval/article/view/4470

³⁴⁷ *Idem. Ibidem.* (p. 11).

³⁴⁸ BERNARDO, João. *Poder e Dinheiro: do poder pessoal ao estado impessoal no regime senhorial, séculos V-XV. (Parte II: Diacronia – conflitos sociais do século V ao século XIV.* Porto: Edições Afrontamento, 1997. (p. 132).

Uma identidade única marcada pela diferença que os separa dos despossuídos de privilégios.

D. Froom legitima seu poder sobre Bizcaia através da força das armas, ao vencer o conde D. Moninho, ao mesmo tempo em que o desafia não aceitando pagar o tributo exigido pelo conde das Astúrias. “Ser señor de un lugar también era, em parte, ser capaz de imponerse como tal y no sólo sobre los campesinos, sino también sobre los otros señores en un marco de competencia interseñorial”³⁴⁹.

E a poucos dias enviou o conde dom Moninho a demandar aquel trebuto, e el disse que lho nom daria; e se o quisesse vir damandar que lho defenderia. E o conde dom Moninho juntou sas gentes e veo a eles. E dom Froom com os Bizcainhos saio a ele, e juntarom-se aalem de ~ua aldea que ora chamam Vusturio, e lidarom e venceo dom Froom e os Bizcainhos o conde dom Moninho, e matarom-no com gram peça dos seus, que todo o campo ficou cheio de sangue e pedra que i havia.³⁵⁰

Vencida a prova de força, o estrangeiro, agora senhor de Bizcaia escolhido por seu povo, afirmava também sua potência militar perante possíveis futuros aventureiros conquistadores daquela região. A ajuda dos próprios biscainhos é sinal de sua aprovação, aceitação e legitimação como senhor que “liberta” os locais de um tirano. O laço estabelecido entre D. Froom e os de Bizcaia é um contrato feudo-vassálico apoiado pela conquista militar e pela liberdade concedida por ele. “[...] o senhor se compromete a conceder proteção aos seus vassalos, enquanto estes últimos, em troca, aceitam prestar-lhe serviço e reconhecer a sua legitimidade como senhor de todo aquele território, apesar de ser um estranho recém-chegado àquelas paragens”³⁵¹. D. Froom torna-se, então, um modelo de senhor, visto que o estabelecimento de seu poder dá-se através da conquista da confiança daquelas pessoas, e de forma consensual há a realização do acordo pelo qual ambos seriam beneficiados. Vale destacar que os biscainhos não contestavam a existência de um senhor, de se submeterem a um senhor, mas sim os excessos com que vinham sofrendo. A complexidade do sistema feudal e todas as suas contradições aparecem aqui de forma evidente. Não há um desejo de independência, nem um prenúncio de revolta daqueles homens, não há contestação ao

³⁴⁹ ÁLVAREZ, Ignacio. “Señorío y Feudalismo en Castilla”. In: SARASA, Esteban e SERRANO, Eliseo (orgs.). *Estudios Sobre Señorío y Feudalismo*. Institución “Fernando el Católico”: Zaragoza, 2010. (p. 171).

³⁵⁰ *LL.* (p. 137-138).

³⁵¹ SOARES, Ana Maria. *Op. Cit.* (p. 11).

estado das coisas, mas sim ao seu agravamento. Afinal, o senhor deveria cumprir as suas funções e não as exorbitar, visando somente o seu benefício. Suas prerrogativas senhoriais demandavam que praticasse a proteção. Ora, o que mais observamos ao longo do *LL* é a violência exercida pela nobreza em aldeias, vilas, castelos, senhorios, provocando a fome, doenças e mortes para todos aqueles que deveriam estar sob sua proteção.

A narrativa da vitória irrefutável sobre o conde de Astúrias e o significado dado ao nome daquele campo em que ela aconteceu não são por acaso. Há, claro, a ligação que já ressaltamos com o tributo imposto pela Dama do Pé de Cabra para os seus descendentes que visitassem o vilarejo de Vusturio, e talvez exatamente por isso a referência se faça tão exata. A confirmação de que existiu tal lugar que num passado longínquo foi palco da vitória dos ancestrais da família que se fazia contar no *LL* é um sustentáculo a mais para o projeto genealógico empreendido na exaltação da linhagem dos Haros. “E por esta mortiindade, que i foi tamanha que as pedras e o campo foi todo vermelho, poserom-lhe nome ao campo o campo de Arguriega, que tanto quer dizer por seu linguagem de vasconço, como pedras vermelhas pelo nosso; e hoje em este dia assi ha nome”³⁵².

A história era, portanto, verdadeira. E o local precisa ser lembrado não só como marco geográfico para todos que ali passassem. O campo de Arguriega é também o símbolo da liberdade dos biscainhos, conquistada da forma mais relevante para os homens daquele tempo e, principalmente, para os que reivindicavam sua origem naquela batalha. A primeira parte do relato fundacional da família dos Haros estava, então, embasado nesta vitória e conquista, não deixando margem para contestações de outros senhores interessados na região ou mesmo para os propósitos do rei de Castela. O texto mítico e os dados genealógicos apontavam no mesmo sentido: “apresentar a origem dos Haros como anterior à dinastia real castelhana, inclusivamente na participação de alguns dos seus membros nas campanhas militares contra as hostes islâmicas chefiadas por Almançor”³⁵³. Qualquer hostilidade política da parte do condado de Castela fica deslegitimada, pois a narrativa de fundação da linhagem dos Haros não permitia dúvida sobre sua origem anterior àquele condado. Além de seu passado longínquo, histórico, amparado na materialidade presente até hoje do campo de

³⁵² *LL*. (p. 138).

³⁵³ NUNES, Irene Freire. *Op. Cit.*

Arguriega, na origem de alta nobreza de seu fundador de sangue real, a segunda parte dessa genealogia coroa o sucesso e prestígio de seus descendentes.

O relato mítico transforma-se, mais do que nunca, no elemento definidor de uma nobreza amparada num tempo que não é dos homens, um tempo indefectível. Este tempo mítico e fantástico imputava aos seus descendentes um carácter excepcional para sua linhagem que suscitava admiração, reverência e temor. A narrativa estava completa. A linhagem guardava toda a nobreza que um nome podia carregar.

A cabo de tempo morreo este dom Froom e ficou seu filho Furtam Froeez por senhor de Bizcaia, e foi casado com dona Elvira Vermuiz, filha de Vermuu Laindez e neta de Alaim Calvo, e fez em ela dom Lopo Ortiz, que ficou por senhor de Bizcaia. // Este dom Lopo Ortiz foi o que foi com o conde dom Fernam Gonçalvez na lide de Almançor, e saio dele dom Diego Lopez³⁵⁴.

Até o aparecimento de D. Diego Lopez, o representante da linhagem responsável pela introdução do elemento maravilhoso dado o seu casamento com a Dama do Pé de Cabra, não há qualquer narrativa detalhada sobre os membros da família. A genealogia segue, então, como acontece com as outras genealogias europeias, como uma forma de listas de nomes seguida por informações concernentes a linhas diretas de filiação, casamentos e títulos por herança. Nesta linha de descendentes, D. Diego Lopez aparece como bisneto de D. Froom, o homem que venceu em batalha o antigo senhor de Bizcaia e constitui o mais antigo ancestral da família.

A narrativa fundacional da linhagem dos Haros é rica em detalhes e planos narrativos, evidencia uma elaboração acurada a respeito daquela família, uma forma prestigiosa de alcançar brilho e ser merecedora de constar na obra do Conde D. Pedro. De D. Diego Lopez “é conhecido o bom acolhimento dado a jograis e trovadores, dos quais é objecto de louvores. Raimon Vidal de Besalù, como Aimeric de Peguilhan veem na sua morte o fim de uma época caracterizada pela generosidade dos senhores, o tempo em que o mérito e a liberdade eram os instigadores máximos da criação literária”³⁵⁵. A aristocracia dava, assim, um novo sentido ao seu ideal de superioridade. Diferenciava-se materialmente por suas posses e poderes advindos delas, por sua soberania guerreira e pela construção de um nome honrado e respeitado não só no campo militar, mas também no âmbito literário.

³⁵⁴ LL. (p. 138).

³⁵⁵ NUNES, Irene Freire. *Op. Cit.*

4. Os Marinho e sua origem fantástica

No *LL* há a presença de outra narrativa, embora mais curta, que também se refere a uma linhagem de origem mítica. É da família dos Marinho. O nome já é uma clara evidência de sua ligação com o mar. Os descendentes desta linhagem são filhos de Dona Marinha, uma mulher originária das águas e cujos descendentes perpetuarão o seu nome, embora durante todo o tempo em que esteve casada com D. Froiã tenha permanecido muda.

É essa mudez que marca e mantém a sua estranheza de dama marinha. Neste aspecto ela é também uma antepassada duma longa linhagem de sereias mudas, de que a Sereiázinha de Hans Christian Andersen é a descendente mais popular. Quer uma quer outra só se poderão tornar verdadeiramente humanas através duma intervenção masculina³⁵⁶.

No que diz respeito à tradição oral moderna dos contos melusínianos, ou articulados em torno da mudez da mulher, Isabel Cardigos encontrou um registro de um conto recolhido em Israel, por volta de 1950 e 1960, junto a um judeu marroquino (localiza-se nos “Folklore Archives” de Haifa). Este episódio está inserido numa longa narrativa, cujo conteúdo é o seguinte:

[...] A rainha, com saudades do pai e da família, deixou de falar; por vezes ficava a cismar sobre a casa dos pais, sobre a sua antiga família. Como as saudades aumentassem, deixou de falar e nem sequer respondia às perguntas que lhe faziam. O rei reuniu os conselheiros e disse-lhes: “Por favor façam, façam o que entenderem, mas consigam que minha mulher volte a abrir a boca e a falar”. Os conselheiros sugeriram ao rei que pegasse num dos filhos e, com uma faca de carnicheiro, fingisse, diante da rainha, que ia matar o filho. Se a rainha, perante isso, abrisse a boca e gritasse, então continuaria a falar como um ser humano. Se não, ficaria silenciosa até ao fim da vida. Ele assim fez, e fingiu que ia matar o filho. A rainha ficou muito agitada e tentou falar. Com o esforço, saiu-lhe da garganta um fio de erva, e começou a falar com o rei e, daí em diante, falou como um ser humano³⁵⁷.

³⁵⁶ CARDIGOS, Isabel. “A Mudez de dona Marinha: lendas e contos em torno do silêncio da mulher”. In: BELTRÁN, Rafael e HARO, Marta. *El Cuento Folclórico en la literatura y en la tradición oral*. PUV: Universitat de València, 2006.(p.90).

³⁵⁷ *Idem. Idem.* (p. 105).

A origem geográfica desta lenda e suas claras aproximações com a lenda de Dona Marinha fez Cardigos propor a hipótese de que sua origem se encontre no Sul. “Se tivermos em conta a narrativa d’ *As Mil e Uma Noites*, relativamente próxima destas duas, não parece descabido conjecturar que é do Sul que vem a lenda portuguesa – e não do norte celta com que estão relacionadas as narrativas de cariz melusiniano”³⁵⁸. José Mattoso, por sua vez, cogita justamente a origem céltica destas narrativas mitológicas:

[...] é evidente que o fato de encontrarmos uma provável origem céltica para os contos da Dama do Pé de Cabra e D. Marinha não significa que tenham sido introduzidos em Biscaia e na Galiza só durante a época medieval. Podem resultar de tradições muito mais antigas e já profundamente enraizadas na cultura local³⁵⁹.

Não estamos aqui em uma busca que nos parece estéril sobre a origem das lendas, mesmo porque sabemos o quanto este tipo de narrativa circula e possui um fundo estruturante comum presente nas mais diversas regiões. O mais importante a questionar é o uso dado a estas histórias e o quanto são utilizadas para fundamentar e perpetuar o poder de uma classe social.

Diferentemente da abordagem que propomos, já que Isabel Cardigos investiga o silêncio da mulher e o seu significado em diversos contos e lendas nas mais diversas regiões, a autora assinala que o elo entre as narrativas que analisa e as histórias melusinianas é o amor pelos filhos.

Há inúmeras versões de lendas melusinianas, quer na tradição escrita medieval, quer na tradição oral europeia. Todas elas têm em comum um outro traço não estrutural: as suas protagonistas (incluindo aqui também a Dona Marinha) salientam-se mais pelo amor maternal que pelo amor conjugal³⁶⁰.

Todas as mulheres apresentadas acabam por quebrar o silêncio, sinal de sua condição sobrenatural, em nome da vida dos filhos. Entendendo que o silêncio é o que mantém o compromisso do homem para com a mulher e é o que faz da mulher diferente do homem, sua quebra significará a entrada na condição de humanidade ou sua completa separação em relação a ela. “Calar o nome é respeitar a identidade, a qual está

³⁵⁸ *Idem. Idem.* (p. 106).

³⁵⁹ MATTOSO, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Editorial Estampa, 1980. (p. 80).

³⁶⁰ CARDIGOS, Isabel. *Op. Cit.* (p. 96).

intimamente ligada à origem”³⁶¹. No entanto, nem sempre essa origem é totalmente esclarecida ou mesmo faz parte da própria formação simbólica da personagem enredada nos mistérios que constituem a sua qualidade não-humana.

A semelhança do início da narrativa sobre a origem dos Marinho com a narrativa da Dama do Pé de Cabra é bastante clara, e corrobora o quadro em que se inserem as narrativas de fundo mítico protagonizadas por mulheres sobrenaturais com características mutantes. Assim, no título LXXIII do *Livro de Linhagens*, “Do Linhagem Donde Veem Os Marinhos, Donde O Mais Longe Sabemos; E Forom Naturaes De Galiza”, temos as informações sobre essa família que também reivindica uma origem nobre.

O primeiro foi ~uu cavaleiro boo que houve nome dom Froiam, e era caçador e monteiro. E andando ~uu dia em seu cavalo per riba do mar, a seu monte, achou ~ua molher marinha jazer dormindo na ribeira. E iam com ele tres escudeiros seus, e ela, quando os sentio, quise-se acolher ao mar, e eles forom tanto empos ela, ataa que a // filharom, ante que se acolhesse ao mar. E depois que a filhou aaqueles que a tomarom fe-a poer em ~ua besta, e levou-a pera sa casa. E ela era mui fermosa, e el fe-a bautizar, que lhe nom caia tanto nome nem ~uu como Marinha, porque saira do mar; e assi lhe pôs nome, e chamarom-lhe dona Marinha. E houve dela seus filhos, dos quaes houve ~uu que houve nome Joham Foiaz Marinho³⁶².

Consideramos a narrativa dividida em dois momentos, um primeiro em que há um encontro do cavaleiro com a mulher sobrenatural, e o segundo em que sua condição maravilhosa é perturbada e acontece o desenlace da história. No trecho acima, temos o que consideramos o primeiro momento. Estas narrativas também trazem claras semelhanças com os romances arturianos em que o cavaleiro se perdia na floresta e alguma aventura muito maravilhosa lhe acontecia.

O destaque primeiro cabe à caracterização do nobre: é um cavaleiro bom, caçador e monteiro. Fisicamente, estas eram as primeiras características a identificar a nobreza. A bondade em cavalaria significava bons feitos de armas e, conseqüentemente, respeito entre seus pares. Muitos são os homens caracterizados no *LL* como bons cavaleiros, mas esta qualidade não se aplicava a todos os nobres. Deste modo, percebemos que aqueles que são apresentados pelo Conde D. Pedro desta forma

³⁶¹ *Idem. Idem.* (p. 97).

³⁶² **Livro de Linhagens do Conde D. Pedro.** *PORTUGALIAE MONUMENTA HISTORICA.* Edição Crítica por José Mattoso, v. II/2. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa: 1980. (p. 169).

acrescentavam à sua linhagem um brilho a mais, um ponto outro de distinção. A prática da caça e a boa montaria eram requisitos fundamentais da alta aristocracia, constituindo um elemento de diferenciação. O cavaleiro encontrava-se em plena atividade esportiva e, mesmo que não haja menção a qual tipo de animal constituía sua empreitada, o produto desta aventura é facilmente associado ao encontro com a mulher-peixe.

D. Froiam não estava sozinho, iam com ele pelos menos três escudeiros, ou seja, tratava-se de um senhor poderoso, com vassalos sob sua proteção e com deveres próprios respeitantes ao contrato de vassalagem. É possível cogitar que estes escudeiros também podiam tratar-se de filhos segundos, vindos de regiões distantes ou de famílias nobres de menor estirpe, que se dedicavam ao serviço de um senhor poderoso para adquirir formação bélica, alcançar algum prestígio. “Os *juvenes* saídos da classe dominante integraram-se muitas vezes na domesticidade guerreira dos senhores de maior fortuna, de monarcas até, na esperança de virem um dia a ser instalados em senhorias próprias, e para isso frequentemente atravessaram grandes distâncias”³⁶³. Caso obtivessem sucesso e conquistas militares poderiam almejar um senhorio como recompensa por seus trabalhos e, como prêmio final a todos os seus esforços, o tão desejado casamento e a mais sonhada ainda família, com filhos perpetuando o seu nome.

No que diz respeito ao encontro entre o cavaleiro e a mulher sobrenatural, o destaque recai sobre o fato de ela ter sido encontrada em sua forma não-humana. Diferentemente da Dama do Pé de Cabra, que só após a violação do interdito pelo marido adquire formas animalescas diabólicas. “Tratando-se muito provavelmente duma mesma mão que escreve este texto e o de Dona Marinha, não podemos deixar de reparar no contraste entre a mudez desta e aquela voz que primeiro atrai o cavaleiro, cantando “muito alta” de cima duma penha”³⁶⁴. D. Froiam sabia exatamente que tipo de mulher havia encontrado. Encontrado e raptado, pois se trata, com todas as letras, de um rapto, uma vez que ela resiste em sair das águas, tenta a fuga pelo mar, mas é capturada pelos homens do cavaleiro. Também aqui há outra divergência com a lenda da Dama, já que esta se casa com Diego Lopez por espontânea vontade. Em verdade, é a Dama que

³⁶³ BERNARDO, João. *Poder e Dinheiro: do poder pessoal ao estado impessoal no regime senhorial, séculos V-XV. (Parte II: Diacronia – conflitos sociais do século V ao século XIV*. Porto: Edições Afrontamento, 1997. (p. 132).

³⁶⁴ CARDIGOS, Isabel. *Op. Cit.* (p. 94).

suscita o cavaleiro a pedir-lhe em casamento. Já Dona Marinha não teve escolha. O casamento selado com o cavaleiro veio de forma violenta.

A imagem proporcionada pelo relato em que a mulher sobrenatural tenta fugir assemelha-se muito à imagem de uma caçada. Os nobres cavaleiros em bando, seguidos e auxiliados por seus escudeiros, partem em busca do prêmio por se lançarem em tão arriscada aventura. Grande parte destas caçadas destinavam-se à captura de animais de carne nobre para a alimentação da aristocracia. Em alguns casos, a nobreza do animal constituía-se em relevância ainda maior para o cavaleiro que o capturasse, como no caso do cervo. Sua beleza e simbologia trazia ainda mais brilho para o vencedor do preito. Em outros casos, a caça adquiria ares fantásticos e o animal a ser apanhado apresentava-se como sobrenatural. O prêmio então ganhava outros contornos, e o nobre agraciado com tal visão que conseguisse dominar o ser fantástico, garantiria à sua linhagem uma origem mítica, incontestável, propiciadora de favores e elevada a um grau superior na hierarquia social.

A apropriação genealógica das "damas da floresta" e a sua inserção na memória linhagística das famílias senhoriais [...], recolhida na literatura dos séculos XII e XIII implica, portanto, uma tentativa de vincular essas famílias aos poderes benéficos, fertilizantes e regenerativos das fadas. Reconhecendo invulgares qualidades de coragem e ousadia, são elas que concedem a cavaleiros eleitos o mais alto dom: senhorio e descendência que perpetue o seu domínio. Um senhorio independente, predestinado por seres imortais, de uma ancestralidade anterior à cristã³⁶⁵.

A beleza das mulheres sobrenaturais é uma constante nas narrativas deste tipo, e pode ser interpretada também como uma forma de realçar o contraste que adquirem quando encaradas pelo dogmatismo cristão. O maravilhoso pagão apropriado e transformado em maravilhoso cristão acaba por ser escrito, saindo do campo da oralidade pelas mãos de um único autor e de seus intermediários. Estas lendas adquirem, logo, um outro tipo de explicação, e provavelmente perderam muito de sua espontaneidade original, própria da sua sobrenaturalidade e de seus outros significados simbólicos. Todavia, ele não é apagado completamente e persiste como uma forma de resistência, conotado por outras cores, mas guardando sua ação perturbadora naquele cotidiano social.

³⁶⁵ NUNES. Irene Freire. *Op. Cit.*

O batismo da mulher marinha é primordial para que aconteça a sua passagem para o mundo humano. A entrada no sagrado cristão também só é possível com a nomeação. O nome dado apaga sua sobrenaturalidade, e o fato dele ser uma referência direta a isto – afinal, ela é chamada por dona Marinha, “que lhe nom caia tanto nome nem ~uu como Marinha, porque saira do Mar”³⁶⁶ – é só mais uma afirmação da superioridade do homem, cristão, nobre, cavaleiro, caçador, senhor de terras, sobre aquela mulher sobrenatural, aquática, presa, selvagem.

Porque foi batizada e lhe deram um nome, Dona Marinha é aceitável para ter filhos com o cavaleiro, mas a sua união é profana: falta-lhe esse selo do espírito que é a palavra humana. O seu mutismo esconde ainda qualquer coisa de não humano, que impede o casamento com Dom Froiã³⁶⁷.

As mulheres fadas eram demonizadas e a crença nos seus poderes foi fortemente combatida pela eloquência do testemunho de autoridades religiosas medievais, como o respeitado Martinho de Braga. Em seu *De correctione rusticorum, o bispo de Braga, em meados do século VI, já havia estigmatizado os deuses pagãos como sendo formas assumidas pelo Diabo e seus demônios após serem expulsos do céu. Desenvolveu sua prédica associando outros seres demoníacos destinados a enganar os homens:*

Além disso, de entre os demônios que foram expulsos do céu, numerosos são os que moram no mar, nos rios, nas fontes ou nas florestas; os homens ignorantes de Deus honram-nos como se fossem deuses e oferecem-lhes sacrifícios. No mar invocam Neptuno, nos rios as Lârnias, nas fontes as Ninfas, nas florestas as Dianas que outra coisa não são senão demônios e espíritos malignos, que atormentam e acabrunham os homens sem fé que não sabem defender-se pelo sinal da cruz³⁶⁸.

A união entre os dois acontece, embora ainda não seja sacralizada pelo matrimônio. Dona Marinha assume a função fertilizadora ao propiciar filhos para o marido, dividindo mais uma característica com os contos melusinianos. A descendência de D. Froiã estava garantida pela geração de filhos, herdeiros de uma linhagem nobre pautada pelo caráter mágico de sua mãe e os atributos guerreiros de seu pai. No entanto, ela ainda não pronunciava uma palavra sequer.

³⁶⁶ LL. (p. 169).

³⁶⁷ CARDIGOS, Isabel. *Op. Cit.* (p. 90).

³⁶⁸ BRAGA, Martim. *De correctione rusticorum.*

A mudez de Dona Marinha também guarda curiosas semelhanças com a origem de Aquiles, filho de Tetis e Peleu. Assim como Dona Marinha, Tetis é uma ninfa do mar, e em algumas versões há uma tradição em que ela também é desprovida de fala. Mas, neste caso, é Tetis e não o marido a tentar lançar o filho ao fogo. Tetis aquece um forno para colocar Aquiles a fim de torná-lo imortal. O ato da mãe não é concretizado porque o marido a interrompe, arrancando-lhe o filho dos braços. Tomada de ira e furor a deusa desaparece.

E esta dona Marinha nom falava nemigalha. Dom Froiam amava-a muito e nunca lhe tantas cousas pode fazer que a podesse fazer falar. E ~uu dia mandou fazer mui gram fugeira em seu paaço, e ela viinha de fora, e trazia aquele seu filho consigo, que amava tanto como seu coração. E dom Froia foi filhar aquele filho seu e dela, e fez que o que o queria enviar ao fogo. E ela, com raiva do filho, esforçou de braadar e com o braado deitou pela boca ~ua peça de carne, e dali adiante falou. E dom Froia recebeo-a por molher e casou com ela³⁶⁹.

A lenda de Dona Marinha termina aqui. O final é feliz, mesmo tendo havido uma provação. Ao contrário dos contos de temática melusiniana, em que essa adquire formas diabólicas, abandona o marido e encerra a prosperidade da linhagem, na narrativa de Dona Marinha não há revolta pelo sofrimento a que é submetida pelo marido. Ao contrário, a narrativa parece indicar uma espécie de libertação da dona. Sua narrativa não é de caráter melusiniano. “Em Dona Marinha não há *encontro*, há raptos; não há *pacto* e portanto não há *transgressão*. Nem *desaparecimento* da dama, que, pelo contrario, casa agora com o cavaleiro depois deste lhe fazer sair a voz”³⁷⁰. Era o mutismo de Dona Marinha a impedir o casamento com D. Froião, pois esta marca configurava a última ligação com seu passado mágico. Caçador que era, D. Froião podia encurralar a sua mulher como a um bicho, podia mesmo forçá-la como a um animal, podia até introduzi-la no cristianismo através do batismo e fazer-lhe filhos, e embora a amasse muito, “nunca lhe tantas cousas pode fazer que a podesse fazer falar”³⁷¹. O senhor das terras, do paço, é quem dá a vida à mulher do mar através da voz. Só assim se estabelece realmente a união que pressupõe o casamento. “Só que, de Dona Marinha, tecedeira, com Dom Froião, do elo fundador da cadeia genealógica dos Marinhos, nada

³⁶⁹ LL. (p. 169).

³⁷⁰ CARDIGOS, Isabel. *Op. Cit.* (p. 96).

³⁷¹ LL. (p. 169).

ficamos a saber da trama relativa à sua família de sangue – fica apenas como nome senhorial, indicador dum mistério que ficou por dizer”³⁷². Ora, a família da qual surgiu Dona Marinha não é importante para os propósitos do *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, basta que suas qualidades mágicas sejam capazes de dar brilho à família que pretendia exaltar. Além do mais, o nascimento de fato desta mulher só acontece quando ela se torna verdadeiramente humana através do batismo e, em seguida, da obtenção da fala, que a insere definitivamente no mundo de dom Froiam.

Passemos à abordagem do sentido da narrativa:

1. *Situação Inicial*: Havia um cavaleiro muito bom de nome D. Froiam, que era também muito bom caçador e monteiro.
2. *Perturbação da Situação Inicial*: Um dia estava andando em seu cavalo junto ao mar, acompanhado de seus escudeiros.
3. *Desequilíbrio, crise*: Andando com os seus, D. Froiam encontra uma mulher marinha deitada, dormindo na ribeira.
4. *Intervenção na crise*: A mulher era muito bonita e quando percebe que está sendo observada tenta fugir acolhendo-se ao mar, mas é capturada pelos homens do cavaleiro. Eles a colocam numa besta e a levam para a casa de D. Froiam. O marido a faz batizar e dá-lhe o nome de Dona Marinha, pois tinha sido encontrada no mar. Eles tiveram muitos filhos. D. Froiam sentia muito amor por sua esposa e embora fizesse tudo o possível para lhe agradar nada era suficiente para fazê-la pronunciar qualquer palavra. Dona Marinha permanecia muda. Um dia, aproveitando que sua mulher não estava em casa, o cavaleiro manda fazer uma grande fogueira no paço e quando sua mulher retorna trazendo consigo o filho que mais amava D. Froiam o toma de seus braços e ameaça jogá-lo às chamas.
5. *Novo equilíbrio*: Apavorada com a iminência de assistir a morte do filho e com raiva do marido por tentar cometer um ato tão cruel, dona Marinha é tomada por um esforço absurdo na tentativa de falar. Com um grito sai pela sua boca um

³⁷² CARDIGOS, Isabel. *Op. Cit.* (p. 104).

pedaço de carne e dali em diante começa a falar. Depois de adquirir o dom da fala D. Froiam a toma por esposa e o casamento é celebrado.

A estrutura da narrativa de dona Marinha também pode ser analisada da seguinte forma:

- I. O conto principia com um *achamento*: o cavaleiro acha uma mulher sobrenatural. Seus próprios homens a reconhecem como sendo uma mulher marinha, ou seja, uma sereia. O homem logo percebe a sua beleza e fica encantado por ela.
- II. Parte-se para o *rapto* da mulher marinha. Tentando em vão fugir pelo mar, ela é levada contra sua vontade pelos escudeiros do senhor para o seu castelo. Não há pacto ou consenso entre os dois para que haja a união, nem condição para que ele aconteça. Quem estabelece os termos desde o início é o senhor.
- III. Acontece a união entre o homem e a mulher “fantástica”.
- IV. Algum acontecimento ou elemento perturba a união do casal. O agente perturbador na vida dos dois é a mudez da esposa, que mesmo diante de todos os esforços do marido continuava sem voz. Como não houve um pacto, não há uma *transgressão*. No entanto, ocorre uma *violação*. A integridade do filho estava ameaçada.
- V. Com a eliminação do objeto que a mantinha muda, a mulher tem sua fala liberada e o casal finalmente contrai o matrimônio. Não há desaparecimento. Podemos falar em *nascimento* no mundo dos humanos.

Comparativamente em relação à lenda de Melusina apresentamos um quadro exemplificando bem suas diferenças e semelhanças:

DIFERENÇAS		SEMELHANÇAS
<i>Dona Marinha</i>	<i>Melusina</i>	
Raptada por cavaleiros	Encontrada numa fonte.	As duas são encontradas na água.

		Melusina numa fonte e dona Marinha no mar.
Há a união com o humano, sem contudo estabelecer o casamento.	Propõe casamento ao humano prometendo-lhe prosperidade.	Extrema beleza
A marca de sua sobrenaturalidade, a mudez, não se apresenta sob um caráter animalesco e não é um segredo.	O caráter sobrenatural de Melusina aparece aos sábados durante o banho.	Caráter não-humano
Não há um pacto entre os dois para que a união se mantivesse. Portanto, não há transgressão.	A transgressão do pacto pelo marido deve-se à exteriorização pela fala da condição sobrenatural da mulher.	O atributo da palavra falada
A mulher não desaparece e adquire finalmente todos os atributos humanos	A fada desaparece completamente e toma a forma animalesca.	Amor maternal

Como podemos perceber, as diferenças entre Melusina e Dona Marinha são muito maiores que as suas semelhanças. As versões das lendas melusinianas, quer sejam na tradição escrita, quer na tradição oral europeia, são inúmeras. Embora a estrutura de suas lendas apresente um tronco comum, especialmente no que diz respeito ao amor maternal, o desfecho e o sentido são completamente diferentes. Dona Marinha é inteiramente humanizada e perpetuará o seu nome na linhagem que o carrega. “E estes Marinhos partiram-se por muitas partes, por casamentos de filhos que casaram em Galiza, com outras, de que decenderom muitos que // chamarom Marinhos”³⁷³.

Ao longo de gerações é possível observar o desenvolvimento da linhagem dos Marinho. Um de seus descendentes, Rui Gonçalvez Marinho, é apresentado como o

³⁷³ LL. (p. 170).

homem que criou o conde D. Henrique, filho do rei D. Afonso de Castela. Outra descendente, Elvira Fernandez Varela, não teve filhos e morreu na casa do rei D. Afonso de Portugal. Orraca Fernandez, irmã de Elvira Fernandez, foi casada com Pero Miguez, um burguês de Santiago. D. Vaasco, filho de Per'Eanes Marinho, tornou-se bispo d'Ourense e seu irmão, D. Pedro Soarez, foi deão d'Ourense.

A partir destas informações, que inicialmente parecem frias e sem perspectiva de profundidade analítica, podemos inferir que a linhagem dos Marinho percorreu e estabeleceu seus filhos em uma vasta região, que englobava Santiago, Castela e Portugal. Portanto, seus filhos-segundos partiram em busca de senhorios e de outras formas de garantir sobrevivência e perpetuar seu nome. Ora, um deles criou o filho do rei de Castela! Uma filha, embora não tivesse gerado filhos e ao que supomos não deve ter contraído casamento, certamente exerceu a função de dama de companhia da rainha Beatriz, esposa do rei D. Afonso de Portugal. Outra descendente dos Marinho casou-se com um burguês. Esta informação é interessante ao revelar a entrada nos quadros da nobreza de uma categoria social ascendente, o que demonstra não só que a nobreza já admitia novos membros em suas fileiras como também a importância que a atividade comercial adquiria nas grandes cidades e, conseqüentemente, os bens materiais que poderia oferecer àquela antiga cepa de nobres.

5. Finalmente, Nobres Linhagens

Haros e Marinhos guardam muito em comum e também carregam diferenças. Sua principal semelhança é envolver uma narrativa de cunho mítico de suas origens, atribuindo-se aos seus descendentes um tempo mítico fundacional para os primórdios de suas famílias. As criaturas mágicas a que estão vinculados têm o mesmo propósito: justificar o poder de suas linhagens sobre determinado espaço geopolítico, garantindo os direitos de conquista em relação a instituições monárquicas existentes ou outras facções da nobreza.

Esta apropriação caracteriza as linhagens recentes, tomadas à custa da progressiva senhorialização de determinadas regiões, que não podia competir com a memória genealógica de reis e príncipes, detentores leigos do saber escrito, de ascendência milenária e função sacralizada pelo clero e impregnada de maravilhoso cristão. A estes se opunham os direitos estabelecidos sobre um território que de estéril, marginal e

oculto se desvendou e prosperou na descendência fadada de um herói³⁷⁴.

A lenda envolvendo a origem dos Marinho é muito menos elaborada que a da família dos Haros. A lenda da Dama do Pé de Cabra é rica em detalhes, reviravoltas e simbologias. A preocupação da narrativa de Dona Marinha gira em torno de evidenciar como o primeiro dos Marinho conseguiu a total sujeição de um ser sobrenatural utilizando o seu significado e poder para captar a origem linhagística de sua família. Na história dos Haros, a dama revolta-se contra seu esposo e senhor e desaparece completamente do seio daquela família, levando inclusive sua herdeira feminina. O domínio da natureza pelos Marinho é incontestavelmente superior àquele empreendido pelos Haros. A domesticação da mulher marinha, sua cristianização e total humanização revelam que o sucesso de uma genealogia, para além da presença de um elemento fantástico, necessitava de um herói capaz de impor sua supremacia humana, cristã e material sobre o ser mítico.

Muitos trovadores pertenciam a ramos secundários da família que se dedicavam a louvar através de seus versos. Deste modo, contando as maravilhas do passado da linhagem a qual pertenciam, acabavam por solicitar os favores do senhor. A modéstia de sua atual condição contrastava sensivelmente com a nostalgia do antigo poder que relembavam por seus versos. Os jograis, em sua vida errante a serviço de senhores poderosos, articulavam em seu vasto repertório de conhecimentos uma cultura erudita e livresca com o frescor e a espontaneidade da cultura oral. “De qualquer modo os trovadores e jograis que desempenhavam um papel sócio-cultural imprescindível, criadores de imagens de fama e prestígio, eram indispensáveis à política dos grandes senhores feudais”³⁷⁵.

Contudo, este mesmo processo mítico responsável pela ascensão de uma linhagem será também o causador de sua queda. Explorados pelos clérigos a serviço de monarquias ou de outros setores da nobreza, os relatos fundacionais de cunho melusiniano vão servir, no sentido contrário à intenção para a qual foram criados, para explicar a decadência das famílias que deles se utilizavam. Destituídas da proteção divina e ligadas a um pacto diabólico, as linhagens tiveram um fim trágico ao se associarem aos seres sobrenaturais.

³⁷⁴ NUNES, Irene Freire. *Op. Cit.*

³⁷⁵ *Idem. Ibidem.*

Assim, por intermédio de clérigos, trovadores, jograis, ou mesmo nobres com aspirações autorais – como é o caso aqui do Conde D. Pedro – a nobreza condal e senhorial buscava fixar por escrito, ou mesmo criar integralmente, textos laudatórios sobre suas famílias, reafirmando assim o seu poder. Buscando o mais longe possível, num tempo fantástico, insólito e sobrenatural, estas narrativas eram destinadas a fixar-se na memória, suscitando reverência, admiração e mesmo terror. Qualquer que seja o sentimento provocado, estes textos exprimem o desejo de uma ancestralidade gloriosa, cuja reverência seja capaz de justificar os direitos e privilégios no presente. Deste modo, alardeia-se o poder de um grupo familiar cujo sangue é perpassado pelos carismas definidores do estatuto nobre.

Conclusão

No início desta pesquisa, em muitos momentos, a questão que mais suscitava meu interesse, em um nível primário, era saber porque o Conde D. Pedro havia decidido escrever a genealogia da nobreza ibérica. Claro que ele mesmo dá sua resposta no Prólogo que elabora. Mas, eu não estava satisfeita. Nem deveria. Afinal, o seu discurso carrega mais do que uma intencionalidade. À medida que o trabalho foi se desenvolvendo, naturalmente os caminhos para a solução deste questionamento foram se apresentando. Impôs-se, a bem da verdade, compreender não o porquê dele ter escrito o *Livro de Linhagens* e sim o modo como ele autoriza a sua narrativa e sua intenção para, enfim, compreendermos as intrincadas relações no interior da nobreza.

O *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* compõe um conjunto de genealogias portuguesas cujo primeiro exemplar é o *Livro Velho*, seguido do *Livro do Deão*. Ao contrário dos seus ascendentes, o *LL* aborda todas as famílias da nobreza portuguesa e mesmo de outros reinos, incluindo também uma genealogia de reis que remonta aos reis bíblicos, da Antiguidade greco-romana, culminando com a realeza de Portugal. O que o torna singular, entre tantos atributos, é a descrição que faz de todos os parentes da linhagem, enumerando não só os filhos primeiros, mas também filhos segundos, filhas e bastardos. Assim, há um aumento significativo do número de parentes representados, bem como das informações sobre eles. Isto porque o *LL* pode ser considerado uma obra híbrida ao apresentar algumas narrativas que dão ao seu conteúdo o diferencial em relação aos seus congêneres europeus.

Ademais, o Conde demonstra possuir uma consciência muito sedimentada a respeito da sua escrita remetendo, ao longo do texto, a passagens que já descrevera e legitimando a sua obra por meio da extensa pesquisa bibliográfica que recorrentemente confessa ter feito. Isso nos levou a reafirmar a sua autoria, admitindo que o *LL*, bem como a *Cronica de 1344*, fazem parte de um projeto historiográfico do Conde, de longo prazo, e que ambas as obras compartilham informações e estrutura redacional. O fato de o próprio Conde ter sugerido, no prólogo do *LL*, que novas informações sobre a nobreza deveriam ser acrescentadas evidencia que existe uma personalidade autoral, independentemente de os textos terem sofrido refundições.

O *Nobiliário* do Conde D. Pedro não pode ser caracterizado como meramente uma genealogia. As narrativas que contém o autorizam a figurar num plano literário

ricamente construído. O esforço de reunir e preservar relatos de cunho variados visando, de uma forma ou outra, justificar a função da nobreza revela à partida que o Conde pretendia “convencer” os seus iguais de que somente a união entre os seus membros propiciaria a sua continuidade como classe social. O autor do *LL* não preconiza a supremacia da nobreza sobre a realeza ou vice-versa; ele entendia muito bem que sua associação era muito mais necessária. Daí que ora ele condena as ações do que considera um mau rei, ora deprecia a figura do nobre traidor, ora relembra as mercês que os reis portugueses, desde os primórdios da monarquia, fizeram à nobreza, ora legitima a capacidade bélica da nobreza em garantir a vitória e fazer do rei um monarca respeitável frente a outros reis, em particular dos mouros. A relação entre nobres e reis estaria, portanto, num equilíbrio dinâmico.

O protagonismo na guerra, ao menos nas que são narradas pelo *Livro de Linhagens*, nunca foi o protagonismo de um monarca apresentado com feição mítica e caráter heroico, embora a habilidade guerreira do rei sempre mereça algum destaque. Todas as batalhas travadas e contadas pelo conde D. Pedro têm uma participação efetiva e singular da nobreza, a ponto de ser possível somente por suas mãos que a vitória seja alcançada. É por este motivo que a nobreza requisita para si, com o direito que a habilidade guerreira superior lhe confere, o lugar de aliada da realeza com o devido reconhecimento que julga merecer. Daí a menção tão frequente no *LL* sobre o dever do rei de reconhecer os atributos e apoiar a nobreza concedendo-lhe mercês, valorando suas ações, distribuindo-lhe benesses. Os reis vencem as suas batalhas porque a nobreza exerce fielmente a sua função guerreira e porque o rei exerce fielmente o seu dever de honrar os vassalos que lhe são leais. É assim que há uma intrínseca relação, que exploramos neste estudo, entre o rei bom/nobreza boa que poderíamos reconfigurar aqui como rei poderoso/nobreza poderosa. A partir da união e do equilíbrio entre os dois, sempre tênue, sempre posto a prova, é que a aristocracia se afirma e se reproduz ao longo da história.

Realeza e nobreza estão intimamente ligadas não só por fazerem parte do estrato mais alto da sociedade, a sua relação demanda uma ideia determinante do que seria o bom rei. Assim, o bom governante está cercado por bons vassalos e por isso sua função é bem exercida, ao contrário do mau rei, acompanhado de perto por uma nobreza desastrosa que o leva à ruína. Na medida em que o monarca se distancia do ideal régio, torna-se legítimo o movimento de deposição encabeçado pela boa nobreza, como ocorreu com o rei D. Pedro de Castela, aquela sim garantidora de um rei justo e honrado

para todos. Só é possível entender o discurso do Conde se entendermos esta relação determinante que ele estabelece entre nobreza e realeza; há uma sintonia entre o imaginário régio ideal e o ideal cavaleiresco exigido à nobreza. Quando os dois se encontram *pari passu* em condições de se influenciarem de maneira honrada e providencial, aparecem como infalíveis. É esta relação que o conde quer retomar ou idealmente tenta construir como possível.

Para além do simbolismo e glória que a narrativa da Batalha do Salado representa para a família dos Pereira, ela congrega o ideal cultivado pelo Conde D. Pedro, a união e solidariedade entre a nobreza garantindo seu triunfo. A tão propalada solidariedade nobiliárquica celebrada pelo autor desde o seu prólogo ultrapassa o âmbito das relações vassálicas; o conceito de solidariedade nobre engloba as relações de parentesco, as diversas afinidades interlinhagísticas, representadas especialmente pelo casamento entre seus membros, a solidariedade a um nobre em dificuldades, ou simplesmente a pura solidariedade entre nobres pelo elementar fato de pertencerem à mesma nobreza, a mesma classe social.

Por fim, retomemos a estruturação e o sentido do *Livro de Linhagens*. A referência constante que o Conde D. Pedro faz a respeito da pesquisa que empreendeu para construir as linhagens das famílias ibéricas serve não apenas para ancorar seu trabalho numa tradição, mas também para imputar a sua escrita um caráter de verdade. A partir dessa afirmação temos algumas considerações importantes. Mais do que se inspirar nos livros de linhagens anteriores o conde manteve as suas narrativas. Seu primeiro objetivo claramente consistia em fundamentar a sua obra nos textos mais antigos. Contudo, por que razão manteve os relatos em que a nobreza guerreira é protagonista sobre a ação dos reis? D. Gonçalo Mendes da Maia é o exemplo mais evidente ao lado de seu irmão D. Soeiro Mendes, que propiciou a vitória ao primeiro rei de Portugal. As narrativas envolvendo esses personagens são o ponto de partida para um ciclo redacional em que uma vez ou outra aparecerá um nobre guerreiro sendo o responsável pela vitória de um rei que se encontrava em apuros. O motivo maior pelo qual acreditamos ter o conde mantido a narrativa do Lidador é que não somente ele concordava com o seu conteúdo como também serviria para o seu propósito de estabelecer uma relação de equilíbrio entre uma nobreza que guerreia e um rei que lhe reconhece seus feitos. Ora, se o Lidador com os ricos homens companheiros seu nas guerras de fronteira representam um modelo de nobres-guerreiros não deixam também de ser um exemplo de fidalgos-vassallos ao protegerem a integralidade territorial do

reino. Em contra partida cabe ao rei reconhecer os feitos da nobreza distribuindo-lhe mercês, garantindo e ampliando os seus privilégios. Para isso, o discurso atribuído ao rei D. Afonso IV, quando da Batalha do Salado, é irrepreensível. Forma-se, então, uma relação de complementaridade entre “Bom rei” e “Boa nobreza” cultivada e proclamada pelo Conde para os seus contemporâneos e para as gerações futuras. Outra forma que o Conde encontra para construir sua teoria social da amizade é atribuir a origem da nobreza e da realeza partindo de um mesmo tronco. Dessa forma, os dois estariam unidos em seu nascimento e deveriam compartilhar uma relação de solidariedade. E se a origem superior do rei, porque divina em seu poder, fazia dele o *primus inter pares*, a nobreza também podia, e o fez, reivindicar para si um ancestral mítico capaz de justificar sua posição e função social. No entanto, nada uniria mais nobreza e realeza do que a guerra. Ela é o evento por excelência em que a solidariedade de classe é mais evidenciada. A guerra legitima nobres e reis honrando o nome da família e os seus fundadores. A consciência da linhagem propicia uma “consciência de classe” ancorada na herança de um patrimônio e na valorização da atividade mais característica da nobreza, a guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. *Portugaliae Monumenta Historica*. Edição Crítica por José Mattoso, v. I e v. II. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa: 1980.

Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores. v. I. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1860.

Cantigas D’escarnho e de mal dizer. Lapa, Manuel Rodrigues. (org.). Lisboa: Galáxia, 1975.

Cancioneiro da Ajuda. Volume II. Investigações Bibliográficas, biográficas e histórico-literárias. Edição crítica e comentada por Carolina Michaëlis de Vasconcellos. Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa: 1904.

Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357). (Orgs. A. H. de Oliveira Marques, M^a Teresa Campos Rodrigues e Nuno José Pizarro Pinto Dias). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982.

Crónica Geral de Espanha de 1344. (Ed. LINDLEY CINTRA, Luís Felipe). Lisboa, Academia Portuguesa da Historia, Imprensa Nacional, vol. IV. 1990.

Chancelaria de D. Dinis. ANTT. L.º I, fl. 83.

Arte de Trovar do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa (*Introdução, edição crítica e fac-símile*). (Ed. TAVANI, Giuseppe). Lisboa, Colibri, 1999.

Monarquia Lusitana: Parte Sétima. BRANDÃO, Francisco. [1683]. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

O Livro das Posturas da Cidade de Évora. BARROS, Maria Filomena Lopes e SANTOS, Maria Leonor F.O. (introdução e revisão). CIDEHUS-EU. Évora, 2012.

Obras de Referência

ALMEIDA, Néri de Barros. “Um destino em crise. A inserção social e institucional dos estudos de História Medieval”. *Revista Chilena de Estudios Medievales*. Número 11, enero - junio 2017, 92-114.

ALVAR, Manuel. **Cantares de Gesta Medievales.** México: Porrúa, 1991.

ÁLVAREZ, Ignacio. “Señorío y Feudalismo en Castilla”. In: SARASA, Esteban e SERRANO, Eliseo (orgs.). **Estudios Sobre Señorío y Feudalismo**. Institución “Fernando el Católico”: Zaragoza, 2010.

ALVAREZ, Manuel Lucas. **El reino de León en la Alta Edad Media; V Las cancellerías reales (1109-1230)**. León, 1993.

AMADO, Teresa, dir.; CORREIA, Ângela; SOBRAL, Cristina; VIDEIRA, Graça. “The study of Literary Texts”, **The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010**, José Mattoso, dir. Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Maria João Branco, eds. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011: 87-109.

ANDRADE, Amélia Aguiar; SILVA, José Custódio Vieira da, (coords.). **Estudos Medievais. Quotidiano Medieval: Imaginário, Representação e Práticas**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

ARNAUT, Salvador Dias. **A Arte de Comer em Portugal na Idade Média (Introdução a “O Livro de Cozinha” da Infanta D. Maria de Portugal)**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1986.

AURELL, Jaume. “El nuevo medievalismo y la interpretación de los textos históricos”. In: *Hispania*, 2006, vol. LXVI, n.º224.

BARROCA, Mário Jorge. **Epigrafia Medieval Portuguesa: 862-1422**. (4 v.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian : Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.

BARROCA, Mário Jorge. “Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (sécs. XII-XV)”. In: *Revista de História das Ideias*. Vol. 19 (1997), pp.39-103. Coimbra.

BARROS, Gama. **Historia da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XIV**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885-1934. 5v.

BARROS, José D’Assunção. “Os Livros de Linhagem e a Construção do Rei”. In: *O Marrare*. Número 7. UERJ, 2006.

BARROS, José d’Assunção. **A ARENA DOS TROVADORES: Estudo das representações das tensões sociais no cancionero galego-português (1250-1340)**. 2.Vols. Dissertação de Mestrado. UFF, 1994.

BARROS, José d’Assunção. “Diálogo Entre Dois Cancioneiros – o trovadorismo galego-português nos séculos XIII e XIV”. *REVISTA LETRA MAGNA*, Ano 2, N.03, 2º semestre de 2005.

BARROS, Maria Filomena Lopes de. **Tempos e espaços de mouros. A minoria muçulmana no reino português. (Séculos XII a XV)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2007.

BASTOS, Mário Jorge da Motta. **O Poder nos Tempos da Peste (Portugal – séculos XIV/XV)**. Niterói: EdUUF, 2009.

BERNARDO, João. **Poder e Dinheiro: do poder pessoal ao estado impessoal no regime senhorial, séculos V-XV. (Parte II): Diacronia – conflitos sociais do século V ao século XIV**. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

BOISSELLIER, Stéphane. “Ideologia de Guerra ou Ideologia dos Guerreiros? Mais algumas interpretações do relato da Batalha do Salado (1340) no *Livro de Linhagens* do Conde Dom Pedro”. In: **Revista Dialogos Mediterrânicos**. Nº 7, 2014.

BORGE, Ignacio Álvarez. “La Noblesa Castellana en la Edad Media: Familia, Patrimonio y Poder”. In: DUARTE, José Ignacio de la Iglesia. **La Familia en la Edad Media**. XI Semana de Estudios Medievales. Nájera: 2001. (pp. 221-252).

BRAAMCAMP FREIRE, Anselmo. **Os Brasões da Sala de Cintra**. Impresso por Francisco Luiz Glz.: Lisboa, 1899.

BUESCU, Ana Isabel; SOUSA, João Silva de; MIRANDA, Maria Adelaide, (coords). **O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval**. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

CARDIGOS, Isabel. “A Mudez de dona Marinha: lendas e contos em torno do silêncio da mulher”. In: BELTRÁN, Rafael e HARO, Marta. **El Cuento Folclórico en la literatura y en la tradición oral**. PUV: Universitat de València, 2006.

CARDIGOS, Isabel. **A Viagem Iniciática em Seis Contos Populares Portugueses**. (Dissertação de Mestrado). King’s College, University of London, 1988.

CARDOSO, Ciro F. **Narrativa, Sentido, História**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

CAVALLO, Guglielmo e CHARTIER, Roger. **História da Leitura no Mundo Ocidental**. São Paulo: Editora Ática, 1998.

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

COELHO, Maria Helena da Cruz e VENTURA, Leontina. “Os Bens de Vataça: visibilidade de uma existência”. In: **Revista de História das Ideias**. Vol. 9. Coimbra. (1987), pp.33-77.

COELHO, Maria Helena da Cruz. **O Baixo Mondego nos finais da Idade Média**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.

COELHO, Maria Helena da Cruz. “A Vida Quotidiana Medieval Portuguesa: percurso historiográfico”. **Imago Temporis. Medium Aevum**, IX, 2015. (pp.343-359).

COELHO, Maria Helena da Cruz. “O Poder Concelhio em tempos medievais – o ‘deve’ e ‘haver’ historiográfico”. **Historia**. Revista da Faculdade de Letras. Vol. 7. Porto, 2006. (pp. 19-34).

COELHO, Maria Helena da Cruz. “O Poder e a Sociedade ao tempo de D. Afonso IV”. **Revista de Historia**. Nº. 8. 1988.

COSTA, Arsenio da. “Geografias Imperfectas: linaje y poder en la obra de Luis Krus”. **Medievalista**. Nº20, 2016.

CUNHA, Mafalda Soares da. **Linhagem, Parentesco e Poder: a Casa de Bragança (1348-1483)**. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990.

DEL RIO, María Gimena. “Os privados que del-rey an: el topos del mal consejero, del sirventés al Livro de Linhagens do Conde Dom Pedro”. II Congresso Internacional

Celehis de Literatura. CELEHIS-Universidad de Mar del Plata, Mar del Plata. Noviembre, 2004.

DIAS DA SILVEIRA, Aline. **O Pacto das Fadas na Idade Média Ibérica**. São Paulo: Anablume, 2013.

DUBY, Georges. **A Sociedade Cavaleiresca**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DUBY, Georges. **Hombres y Estructuras de la Edad Media**. Madri: Siglo XXI de España Editores, 1978.

DUBY, Georges. **Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (p. 120).

DUBY, Georges. “A Emergência do Indivíduo: a solidão nos séculos XI-XIII”. In: ÀRIES, Philippe e DUBY, Georges. **História da Vida Privada: da Europa Feudal á Renascença**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUBY, Georges. **O Domingo de Bouvines: 27 de julho de 1214**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro: 1993.

ESTEPA DÍEZ, Carlos. “Notas sobre el Feudalismo Castellano en el marco historiográfico general”. In: SARASA, Esteban e SERRANO, Eliseo (orgs.). **Estudios Sobre Señorío y Feudalismo**. Institución “Fernando el Católico”: Zaragoza, 2010.

FACINA, Adriana. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

FERREIRA, Maria do Rosário. “A Estratégia Genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do *Livro de Linhagens*”. In: *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes*. Numero 11, Légitimation et lignage, 2011.

FERNANDES, A. de Almeida. “Acção das Linhagens no Repovoamento e na fundação da nacionalidade”. Porto: Imprensa Portuguesa, 1960. Separata do *Douro Litoral – Boletim da Comissão de Etnografia e História da Junta de Província do Douro Litoral*. N.9, Vol.III, 1959.

FLORI, Jean. **Guerrra Santa: Formação da Ideia de Cruzada no Ocidente Cristão**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

FLORI, Jean. “La formation des concepts de guerre sainte et de croisade aux XIe et XIIe siècles : prédication papale et motivations chevaleresques”. In: Daniel Baloup e Philippe Jossierand (éd.), **Regards croisés sur la guerre sainte. Guerre, idéologie et religion dans l'espace méditerranéen latin (XIe-XIIIe siècle)**. Actes du colloque international tenu à la Casa de Velázquez (Madrid) du 11 au 13 avril 2005 (Mériidiennes, Etudes médiévales ibériques), Toulouse, 2006.

FERREIRA, Maria da Conceição Falcão. “Roupas de cama e roupas de corpo nos testamentos de Guimarães (1250-1300)”. *Revista da Faculdade de Letras*, 2/14 (1997): 33-63.

FARIA, António Machado de: “Os Nobiliários Medievais Portugueses”, **Arquivo Histórico de Portugal**, 5, Lisboa, 1944.

FERREIRA, Maria do Rosário. “A Estratégia Genealógica de D. Pedro, Conde de Barcelos, e as refundições do *Livro de Linhagens*”. In: *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes*. Numero 11, Légitimation et lignage, 2011.

FERREIRA, Maria do Rosário. “D. Pedro de Barcelos e a Representação do Passado Ibérico”. In: FERREIRA, Maria do Rosário. (coord.). **O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos séculos XIII e XIV: em memória de Diego Catalán**. Cadernos de Literatura Medieval-CLP. Coimbra, 2010.

FERREIRA, Maria do Rosário. “Afonso Henriques: do valor fundacional da desobediência”. *CAHIERS D'ÉTUDES HISPANIQUES MÉDIÉVALES*, nº 34, 2011, (p. 55-70).

FERREIRA, Maria do Rosário. “Amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha”. Apontamentos sobre o prólogo do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro”. *CAHIERS D'ÉTUDES HISPANIQUES MÉDIÉVALES*, nº 35, 2012, (p. 93-122).

FERREIRA, Maria do Rosário. “Historiografia medieval em Portugal: velhos textos, novos caminhos: balanço em forma de introdução”. In: FERREIRA, Maria do Rosário. (coord.). **O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos séculos XIII e XIV: em memória de Diego Catalán**. Cadernos de Literatura Medieval-CLP. Coimbra, 2010.

FERREIRA, M. Tarracha. **Romanceiro de Almeida Garret**. Lisboa: Ulisseia 1997.

FORTINI, F. “Literatura”. In: **Enciclopédia Einaudi, Volume 17- (Literatura-Texto)**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

GIMENEZ, José Carlos. **O Papel Político da Rainha Isabel de Portugal na Península Ibérica: 1280-1336**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2005.

GOLDMANN, Lucien. **A Sociologia do Romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GOMES, Saul António. “A Chancelaria Regia de D. Dinis: breves observações diplomáticas”. *Fragmenta Histórica*. Revista de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2013. (pp.9-38).

GOMES DO NORTE, Armando José. **Letrados e Cultura Letrada em Portugal (séculos XII-XIII)**. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (Tese de Doutorado). 2013.

GONÇALVES, Iria. **O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1989.

GONÇALVES, Iria. “Acerca da alimentação medieval”. *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 4/2 (1978): 441-458.

GRACA L. “Tributos, Señores y Situación Campesina en Behetrías y Concejos de Realengo. Siglos XII-XV”. *Studia Historica. Historia Medieval* [Internet]. 1 Dic 2009 [citado 28 Mar 2017]; 14(0): . Disponible en: http://revistas.usal.es/index.php/Studia_H_Historia_Medieval/article/view/4470

GUERRA, Luís de Bivar. **Cem Anos de Genealogia (1877-1977)**. In “Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950”. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1978.

GUEVARA Y VALDÉS, Eduardo Pardo. “De las viejas estirpes a las nuevas hidalguías. El entramado nobiliario galego al fin de la Edad Media”. *Nalgures*. Tomo III, 2006.

GUERREAU-JALABERT, Anita. “Parentesco”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (org). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval** . São Paulo: EDUSC, 2006, v.II.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho; ANDRADE, Amélia Aguiar; AMARAL, Luís Carlos. “Por Onde Vem o Medievismo em Portugal?”. *Revista de História Económica e Social*, 22 (1988): 115-138.

JORGE, Ana Maria C. M.; RODRIGUES, Ana Maria S.A., coords. **Formação e Limites da Cristandade**. Lisboa: Circulo de Leitores, 2000.

ITURRI, Miren Begoña Riesco. *Nobleza y Señoríos en la Castilla Centro-Oriental en la Baja Edad Media (Siglos XIV y XV)*. (tese de Doutorado). Universidad Complutense de Madrid. Madrid, 1996.

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os Dois Corpos do Rei: um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. “A Mulher e a Família”. In: Le Goff, Jacques (dir.). *O Homem Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

KRUS, Luís. **A Conceção Nobiliárquica do Espaço Ibérico (1280-1380)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1994.

KRUSS, Luís. **D. Dinis e a Herança dos Sousas. O Inquérito Régio de 1287**. Lisboa: Ed. Policopiada, 1989.

KRUS, Luís. “As Origens Lendárias dos Condes de Trastámara”. In: *Penélope: fazer e desfazer a história*. N.º8. Lisboa: 1992.

KRUS, Luís. “Os Heróis da Reconquista e a realeza Sagrada Medieval Peninsular: Afonso X e a primeira Crônica Geral de Hespânia”. *Penélope. Fazer e desfazer a história*. N. 4. 1989.

KRUS, Luís. **Passado, Memória e Poder na Sociedade Medieval Portuguesa. Estudos.** Redondo, Patrimonia Historica, 1994.

LASA, J. Ramón Prieto. “La Genealogía de los Haro en el *Livro De Linhagens* del Conde de Barcelos”. *Anuario de Estudios Medievales* 43/2, julio-diciembre de 2013, pp. 833-869.

LASA, J. Ramón Prieto. *Las Leyendas de los Señores de Vizcaya y la Tradición Melusiniana.* (Tese de Doutoramento). Universidad Complutense de Madrid, 1991.

LEGOFF, Jacques. “Rei”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (org). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval.** São Paulo: EDUSC, 2006, vol.2.

LE GOFF, Jacques. **Héros du Moyen Âge, le Saint et le Roi.** Paris, 2004.

LE GOFF, Jacques. “Melusina Maternal e Arroteadora”. LE GOFF, Jacques. *Para Um Novo Conceito de Idade Média.* Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MACHADO, Ana Maria. “O Maravilhoso e a Poética da Incerteza em *A Dama do Pé de Cabra* (da Idade Média ao século XXI)”. In: **O MARRARE**, nº 14. Tradução de Maria Cristina Batalha. <http://www.omarrare.uerj.br/numero14/mariaBatalhaTraducao.html> Acessado em 20/10/2016.

MALHEIRO DA SILVA, Armando Barreiros. *A Genealogia em Portugal e o Desafio do Presente.* Separata de ARMAS E TROFEUS, V serie, Tomo V, 1984. Lisboa, 1986.

MARQUES, Gonçalo Maia. “Da Gesta e da Honra: notas de História Social nas Inquirições à Terra da Maia”. *Estudos e Documentos.* Douro, 2006.

MARTÍNEZ, Carlos de Ayala. “Órdenes militares y guerra Santa: Reconquista y cruzada en el occidente peninsular (siglos XII-XV)”. SALOMA, Martín. F. Ríos. **El Mundo de los Conquistadores.** Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Históricas. 2015.

MARTINS, Mário. **Alegorias, símbolos e exemplos morais da literatura medieval portuguesa.** Lisboa: Edições Brotéria, 1975.

MARTINS, Miguel António Gomes. **Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367).** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007.

MATTOSO, José. **A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder.** Lisboa: Editorial Estampa, 1980.

MATTOSO, José. **Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal: I-Oposição.** Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

MATTOSO, José. **Identificação de um País. Ensaio sobre as Origens de Portugal: I-Composição.** Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

MATTOSO, José. “Introdução”. In: *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Portugaliae Monumenta Historica.* Edição Crítica por José Mattoso, v. II/1. Publicações do II Centenário da Academia das Ciências. Lisboa: 1980.

MATTOSO, José. “Introdução: Legitimação e Linhagem”. In: *e-Spania. Revue Interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes*. 2011.

MATTOSO, José. “Os Livros de Linhagens Portugueses e a Literatura Genealógica Europeia da Idade Média”. *Armas e Troféus*. Lisboa, 3ª série, 4 (2), Abr.-Jun. 1976, pp. 133-184.

MATTOSO, José. **As Fontes do Nobiliário do Conde Dom Pedro**. Lisboa, 1977.

MATTOSO, José. “Perspectivas Atuais sobre a Nobreza Medieval Portuguesa”. In: *Revista de História das Ideias*. Coimbra. Vol. 19. (1997).

MATTOSO, José, (dir.) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos, (coord). **História da Vida Privada em Portugal**. Lisboa: Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2010.

MATTOSO, José. **D. Afonso Henriques**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

MATTOSO, José. “O Triunfo da Monarquia Portuguesa: 1258-1264. Ensaio de História Política”. *Análise Social*, vol. XXV (157), 2001. (pp. 899-935).

MATTOSO, José. “Perspectivas de Investigação em História Religiosa Medieval Portuguesa”. *Lusitania Sacra*. 2009. (pp. 153-171).

MIRANDA, José Carlos Ribeiro. “O argumento da linhagem na literatura Ibérica do século XIII”. In: *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes*. Numero 11, Légitimation et lignage, 2011.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro. “Do *Liber Regum* ao *Livro Velho de Linhagens*”. **Estudios sobre Edad Media, el Renacimiento y la Temprana Modernidad**, 2010. (pp. 301-310).

MIRANDA, José Carlos Ribeiro. “Historiografia e genealogia na cultura portuguesa anterior ao Conde D.Pedro de Barcelos”. In: FERREIRA, Maria do Rosário. (coord.). **O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos séculos XIII e XIV: em memória de Diego Catalán**. Cadernos de Literatura Medieval-CLP. Coimbra, 2010.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro e FERREIRA, Maria do Rosário. “O Projeto de Escrita de Pedro de Barcelos”. *População e Sociedade*. CEPSE, vol. 23. Porto, 2015. (pp. 25-43).

MONTEIRO, João Gouveia. **A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média**. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

MORAIS, Ana Paiva. “A Tese do ‘modelo doméstico’ segundo a Dama do Pé de Cabra de Herculano ou a forma humana da besta”. *Medievalista*. Ano 4, numero 5, 2008.

MORSEL, Joseph. **La Aristocracia Medieval: el dominio social en Occidente (siglos V-XV)**. Valencia: Publicacions de la Universitat de València PUV, 2008.

NUNES, Irene Freire – “Mulheres Sobrenaturais no Nobiliário Português – a Dama Pé de Cabra e a Dona Marinha”. *Medievalista*. Nº8, (Julho de 2010). Disponível em

<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA8\nunes8004.html>. ISSN 1646-740X. Consultado em 20/10/2016.

NÚÑEZ, Juan Paredes. “Comparativismo e Interdisciplinarietà en torno a los Nobiliarios Medievales Portugueses”. *Filologia Romanica*. 8, 1991. Editorial Universidad Complutense Madrid.

OLIVEIRA, António Resende. **Depois do Espectáculo Trovadoresco: a estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos século XII a XIV**. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

OLIVEIRA, Antonio Resende. “A Cultura da Nobreza (sécs. XII-XIV): balanço sem perspectivas”. In: Revista *Medievalista*. Ano 3, número 3, 2007.

OLIVEIRA, Antonio Resende. “O Genealogista e as suas Linhagens: D. Pedro, Conde de Barcelos”. *e-Spania* [Online], 11 | juin 2011, posto online no dia 06 Junho 2011, consultado a 27 Setembro 2016. URL: <http://e-spania.revues.org/20374>; DOI: 10.4000/e-spania.20374.

OLIVEIRA, A. Resende. “História de uma Desposseção: a nobreza e os primeiros textos em galego português”. In: *Revista de História das Ideias*. Vol. 19 (1997), pp. 105-136. Coimbra.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. **A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida cotidiana**. Livraria Sá da Costa Editora: Lisboa, 1987.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. **Portugal na Crise dos séculos XIV e XV**. Lisboa: Editorial Presença, 1986.

PÉREZ, Mariel V. “Estratégias de alianza e reprodución social en la aristocracia medieval leonesa: los Flaínez (siglos X-XI)”. In: *Aristocracia e Nobreza no Mundo Antigo e Medieval – MIRABILIA*. 9. Dezembro de 2009.

PORTELA, Ermelindo e PALLARES, Maria Carmen. “Aristocracia y sistema de parentesco en los siglos centrales de la edad media: el grupo de los Traba”. **De Galicia en la Edad Media. Sociedad, espacio y poder**. Santiago de Compostela, 1993, págs. 277-294.

PORTELA, Ermelindo e PALLARES, Maria Carmen. “Los Mozos Nobles, Grandes Hombres, si fueran Hijos Solos”. In: *Revista d'història Medieval*, 1994, Nº. 5.

RASCH, Juan Cruz López. “El Monopolio de la Violencia en el Feudalismo como problema historiográfico”. **Anuario Facultad Ciencias Humanas**. Año X, volumen 10, Nº1. Diciembre, 2012.

RIQUER, Marín. **Los Trovadoes**. Tomo I. Barcelona: Ariel, 2001.

ROSA, Maria de Lurdes. **O Morgadio em Portugal, sécs. XIV - XV. Modelos e práticas de comportamento linhagístico**. Lisboa, Editorial Estampa (col. Histórias de Portugal, n.º 16), 1995.

ROSA, Maria de Lurdes. “Cultura Jurídica e Poder Social: a estruturação linhagística da nobreza portuguesa pela manipulação dos impedimentos canônicos de parentesco (1455-1520)”. In: *Revista de História das Ideias*. Vol. 19 (1997), pp. 7-37. Coimbra.

ROSA, Maria de Lurdes e BERTOLI, André. “Medievalismos irmãos e (menos) estranhos? Para um reforço do diálogo entre as historiografias brasileira e portuguesa sobre Portugal medieval”. *Revista Portuguesa de História*. Tomo. XLI (2010), pp. 247-289.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma História Conceitual do Político**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 15, nº30, pp. 9-22, 1995.

SANTOS, Aida. “Estratégias de Encarecimento na Narrativa da Batalha do Salado”. *Línguas e Literaturas*. Vol. 10. Porto: 1993.

SANTOS, Maria José Azevedo. **A Alimentação em Portugal na Idade Média. Fontes. Cultura. Sociedade**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1997.

SARAIVA, Antonio J. **A Épica Medieval Portuguesa**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. , 1991.

SARAIVA, Antonio J. **A Cultura em Portugal. Primeira Época: a formação**. Vol. 2. Lisboa: Gradiva, 1991.

SARAIVA, Antonio J. “O autor da narrativa da Batalha do Salado e a refundição do livro do Conde D. Pedro”. In: *Boletim de Filologia*, Tomo XXII, Centro de Estudos Filológicos. Lisboa: 1971.

SILVA, José Custódio Vieira da Vieira da. **Os Paços Medievais Portugueses**. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, 1995.

SOARES, Ana Maria. “A Lenda da Dama do Pé de Cabra: do *Livro de Linhagens* do Conde D. Pedro de Barcelos a Alexandre Herculano”. In: *LIMITE*, Nº5, 2011, pp.7-30.

SOTTOMAYOR PIZARRO, José Augusto de. **Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-132)**. 3 vols. Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heraldica e Historia da Família – Universidade Moderna (Porto): 1999.

SOTTOMAYOR PIZARRO, José Augusto de. **Os Patronos do Mosteiro de Grijó: evolução e estrutura da família nobre – séculos XI a XIV**. Porto: 1987.

SOTTOMAYOR PIZARRO, José Augusto de. **D. Dinis**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

SOTTOMAYOR PIZARRO, José Augusto de. “A Nobreza Portuguesa no Período Dionisino: Contextos e Estratégias”. In: *En La España Medieval*. 1999.

SOTTOMAYOR PIZARRO, José Augusto de. “Duas Ciências Auxiliares. A Genealogia e a Heráldica”. **Humanidades**, Porto: 1982.

SOTTOMAYOR PIZARRO, José Augusto de. “D. Dinis e a Nobreza nos finais do século XIII”. *Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra, 1992.

SOTTOMAYOR PIZARRO, José Augusto de. “A Família. Estruturas de Parentesco e Casamento”, **História da Vida Privada em Portugal. A Idade Média**. José Mattoso, dir., Bernardo Vasconcelos e Sousa, coord. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010: 126-143.

SOTTOMAYOR PIZARRO, José Augusto de. *As Inquirições Medievais Portuguesas (séculos XIII-XIV): fonte para o estudo da nobreza e memória arqueológica – breves apontamentos*. **Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Patrimônio**. Porto 2013 – Vol. XII, pp. 275-292.

SOTTOMAYOR PIZARRO, José Augusto de. “O Nascimento do Reino de Portugal: uma perspectiva nobiliárquica (1096-1157/1300)”. **Revista Portuguesa de História**. Coimbra, 2013.

SOTTOMAYOR PIZARRO, José Augusto de. “De e Para Portugal: a circulação de nobres na Hispânia Medieval (séculos XII a XV)”. **Anuario de Estudios Medievales**. Diciembre, 2010.

SOTTOMAYOR PIZARRO, José Augusto de. **Aristocracia e Mosteiros na rota do Românico: a senhorialização dos vales do Sousa, Tâmega e Douro (séculos XI a XIII)**. Centro de Estudos Românico e do Território. Lousada, 2014.

SOTTOMAYOR PIZARRO, José Augusto de. “A *Chefia da Linhagem* Aristocrática (séculos XII-XIV): reflexões em torno de uma prática idealizada”. **Studia Zamorensia**. Vol. XII, 2013.

ULLMANN, Walter. **Historia del Pensamiento Politico en la Edad Media**. Barcelona: Editorial Ariel, 1999.

VASCONCELOS e SOUSA, Bernardo. “O Sangue, a Cruz e a Coroa - a memória do Salado em Portugal”. **Penélope. Fazer e desfazer a história**. N. 2. 1989.

VASCONCELOS e SOUSA, Bernardo. **D. Afonso IV (1291-1357)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

VENTURA, Leontina. **A Nobreza de Corte de Afonso III**. Coimbra: Faculdade de Letras, 1992.

VENTURA, Leontina e MATOS, João da Cunha. “As Legitimações do Reinado de D. Dinis”. **Revista Portuguesa de História**. Coimbra, 2013.

VENTURA, Leontina. “O Elemento Franco na Coimbra do Século XII: a Família dos Rabaldes”. **Revista Portuguesa de História**. Coimbra, 2003.

ZINK, Michel. “Literatura”. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (orgs.). **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**. São Paulo: EDUSC, 2006.

ZUMTHOR, Paul. **A Letra e A Voz**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1993.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.